

SETEMBRO de 2012

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Salário mínimo de 500 dólares	6
1.2 Meninos pobres estão a morrer abandonados	7
2. MICROFINANÇAS	8
2.1 Programa Angola Investe pronto a arrancar	8
2.2 Aumento do número de bancos no país leva à criação de portal do consumidor	8
2.3 Banco Nacional lança mecanismo a garantir crédito	9
2.4 Banco vão conceder crédito com taxa de juro de 5%	9
2.5 Bancos possuem capitais para apoiar as empresas	10
2.6 Apoios ao programa Angola Investe incluem financiamento bonificado	10
2.7 Crédito e campanha com bons resultados	10
2.8 BUE ajuda pequenos negócios	11
2.9 CRÉDITO. Millenium anuncia fundos para emprestar	12
2.10 Vinte bancos vão operar Angola Invest	12
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 No Cazenga Lixo «enxota» vendedores do mercado Asa Branca	14
3.2 Kinguilas sobem o dólar	14
3.3 Projecto dissemina documentos pelos cidadãos	15
3.4 Administração do Cazenga trava venda de ambulantes	16
3.5 Governante de Luanda quer obras mais céleres	16
3.6 Taxistas queixam-se de extorsão em Cacuaco	17
3.7 GPL & vendedores ambulantes medem forças nas ruas de Luanda	18
3.8 O Comboio “rafeiro” de Luanda	19
3.9 Mercado comunal com espaço livre para vendedoras	20
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	21
4.1 Genebra. Angola apresenta indicadores sobre crescimento económico	21
4.2 Receita petrolífera já superou valor inscrito no OGE para 2012	21
4.3 Acção para o Desenvolvimento Rural quer ter estatuto de utilidade pública	22
4.4 Governador do BNA rejeita dificuldades para garantir actividade das instituições	23
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	24
5.1 Um todo poderoso senhor MPLA	24
5.2 Cacuaco, Viana, Cazenga e Belas roubam votos ao MPLA	25
5.3 MPLA já trabalha para lançar autárquicas	25
5.4 As piores prestações Luanda no comando	25
5.5 Abstenção é a maior oposição de Angola	26
5.6 Abstenção eleitoral em Luanda a quem beneficiou?	26
5.7 Uma abstenção surpreendente!	27
5.8 MPLA elege quatro deputados pelo círculo eleitoral de Luanda	28
5.9 Actualização da cartografia antes do censo da população	29
5.10 Bento Bento pode continuar no Executivo de Luanda	29

5.11	Acção para o Desenvolvimento Rural quer ter estatuto de utilidade pública Ar	30
5.12	Maianga. Administrador apresenta projectos sociais	30
5.13	Censo. Nações Unidas reafirmam apoio.	31
5.14	No kilamba kiaxi. Criada comissão de avaliação de problemas	31
5.15	Administradora de Cacuaco com os dias contados	31
5.16	País dá passos "seguros" para o recenseamento de 2013 Artigo	32
5.17	IFAL forma administradores municipais no Kuanza Sul	32
5.18	Censo populacional em marcha	34

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 35

6.1	DUNDO. Apartamentos da nova cidade estão prontos	35
6.2	Angola mostra combate a pobreza urbana	35
6.3	Lunda-Norte. Localidade de Sacassange com mais casas	36
6.4	Um todo poderoso senhor MPLA	36
6.5	Especialistas reunidos em Nápoles. Construção de novas centralidades destacada no Fórum Urbano Mundial	37
6.6	Sector imobiliário regista crescimento	37
6.7	Surgimento de novas habitações sociais vai contribuir para equilibrar os preços	38
6.8	Mercado determina os valores dos imóveis	39
6.9	Projecto habitacional abandonado no Zango depois de inaugurado pelo PR	41
6.10	Panguila ainda com três famílias em cada casa	42
6.11	A largada urbanística de Luanda	45
6.12	Casas no Namibe. Construção a bom ritmo	46
6.13	Construtora chinesa edifica 100 mil casas	46
6.14	Programa de urbanização de Luanda apresentado em Fórum Urbano Mundial	47
6.15	Estrangeiros elogiam concretização angolana	47
6.16	Grupo chinês assegura participação na construção de novas centralidades	49
6.17	Banco Nacional lança mecanismo a garantir crédito	49
6.18	Novas casas em perspectiva	49
6.19	Nova cidade da Caála recebe primeiras casas	50
6.20	Município mineiro da Jamba ganha centralidade	50
6.21	Chineses constroem casas	51
6.22	Vencer a vida com pequena comunidade	51

7. TERRA 54

7.1	Panguila ainda com três família em cada casa	54
7.2	Forasteiros assaltam terras de lcolo e Bengo	56
7.3	Kwanza-sul falta de cadastramento alimenta conflito de terras	56
7.4	Moradores da Camuxiba preocupados com a destrição de casas	57
7.5	Acesa luta por uma porção de terra	59
7.6	Segundo a administração, são reservados do estado	60
7.7	Voltar à terra	61
7.8	Condenados ocupantes ilegais de terrenos no Cacuaco	61
7.9	Demolição imediata	61
7.10	Desconhecidos causam pânico no condomínio Sólida	62
7.11	Populares cobram promessas	63
7.12	Polícia desalojada por falta de pagamento	64
7.13	Governo dividiu terrenos para construção dirigida	65
7.14	Terras aráveis são entregues a agricultores	65
7.15	Panguila em crise	66
7.16	Município e administração disputam terreno	66
7.17	Desconhecido vendem terronos na Barra do Dande	68

8. SERVIÇOS BÁSICOS

69

8.1	Namibe. Fornecimento de novas capacitações é prioridade.	69
8.2	Municípios com as vias reabilitadas	70
8.3	Moradores do bairro da Baquita clamam por água e luz	71
8.4	Rio Cambongue é um atentado à saúde pública	72
8.5	Epal	73
8.6	A Era do pré-pagamento da electricidade	73
8.7	Venda de lixo é negócio muito rentável	73
8.8	Agora já se vende lixo	75
8.9	Alguns bairros de Luanda sem água. População à espera de melhorias na distribuição	76
8.10	Zona de Viana reabilita a rede de drenagem	77
8.11	Habitantes do município de Lucapa começaram a consumir água potável	77
8.12	Serviços básicos. Mais água potável em comunas do Chinguar	78
8.13	Comuna de Camantambo com mais água e luz	78
8.14	Luanda as escuras e sem água	79
8.15	Nova estação de captação no Lobito	80
8.16	ENE afirma que contadores pré-pagos vão ser obrigatórios	80
8.17	Bairro Deolinda Rodrigues (Cacuaco). Moradores em pânico	81
8.18	Principais ruas de Viana em reabilitação	81

9. GÉNERO E VIOLENCIA

83

9.1	Violência contra a criança. Notificados casos no Huambo	83
9.2	Assaltantes de bancos e viaturas caem nas garras da polícia	83
9.3	Polícia nacional esclarece 16 crimes em Luanda	84
9.4	Violência doméstica analisada em Viana	84
9.5	Director do Instituto Superior de Ciências Policiais defende intercâmbio	84
9.6	Buscas contra marginais continuam a ser a prioridade da polícia.	85
9.7	Buscas e capturas resultaram em mais de quarenta detenções	86
9.8	Notícia trouxe estabilidade	87
9.9	Agentes da DPIC desmantelam gangs em Viana	88
9.10	Vencer a vida com pequena comunidade	89
9.11	Bairro Deolinda Rodrigues (Cacuaco). Moradores em pânico	92

10. AMBIENTE

93

10.1	Doenças infecto-contagiosas preocupam cidadãos	93
10.2	Falta de chuvas no Sumbe provoca uma "11 catástrofe"	93
10.3	Kwanza-Sul. Falta de chuvas condiciona mecanização agrícola	94
10.4	Exploração desregrada põe meio ambiente em risco	94
10.5	Minea	96
10.6	Seca reduz produção de capanda	96
10.7	Kwanza Sul. Prenúncio de chuva divide camponeses e moradores do Sumbe	96
10.8	Rio Cambongue é um atentado à saúde pública	97
10.9	"Se o sector florestal for bem explorado o país ganha milhões de dólares por ano". Engenheiro Mateus André fala da importância do projecto para Angola	98
10.10	Chuvas e construção	99
10.11	Terceira reserva florestal de Angola. Zaire detém uma riqueza inexplorada	100
10.12	Menongue. Chuva torrencial deixa rastros de destruição	101
10.13	Muita chuva nos próximos meses	101
10.14	Chahungo tem viveiro de plantas	102

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Salário mínimo de 500 dólares

A Acapital

15 de Setembro de 2012

Tenho certeza que muitos de nós teremos saudades da agitação política (no bom sentido) vivida há quase um mês. Foram passeatas, comícios, promessas, canções, discursos antagónicos, etc. É que (caso as eleições autárquicas não ocorrerem em 2014) só em 2017 é que voltaremos a ter um mês politicamente animado e semelhante ao que agora acabamos de viver. A democracia tem destas coisas e é extremamente positivo.

Durante as semanas que passaram foram várias as promessas socioeconómicas que os partidos e as coligações de partidos fizeram. Contudo, o "crescer mais e distribuir melhor" do MPLA e o "Salário mínimo de 500 dólares" da UNITA foram as promessas que mais debates geraram entre os cidadãos. Na verdade, o que os dois maiores partidos defendem são questões muito sérias do ponto de vista económico. Para mim, o MPLA e a UNITA defendem quase a mesma coisa, pelo seguinte: crescer mais e distribuir melhor significa, por um lado, criar as condições objectivas para que a economia continue a crescer com taxas superiores das actuais e, por outro lado, significa também construir mais estradas, pontes, escolas, hospitais, habitações, oferecer mais emprego, mais água, mais energia eléctrica e em última instância oferecer salários condignos. Não é possível distribuir melhor sem oferecer bons salários, uma vez que o salário condigno é uma das maneiras mais directas de distribuição da riqueza e de redução da pobreza. O aumento do salário mínimo para 500 dólares que a UNITA defende, ao fim e ao cabo, enquadra-se também dentro do distribuir melhor. Portanto os dois maiores partidos, mesmo cada um querendo contrariar o outro, conforme ficou patente no decurso da campanha eleitoral, defendem quase a mesma coisa. É possível sim crescer mais e distribuir melhor, mas temos que fazer votos que a iminente crise económica mundial, com o epicentro na Zona Euro, não ecluda. Porque se assim for, devido a nossa excessiva dependência ao petróleo, todos os planos do crescer mais e distribuir melhor poderão ficar afectados. Para além disso, o crescer mais e distribuir melhor tem uma outra ameaça completamente robusta e perigosa. Estou a falar

concretamente da corrupção. Felizmente quase todos os partidos, durante o período de campanha eleitoral, apontaram-na como alvo a degolar. Tal como já uma vez o mais alto mandatário da nação no-lo disse a corrupção é o segundo maior mal depois da guerra. Não é segredo para ninguém que no nosso país e infelizmente os níveis de corrupção não são baixos, quer dizer, são elevados.

Acho que caso não haver medidas concretas para travar e baixar os níveis actuais de corrupção o crescer mais e distribuir melhor poderá até mesmo ser um fiasco.

Quanto a fixação do salário mínimo em 500 dólares também é possível e enquadra-se, como já disse, no crescer mais e distribuir melhor. Com boa governação e sem os níveis de corrupção que grassam no nosso país é sim possível um salário mínimo de 500 dólares. Se muitos países, sem petróleo e sem grandes riquezas no subsolo, foram e são capazes de dar um salário mínimo de 500 dólares porque é que Angola não pode conseguir isso? Contudo, é preciso salientar também que para além dos baixos salários, os trabalhadores angolanos são fortemente violentados pela inflação, ou seja, são torturados pelos altos preços dos bens e serviços - o que lhes empobrece enormemente. Afixação do salário mínimo em 500 dólares não cria nenhum problema desde que seja progressiva e devidamente amparada com outras medidas económicas que possam estimular a economia a responder ao aumento da demanda, decorrente do aumento do poder de compra dos cidadãos. Para crescermos mais e distribuir melhor e com bons salários e um mínimo de 500 dólares, basta apenas travar e reduzir drasticamente a corrupção galopante; temos que acabar com o tráfico de influências e o clientelismo. A corrupção mata a concorrência perfeita e a competitividade entre as empresas; a corrupção é inimiga de um empresariado forte. E quando um país não tem um empresariado forte, como é o caso de Angola, a produção interna é praticamente inexistente. E a inexistência ou a fraca produção interna é factor de base para uma instabilidade constante dos preços dos bens e serviços, o qual desarticula a planificação dos agentes económicos. A corrupção também potencia situações mesquinhas que fazem surgir mercados imperfeitos (monopólios e oligopólios), em que um bem ou um serviço ao invés de ser oferecido por muitas empresas, fica confinado a uma ou a um grupinho de empresas, as quais, sem pudor nem decoro, fixam os preços nos níveis que acham em conformidade com os seus interesses. A corrupção odeia ainda a diversificação da economia.

Era bom que o próximo governo/executivo instituíse a alta autoridade contra a corrupção, uma entidade independente e com plenos poderes; que os casos de corrupção tivessem um tratamento jurídico sério e que fossem fortemente publicitados. Era bom ainda que no próximo governo houvesse uma imprensa plural e completamente independente, tendo como baluarte o jornalismo sério e investigativo.

Portanto, caso não se combater agressivamente a corrupção e não se levar a sério a produção nacional, o nosso país poderá até crescer um pouco, mas não vai distribuir nada. Ou seja estaremos numa situação semelhante a que temos vivido nos últimos anos: boas taxas de crescimento, muita euforia ao afirmar que a nossa economia está a crescer, mas a grande maioria dos cidadãos ganhos salários cambutas, não se alimenta bem, não têm acesso à água potável nem a uma energia eléctrica decente, não tem habitações condignas e vive em ambientes precários sem saneamento básico e propenso a contrair muitas doenças. E é por isso mesmo que há uma forte pressão de pacientes nos hospitais dos pais.

1.2 Meninos pobres estão a morrer abandonados

Jornal Folha 8

28 de Setembro de 2012

O último relatório da Organização para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) das Nações Unidas, produzido no mês de Maio do ano em curso, isto é, há mais de 4 meses, apresentou-se pela ocasião como sendo bastante preocupante para os angolanos em geral, mas deveria ter sido muito mais ainda para aqueles que neste momento estão a gerir os destinos do país.

Era de esperar que tal alerta, de que mais adiante revelaremos os contornos, fosse levado em conta pelo Executivo angolano. Mas não foi, como veremos, todavia, antes de ir mais além, vejamos quais são as prerrogativas dessa secção de ajuda humanitária da ON.U

A OCHA constitui por si só uma secção de intervenção, responsável por reunir os actores humanitários com o objectivo de garantir uma resposta coerente para emergências gravosas, de toda e qualquer ordem, acontecidas em qualquer parte do mundo, seja aonde for. As mais relevantes actividades da OCHA são: mobilizar e coordenar eficazmente dispositivos e meios de acção humanitária em parceria com actores nacionais e internacionais a fim de aliviar o sofrimento humano nesses desastres e emergências. Por outro lado intervém também para

defender os direitos das pessoas em necessidade, organizar a preparação da prevenção e promover soluções sustentáveis. Evidentemente que a organização trabalha sempre em parceria com as autoridades locais, lá onde houver motivo grave que a leve a intervir, o que significa que as suas actividades são marcadas pelo signo de colaboração, boa-fé e procura de empatias. Para que isso possa acontecer, tem de haver participação positiva das autoridades locais.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Programa Angola Investe pronto a arrancar

Novo Jornal

14 de Setembro de 2012

O BANCO MILLENNIUM Angola tem disponíveis 14 mil milhões de kwanzas para apoiar empreendedores e empresas que aderirem ao Programa Angola Investe, uma iniciativa do Executivo angolano que visa criar e fortalecer as Micro, Pequenas e Médias Empresas nacionais. A informação foi avançada pelo director de marketing do Banco Millennium Angola, Fábio Correia, tendo afirmado que a instituição bancária tem um compromisso anual firmado com o executivo, durante os próximos cinco anos, de operacionalizar cerca de 14 mil milhões de kwanzas.

Em declarações à Angop, o responsável explica que esta é uma linha que está disponível para projectos viáveis no sector produtivo e que estejam certificados pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM). Para agilizar a implementação do Programa Angola Investe, a nível interno, Fábio Correia afirmou que a entidade financiadora definiu quatro sectores de actividades e agrupou-os num produto/serviço que se chama Pacto Pequenas, Médias Empresas (PME). "O pacto PME agrega os sectores da saúde/farmácias, educação, restauração/hotelaria, comércio e serviços. Esse trabalho já foi feito. A oferta já está disponível nos balcões do Millennium nas 18 províncias do país", frisou.

Os potenciais empresários que quiserem aderir ao Angola Investe, tendo como preferência o banco Millennium, devem junto dos balcões da instituição solicitar uma conta "Pak PME", de acordo com o sector de actividade. Após esse procedimento, explicou Fábio Correia, segue-se a apresentação do projecto do empreendedor para o banco auferir a viabilidade dentro do programa Angola Investe. Sublinhou que nesse processo é fundamental que o projecto colocado sob a apreciação do banco seja do sector produtivo e certificado pelo INAPEM. "Todos os projectos que sejam do sector produtivo têm prioridade, de acordo com as orientações dadas pelo Executivo e que foi assinado em memorando", sublinhou. Quanto às solicitações já recebidas, confirmou terem recebido várias propostas que ainda estão a ser analisadas. O programa, que está a ser operacionalizado por 20 bancos angolanos, define como sectores prioritários para o desenvolvimento

das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) a agricultura, pecuária/pescas, materiais de construção e serviço de apoio ao sector produtivo.

2.2 Aumento do número de bancos no país leva à criação de portal do consumidor

Jornal de Angola

15 de Setembro de 2012

O vice-governador do Banco Nacional de Angola (BNA), António André Lopes, considerou que o mercado angolano registou, nos últimos sete anos, um aumento significativo do número de instituições financeiras, o que permitiu o crescimento e desenvolvimento da economia.

António André Lopes, que falava no lançamento ontem do portal do consumidor de serviços financeiros, em Luanda, precisou que de 2005 a 2012 o número de bancos aumentou de 11 para 23 e abriram 1.100 balcões em todo o território nacional. De igual modo, a evolução do mercado financeiro garantiu o surgimento de outras instituições não bancárias ligadas à moeda e crédito, nomeadamente 67 casas de câmbio, duas sociedades de micro crédito e uma sociedade de remessa de valores. O vice-governador do BNA afirmou que faz parte da agenda da instituição contribuir para a inserção da população no sistema financeiro, de modo a permitir o funcionamento mais eficiente dos mercados. "É necessário desenvolver acções práticas que nos permitam cidadão esteja em condições de avaliar o risco e o retomo associado às suas decisões de poupança e investimento", acentuou. António André Lopes apelou às instituições financeiras para exercerem informando de forma conveniente os clientes e tomando todas as medidas para tomar transparentes as relações que estabelecem com os consumidores. "Quanto melhor informada estiver a população, menor é a probabilidade de entrar em ciclos de sobre-endividamento", referiu. O responsável pelo departamento de supervisão comportamental do BNA, Avelino dos Santos, esclareceu que o portal do consumidor de produtos e serviços financeiros emana do enorme dinamismo do sistema financeiro angolano. O portal permite obter toda a informação sobre os conceitos básicos associados às decisões financeiras, privilegiando o atendimento e as reclamações do público consumidor.

Neste contexto, orienta os consumidores nas suas relações com as instituições financeiras e promove o acesso à informação clara e com instituições financeiras. O portal dá a possibilidade de comparar

as condições oferecidas pelos diferentes operadores do mercado. Os consumidores podem aceder ao portal através do site www.bna.ao ou abrir atendimento. reclamacoes@bna.ao

Educação financeira

Avelino dos Santos informou que o programa de educação financeira promovido pelo BNA permitiu acumular 426,9 milhões de kwanzas em depósitos Bankita e 44,3 milhões de kwanzas em poupança Bankita a Crescer. A iniciativa resultou também na emissão de 44,920 cartões de débito e que o Banco de Fomento Angola (BFA), BIC, Banco de Poupança e Crédito (BPC) e Banco Sol obtiveram bons indicadores de inclusão no programa Bankita. O programa de educação financeira foi criado em 2009 com o objectivo de incluir a população no sistema financeiro, face a uma avaliação que apontava para um grande número de pessoas sem acesso ao sistema bancário. De entre as principais dificuldades no acesso aos serviços bancários, registou-se um desconhecimento sobre a utilidade e funcionamento do sistema bancário, a falta de documentos de identificação pessoal por parte da população, baixos rendimentos para a abertura e manutenção de contas e limitada presença da rede bancária no interior do país

2.3 Banco Nacional lança mecanismo a garantir crédito

Jornal de Angola
20 de Setembro de 2012

O governador do Banco Nacional de Angola anunciou ontem a criação de um sistema nacional de garantias de crédito, que visa proteger e incentivar as instituições financeiras envolvidas na concessão de crédito ao empresariado nacional. José Massano informou que já foi constituída a sociedade de capital de risco. "O programa do governo trás um conjunto de incentivos que vão proteger as instituições financeiras, mitigando parte dos riscos que o nosso sistema ainda enfrenta na concessão de créditos, sobretudo para os empreendedores que a iniciam a vida económica", disse José Lima Massano à Radiodifusão Nacional de Angola (RNA). A sociedade de capital de risco é um programa monitorizado pelo Ministério da Economia, com o propósito de apoiar iniciativas empresariais.

2.4 Banco vão conceder crédito com taxa de juro de 5%

Jornal Agora
22 de Setembro de 2012

Os empresários angolanos vão poder ter acesso a crédito bancário com uma taxa de juro real de 5%, inferior à da inflação, fruto de um acordo assinado na última semana, entre o Ministério das Finanças e o Banco Internacional de Crédito (BIC), no âmbito do programa "Angola Investe", revelou o administrador da instituição bancária, Hugo Teles. À luz do acordo, o BIC vai gerir 150 milhões de kwanzas para crédito à economia. A taxa Luibor do BNA, que serve de referência para os bancos comerciais, tem variado entre 10% e 11 %, tudo porque a taxa de inflação está neste momento a convergir para um dígito. No mês de Julho, por exemplo, a taxa de inflação rondava os 10,02%, enquanto a Luibor se situava nos 11 %.

Com a entrada em acção do programa "Angola Investe", as taxas de juro real vão passar a ser favoráveis para o investimento. No ano passado, quando as taxas de juro oscilavam entre 17% e 25%, Amílcar Silva, presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), reconheceu que as mesmas não eram favoráveis para o investimento, mas sim para a gestão corrente dos negócios. Este facto levou o executivo a criar taxas de juros bonificadas que facilitassem o investimento.

Falando ao programa radiofónico USACC Magazine, Hugo Teles esclareceu que, nos próximos dias, o Banco Internacional de Crédito, à semelhança do que vem sendo feito pelo Executivo, vai passar a publicar mais informações sobre esta nova taxa de juro, "muito mais atractiva para o investimento", que começa a vigorar ainda este ano. O administrador do BIC informou, por outro lado, que actualmente a sua instituição possui um capital social na ordem dos 650 milhões de kzs. "Sempre enveredámos por este caminho porque sabemos que ter um capital social baixinho não se coaduna com o nosso objectivo, e julgo que os outros bancos têm de acompanhar este ritmo se quiserem ter uma estrutura sólida", justificou Hugo Teles.

Rating ainda não é prioridade. Entretanto, o responsável do BIC afirmou que, apesar de a obtenção de um rating ser importante, dados os níveis de desenvolvimento da economia do país, não constitui prioridade para a instituição, neste momento. "Nesta altura em que estamos num processo de internacionalização, a obtenção de um rating seria boa para o banco. Tenho certeza de que obteremos um rating no futuro, mas agora não é a nossa prioridade. Se olharmos para a Europa, antes

da crise, toda a gente tinha um bom rating, toda a gente tinha um rating muito elevado, o rating vale o que vale. É uma medida standard na qual as empresas acreditam bastante", frisou. Depois de se instalar em Portugal, o administrador do BIC afirma que a instituição tem agora as setas apontadas para a entrada no mercado sul-africano, namibiano, brasileiro e chinês.

2.5 Bancos possuem capitais para apoiar as empresas

Jornal de Angola

23 de Setembro de 2012

Alguns bancos comerciais já dispõem de verbas para apoiar os empreendedores e empresas que aderirem ao programa Angola Investe, uma iniciativa do Executivo angolano que visa apoiar as micro, pequenas e médias empresas (MPME) nacionais. O Millenium Angola, por exemplo, tem disponíveis 14 mil milhões de kwanzas para o efeito. O director de marketing do banco, Fábio Correia, considerou ser uma linha que está disponível para projectos viáveis no sector produtivo e que estejam certificados pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Para acelerar a implementação do programa Angola Investe, Fábio Correia afirmou que internamente o banco definiu quatro sectores de actividades e agrupou-os num produto/serviço que se chama Pack Pequenas, Médias Empresas (PME). "O Pack PME agrega os sectores da saúde/farmácias, educação, restauração/hotelaria, comércio e serviços. Esse trabalho já foi feito. A oferta já está disponível nos balcões do Millenium nas 18 províncias do país", frisou. Fábio Correia referiu que os empresários que quiserem aderir ao programa, tendo como preferência o Millenium, devem junto do banco solicitar uma conta "Pack PME", de acordo com o sector de actividade. Por sua vez, o Banco de Fomento Angola (BFA) garantiu que a instituição tem todas as condições criadas para conceder crédito a particulares e empresários angolanos.

O director regional de banca de empresas do BFA, Sebastião Massango, constituiu uma equipa de trabalhadores e definiu uma ficha para os clientes, a todos os níveis, para não terem dificuldades de entender e interpretar os requisitos para aceder ao crédito, no âmbito do programa.

"Para aceder ao crédito do Angola Investe, as empresas precisam ser registadas e certificadas pelo INAPEM, para efeito de estatística e de acompanhamento das operações nas suas várias fases.

O objectivo é conhecer quais são as empresas, como estão estruturadas e preparadas, assim como saber as que já funcionam ou as que estão em início de actividades", informou o director.

Os interessados devem dirigir-se aos balcões do BFA para receber informações sobre o processo, mas somente a certificação emitida pelo INAPEM permite acesso ao crédito.

2.6 Apoios ao programa Angola Investe incluem financiamento bonificado

Jornal de Angola

23 de Setembro de 2012

O programa do Executivo angolano que visa apoiar as micro, pequenas e médias empresas (MPME), denominado Angola Investe, destaca-se por contemplar linhas de crédito bonificadas e o mecanismo de garantias públicas. A informação foi prestada pela directora de apoio ao desenvolvimento económico do Ministério da Economia.

Segundo Mara Almeida, foram disponibilizados 2,5 mil milhões de kwanzas para as linhas de crédito bonificadas. O crédito é concedido com recursos dos bancos e o Estado bonifica os juros pagos pelas MPME. O valor máximo da taxa de juro anual paga pela MPME é de cinco por cento.

Dentro deste quadro, o prazo máximo de reembolso é de sete anos, com o período de carência de seis meses. Mara Almeida anunciou a contribuição de 100 milhões de dólares do Estado para o Fundo de Garantias Públicas. Dentro deste mecanismo, o Estado cobre 70 por cento do capital em dívida, onde as MPME pagam uma comissão de dois por cento ao ano, para o fundo de garantia.

A obtenção dos financiamentos estará condicionada à obtenção do certificado de MPME através do INAPEM e enquadramento do projecto nos sectores prioritários (agricultura, pecuária/pescas, materiais de construção e serviço de apoio ao sector produtivo).

2.7 Crédito e campanha com bons resultados

Jornal de Angola

26 de Setembro de 2012

A utilização de moto bombas e outros sistemas de irrigação está a permitir aos camponeses da Huíla não estarem apenas dependente das chuvas para garantir a

produção agrícola e a sua diversificação. Os trabalhadores agrícolas conseguiram adquirir os meios necessários para o efeito através do crédito agrícola de campanha concedido pelos bancos Sol, de Poupança e Crédito (BPC) e de Comércio e Indústria (BCI), no biéni02011/2012.

O director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural na Huíla, Lutero Campos, deu esta informação quando procedia ao balanço do crédito agrícola de campanha 2011/20 12, que considerou de positivo.

Além das motobombas, os camponeses conseguiram adquirir fertilizantes, adubos, sementes e instrumentos de trabalho, que lhes permitiram aumentar e diversificar a produção agrícola e melhorar os rendimentos das famílias, sublinhou Lutero Campos. Apesar da seca registada na campanha agrícola passada, foi possível produzir alguns hortícolas diversos como feijão, ginguba, cebola, alho e hortaliças. O crédito agrícola de campanha já abrangeu 2.526 camponeses integrados em 1.482 famílias, que representam 63 por cento dos beneficiários previstos pelo programa.

Lutero Campos adiantou que aqueles três bancos disponibilizaram um montante de 640 milhões de kwanzas, convertido em meios entregues aos beneficiários. Os camponeses recebem um financiamento de até 500 mil kwanzas, convertido em instrumentos de trabalho, moto-bombas, fertilizantes, sementes e outros produtos, de acordo com a solicitação de cada um. Lutero Campos disse que os que obtiveram bons resultados na campanha passada, já começaram a reembolsar os empréstimos aos respectivos bancos.

Beneficiários satisfeitos

Alberto Cambida, camponês da Caculvale, no município da Chibia, está satisfeito com os resultados alcançados com o crédito de campanha a agrícola, porque ele lhe permitiu aumentar a produção. "Recebi sementes de feijão, cebola, alho, adubos e moto-bomba, equivalentes a 400 mil kwanzas, no princípio do ano e hoje já estou a colher os frutos", garantiu.

Apesar das chuvas não terem caído com regularidade, conseguiu colher cerca de quatro toneladas de produtos diversos, graças à utilização de moto-bomba para irrigação. Para Doroteia Senemole, filiada na cooperativa 10 de Maio da comuna da Huíla, município do Lubango, o crédito agrícola de campanha ajudou a melhorar a produção por lhe ter permitido utilizar fertilizantes. A camponesa referiu que recebeu sementes de cenoura, alho, cebola,

repolho e couve, além de fertilizante que ajudaram a fazer uma colheita. "Optámos por produzir estas culturas porque são de ciclo curto e as mais procuradas pelos comerciantes do Lubango, o que fez render mais dinheiro", explicou Doroteia Senemole.

2.8 BUE ajuda pequenos negócios

Jornal Nova Gazeta

27 de Setembro de 2012

Sebastião Armando Constantino vive no Cazenga, em Luanda, é deficiente físico e tem apenas 21 anos. Antes de ser contemplado com uma motorizada pelo Balcão Único de Empreendimento (BUE), estava desempregado e o seu sustento dependia dos pais. Sempre quis abrir um negócio para minimizar as dificuldades que os seus progenitores enfrentam.

Com ele, mais de seis jovens beneficiaram de motorizadas de três rodas, no valor de 170 dólares cada, para o exercício da actividade de moto-táxi. Para Sebastião Constantino, a motorizada, além da actividade profissional, vai reduzir o "sofrimento" em se deslocar. A cadeira de rodas que o ajuda não é suficiente para contrapor alguns obstáculos.

O processo de abertura de negócio nem foi para ele burocrático: "preparei os documentos exigidos, fiz todos os degraus possíveis e num mês, o sol brilhou". O prazo de reembolso do valor da motorizada é até cinco anos, mas só se começa a pagar as prestações mensais no segundo ano. No primeiro ano, está isento de qualquer pagamento.

BUÉ EM TODO O LADO

Dados do Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PRO-APEN) indicam que existem mais de 30 balcões únicos de empreendimento abertos e até ao momento já foram financiados cerca de 10 mil projectos, que corresponde a igual número de beneficiários.

O sector mais solicitado é o de moto-táxi, seguido de outras actividades como cabeleireiro, pastelaria e cibercafés. Foram executados cerca de 50 milhões de dólares. O valor total previsto para este programa está acima dos 21 mil milhões de kwanzas.

Lançados em meados deste ano, os Balcões Únicos de Empreendimento são solicitados por pessoas que querem abrir negócios, sobretudo jovens. É necessária a apresentação, nos departamentos técnicos do BUE, de uma série de documentos, como declaração da comissão de moradores, atestado de residência para efeito de abertura e legalização do

negócio, fotocópia do bilhete de identidade, fotografia do tipo passe, bem como a factura dos produtos ou material que pretende adquirir. O solicitante deve ter aberta uma conta no BPC.

Os BUE's visam apoiar pequenos negócios e incentivar a juventude a apostar no empreendedorismo. Os beneficiários receberam motorizadas com carroçarias para permitir o transporte de mercadorias, arcas, geradores e 'kits' para salão de cabeleireiro. O valor de cada projecto não pode ultra-passar os 6700 dólares.

2.9 CRÉDITO. Millenium anuncia fundos para emprestar

Jornal de Angola

28 de Setembro de 2012

O banco Millenium Angola tem disponíveis 14 mil milhões de kwanzas para apoiar empreendedores e empresas que aderirem ao Programa Angola Investe, uma iniciativa do Executivo angolano que visa criar e fortalecer as Micro, Pequenas e Médias Empresas nacionais.

A informação foi prestada na quinta-feira, em Luanda, pelo director de marketing do Banco Millenium Angola, Fábio Correia, que afirmou que a instituição bancária tem, nesse sentido, um compromisso anual firmado com o Executivo com validade para um quinquénio.

Em declarações à Angop, disse ser uma linha que está disponível para projectos viáveis no sector produtivo e que estejam certificados pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Inapem).

Para agilizar a aplicação do Programa Angola Investe a nível do Millenium, estão definidos quatro sectores de actividade agrupados num produto/serviço denominado Pack Pequenas, Médias Empresas (PME), que agrega sectores da saúde/farmácias, educação, restauração/hotelaria, comércio e serviços,

"Esse trabalho já foi feito. A oferta já está disponível nas 18 províncias do país", frisou.

2.10 Vinte bancos vão operar Angola Invest

O País

28 de Setembro de 2012

As linhas de crédito bonificado do Angola Invest já dispõem de USD 25 milhões.

As linhas de crédito bonificadas contempladas no âmbito do programa Angola Invest já dispõem de USD 25 milhões, revelou a diretora de apoio ao desenvolvimento económico do Ministério da Economia, Mara Almeida.

O crédito será concedido com o recurso ao sistema bancário. O Estado bonifica os juros pagos pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's), sendo o valor máximo da taxa de juro anual efetivamente paga por estas empresas de menor dimensão de 5 % e o prazo máximo de reembolso de sete anos, com um período de carência do capital de, pelo menos, seis meses. A responsável do Ministério da Economia afirmou ainda terem já sido afetados USD 100 milhões ao Fundo de Garantia público.

Mara Almeida precisou que, no âmbito do mecanismo de garantias públicas, o Estado cobre 70% do capital em dívida, sendo que as MPME pagam uma comissão de 2% ao ano ao Fundo de Garantia. Referiu que a obtenção dos financiamentos, ao abrigo dos instrumentos mencionados, estará condicionada, entre outros factores, à obtenção do certificado de MPME através do INAPEM e ao enquadramento do projeto nos sectores prioritários.

Recorde-se que o Angola Invest é um programa do Executivo angolano que visa criar e fortalecer as MPME's nacionais, contemplando linhas de crédito bonificadas e um mecanismo de garantias públicas.

Banco Millennium vai operacionalizar Kz 14 bilhões

O director de Marketing do banco Millennium Angola, Fábio Correia, afirmou que o Millennium estabeleceu com o Executivo um compromisso anual nos termos do qual operacionalizará, durante os próximos cinco anos, cerca de Kz 14 bilhões. Trata-se de uma linha de crédito destinada a apoiar projectos viáveis no sector produtivo e que estejam certificados pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Inapem).

Para agilizar a implementação do Programa Angola Investe, o Millennium Angola definiu quatro sectores de actividade e agrupando-os num produto/serviço designado como Pacto Pequenas, Médias Empresas (PME). 'O pacto PME agrega os sectores da saúde/farmácias, educação, restauração/hotelaria, comércio e serviços. Esse trabalho já foi feito. A oferta já está disponível nos balcões do Millennium nas 18 províncias do país', precisou.

Os potenciais empresários e empresáries em exercício que quiserem aderir ao Angola Investe, tendo como preferência o banco Millennium, devem

solicitar, junto dos balcões da instituição, uma conta Pak PME', de acordo com o sector de actividade.

BFA pronto para atender MPME's O director regional de banca de empresas do Banco de Fomento Angola (BFA), Sebastião Massango, garantiu, por seu turno, que a instituição já reúne todas as condições para conceder crédito a particulares e potenciais empresários angolanos, no âmbito do Programa Angola Investe. Segundo o responsável, o BFA constituiu uma equipa de colaboradores e definiu uma ficha destinada aos clientes, para que estes não tenham dificuldades em entender e interpretar os pressupostos necessários para aceder ao crédito.

Adiantou que as pessoas colectivas e particulares que pretenderem aceder a crédito, no quadro do programa Angola Investe, através do BFA, deverão passar pelo Instituto de Pequenas e Médias Empresas (Inapem).

BPC já recebeu mais de 50 projectos

Mais de 50 projectos de investimentos de empresários nacionais estão a ser analisados pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), para financiamento no âmbito da implementação do Angola Investe, de acordo com o director da direcção de pequenas e médias empresas da instituição, Sebastião Manuel. Em entrevista à Angop, o director do BPC revelou que o banco de capitais públicos prevê disponibilizar, até final deste ano, no quadro deste programa de fomento e fortalecimento do empresariado nacional, mais de Kz 1,9 biliões (o equivalente a USD 20 milhões). (com Angop)

3. MERCADO INFORMAL

3.1 No Cazenga Lixo «enxota» vendedores do mercado Asa Branca

Semanário Angolense
08 de Setembro de 2012

A quantidade de lixo produzida diariamente no mercado do Asa Branca, município do Cazenga, está a afugentar os vendedores do local, que apelam à intervenção da Administração Municipal e da Elisal a resolverem a situação, disseram ao *Semanário Angolense*. «Estamos tão agastados com os amontoados de lixo aqui no mercado municipal do Cazenga, mas a administração da feira não se pronuncia em relação ao assunto, o Asa Branca tem trabalhadores de limpeza, mas a questão é a falta de espaço para que possamos depositar os resíduos sólidos», queixaram-se.

De acordo com os reclamantes, o depósito de lixo construído pela operadora Elisal no mercado, é exíguo, não podendo, por isso, suportar todos os resíduos sólidos produzidos pelos feirantes. O depósito do mercado recebe vários tipos de lixo, desde os perecíveis, orgânicos, até aos hospitalares, que, todos misturados, exalam cheiros nauseabundos, repelindo clientes e vendedores, todos os dias expostos àquela imundície.

Inaugurado em Novembro de 2006, no âmbito do programa de construção de novos mercados, o Asa Branca faz parte de um grupo de praças erguidas em Luanda, com financiamento da linha de crédito da China, à semelhança das praças de S. Paulo, do Palanca (Kilamba Kiayi), Kífica, no Benfica, Congolenses, Panguila e a da Vidrul, em Cacuaco.

Grande fornecedor

Muitos vendedores transferidos para o Asa Branca decidiram abandonar o recinto, por causa das lixeiras. «Alguns alegaram que estão a deixar o local porque não se sentiam bem com o lixo à sua volta, outros ainda tentaram procurar lugar lá dentro, mas nem com isso», exclamou um vendedor.

O Mercado do Cazenga comporta 88 lojas e 1.312 bancadas, para 1.400 vendedores, sendo um dos principais fornecedores de alimentos à cidade capital, a começar pelo município que o acolhe. Por sua vez, Anastácio Kinjenje, um dos responsáveis da

administração do mercado Asa Branca, justificou que um dos grandes problemas dos amontoados de lixo que se verificam no mercado é o depósito construído nas imediações da praça, tendo ainda a ver com avarias em algumas viaturas que geralmente ajudam a descongestionar o espaço.

«O depósito da Elisal não recebe apenas lixo do mercado, também dos moradores dos arredores do Asa Branca, daí o surgimento de lixeiras nalguns locais da praça», reiterou. De acordo com o funcionário, os seus colegas tudo fazem para recolher o lixo todas as manhãs, mas, por falta de lugares, são obrigados a amontoá-lo. A administração está a trabalhar com a Elisal no sentido resolver o problema que apoqueta os feirantes e moradores, anunciou

3.2 Kinguilas sobem o dólar

Semanário Angolense
08 de Setembro de 2012

No limiar das campanhas eleitorais dos partidos e coligações políticas; quase um mês antes do dia da escolha do novo partido e do novo presidente que governarão o país, observou-se que, em Luanda, os cambistas paralelos subiram a cotação da moeda americana, que passou de 103,00 kwanzas por cada dólar para 105,00 kwanzas, um aumento de 1,90%. Essa elevação fez com que uma nota de cem dólares - USA da como referência no mercado das «kinguilas» passasse de 10.300,00 kwanzas para 10.500,00 kwanzas.

O fenómeno ocorreu porque, segundo os agentes paralelos de câmbio, havia muito kwanza no mercado, em função do financiamento «oferecido» aos partidos políticos. Esse dinheiro das formações políticas, como foi disponibilizado em moeda nacional, inundou a praça de kwanzas. Calculadamente, como cada formação política concorrente às eleições logrou um financiamento público de 800 mil dólares, conclui-se que, sendo nove partidos e coligações, um total parcial de sete milhões e duzentos mil dólares tenha sido jorrado no mercado em kwanzas correspondentes. Isto é, mais ou menos, 720 milhões de kwanzas, ao câmbio oficial, e mais de 741 milhões de kwanzas, no câmbio kinguila praticado antes das eleições.

Todavia, se bem que de um modo geral os partidos políticos sejam pobres, imagina-se que além desse financiamento público do qual beneficiaram para as eleições gerais, existiram outras fontes de renda que naquela altura do campeonato se haviam inclinado a abrir os cofres e, com isso, aumentar um pouco mais o

«caldo» de kwanzas ao alcance do trabalho das kinguilas. Julga-se que a necessidade de câmbio que os partidos terão tido - já que muitos serviços de que fizeram uso continuam sendo pagos com a moeda americana - suscitou os cambistas a aproveitarem o momento para elevar o preço do dólar. Aliás, na constatação das «kinguilas» com os quais SA falou, o dólar tem estado escasso no mercado.

Outra leitura que se pode fazer do facto leva a pensar que, se os partidos e coligações beneficiários dos fundos destinados às campanhas políticas resolveram também fazer algum «caixa» com esse dinheiro, terão preferido fazê-lo em divisas. Cabe também mencionar que partido no poder, tendo beneficiado de um astronómico «bolo» para a campanha eleitoral vindo das mais distintas origens, pode ter sido o maior «contribuinte» da injeção de tantos kwanzas no mercado paralelo. Embora não se tenha divulgado oficialmente nenhum dado, calcula-se que o MPLA tenha gasto cerca de 75 milhões de dólares, segundo a BBC Brasil.

Boa parte desse montante é o que se pressupõe ter sido destinado desde as carreatas em apoio à candidatura de José Eduardo dos Santos, às «maratonas culturais» pró-mampelas, passando pela produção mediática. A confiança que possa recair sobre a estimativa da BBC Brasil quanto ao custo da campanha eleitoral do partido governante baseia-se no facto de terem sido profissionais brasileiros que se ocuparam da produção da propaganda em prol da reeleição de José Eduardo dos Santos.

No fundo o que aconteceu no mercado traduz-se num factor elementar de uma lição de economia: a lei da oferta e da procura. Quanto maior a procura (nesse caso, pelo dólar), mais cara a oferta (o preço do dólar). Entretanto, passadas as eleições gerais, o dólar no mercado paralelo continua sendo vendido com base na nova cotação (105,00 kz) e a «kinguilaria» não acena nada que dê a entender que o preço irá recuar ao normal tão cedo.

Nos próximos tempos, espera-se que a lei de oferta e da procura venha a regular a cotação. Com a política do Banco Central de «desdolarizar» as transacções comerciais internas para valorizar a moeda nacional, e consequentemente, a economia, de um modo geral, é possível que esse novo valor cambial do dólar se prolongue por um tempo maior do que se espera.

3.3 Projecto dissemina documentos pelos cidadãos

Semanário Angolense

08 de Setembro de 2012

O projecto BI/RC que está a ser aplicado em Angola é dos mais modernos do mundo, sendo similar aos dos Estados Unidos e outras nações desenvolvidas do mundo, constatou o Semanário Angolense, numa visita realizada à sede da Direcção Nacional do Arquivo e Identificação Civil e Criminal.

Falando ao S A, Manuel Guerreiro, da área de Atendimento do BI explicou que o seu sector procede ao atendimento ao Cidadão para informações, dúvidas, sugestões e reclamações no atendimento ou na emissão do BI ou Registo Criminal.

Igualmente, foi criado o «Service Desk», serviço de apoio aos funcionários das repartições para apoio e direcionamento das ocorrências às áreas e acompanhamento da sua resolução até à conclusão. A área de Atendimento está ainda encarregue do acompanhamento ao funcionamento dos postos de Bilhete de Identidade. A Área de Aplicação do BI e do RC tem a responsabilidade de resolver os problemas tecnológicos.

Juarez Agnelo, da área de infra-estruturas, disse que a sua área está ligada ao «Self Desk», que trata do suporte e resolução de ocorrências, quer do cidadão quer dos postos de emissão do BI e a montagem destes.

O sistema nacional de emissão de Bi conta actualmente com mais de 1000 funcionários todos dos ministério da justiça desde técnicos informáticos, operadores e técnicos superiores espalha por todo País, funcionários estes maioritariamente jovens angolanos formados no País e no exterior nomeadamente em países como a Alemanha, Índia e nos Estados Unidos.

Central de dados do BI e o RC

O engenheiro Júlio Lucas, um dos muitos técnicos jovens angolanos que ali funcionam, falou-nos da qualidade do investimento feito pelo Estado angolano, através do Ministério da Justiça, que permitiu dotar o sistema nacional de emissão de BI de tecnologia moderna, garantindo assim o acesso do cidadão ao BI, num curto espaço de tempo e sempre de forma segura.

Aquela central é um Data Center «PIER 3», montado de acordo com as melhores práticas internacionais, é considerada responsável pela centralização, armazenamento e segurança de todos os processos de emissão do Bilhete de Identidade e o Registo Criminal.

Está equipada com detector de fumo, câmaras de vídeo vigilância 24/24 horas, servidores, sistema de armazenamento de dados e de BACK UP. Foi desenhada, criada e instalada uma rede de comunicação de dados para permitir a emissão do BI e do RC em todo o território nacional

O Projecto BI/RG (Bilhete de Identidade/Registo Criminal), iniciado em Abril de 2008, registou a primeira emissão no dia 1 de Outubro de 2009 e do Registo Criminal, em 1 de Fevereiro de 2011. Durante quatro anos e três meses de trabalhos, o projecto abriu repartições fixas, entre BUEs, lojas de Siacs e dos Registos de Notariado, unidades móveis, carrinhas, malas Off-line em todas as 18 capitais das províncias e em alguns municípios.

Até Junho de 2012, foram produzidos 2.276.340 Bilhetes de Identidade e 838.913 Registos Criminais, sendo a produção diária actual de cerca de cinco mil Bis e 4.000 RC. Dada a facilidade na emissão do Registo Criminal, houve um incremento, do primeiro para o segundo ano, de mais de 200%.

Mais de 2000 pessoas formadas

A área de formação actua na inserção e reinserção laboral e actualização (reciclagem) de conhecimentos. O objectivo da formação consiste em aumentar e adequar o conhecimento e as habilidades dos funcionários.

A área realizou 159 formações, tendo formado 2.292 pessoas. Foram ainda digitalizados e organizados em arquivos, devidamente indexados, os processos emitidos entre os anos de 1996 e 2009. Até ao momento, foi feita a recuperação e digitalização dos processos feitos no sistema anterior, cerca de seis milhões de processos de BIs, equivalentes a 18 milhões de imagens. Foi igualmente digitalizado todo o acervo do Registo Criminal, equivalente a três milhões de imagens.

3.4 Administração do Cazenga trava venda de ambulantes

Jornal de Angola
14 de Setembro de 2012

A administração municipal do Cazenga, em Luanda, realizou ontem uma operação para acabar com a

venda ambulante na rotunda da Cuca e ao longo das avenidas dos Comandos e Ngola Kiluanje.

A iniciativa da administração local, que conta com o apoio da Polícia Nacional e da Fiscalização Provincial, tem como objectivo diminuir os engarrafamentos e a comercialização de produtos que representam um perigo para a saúde humana. O administrador municipal adjunto para a área técnica, Oliveira Bastos, garantiu que a operação vai ser contínua, com o propósito de acabar com a venda ambulante nestes locais onde faltam condições higiénicas e ocorrem actos de anarquia.

Oliveira Bastos referiu que esta medida começou com campanhas de sensibilização e registo dos vendedores que vão ser transferidos para outros mercados. "Já inaugurámos mercados locais com o propósito de acolher as pessoas que comercializam produtos em áreas impróprias", disse Oliveira Bastos que aconselhou a população a deixar de fazer compras em locais impróprios.

3.5 Governante de Luanda quer obras mais céleres

Jornal de Angola
14 de Setembro de 2012

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), José Tavares Ferreira, inspeccionou as obras em curso nos distritos urbanos. O governante do município de Luanda visitou os distritos urbanos do Sambizanga, Rangel, Kilamba Kiaxi, Malange Samba. José Tavares Ferreira inspeccionou no Sambizanga as obras de ampliação do mercado do São Paulo e do futuro Balcão Único do Empreendedor (BUE), na rua 12 de Julho daquele bairro.

Depois seguiu para o distrito do Rangel, onde observou a fase final da construção dos balcões únicos de empreendedores, que estão localizados na rua Ngola Mbande e na parte traseira do Cine N'gola, e da praça do Marçal. No Kilamba Kiaxi, José Tavares Ferreira esteve na zona da Sapú, onde está a ser construído um novo mercado e uma cozinha comunitária. Já na Maianga (zona do Catinton) recebeu informação sobre as obras em curso do BUE (Balcão Único do Empreendedor) e da cozinha comunitária, bem como do mercado do Rocha Pinto. No distrito da Samba, o gestor recebeu informações sobre o funcionamento do BUE, uma entidade que facilita a legalização de pequenas actividades empresariais.

O presidente da Comissão Administrativa da cidade de Luanda deixou orientações em todos os locais que visitou para que as obras sejam mais céleres. O município de Luanda é integrado pelos distritos urbanos da Ingombota, Maianga, Rangel, Kilamba Kiaxi, Sambizanga e Samba.

3.6 Taxistas queixam-se de extorsão em Cacuaco

O País

14 de Setembro de 2012

A falta de emprego é apontada como uma das causas que faz com que muitos jovens se refugiem nas paragens de táxis, onde efectuam cobrança de 200 kwanzas para o terreno onde os taxistas estacionam os seus automóveis para carregar os passageiros. Com mais de seis paragens para táxis, o mercado do Kikolo, no município de Cacuaco, é uns dos pontos da cidade capital onde os chamados "caenches" actuam com maior frequência e mais exigência.

Em cada um dos seis pontos existe um líder deste grupo de jovens que se responsabiliza pela recepção dos valores a serem cobrados compulsivamente aos motoristas. Depois o dinheiro é distribuído aos seus integrantes, compostos maioritariamente por rapazes e jovens com as idades compreendidas entre os 15 e 25 anos de idade.

Inicialmente, segundo apurámos, os motoristas pagavam apenas pelos serviços de limpeza efectuados nos locais em que efectuam o carregamento dos clientes. Mas as exigências aumentaram desde a entrada em cena de indivíduos, tidos como ilegais, que cobram outros serviços. Motorista há mais de 11 anos, Nzunzi David contou que diariamente gasta 600 kwanzas para poder trabalhar tranquilamente. Reconhece mesmo o pagamento que efectuam aos jovens tem sido uma obrigação para evitar conflitos.

"Os jovens que recebem os valores não fazem limpeza no local, mas exercem uma cobrança empírica com rigorosidade", considerou Nzunzi David. Por seu lado, Manuel Kilamba, que também actua no mercado do Kikolo, considera que a cobrança destes valores não consta das obrigações estipuladas pela administração daquele mercado. Os taxistas clamam mesmo pela intervenção da Polícia Nacional para se acabar com estas práticas protagonizadas por jovens que eles apontam como sendo possíveis marginais.

"É um sofrimento todos os dias dividir o dinheiro trabalhado com muito esforço e muitos riscos com jovens que não pretendem se esforçar, mas ganhar a

vida de forma fácil" desabafou Manuel Kialamba. Os taxistas dizem que o terreno onde estacionam as viaturas não é propriedade daqueles que exigem o dinheiro, até porque nem estes tratam da limpeza da própria zona e arredores. O estacionamento apresenta-se sempre sujo e isso não lhes impede de pagar o que lhes é exigido.

Consta que além da suposta limpeza das paragens, os jovens tratam também da segurança destes locais, onde os préstimos da Polícia Nacional não se fazem sentir. Por isso, há quem concorde com o pagamento diário para ter mais segurança durante o dia. "Pagar 100 kwanzas para ter segurança durante o trabalho já é muito bom e barato, apesar de que seria a Polícia Nacional a fazer este serviço", comentou Manuel. Um outro motorista que preferiu anonimato disse que o pagamento é uma "obrigação em função da posição que os caenches têm ao fazer a cobrança". Classifica a actividade como um furto, razão pela qual solicitam a intervenção das autoridades competentes para se evitar esta prática que consideram desagradável.

"Pago 200 kwanzas para o caenche, 100 para limpeza (terreno), 300 para o fiscal e mais os 100 do lotador. É muito gasto que se faz durante o dia", lamentou o anónimo. O incumprimento normalmente resulta em brigas porque os "cobradores de imposto" actuam sempre em grupos. Caso contrário sentem-se obrigados a alterar a rota inicial.

Passageiros não fogem à regra

Além do valor da corrida do táxi, os passageiros que se deslocam ao mercado do Kikolo também são obrigados a pagar 100 kwanzas caso pousem as compras e outras mercadorias no terreno que supostamente é protegido pelo grupo de jovens. A comerciante Maria Domingos, que vende no mercado do Asa Branca contou que sempre pagou a referida quantia quando se desloca ao mercado do Kikolo, onde adquire os produtos que comercializa.

Segundo ela, os jovens protegem-na de possíveis assaltos, embora considere que o valor não deveria ser pago porque o terreno não lhes pertence. "Os rapazes que se dedicam a este trabalho não têm nada para fazer na vida, por isso é que vêm aqui", contou a senhora.

Já Madalena João diz que tem efectuado o pagamento para evitar conflito com eles, porque, caso contrário, seriam capazes de reter a mercadoria adquirida. Pensa mesmo que "eles são bandidos, não prestam contas a ninguém pelo dinheiro que recebem. Serve para satisfazer os seus vícios".

Mas Paulo Estêvão assegura que os jovens efectuam um trabalho de risco por controlarem os supostos meliantes que actuam no mercado do Kikolo. Diz mesmo que esta actividade é desenvolvida com o consentimento dos efectivos da Polícia nacional, que tem um posto no interior da praça. Os efectivos que integram o referido posto policial recusaram-se a prestar qualquer informação sobre o assunto sem uma autorização do Comando Municipal de Cacuaco.

Taxistas devem recorrer à ATL

O chefe do secretariado do município de Cacuaco, Manuel da Conceição, considera incorrecta a cobrança de 200 kwanzas aos candongueiros. Segundo ele, a administração não autua directamente os jovens. Fá-lo por intermédio dos seus fiscais, que regularmente os interceptam. "A autoridade não pode punir o cidadão sem saber os motivos que o levam a praticar os actos ilícitos, por isso a administração age com prudência. A Insistência da actividade faz com que os fiscais encaminhem o caso à Polícia nacional que tem competência para punir todos os que desrespeitam a leis estabelecida pelo Governo", garantiu o responsável da Administração Municipal de Cacuaco.

Manuel da Conceição considera que todo o roubo é um crime e que, de uma forma ou outra, os jovens têm roubado a população. E aconselha os taxistas a recorrerem à Associação de Taxistas de Luanda para resolverem o problema.

3.7 GPL & vendedores ambulantes medem forças nas ruas de Luanda

Jornal O Independente
22 de Setembro de 2012

Uma das medidas tomadas a peito pelo GPL nestes dias foi a de pôr fim à venda ambulante pela cidade capital. Em muitos municípios a "correria" entre os fiscais e os vendedores está cada vez mais intensa. Embora o GPL tenha começado com campanhas de sensibilização e cadastramento para que os mesmos fossem todos encaminhados nos mercados municipais, estes ainda continuaram a fazer das suas. Não é dos dias de hoje que o GPL tenta usar a sua "mão pesada" para pôr fim ao fenómeno da venda ambulante que se alastrou em toda a parte da cidade de Luanda. Para alguns, a ideia de pôr fim à venda nas ruas não passa de uma tentativa do GPL para apenas satisfazer caprichos estéticos e que o seu fim, devido ao seu alastramento, é, pelo menos por agora, irreversível. Outra corrente de opinião, tida como a dos que apenas vivem na zona baixa de Luanda e outras partes consideradas como privilegiadamente

urbanas, defendem que é necessária as medidas agora tomadas pelo GPL em pôr fim à venda ambulante por prejudicar em demasia o ambiente em que vivem as pessoas.

Dona Celeste, moradora dos Ex-combatentes, afirma que tudo têm feito para tentar consciencializar as zungueiras do quanto é importante que tenham a máxima higiene por se tratar de uma venda muitas vezes feita em porta alheia. Entretanto, a moradora acusa que estas não levam isso em consideração e que apenas só lhes interessa o lucro. "As senhoras que vendem aqui não ouvem ninguém, e mesmo quando os moradores do prédio se dirigem bem às mesmas, nada fazem. Normalmente reagem com agressividade e ficam a dizer às pessoas do prédio que o espaço é público e que elas apenas estão a tentar ganhar a vida. E quando perguntamos sobre o lixo e a confusão que causam, elas em muitas vezes respondem que isso é da competência do governo", afirmou a cidadã.

A mesma é de opinião que se o GPL é que é o responsável pela limpeza da cidade, e só por isso, as zungueiras estão acomodadas para que o cenário continue imundo. "Em parte acho justo que o GPL comece a pensar em deixar a cidade limpa com o plano de por fim à venda ambulante. As pessoas ficam muito sentidas com tudo isso por se tratar também de uma das mais imediatas vias de sustento de muita gente que, por motivos de guerra ou consequências desta, acabaram por vir à capital do país, e em muitos casos cada uma vivendo à sua maneira, como é o caso das vendas que se fazem em qualquer sítio".

Quanto aos mercados, dona Celeste é de opinião que os mesmos têm sofrido boas reparações mas a população é que se habituou a comprar as coisas bem à sua porta. "Acho que as pessoas acomodaram-se com a situação pelo facto das mesmas venderem sempre à porta de casa. Em muitos casos, já quase ninguém consegue ir aos mercados como antigamente, onde até os mercados davam saudades. Tudo está na esquina das ruas e nas portas de casa. Com este cenário não se pode ficar a vender na praça quando os clientes já lá não vão devido as zungueiras que colocam os seus produtos ao dispor do cliente bem a escassos metros da sua casa. A situação não dá". Uma outra opinião é do Sr. Carlos da Costa, morador na Mutamba, ao afirmar que tudo tem que passar por um melhor planeamento da parte do GPL para que esta estrutura possa oferecer alternativas convincentes às pessoas que vendem nas ruas.

"O problema da venda ambulante há muito que tem sido o ponto em que o governo de Luanda tem tentado interferir com eficácia, mas quase ou nada se verifica porque passado uns dias estão novamente

estas senhoras a fazerem pequenas praças por de baixo dos prédios e a vender na rua como se fosse algo mais natural", disse o cidadão.

O GPL deveria perceber que, para pôr fim ao Roque Santeiro, deveria primeiro criar condições dignas de trânsito até ao Panguila, o que não aconteceu. As pessoas hoje, principalmente as zungueiras, quando alguém se dirige a elas no intuito de pedir que estas saiam ou parem de vender nas ruas, a principal desculpa que elas dão é que com o fim do Roque não sabem mais o que fazer senão vender nos passeios", disse. Já o cidadão identificado por Seba, vendedor ambulante à mais de dois anos, explica que não vende no mercado porque lá as coisas não correm muito bem. "Já pensei em vender em algum lugar que não tivesse sempre que estar atento aos fiscais e que não sentisse sempre o medo de perder as coisas, mas ir vender na praça as coisas complicam-se por falta de clientela". O cenário das ruas de Luanda de uns dias para cá não tem sido dos mais calmos entre fiscais e ambulantes.

3.8 O Comboio "rafeiro" de Luanda

Jornal A Capital

22 de Setembro de 2012

Foi em função de tais reclamações que o A Capital fez uma ronda desde a estação da Baía, passando pela do km 30, município de Viana, à bordo da locomotiva sdd6-1004, até ao término urbano, na estação do Bungu.

Enquanto aguardávamos pela máquina, os acentos da estação eram "invadidos" por vendedeiras de várias partes da cidade. Cada uma, ao seu jeito, arrumava os seus volumes de negócios. O desejo de todas é ocupar um lugar na primeira carruagem, isto é, aquela localizada depois da cabine do maquinista. É nela que a maioria das vendedeiras se senta com os respectivos produtos a comercializar. Segundo disseram, esta carruagem tem mais comodidade e segurança ao descer.

Uma das senhoras que pretendia ir na primeira, é Ana Maria, vendedora da praça do Tunga Ngó. Enquanto o comboio não vinha, trocamos um "papo" com ela. Explicou-nos que a primeira carruagem lhes merece, porque descem mais cedo.

"As que chegam ao término da Textang, sobem nas restantes carruagens, porque são poucas. Mesmo os passageiros que estão na estação do Tunga à espera do comboio. Já sabem que não devem subir na primeira carruagem", sabem, acrescentou, "que é das vendedeiras".

Minutos depois ouvia-se o apito do tão ansiado comboio "Rafeiro". Todos os passageiros levantaram-se em prontidão. Feito o embarque, notamos que não havia furgão para o depósito das mercadorias. Eram 8h30, período exclusivo para vendedeiras queiram escoar produtos do campo para centro da cidade.

A nossa equipa embarcou na carruagem das comerciantes. O amontoado de sacos com produtos do campo e a confusão que lá se fazia sentir, da impressão de que existe um mercado dentro do Tramueis.

E havia mesmo. Elas discutiam pelo facto de cada uma querer um lugar porta, para ser a primeira a descer.

Quando soou o apito da largada, os cobradores organizavam-se em grupos e passavam de carruagem em carruagem para fazer a cobrança aos passageiros respectivas mercadorias. A primeira constatação nossa foi que não há qualquer tabela de preços fixa na vitrina da estação ou nalguma parte do comboio. Os preços da mercadoria eram dados conforme o entender do cobrador.

Sacos de 50 kg de hortaliças, por exemplo, variavam entre os 100 e os 200 Kzs. Já os fogões de cozinha, camas, grades de cerveja, barrotos ou um aparelho electrodoméstico, iam dos 300 kz aos 500 kz. Para os passageiros, tal como nos autocarros, o bilhete tem um preço fixo, que é 30 kz.

Procuramos saber junto de um cobrador, onde estavam afixados os preços oficiais dos volumes mercadorias e em que critérios se baseavam para estabelecer o preço de cada atado. Com ar nervoso, disse sem rodeios: "não existe preço fixo. Estamos apenas a fazer o nosso trabalho",

Entre várias conversas animadas das vendedeiras e gritos de crianças, o ambiente era compreensível até para quem não levava nenhuma carga, mas tinha que dividir o espaço com carga diversa que até estorva a passagem dos passageiros.

É obrigatório afixar precário

Procuramos explicações junto da chefe do departamento de mercadorias do CFL, Katia Jandira do Nascimento. Adiantou que as estações e sub-estações têm a obrigação de colar os precários oficiais nas vitrinas e que todos os cobradores devem andar com um exemplar dos mesmos para mostrarem a qualquer passageiro que queira reclamar de algum preço. Quanto ao furgão, disse ser quase impossível o Tramueister, porque o comboio deve parar por apenas dois minutos em cada sub-estação.

"Dado o número de pessoas que, normalmente, a locomotiva carrega e o tempo que tem para carregar e descarregar, seria uma eternidade escolher os produtos no furgão, tendo, também, em conta o volume de produtos que os passageiros, particularmente, as vendedeiras, carregam", explicou a responsável.

Segundo ela o Tramueis não é um comboio de carga, mas dada a carência das pessoas foi adaptado à esta realidade. "Não podemos deixar de levar uma senhora com carga e com o bebé às costas, por exemplo", manifestou.

"Quanto a diversidade de mercadorias, nós estipulamos preços de 50 a 500 kz, dependentemente da carga. Urna cesta com tomates ou cenouras, não pode passar o valor de 50 kz; por um fogão, uma geleira ou arca, devem pagar-se 400 kz, conforme o preço oficial", atestou, acrescentando que existem, igualmente, produtos proibidos, tais como combustíveis, botijas de gás, vidros e chapas de zinco, para só apontar estes.

À margem da viagem

Na estação dos Musseques, também conhecida por Tunga, a locomotiva ficou consideravelmente calma, não obstante a discussão entre quatro jovens que se gabavam de ter agarrado um suposto burlador. Sem se identificarem, os mesmos acusavam um homem que aparentava ter 48 anos, de ter burlado 80 mil kz a amigos destes e familiares, alegando que no espaço de uma semana arranjava emprego para eles na fábrica Coca-Cola. Passados dois meses, segundo eles, várias outras pessoas do mesmo bairro caíram na mesma armadilha.

O suposto burlador, alegadamente, agia em colaboração com um amigo que ficava no bairro Dimuca, município do Sambízanga. O mesmo, como se disse, dava o número do suposto chefe da Coca-Cola, que, supostamente, estaria a empregar várias pessoas.

Os jovens ligavam para o número de telefone dado pelo suposto burlador, a pedir emprego na empresa Coca-Cola e que já tinham os 20 mil kz, valor, entretanto, combinado na véspera. O ponto de encontro combinado para a consumação do processo era a estação do Tunga. Só que, o burlador foi surpreendido por quatro jovens que o imobilizaram, tão logo se identificou como o tal que trabalha na Coca-Cola. Aos olhos dos agentes da Ordem presentes, os jovens detiveram o "seu" burlador e na estação da Dirnuca desceram, tendo desaparecido com o mesmo nos becos do bairro.

Seguimos viagem, até que, nas imediações do bairro da Lixeira, ao Sambizanga, seis jovens subiram a passagem aérea que aí se encontra, e começaram a arremessar pedras para comboio. Minutos depois, estava o director da oficina dos Caminhos-de-Ferro a informar que o comboio expresso de marca sdd6a-0004 que vinha no mesmo trajecto que o nosso, havia sido apedrejado nas imediações do bairro BCA, ao município de Viana, tendo ficado com os vidros de frente quebrados.

3.9 Mercado comunal com espaço livre para vendedoras

Jornal de Angola

23 de Setembro de 2012

O mercado comunal de Calumbo, no município de Viana, em Luanda, inaugurado em Agosto, possui espaço para acolher novas vendedoras, soube na quinta-feira a Angop. O administrador do mercado, oficialmente conhecido por Mamãs de Calumbo, Pedro Armando Fernandes, disse que a infra-estrutura, inicialmente com capacidade para 500 vendedoras, tem espaços suficientes para acolher mais pessoas, caso demonstrem interesse.

As pessoas interessadas em vender no local devem apresentar à administração do mercado uma fotocópia do Bilhete de Identidade e duas fotografias tipo passe para terem acesso a um lugar.

A iniciativa da direcção do mercado visa retirar as vendedoras ambulantes das ruas, de modo a que tenham a possibilidade de exercer a sua actividade em segurança. Pedro Fernandes informou que, com o surgimento da nova infra-estrutura na comunidade de Calumbo, a população local ganhou um espaço capaz de armazenar e conservar produtos em condições de higiene.

"A requalificação e alargamento do mercado da comuna de Calumbo foi um ganho para a população", disse o gestor Pedro Fernandes, sublinhando que as pessoas que ali se deslocam têm agora outra visão da zona.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Genebra. Angola apresenta indicadores sobre crescimento económico

Jornal de Angola
19 de Setembro de 2012

Angola apresenta em Genebra (Suíça) dados sobre o crescimento económico, geração de emprego e redução da pobreza, na 59ª Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED, na sigla francesa). O representante permanente de Angola junto da ONU e Organizações Internacionais em Genebra, embaixador Apolinário Correia, representa o país no conclave aberto segunda-feira e que encerra no próximo dia 28 do mês em curso.

A sessão de abertura foi presidida pelo secretário-geral da CNUCED, Júri Seilenthal, tendo o primeiro painel sido dominado pelas intervenções do vice-primeiro-ministro do Lesoto, Mothetjoa Metsing, e do ministro do Comércio e Indústria da Zâmbia, Robert Sichinga, que falaram sobre o crescimento económico em África e a sua incidência sobre o desenvolvimento e a redução da pobreza.

Os trabalhos prosseguiram ontem com a discussão sobre os temas "A interdependência: coordenação de estímulo para o crescimento global" e "As estratégias de desenvolvimento num mundo globalizado: a redução das desigualdades para um desenvolvimento equilibrado e sustentável". O encontro discute ainda questões da actualidade económica mundial, tais como as estratégias de desenvolvimento num mundo globalizado, evolução do sistema internacional de comércio e as suas tendências no quadro de desenvolvimento.

A sessão avalia as actividades de cooperação técnica da organização e vai adoptar o relatório do grupo de trabalho sobre o quadro estratégico e o programa orçamental da CNUCED. À semelhança das sessões anteriores, o conselho tem um painel voltado ao continente africano, que aborda a questão da transformação estrutural e do desenvolvimento sustentável em África e outro dedicado aos Países Menos Avançados (PMA) e os seus desafios.

A 593 Sessão do Conselho do Comércio e Desenvolvimento é uma sessão regular que tem lugar todos os anos, com o objectivo de balancear as actividades desenvolvidas pelos diferentes órgãos da CNUCED. O Executivo está a executar o programa de desenvolvimento integrado e de combate à pobreza em todos os municípios, com impacto na população alvo.

4.2 Receita petrolífera já superou valor inscrito no OGE para 2012

O País
21 de Setembro de 2012

As receitas petrolíferas arrecadadas pelo Estado até Agosto já superaram em Kz 72,462 biliões (cerca de USD 761,5 milhões ao câmbio corrente) o valor inscrito no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2012 para as receitas dos três impostos que incidem sobre o sector - o Imposto sobre o Rendimento da Indústria Petrolífera (IRP), o Imposto sobre a Produção Petrolífera (IPP) e o Imposto sobre as Transacções Petrolíferas (ITP). O OGE para 2012 prevê que a colecta dos impostos que incidem sobre o sector petrolífero se situe, no final do exercício, em Kz 771,125 biliões (o correspondente a 20,5% do conjunto das receitas correntes e pouco mais de 17% das receitas totais), sendo que, até ao final do mês de Agosto, de acordo com a informação disponibilizada pelo Ministério das Finanças, a soma dos impostos a pagar pela indústria petrolífera se eleva a Kz 843,587 biliões, ou seja, excede em 9,3% o valor inscrito no OGE para o conjunto do ano.

E embora não se conheçam ainda os dados relativos à evolução da despesa pública é admissível que o saldo corrente orçamental se venha a situar acima dos 12% do PIB previstos no OGE para 2012, o que implicará, no [mal do ano, que o excedente orçamental supere a previsão inicial de 2,6% do PIB.

Receita petrolífera atinge USD 26,9 biliões

Este resultado fica-se a dever ao cenário muito positivo em que vêm evoluindo as receitas decorrentes da exploração petrolífera este ano, as quais, na totalidade, ou seja, englobando as receitas fiscais e as receitas da concessionária, superaram, nos primeiros oito meses de 2012, os USD 26,9 biliões, a maior de sempre a preços nominais. Em 2011, no mesmo período, a receita petrolífera total situou-se na casa dos USD 24,95 biliões 2010, em USD 17,33 biliões. Para o bom resultado de 2012 contribuiu a evolução muito favorável do preço do barril ao longo do ano. Com efeito, entre Janeiro e Agosto do corrente ano, o preço médio do barril fixou -se nos

USD 111,21, acima dos USD 108 apurados em igual período do ano passado e bastante acima dos USD 75,39 verificados em 2010. A diferença entre a receita orçamentada e a realizada reflecte o desfasamento existente entre o preço médio de exportação (USD 111,21) verificado e o preço do barril de petróleo subjacente ao OGE (USD 77).

No entanto, se o volume de exportação no período em análise superou a do ano anterior (1,732 milhões de barris diários - mbd - em média em 2012 contra 1,604 mbd, em termos médios, em 2011, ainda ficou aquém da exportação realizada entre Janeiro e o [mal de Agosto de 2010 (período em que se exportaram, em média, 1,808 mbd)]. E fica também aquém da previsão relativa à produção petrolífera inscrita no OGE para este ano (1,842 mbd]. Refira-se ainda que o valor médio de exportação reportado pelo Ministério das Finanças relativamente a Agosto (1,704 mbd) se situa abaixo do valor atribuído pela OPEP, citando fontes secundárias, à produção angolana (1,848 mbd). A receita total realizada pela concessionária superava, no final de Agosto, os USD 18,039 biliões, acima dos USD 16,44 biliões atingidos em igual período de 2011 e dos USD 11,213 biliões de 2010.

Tendência positiva

É natural que a receita obtida com os impostos que incidem sobre o sector petrolífero mantenha uma tendência muito positiva até ao final do ano, atendendo a que todos os sinais apontam para que o preço do barril de petróleo se mantenha num patamar elevado. Refira-se que, no final da passada semana, os contratos futuros de petróleo negociados na New York Mercantile Exchange (Nymex) chegaram a tocar os USD 100,00 por barril, na sequência da divulgação das medidas de estímulo à economia anunciadas na quinta-feira pela Reserva Federal (Fed, o banco central dos Estados Unidos). O contrato de petróleo para Outubro subiu USD 0,69 (0,70%), fechando a USD 99,00 por barril. Já na plataforma electrónica ICE, o barril do Brent para Novembro avançou USD 0,78 (0,67%) encerrando nos USD 116,66.

4.3 Acção para o Desenvolvimento Rural quer ter estatuto de utilidade pública

Jornal de Angola

24 de Setembro de 2012

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembi, defendeu ontem em Luanda que a instituição pode aumentar e expandir melhor os seus projectos se passar a beneficiar do estatuto de utilidade pública.

O gestor da ADRA, que falava à Angop sobre uma acção de formação dirigida aos seus funcionários, disse que, caso seja de utilidade pública, a instituição vai beneficiar do Orçamento Geral do Estado (OGE), o que ajuda na concretização de muitos projectos e contribui para o desenvolvimento do país.

Belarmino Jelembi referiu que actualmente a instituição funciona com seis milhões de dólares, dos quais cinco milhões são provenientes de ajuda externa. A Acção para o Desenvolvimento Rural existe há 22 anos e realiza acções para o fortalecimento da sociedade, através de um programa de intervenção social e de desenvolvimento comunitário em todo o país. A Organização Não-Governamental executa ainda programas de segurança alimentar junto das comunidades rurais, ajudando na melhoria das condições de vida das famílias camponesas.

A ADRA, dentro da sua estratégia de intervenção social nas comunidades rurais, criou vários programas de desenvolvimento comunitário que beneficiam 500 cooperativas. O Estatuto de Utilidade Pública é especialmente concedido a associações que prestam serviço que beneficiam a sociedade, cuja condição principal é ter três anos de trabalho efectivo junto da sociedade.

Uma instituição de utilidade pública beneficia mensalmente de fundo do OGE para cobrir as suas actividades e tem direitos de isenção de imposto.

4.4 Governador do BNA rejeita dificuldades para garantir actividade das instituições

Jornal de Angola Fonte
28 de Setembro de 2012

O governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, assegurou ontem, em Luanda, que, apesar do Orçamento Geral do Estado do próximo ano ainda não ter sido aprovado, as empresas e Instituições do Estado poderão funcionar sem sobressaltos.

Em declarações à imprensa antes da cerimónia de tomada de posse dos deputados, o governador referiu que a programação orçamental está aprovada até ao final do exercício de 2012. "Teremos condições para trabalhar nos primeiros meses de 2013, conforme estipula a própria lei, até à aprovação do orçamento do ano", sublinhou o governador.

"As fontes públicas continuam equilibradas, temos recursos suficientes para continuar com a execução quer das despesas correntes como de capitais, não havendo qualquer sobressalto a este nível", frisou José de Lima Massano. Por outro lado, cinco instituições bancárias angolanas, dos vinte bancos que operam no país, dominaram o mercado interno quanto ao volume de depósito anual, segundo o Relatório e Contas do Banco Angolano de Investimentos (BAI).

Trata-se do BAI, BFA (Banco de Fomento Angola), BPC (Banco de Poupança e Crédito), BESA (Banco Espírito Santo Angola) e Banco BIC, representando 76 por cento do volume de depósitos e crédito concedido. Referente a 2011, o Relatório e Contas adianta que dos cinco bancos, o Banco Angolano de Investimentos (BAI) possui a maior quota de mercado em termos de depósitos e crédito concedido, situando-se no equivalente a 20 por cento.

A seguir vem o BESA com 18 por cento, BPC (16 por cento), BFA (16 por cento) e BIC (12 por cento). O conjunto de outros bancos aparece com 24 por cento. O relatório do BAI destaca o contributo do BNA concedido por via do programa de educação financeira, no aumento da taxa de adesão da população ao sistema bancário, facilitando o processo de acesso aos produtos e serviços disponíveis na banca a um número cada vez maior de pessoas.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Um todo poderoso senhor MPLA

A Capital

04 De Setembro de 2012

A o acompanharem a divulgação dos resultados provisórios das eleições gerais realizadas em Angola na passada sexta-feira, 31 de Agosto, os militantes do MPLA confrontam-se com boas e más notícias. Por esta altura, nas hostes dos camaradas há, certamente, múltiplos motivos para se festejar. Afinal, a contagem provisória atribuída um número de votos correspondente a 72,85 por cento, ao cair da tarde de Domingo, 02 de Setembro. Até à altura em que se fechava a presente edição deste semanário, em que já se tinha escrutinado mais de 85 por cento dos votos, tudo apontava que a vitória do MPLA, partido no poder em Angola desde 1975, nas terceiras eleições multipartidárias realizadas no país seria tão estrondosa como tal percentagem sugeriu. Mais importante que o estrondo é, sim, o resultado prático do que ele traz consigo. Os 72,85 por cento de votos conquistados pelos camaradas implicam uma maioria qualificada. Isto é, no parlamento angolano, com um total de 220 vagas, o MPLA conseguiu eleger, até ao fecho desta edição, 178 deputados. Portanto, trata-se de uma maioria superior a dois terços, significando que este partido poderá aprovar várias iniciativas legislativas mesmo perante votos contra da oposição. Não se trata, propriamente, de uma grande novidade. Nas eleições de há quatro anos, portanto, nas legislativas de 2008, o MPLA conseguiu 81,73 por cento dos votos, valendo-lhe 191 deputados no parlamento, naquilo que se constituiu, tal como agora, numa maioria. Foi com esta maioria que o MPLA conseguiu, ao longo da legislatura passada, reformular o quadro legislativo angolano, incluindo a aprovação, em 2010, da Constituição da República de Angola. Na prática, o resultado destas eleições implicam que pouco, ou mesmo quase nada, vai mudar no cenário político, embora os resultados provisórios, contabilizados pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE), contenham elementos susceptíveis de sugerir o contrário. O número de votos e, por conseguinte, de deputados alcançados pelo MPLA para a próxima legislatura é relativamente inferior ao da passada. Contra os anteriores 81,64 por cento, os camaradas contabilizam, agora, 72,85 por cento, correspondendo a menos 13 deputados que os 191 eleitos por este partido em 2008. No próximo parlamento, portanto,

a voz mais alta a ser ouvida continuará a ser a dos camaradas, que reúnem ao redor de si, proporcionalmente, a mesma força legislativa. Mas para um partido da dimensão do MPLA a perda de 13 lugares no Parlamento pode não constituir um sinal vermelho mas está, certamente, bem próximo do laranja. Foi uma interrupção à tendência crescente do número de votos que vem conquistando nos tres pleitos eleitorais que Angola já realizou. Em 1992, ano em que se realizaram as primeiras eleições legislativas, os camaradas e conquistaram 53,74 por cento de votos, equivalendo a 129 assentos no Parlamento. Nas eleições de 2008, porém, os camaradas superaram de longe este número. Conseguiram mais 61 lugares, Isto é, fruto de uma vitória de 81,64 por cento elegeram 191 deputados, agora reduzidos, nas eleições de ' 2012, para 178 como consequência da acumulação de 72,85 por cento dos votos. Esta pequena má notícia para os camaradas do MPLA constituiu, no fundo, uma substancial boa notícia para os maninhos da UNITA. A turma do Galo Negro logrou, desta vez, recuperar da tendência decrescente que vinha registando desde as eleições de 1992. Neste ano, até ao fecho da presente edição deste semanário, a contagem de votos atribuída 18,22 por cento à UNITA. Em termos práticos, isso equivale a 32 deputados, mais 16 deputados que os dezasseis que, na legislatura passada, representavam o parlamento. Mesmo assim, este número nem sequer representa a metade dos deputados que a UNITA já elegeu na história das eleições legislativas em Angola. No seu tempo dourado, em 1992, os maninhos conseguiram eleger 70 deputados, fruto de uma acumulação de 34,10 por cento dos votos. Mas, para a UNITA, este crescimento tem também o seu lado agrídoce. O estatuto de terceira maior força política angolana pertence a uma coligação de pequenos partidos na sequência das eleições de 31 de Agosto último. Trata-se de uma formação política liderada, justamente, por um dissidente da UNITA Abel Chivukuvuku, enquanto líder da Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), levou-a a conquistar 5,60 por cento dos votos, o que lhe poderá valer 7 ou mesmo 8 deputados. É um resultado digno de felicitação, sobretudo para uma força criada há menos de seis meses. Este facto legítima as indagações sobre se os maninhos ganhariam mais, ou não, se Abel concretizasse as suas pretensões presidencialistas, para com a UNITA, entretanto goradas no congresso de 2011. Dir-se-ia que a desgraça bateu a porta ao Partido de Renovação Social (PRS). Depois de duas legislaturas no lugar de terceira força política angolana com maior representação parlamentar, eis que a terceira não foi de vez. Contrariando a tendência evolutiva, visto que em 1992 este partido conquistou 6 deputados, fruto de 2,6 por cento dos votos, e em

2008 aumentou para 8 a sua representatividade parlamentar com 3;17 por cento, em 2012, porém, reduziu o número de assentos na Assembleia para 2. Um facto curioso, todavia, é que um dos seus dirigentes de proa, que foi chefe da bancada parlamentar e secretário para a informação do partido, Lindo Bernardo Tito, é hoje um dos quatro vice-presidentes da CASA-CE, coligação que chamou a si a terceira maior representatividade parlamentar. Temos, por fim, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) que começa a consolidar a derrapagem política, cumprindo, em termos de representação parlamentar, o percurso de uma pirâmide invertida. Se em 1992, este partido histórico conseguiu 5 assentos parlamentares, em 2008 este número reduziu para 3 e nestas eleições de 2012 não deverá passar de 1 deputado. Ainda assim, a FNLA posiciona-se melhor que a Nova Democracia União Eleitoral (ND-UE) que, dos 2 deputados eleitos em 2008, não sobra sequer um para contar a história nestas eleições de 2012.

5.2 Cacucaco, Viana, Cazenga e Belas roubam votos ao MPLA

A Capital

04 De Setembro de 2012

O impensável aconteceu. Na província de Luanda, conquistada em 2008 pelo MPLA com 5 deputados, desta vez o caldo entornou. A UNITA conseguiu, garantidamente, eleger um deputado, com fortes probabilidades de a CASA-CE ficar, também, com um assento neste círculo provincial. Até ao fecho desta edição, a contagem de votos já ia nos 64,42 por cento e o MPLA liderava com 58,24 por cento, contra 25,41 por cento da UNITA e 13,91 da CASA-CE. Em termos práticos, o MPLA contava 4 deputados, e a UNITA 1, embora houvesse a possibilidade de a CASA-CE aumentar a percentagem devotos e ficar, ela também, com 1 dos cinco deputados deste círculo eleitoral. Mas como se chegou a tanto? Os números não mentem. Os dados da CNE mostram uma disputa renhida em muitos municípios, a exemplo de Cacucaco onde a contagem provisória dava 48,0 por cento dos votos ao MPLA e 43,48 por cento à UNITA. Em Viana o MPLA teve de suar para vencer a UNITA. Os dados provisórios sugeriam 55,83 por cento dos votos daquele município para os camaradas e 33,31 aos maninhos. Tal como foi no município de Belas onde com 58,37 por cento, o MPLA conseguiu uma vitória arrojada à UNITA, que acumulou 24,67 por cento. No Cazenga, o MPLA ficou com uns apertados 61,96 por cento, contra 23,87 por cento da UNITA Já no que respeita à coligação de Abel Chivukuvuku, esta obteve

melhores resultados, na província de Luanda, nos municípios de Luanda (18,62 por cento), Belas (14,65 por cento) e Viana (8,02 por cento). A vitória do MPLA, conforme os dados provisórios, foi mais ou menos folgada apenas nos municípios de Luanda (59,57 por cento contra 19,45 por cento da UNITA e 18,62 por cento da CASA-CE), e largamente vantajosa em Icolo e Bengo (83,37 por cento).

5.3 MPLA já trabalha para lançar autárquicas

Jornal de Angola

04 de Setembro de 2012

O MPLA garante que vai continuar a trabalhar para as eleições autárquicas, mobilizando as suas bases para o efeito, segundo afirmou o seu vice-presidente, Roberto de Almeida. Em declarações à Rádio Nacional de Angola (RNA), Roberto de Almeida, que reagia a uma pergunta relacionada com o facto da UNITA ter conquistado um número elevado de votos no município do Cacucaco, em Luanda, afirmou que o MPLA vai agora preparar-se para conquistar as autarquias, sem falar em datas.

"A UNITA tem a sua massa militante quase concentrada no município do Cacucaco, razão pela qual ganharam lá. Este factor vai-nos obrigar a trabalhar afincadamente para reverter a situação", acrescentou Roberto de Almeida.

5.4 As piores prestações Luanda no comando

Semanário Continente

07 de Setembro de 2012

Uma das mais baixas safras do MPLA nestas eleições registou-se em Luanda, onde a direcção da campanha eleitoral, apesar de dispor de todos os meios ao seu alcance, desde humanos, financeiros, rolantes e técnicos, não conseguiu mobilizar os eleitores, por forma a ultrapassar os 909.686 votos obtidos, perfazendo 59,37%. Os números em si dizem que os "camaradas" em Luanda, a maior praça político-eleitoral do país, deixou os seus créditos em mãos alheias, permitindo que a UNITA obtivesse 24,68%, seguida da CASA-CE, com 13,05%. A FNLA conseguiu apenas 1,16%. Os outros cumpriram apenas calendário.

Algo semelhante ocorreu em Cabinda, onde o MPLA não foi para além dos 59,40% e na Lunda Sul, 58,37%. Voltando ao descalabro de Luanda, diz-se à boca pequena que o mesmo está na base de várias

origens, entre elas, o desprezo em que foram votadas as zonas suburbanas e periféricas, sob a responsabilidade de Bento Kangamba. Diz-se, também, que as imediações do Estádio 11 de Novembro não deveriam ser o local ideal para acolher o encerramento da campanha eleitoral do MPLA. Aconselhava-se que o acto deveria ter lugar no Zango ou Cacuaco, como em 2008, para envolver muita multidão, incluindo os descontentes do próprio partido e captar os simpatizantes da UNITA. Quanto à realização de espectáculos, foi notório que os mesmos só foram realizados com maior incidência nas zonas urbanas, onde o partido, ao que se diz, tem pouca credibilidade. Notou-se também que quando o presidente do partido se deslocou ao interior do país, toda a equipa e a coordenação dos espectáculos em Luanda seguiram a carnaval presidencial, deixando a capital do país escancarada, permitindo a UNITA, inclusive fazer manifestação na Estrada de Catete e, depois, assaltando a Praça da Família, que deveria ser ocupada com os espectáculos da campanha eleitoral do MPLA. Houve também renitência por parte de elementos afectos à direcção da campanha eleitoral em Luanda ao acatar os conselhos do empresário Riquinho, sobre a distribuição de capacetes e motas decoradas com as cores do MPLA. Estes, porém, deveriam aparecer nos bairros como bola diariamente a ideia genial do empresário, os "Chicos Espertos" preferiram fazer o contrário, distribuindo apenas mil capacetes, dando destino que só eles sabem, às motas e no final das contas a emenda saiu pior que o soneto.

5.5 Abstenção é a maior oposição de Angola

Angolense

07 de Setembro de 2012

Até a última actualização dos resultados provisórios da CNE que tivemos acesso, o MPLA levava vantagem com mais de 70% dos votos, a UNITA vem em segundo lugar e a CASA-CE em terceiro.

Mas, o que chamou a nossa atenção foi o elevado número de abstenções, que está a ser vista agora como sendo o maior partido da oposição, pois conseguiu uma percentagem que a oposição não conseguiu. Segundo os analistas políticos, as abstenções são uma forma de demonstração de frustração por parte dos cidadãos e de falta de credibilidade para com os governantes. Para o professor universitário, Fernando Macedo, é preciso saber se os que não votaram são os que não tinham os nomes inscritos nos cadernos eleitorais ou os que não puderam votar, porque a Assembleia de Voto que lhes foi atribuída distava muitos quilómetros de

suas residências ou, ainda, se situava numa província diferente daquela em que podiam, ou se, simplesmente, a razão para a abstenção foi a opção livre de não ir votar.

"Se alguns desses factores combinados explicam mais consistentemente o nível de abstenção registado. Por outro lado, há que saber se existem de facto, mais ou menos, 9 milhões de eleitores. De qualquer modo, na minha humilde maneira de ver, a análise só faz sentido se as eleições tiverem sido de facto justas e honestas", frisou. Já Marcolino Moco, professor universitário, é de opinião que esta abstenção que se registou nas eleições é um reflexo dos problemas que houve e há. "As eleições anteriores, em Angola, foram bem participadas, porque o povo tinha grandes esperanças nelas e ambas foram sabotadas por nós, políticos deste país sem sorte de encontrar lideranças minimamente voltadas para o interesse comum. Se, se analisar a abstenção em Luanda, vai ver-se que o problema não foi das associações cívicas que não foram eficazes. "Não sou o único frustrado (como insiste em dizer um conhecido padre) neste país, com uma situação tão degradante, em termos duma ética política mínima", defendeu.

5.6 Abstenção eleitoral em Luanda a quem beneficiou?

Semanário Continente

07 de Setembro de 2012

Após as projecções dos resultados das eleições 2012, de uma forma geral, ressaltou à vista a abstenção que atingiu por volta de 37% do número de eleitores registados. Se noutras províncias podia-se procurar razões objectivas, tal como a deslocação de eleitores, em Luanda isto seria pouco provável, porque a última actualização se realizou em pouco menos de 2 meses antes das eleições. A classe política na capital apresentou-se surpresa, porque tudo quanto se sabe, e propalado pelo MPLA local, possuem uma massa militante aproximada de 2 milhões. Os resultados desta província apontam que foram registados 2.864.663 eleitores, estiveram às urnas cerca de 1.602.624 cidadãos, havendo como votos válidos cerca de 1.554.475, destes, 922.478 votaram no lugar certo e com uma abstenção de cerca de 52%. Como é da praxe, os politólogos cá da casa, (não a do Abel Epalanga) lançaram-se em campo para especular nos órgãos de comunicação pública, que razões subjazem desta inquietação eleitoral. Uns analistas sem pestanejar, elegeram a UNITA e os seus anexos, para parafrasear um deputado cessante, que foram os culpados da abstenção geral, pois estes partidos políticos, no limiar das eleições, insistiam nas suspeitas de fraudes e não se definiam quanto a ida

ou não ao voto e quando se decidiram já foi tarde demais.

Os eleitores conscientes do voto, na dúvida, não foram às assembleias para exercer o seu direito. Outros teóricos, dizem que um dos principais factores foi motivado pela mobilidade dos cidadãos de zonas urbanas para as peri-urbanas, agravada com a publicação tardia de cadernos eleitorais que em parte inibiram os cidadãos de se movimentarem de um lado para o outro, por causa da falta da identificação das assembleias de voto. Quanto aos políticos da oposição, atiram-se contra a CNE, que consideraram tais desarranjos, um golpe a eles, porque supõem que nas zonas urbanas as assembleias de votos eram em demasia e por isso estavam às moscas e na periferia como Viana, Cacucaco, as assembleias eram escassas e estavam completamente apinhadas de gente motivando confusão e por isso, muitos eleitores, abandonaram os seus desígnios e não votaram. Verdadeiros ou não os dados lançados, o certo mesmo é que dos eleitores inscritos em Luanda na ordem de mais de 2.800.000, simplesmente metade foram às urnas e destes, cerca de 50% votou no partido maioritário e outra parte foi para os partidos da oposição.

Logo, interrogações se colocam sobre quem terá ganho com esta situação. À partida, contrariamente como muitos analistas diziam no lançamento dos dados, parece que quem teve maior prejuízo foi o MPLA, porque com o número de militantes e simpatizantes que possui na cidade, sempre teria como passar a fasquia de 500 000 votos que obteve, o que não se pode dizer em relação aos partidos da oposição, que chegaram a repartir votos em plena zona urbana que se julgava não pescariam em mar alheio. Nisso, há que destacar a estreante CASA-CE que não tendo conquistado um "deputazito" em Luanda, ganhou com isso, um número considerável para o círculo nacional. Por isso para início de conversa, a todos os níveis os seus cabos eleitorais realizaram uma obra.

5.7 Uma abstenção surpreendente!

Semanário Angolense
08 de Setembro de 2012

Essa é que ninguém previu: a grande abstenção, consubstanciada em cerca de 49% de eleitores. Ou seja, quase metade de eleitores preferiu ficar em casa e não votar. Cunene, Lunda Norte, Huíla, Luanda e Zaire lideram a lista com 44,0%, 43,2%, 42,0%, 42,7% e 42,6%, respectivamente. Isso não tinha acontecido antes, nem mesmo em 1992, quando as

pessoas foram votar literalmente debaixo dos canos das armas de dois exércitos rivais.

Os cânones da Ciência Política são claros quanto a isso: os eleitores que se abstêm são aqueles que, não estando de acordo com o partido que governa, não foram também convencidos pela alternativa oferecida pela oposição. Traduzido para a nossa realidade, esses eleitores são aqueles que, não se revendo na governação do MPLA, não confiam também na UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA, para citar apenas os partidos e coligações que foram mais votados depois do MPLA. Aqueles que acham que se o MPLA é o mau, a oposição é pior ainda, pelo que optaram por dar o benefício da dúvida ao «maioritário». Por conseguinte, ficaram em casa e aguardam para ver. Quais seriam as razões que levaram uma percentagem tão significativa a agir dessa forma? A geografia desta abstenção, especialmente as províncias onde ela mais se verificou, ajuda-nos a compreender em parte esse fenómeno, e parece confirmar essa teoria.

No Cunene, praça-forte do MPLA, vem-se verificando uma crescente insatisfação com a sua governação. Nessa província, sente-se muito intensamente a diferença do nível de vida entre ela e a vizinha Namíbia, que até tem muito menos recursos que Angola, e onde as suas populações têm tudo o que precisam para viver com dignidade. Ao ponto que é lá onde os angolanos vão buscar saúde, educação e até bens de primeira necessidade de qualidade muito superior e mais barata que podem obter em Angola.

Já na Lunda Norte, tida como praça-forte do PRS, as pessoas vêm denotando um cansaço acentuado com o discurso velho e cansado desse partido, que não traz nenhum valor acrescentado na satisfação dos muitos problemas que aquela parcela do país atravessa, quase a ser desmanchada pelas empresas diamantíferas, perante o seu olhar silencioso. Perante a série de realizações que o Executivo fez questão de inaugurar durante a campanha eleitoral, preferiram dar ao partido que o sustenta o benefício da dúvida.

Luanda é o que se sabe. Constituída pelos eleitores mais esclarecidos do país, mercê de uma maior disponibilização de canais de informação; são os que mais sofrem com a discrepância entre as riquezas do país e os baixos níveis de vida dos cidadãos. Mas também são aqueles que são mais capazes de compreender os avanços que o país teve desde que está em paz. Numa reacção que é típica das classes médias, eles querem mais, muito mais, mas não estão dispostos a perder o que já alcançaram. Daí esse cartão amarelo ao partido no poder, a quem parecem considerar ainda ,como o único a prosseguir num

caminho que lhes dê essas garantias. Outro aspecto importante que pode ter contribuído decisivamente para estes níveis de abstenção foi a comunicação política menos conseguida e de laivos racistas, xenófobos, fundamentalistas mesmo, de alguns dirigentes da oposição, com destaque para o general Numa da UNITA. Ao atirar-se contra os «caboverdianos, os santomenses, os crioulos e os descendentes de portugueses», que, segundo ele, são os «que mandam no país e por causa disso os causadores de todas as guerras», matou quase todas as possibilidades de conquistar este nicho de eleitorado, por sinal muito presente em Luanda.

O facto de o resto da oposição não se ter demarcado deste discurso fez com que fosse incluído na penalização que os eleitores entenderam que lhes devia ser atribuído. E se acrescentarmos a isso o discurso desmobilizador ao acto eleitoral com que a UNITA se pautou, teremos então o provável conjunto de factores responsáveis pelos elevados níveis de abstenção.

A abstenção ocorrida na Huíla e Zaire também tem a sua explicação no facto de que, se na primeira existe também um eleitor de perfil bastante crítico devido aos altos níveis de alfabetização e a existência de uma classe média interventiva, na segunda houve o fenómeno FNLA, com cuja direcção actual os eleitores desta província não se revêem.

Por junto e atacado, é caso para dizer que, no meio disto tudo, o eleitor angolano mostrou que cresceu e maturou em termos de democracia. E com esta maturidade decidiu mostrar um cartão amarelo à classe política, com a qual andarás desencantado. Cartão amarelo que pode evoluir para vermelho, caso os políticos não estejam mais atentos às suas necessidades e aspirações. Daí que será avisado que estes se acauletem e façam uma melhor leitura dos sinais dos tempos. Destes tempos novos...

5.8 MPLA elege quatro deputados pelo círculo eleitoral de Luanda

Jornal de Angola

08 de Setembro de 2012

O MPLA elegeu quatro dos cinco candidatos a deputados pelo círculo eleitoral de Luanda, ao conseguir 59,47 por cento do total de votos na província. De acordo com os resultados apresentados pelo presidente da Comissão Provincial Eleitoral (CPE), Manuel Pereira da Silva, o maior partido da oposição, UNITA, elegeu um deputado, fruto dos 24,77 por cento do total de votos obtidos. A coligação CASA-CE, com 12,84 por cento dos votos,

não conseguiu eleger deputados na capital, contando apenas com os oito que elegeu pelo círculo nacional.

À semelhança da coligação de Abel Chivukuvuku, as restantes forças políticas concorrentes também não conseguiram eleger um deputado em Luanda, devido às percentagens de votos obtidas. A FNLA teve apenas 1,18 por cento, o PRS, 0,79 e a coligação ND 0,30. O CPO, o PAPOD e a FUMA quedaram-se nas últimas posições com 0,23, 0,19 e 0,19 por cento, respectivamente. Manuel Pereira da Silva sublinhou que a acta do escrutínio foi assinada por todos os membros da comissão e que representam os partidos e coligações concorrentes. Para constar, acrescentou, serão publicadas cópias da mesma nas vitrinas do Governo Provincial de Luanda e das administrações municipais. Em função dos resultados, o círculo eleitoral de Luanda passa a surpreendido maioritariamente por deputados do MPLA. Os candidatos do partido no poder a tomarem assento no Parlamento são o governador Bento Bento e o vice-governador Adriano Mendes de Carvalho, o segundo secretário provincial, Jesuíno da Silva, e a secretária da OMA, Eulália Rocha. A última vaga do círculo provincial deve ser ocupada pela jurista Mihaela Webba, cabeça de lista da UNITA por Luanda.

No entanto, os nomes dos deputados pelo círculo eleitoral de Luanda podem sofrer alteração, caso os candidatos efectivos sejam forçados a suspender o mandato. E o cenário que se pode verificar caso o Presidente da República decida manter no cargo o governador Bento Bento e o vice-governador Adriano Mendes de Carvalho. Caso isso aconteça, Bento Bento cede o lugar ao secretário provincial da JMPLA, Nhanga de Assunção: quinto da lista de efectivos do MPLA, e Adriano Mendes de Carvalho, passa o lugar ao suplente Fragata de Morais.

"Pleno" no Kwanza-Norte

A Comissão Provincial Eleitoral do Kwanza-Norte divulgou ontem, em Ndalatando, os resultados definitivos das eleições gerais de 2012, com o MPLA a vencer com um total de 94.389 votos, seguido pela CASA-CE com 5.275 votos, enquanto a UNITA teve 3.912 votos. A FNLA conseguiu um total de 1.760 votos, e 886 votos foram para "PRS, 307 para a Nova Democracia União Eleitoral, 137 para o Partido Popular para o Desenvolvimento, 129 para a Frente Unida para a Mudança de Angola (FUMA), enquanto o Conselho Político da Oposição (CPO) teve 93 votos.

De acordo com o presidente da CPE do Kwanza-Norte, Gabriel Gaspar, no total houve 106.888 votos válidos, de 115.586 eleitores votantes, dos 160.403

eleitores inscritos. Os números indicam 6.037 votos brancos, 2.162 votos nulos e 499 reclamados. Com base nesses resultados o MPLA elegeu os cinco deputados pelo círculo provincial do Kwanza-Norte, sendo eles Henrique André Júnior, Domingos João Ferreira Pinto, Suzana Pereira Bravo, Simão Jeremias Boa Carroba e Manuel António Gaspar Domingos.

5.9 Actualização da cartografia antes do censo da população

Jornal de Angola
13 de Setembro

Já decorrem os trabalhos preparatórios para a realização do censo geral da população e habitação, em particular para o "censo piloto" previsto para o mês de Outubro, na província do Namibe, garantiu o responsável do serviço provincial do Instituto Nacional de Estatística (INE). João Inácio de Sousa declarou ao *Jornal de Angola* que ao nível da província do Namibe os preparativos se iniciaram a 17 de Abril, com a actualização da base cartográfica consubstanciada na contagem de habitações, identificação de bairros e aldeias, entre outros, por duas equipas constituídas por 13 elementos que trabalham no processo. Neste âmbito, disse, foram já actualizadas as bases de dados nos municípios do Namibe e Bibala (este último a sede do censo piloto), estando prevista para este mês a sua extensão ao município do Virei. O responsável disse ainda que o trabalho de preparação do censo geral da população e habitação de 2013 depende muito dos resultados do censo piloto que vai testar a sua eficácia. Neste momento, foi já realizado recrutamento do pessoal para o censo piloto, sendo cinco técnicos para a formação de formadores a 47 agentes de campo (licenciadores), na sua maioria nativos da Bibala, devido à influência da língua. Os nove restantes são das localidades circunvizinhas que também encontraram o seu primeiro emprego. João de Sousa revelou estarem já em Luanda, desde segunda-feira última, todos os formadores para participar na acção formativa que teve início no dia seguinte. "Esperamos que dentro de 10 ou 15 dias concluíamos, para posteriormente dar-se o início à formação local dos agentes de campo," disse. O responsável admite trabalhar com as administrações municipais e espera que as mesmas saibam corresponder para que o processo em causa corra da melhor forma possível, reconhecendo a necessidade de se trabalhar de modo exigente na preparação do processo para que no decurso do mesmo não haja problemas.

"Vamos trabalhar para que haja o mínimo de obstáculos. É obvio que durante o processo vão aparecendo dificuldades e a seu tempo os órgãos

afins vão anotando, já que se trata de um censo piloto", disse. Quanto à logística, João de Sousa garante estar tudo previsto para que junto das autoridades locais possa proceder-se ao bom andamento da campanha, que envolve também a colaboração da Polícia Nacional. Fazem parte do censo piloto da população e habitação as províncias do Uíge, Luanda, Bié, Kwanza-Norte, Huambo, Namibe, Kuando-Kubango e Cunene.

5.10 Bento Bento pode continuar no Executivo de Luanda

Semanário Factual
De 15 a 22 de Setembro 2012

Para analistas, o futuro elenco governativo tem de se dedicar a favor de um maior desenvolvimento social, político e administrativo da Nação, e de um maior combate à exclusão social e à pobreza.

Em referência aos resultados definitivos das eleições gerais, publicados pela CNE, que deram uma larga maioria ao MPLA, o seu líder prometeu "tudo fazer e usar todas as forças que estiverem ao seu alcance", a fim de garantir a aplicação do programa eleitoral do seu partido e a execução de todas as políticas públicas, em prol da melhoria da qualidade de vida de todos os angolanos.

Fontes deste jornal confidenciaram que, neste executivo, será introduzido novo sangue, para melhor implementação do programa.

Dados não oficiais dão conta que a actual ministra da Justiça, Guilhermina Prata, será substituída por um quadro proveniente da Assembleia Nacional (AN).

Pitra Neto é, sem dúvida, o futuro presidente da AN.

Em virtude das dificuldades que se verificam em Luanda, no fornecimento de energia eléctrica, a substituição do titular de Energia e Água e os Conselhos de Administração da EPAI e da EDEL é inevitável.

Na província de Luanda, Bento Bento, que continuará no cargo de primeiro-secretário do MPLA, poderá manter-se, tendo em conta o dinamismo por ele empreendido, desde que assumiu o referido pelouro.

Gente de boa fé comenta que o magro resultado obtido pelos camadas em Luanda nada tem a ver com o desempenho de Bento Bento. Pelo contrário, ele ressuscitou empresas de prestação de serviços que se encontravam moribundas.

Seguindo a mesma linha de pensamento, os resultados obtidos pelo MPLA em Luanda reflectem sobre o fraco trabalho de mobilização junto da juventude estudantil, assim como de dezenas de milhares de zungueiros, roboteiros, pedreiros e outros que pululam pela capital do País.

O Ministério das Pescas será desanexado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Ao longo do mandato findo, verificou-se "a morte lenta" do sector das Pescas que mereceu pouca atenção do seu titular.

Para o futuro Ministério das Pescas, foi sondado o nome do governador da província do Kwanza-Norte, Henriques André Júnior. Nos sectores dos Transportes, Finanças, Comércio, Turismo e Hotelaria e Interior, os seus titulares poderão permanecer.

Kundi Pahyama deixará o Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, órgão que terá como titular Ernesto dos Santos Liberdade.

O analista político, Sebastião Isata, poderá ser o Ministro da Educação, em substituição de Mpinda Simão, que vai dirigir a província do Zaire.

A nível das províncias, Paulo Pombolo deixa o Uíge, para substituir o ministro dos Desportos, Gonçalves Muandumba.

Em Cabinda, Matilde da Lomba vai deixar de ser interina e será a titular. Os titulares das Relações Exteriores, Defesa, Justiça, Indústria e Petróleos continuarão a desempenhar o seu papel.

5.11 Acção para o Desenvolvimento Rural quer ter estatuto de utilidade pública Ar

Jornal de Angola

24 de Setembro de 2012

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembi, defendeu ontem em Luanda que a instituição pode aumentar e expandir melhor os seus projectos se passar a beneficiar do estatuto de utilidade pública.

O gestor da ADRA, que falava à Angop sobre uma acção de formação dirigida aos seus funcionários, disse que, caso seja de utilidade pública, a instituição vai beneficiar do Orçamento Geral do Estado (OGE), o que ajuda na concretização de muitos projectos e contribui para o desenvolvimento do país.

Belarmino Jelembi referiu que actualmente a instituição funciona com seis milhões de dólares, dos quais cinco milhões são provenientes de ajuda externa. A Acção para o Desenvolvimento Rural existe há 22 anos e realiza acções para o fortalecimento da sociedade, através de um programa de intervenção social e de desenvolvimento comunitário em todo o país. A Organização Não-Governamental executa ainda programas de segurança alimentar junto das comunidades rurais, ajudando na melhoria das condições de vida das famílias camponesas.

A ADRA, dentro da sua estratégia de intervenção social nas comunidades rurais, criou vários programas de desenvolvimento comunitário que beneficiam 500 cooperativas. O Estatuto de Utilidade Pública é especialmente concedido a associações que prestam serviço que beneficiam a sociedade, cuja condição principal é ter três anos de trabalho efectivo junto da sociedade.

Uma instituição de utilidade pública beneficia mensalmente de fundo do OGE para cobrir as suas actividades e tem direitos de isenção de imposto.

5.12 Maianga. Administrador apresenta projectos sociais

Jornal de Angola

25 de Setembro de 2012

O administrador do distrito urbano da Maianga, Manuel Marta, garantiu na sexta-feira, que os projectos em curso vão ser extensivos a todas as comunas e bairros da circunscrição. A garantia foi feita no decurso de um encontro com representantes das comunidades dos bairros do Prenda e Rocha Pinto e empresários locais, com a finalidade de lhes dar a conhecer os projectos em curso no distrito da Maianga, que já garantiram, até agora, emprego a mais de 700 jovens naturais da área.

O encontro serviu para reforçar a comunicação com os munícipes porque, segundo o administrador, necessitavam de esclarecimentos sobre os projectos em curso no distrito. "Estamos a passar pelas comunas para darmos a conhecer os projectos nacionais, municipais e comunais do Executivo, para sabermos o impacto que têm sobre as comunidades", explicou.

Manuel Marta referiu ainda que existem vias secundárias e terciárias a serem asfaltadas e escolas e postos de energia que vão ser inaugurados. Estão ainda em construção postos médicos e cozinhas

comunitárias destinadas a segmentos mais carenciados.

5.13 Censo. Nações Unidas reafirmam apoio.

Jornal de Angola

26 de Setembro de 2012

O representante do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) em Angola, Kourton Nacro, reafirmou ontem, em Luanda, o apoio da instituição no processo do "Censo 2013". Kourton Nacro, que falava à imprensa durante um encontro com o coordenador-geral do Censo, Camilo Ceita, reconheceu que "o processo de recenseamento geral de 2013 não é fácil, tendo em conta que é o primeiro que o Instituto Nacional de Estatística (INE) realiza no período pós-independência".

O Fundo, referiu, vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que este processo decorra da melhor maneira possível. Reconheceu que Angola está empenhada no processo de recenseamento geral. Camilo Ceita afirmou que o Fundo representa sustentabilidade no processo de recenseamento, porque "é uma actividade que tem de ser feita na base de regras e procedimentos internacionalmente aceites e Angola não pode deixar de cumprir estes padrões".

Camilo Ceita reconheceu também que, apesar das melhorias, o Instituto Nacional de Estatística ainda tem muito trabalho a realizar. O coordenador considerou o plano estratégico do processo de recenseamento como um instrumento normativo no que toca às metodologias utilizadas para a sua concretização.

5.14 No kilamba kiaxi. Criada comissão de avaliação de problemas

Jornal de Angola

27 de Setembro de 2012

O presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), José Tavares Ferreira, criou ontem uma comissão para avaliar, nos próximos 15 dias, os problemas sociais dos moradores do distrito urbano do Kilamba, município de Luanda.

A comissão foi criada após um encontro com os presidentes das comissões de moradores das zonas do Wejimaka, Baquita Kossi, Calemba 11, Fofoca, Vila Sagrada, Sapú e Quilómetro 12, e vai ser coordenada pelo vice-presidente da CACL para a área

técnica, Agostinho da Silva. Integram a comissão a vice-presidente da CACL para o sector económico, social, produtivo e modernização administrativa, Francisca Fortes, assim como os directores da Educação, Saúde, Energia e Água, o administrador interino do distrito urbano do Kilamba Kiaxi, entre outros responsáveis.

A comissão vai avaliar os problemas ligados à saúde, educação, energia e água, policiamento, saneamento básico e melhoria das vias. José Tavares garantiu que o problema da delinquência vai ser minimizado. Bem como o fornecimento de água e distribuição de energia.

5.15 Administradora de Cacuo com os dias contados

Novo Jornal

28 de Setembro de 2012

Depois da esmagadora vitória da UNITA nas eleições gerais de 31 de Agosto em Cacuo, a administradora municipal está a ser vista como a principal culpada da situação. Uma fonte ligada ao MPLA no município garantiu que Rosa João Janota Dias dos Santos, que também é a secretária municipal do partido dos camaradas, não ajudou na estratégia de desenvolvimento e vitória da sua força partidária durante a campanha eleitoral, bem como negligenciou a vontade dos militantes que mais se destacaram durante as eleições de 2008.

A mesma fonte contou ainda que, a nível interno, há muita insatisfação perante a governação local, o que pode não garantir a continuidade da administradora na primeira cadeira de Cacuo. "Desde que a chefe do município está na governação desta grande zona pouco se bateu para o seu desenvolvimento, o que até ao momento nos coloca a dúvida se está a governar para o interesse dos munícipes ou de quem?" A fonte do partido maioritário acrescentou que, tarde ou cedo, haverá uma resposta às suas solicitações.

No final de Novembro do ano passado, a vice-governadora de Luanda para a área política e social, Jovelina Imperial, apresentou aos funcionários e ao público em geral a actual administradora municipal. Rosa João Janota Dias dos Santos, em substituição de Manuel Cafussa, que dirigiu os destinos do município durante seis meses. Na cerimónia, a vice-governadora orientou a nova administradora no sentido de trabalhar com espírito de equipa de modo a que o sentimento de unidade existente permaneça. E fez votos para que desempenhe as suas funções da mesma forma que desempenhou os cargos de

administradora comunal da Funda e primeira secretária municipal do MPLA de Cacucaco. "Estamos a prepararmo-nos para as eleições do próximo ano e o cumprimento das orientações da administradora são no sentido de resolver os problemas das populações, sem perder tempo em intrigas e indisciplina", precisou a vice-governadora naquele mesmo dia. Localizado no norte da província de Luanda, o município de Cacucaco possui uma população estimada em um milhão de habitantes, distribuídos pelas comunas Sede municipal, Kicolo e Funda.

5.16 País dá passos “seguros” para o recenseamento de 2013 Artigo

Novo Jornal

28 de Setembro de 2012

O coordenador geral do censo populacional e habitacional de 2013 considerou nesta terça-feira, em Luanda, que Angola está a dar passos seguros para levar a bom porto este processo, cuja fase piloto abrangerá nove municípios já identificados em diferentes províncias. Camilo Ceita referiu, no final do encontro com a representante em Angola do Fundo das Nações Unidas para População (FNUAP), Kourtoun Nacro, que o caminho a percorrer ainda é muito longo, mas que o país está a criar todas as condições para que o processo seja um sucesso, com o apoio dos organismos das Nações Unidas e países da CPLP e dos consultores internacionais. Acrescentou que os detalhes de cumprimento das regras internacionais estão a ser seguidos com atenção, para que o inquérito seja reconhecido, visto que Angola não efectua o censo populacional desde os anos 1970. "A parceria dos organismos das Nações Unidas, no caso do FNUAP, representa uma sustentabilidade dos processos em curso, uma vez que Angola não está de fora da padronização internacional", frisou, reiterando igualmente continuar a trabalhar com o FNUAP até ao fim desta actividade, que já permitiu a actualização cartográfica de várias regiões do país.

O plano estratégico em fase de conclusão é outro documento normativo que vai permitir que todos os agentes internos e externos possam saber ao certo como está a ser feito o censo, assim como tirar as suas dúvidas gerais, segundo aquele responsável. Para a fase piloto, que contará com o envolvimento de 508 técnicos, entre os quais recenseadores, foram identificadas nove áreas nas províncias do Uíge, Luanda, Kwanza-Norte, Huambo, Kuando-Kubango, Namibe e Cunene. Nesta fase, ainda sem data marcada, serão registados 36 mil 668 agregados.

Para o sucesso de todo o processo, o Executivo angolano está engajado na preparação deste Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2013), também designado por Censo, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país. Com a realização do Censo, tornar-se-á possível saber de forma mais exacta a estrutura da população e da força de trabalho, a sua distribuição geográfica e as áreas de investimentos prioritários. O Censo permite ainda aperfeiçoar as políticas públicas para a saúde, educação, habitação e segurança social.

5.17 IFAL forma administradores municipais no Kuanza Sul

Jornal O País

28 de Setembro de 2012

No prosseguimento da sua acção formativa, decorre de 24 a 28 de Setembro de 2012, na Conda, sede do município com o mesmo nome, no Kuanza Sul, a 5ª jornada técnicas de formação, sob o lema "Formas de Financiamento da Formação Profissional", organizadas pelo Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), do Ministério da Administração do Território (MAT).

Abertas pelo vice-ministro do MAT para os assuntos eleitorais e institucionais, Adão de Almeida, em representação do titular da pasta, Bornito de Sousa, durante quatro dias os formandos estão a receber conhecimentos sobre financiamento de formação de quadros da Administração local e IFAL em online, subdivididos em três painéis.

Durante o acto, que marcou a abertura destas jornadas, Adão de Almeida enalteceu a direcção do IFAL por ter levado essa formação já a diversos municípios' afirmando que "só vendo o país como um todo e cada município como parte integrante seremos capazes de diminuir as assimetrias regionais, promovendo o desenvolvimento integrado e distribuir melhor o rendimento nacional, fazendo de Angola um país, cada vez mais, próspero".

Segundo ainda o governante que se encontrava ladeado pelo vice-governador do Kuanza Sul para área técnica, Mateus de Brito e pelo director do IFAL, Ismael Mateus, olhando já para as futuras eleições autárquicas, as primeiras na história de Angola independente, durante esta nova legislatura, o sucesso para a sua implantação passa inquestionavelmente pela formação de quadros da administração local.

De acordo com Adão de Almeida, "as autarquias locais só serão capazes de corresponder às expectativas que estão a ser criadas em tomo da sua institucionalização se os seus responsáveis e quadros estiverem à altura dos desafios da governação local, aí reside a importância e a pertinência das presentes jornadas". Disse também que é necessário ter-se uma administração forte e eficiente e voltada para os cidadãos, e que seja capaz de responder aos seus anseios, "e encontrar as soluções adequadas" das suas prementes preocupações ao nível local, "só assim poderemos resolver condignamente os problemas do povo", assegurou.

Cumprimento das jornadas anteriores

Entrando propriamente nas questões fulcrais do encontro, que conta com a participação, para além dos administradores da província anfitriã com alguns do Namibe e do Uíge, . depois da sua abertura, foram avaliadas as recomendações saídas das quartas jornadas realizadas em Abril, na Bibala (Namibe).

Lidas por Anabela Domingos, urna das responsáveis ligadas à área de formação do IFAL, as mesmas foram consideradas de positivas pelos participantes, por algumas terem sido cumpridas e encontrando-se outras em execução, como é o caso da revisão da dotação orçamental e parcelar para a componente de formação.

Neste leque constam ainda o diagnóstico de necessidade de formação, que consiste em promover seminários para a interpretação da legislação em Administração Pública, assim como estabelecer mecanismos de articulação entre o MAT e os vários ministérios (Planeamento, Saúde e Finanças) em matéria de formação aos agentes e servidores públicos locais.

Estes mecanismos consistem na formação de inspectores sanitários, estatística sanitária, biblioteconomia, gestão de unidades sanitárias, polícia municipal, gestão de desastres e protecção civil, planeamento e desenvolvimento municipal, planificação e gestão urbana. Fazem parte ainda os cursos de ordenamento do território, receitas locais, auditoria e controlo interno. Todas essas acções formativas discutidas nas jornadas passadas e realizadas há cinco meses foram transferidas para o plano de formação para 2013 par a sua concretização.

Plano de Formação 2012

No que concerne à avaliação do Plano de Formação apresentado por Serafim Matemba e moderado por Ismael Mateus, inserido no tema do primeiro dia, diz que foram realizados 280 cursos até ao terceiro

trimestre deste ano, sendo 90 no primeiro, 130 no segundo e 60 no terceiro. Deste número, foram formados 6 mil e 335 homens e 3 mil e 209 mulheres, perfazendo um total de 9 mil e 549 formandos, que aprenderam técnicas sobre procedimentos, práticas e controlo administrativo, informática na óptica do utilizador, gestão de recursos humanos, protocolo e relações públicas, liderança e gestão de equipas e fiscalização de mercados.

Durante estes nove meses os beneficiários receberam ainda formação sobre empreendedorismo, gestão de desastres, escolar hospitalar, orçamental e de projecto, probidade pública, redes sociais e outros. Para além do curso de curta duração, realizaram -se outros de média duração, de âmbito local, regional e ainda os de encomenda. No quadro do curso de média duração foram formados 36 administradores (municipais' adjuntos e comunais), respectivamente.

E para 2013?

Já a pensar no próximo ano, o IFAL realizará, inicialmente cursos de curta duração, um pouco por todo o país, nomeadamente no Uíge, Moxico, Kuanza-Norte, Kuanza Sul, Bengo, Bié, Benguela e Huambo, entre Fevereiro e Março. Seguir-se-á um outro em Março que contemplará também o Namibe e Cabinda. Os cursos não diferem dos realizados até Setembro de 2012.

Aliás, essa formação contínua abrangerá todos os municípios do país, segundo o plano de formação que O País teve acesso. Entretanto, realça-se que o curso de informática passará a ter urna carga horária de 60 horas e será ministrado a nível provincial e nele participarão todos os municípios de cada província.

Também haverá seminários regionais nas denominadas "regiões formativas", subdivididas entre (Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul), (Luanda, Kuanza Sul e Benguela), (Malanje, Bengo e Kuanza Norte), (Huambo Bié e Kuando Kubango), (Uíje, Zaire e Cabinda) e (Huila, Cunene e Namibe), respectivamente, com a duração de dois dias de forma rotativa.

Durante a formação, serão ministrados 12 cursos da actualidade e de interesses para o desenvolvimento das administrações municipais para a criação de capacidades que possam assegurar os actuais desafios das novas legislações. Nos seminários serão abordados temas como a probidade pública, política de retenção de quadros, género e administração local e novas tecnologias, ética e transparência na gestão pública, qualidade de vida, "municipalização e objectivos do milénio", qualidade e fiabilidade do ensino à distância.

Na extensa lista de cursos constam ainda as cadeiras de administração local, perspectivas de integração regional da (SADC), regime de carreira na função pública, desenvolvimento económico local (micro empresas e empreendedorismo), habitat humano e animal (conflitos e soluções) e finalmente o papel das autoridades tradicionais no desenvolvimento local.

Paineis

No que concerne ainda ao Plano de Formação para o próximo ano, o director do IFAL, Ismael Mateus, que teve como moderador Armando Valente, administrador do Namibe e um dos "habituês" nestas jornadas abriu as "hostilidades" para o debate, defendendo que para a capacidade institucional deve haver uma simbiose entre o WAL e as administrações municipais.

João Guerra, administrador do Tômbwa, também da província desértica do Namibe defendeu que em matérias de formação os governos provinciais devem cabimentar uma verba nos seus orçamentos "porque as administrações municipais não dispõem de dinheiro para suportar despesas por terem um orçamento limitado e direccionado na gestão municipal, sobretudo no combate à fome e à pobreza", declarou.

Já no segundo dia dos trabalhos que contou com a presença do ministro Bornito de Sousa, abordou-se o primeiro painel sobre fontes de financiamento de instituições públicas de formação, tendo como oradores, Francisco Gaspar, Patrício Mangovo e Fernando Ngury, tendo como moderador Samuel Pinocas, do IFAL.

No terceiro dia, falou -se de "outras fontes possíveis de financiamento do WAL e das formações dos quadros da administração local". Foi orador o economista Rui Santos, representante do Ministério das Finanças (MINFIN) , que abordou sobre a legislação angolana relacionada com esta matéria. Durante o dia foram ainda apresentados e discutidos temas como: políticas e prioridades da cooperação internacional. para o reforço das capacidades dos quadros da administração pública.

Foi, igualmente, debatido o programa de responsabilização social corporativa para o reforço de capacidades dos quadros da administração pública para o sector da educação. Já no último dia, estava programado a escolha do município que acolherá as próximas jornadas em 2013.

5.18 Censo populacional em marcha

Jornal Agora

29 de Setembro de 2012

O coordenador geral do censo populacional e habitacional de 2013, considerou terça-feira, em Luanda, que Angola está a dar passos seguros para levar a bom porto este processo, cuja fase piloto vai abranger nove municípios já identificados em diferentes províncias. Camilo Ceita, referiu que o caminho a percorrer ainda é muito longo, mas estão a ser criadas condições para que o processo seja um sucesso, com o apoio dos organismos das Nações Unidas, CPLP e dos consultores internacionais. "Os detalhes de cumprimento das regras internacionais para a realização de censo estão a ser seguidos com muita atenção, para que o mesmo seja reconhecido, visto que o país não efectua o censo populacional desde 1970".

O responsável argumentou que a parceria dos organismos das Nações Unidas, no caso do FNUAP, representa uma sustentabilidade dos processos em curso, uma vez que Angola não está de fora da padronização internacional. Ceita reiterou também a necessidade de continuar a trabalhar com o FNUAP até ao fim desta actividade, que já permitiu a actualização cartográfica de várias regiões a nível do país.

O plano estratégico em fase de conclusão é outro documento normativo que vai permitir que todos os agentes internos e externos possam saber ao certo como está a ser feito o censo, assim como tirar as suas dúvidas gerais, segundo o coordenador geral, Camilo Ceita. Para a fase piloto fora identifica das nove áreas no Uíge, Luanda, Kwanza Norte, Huambo, Kuando Kubango, Namibe e Cunene. Com o envolvimento de 508 técnicos, entre os quais recenseadores, nesta fase ainda sem data marcada se poderá registar 36 mil 668 agregados. Assim, para o sucesso de todo o processo, o Executivo Angolano está engajado na preparação deste Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2013), também designado por Censo, uma operação completa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos esocioeconómicos num período específico de todas as pessoas residentes e das habitações existentes no país.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 DUNDO. Apartamentos da nova cidade estão prontos

Jornal de Angola
03 de Setembro de 2012

Os primeiros 1.200 apartamentos da centralidade do Dundo estão prontos a serem habitados, segundo fonte da Rádio Nacional de Angola. Até Dezembro deste ano, a centralidade do Dundo tem mais de cinco mil casas. O projecto prevê ainda a construção de um hospital com 95 camas, uma escola com capacidade para 1.500 alunos por turno e um jardim infantil. Decorrem os trabalhos de asfaltagem da via que dá acesso à nova centralidade, bem como a plantação de um jardim numa área de 90 metros quadrados. A primeira fase da centralidade do Dundo compreende a construção de 419 edifícios, que totalizam 5004 apartamentos. Iniciada em finais de 2009, a centralidade vai ter prédios de cinco, oito, nove, onze e 18 pisos, com apartamentos do tipo T5, T4 e T3.

6.2 Angola mostra combate a pobreza urbana

Jornal de Angola
03 de Setembro de 2012

Angola integra o grupo de 20 países empenhados em combater a pobreza urbana, que se reúne ainda este ano, em Marrocos, disse em Nápoles, Itália, o director de Intercâmbio e Relações Internacionais do Ministério do Urbanismo e Construção.

Adérito Mohamed faz parte do grupo de técnicos superiores daquele Ministério que acompanha a instalação do pavilhão de Angola em Nápoles onde decorrem, a partir de segunda-feira até ao dia 7, o IV Fórum Urbano Mundial e o Congresso Mundial das Cidades, que têm por lema "Futuro Urbano".

Ao todo, garantiu, 32 mil famílias angolanas vão ter casas modernas, no âmbito de um programa que prevê a construção até 2014 de 200 fogos habitacionais em cada um dos municípios de Angola. "Há um programa de habitação do Executivo que consiste em até 2014 construir 200 fogos habitacionais em cada um dos municípios do país", recordou. Tanto agora, em Itália, como no encontro de Marrocos, sublinhou, vamos revelar ao mundo aquilo que se está a fazer em Angola em

termos de construção de casas e realçar o empenho do Executivo.

A presença de Angola no VI Fórum Urbano Mundial, com uma delegação multi-sectorial e membros da sociedade civil, acrescentou, reconfirma o empenho do país junto das Nações Unidas Habitat no domínio da habitação. "Temos uma vasta experiência que vamos partilhar com outros países", disse.

Montagem do pavilhão

O pavilhão de Angola, com 100 metros quadrados, está a ser montado no mesmo espaço onde vão ficar os de Marrocos, da Alemanha e da Agência das Nações Unidas de Apoio aos Refugiados Palestinos. O arquitecto António Gameiro, do Gabinete Técnico do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, declarou, em Nápoles, à imprensa angolana, que "está tudo a correr bem". "Com vídeo e fotografias vamos apresentar o que se fez e está a ser feito e partilhar com os representantes de outros países a forma de construção de casas sociais e de centralidades em Angola", referiu. José Silva, director nacional de Infra-Estruturas do Ministério do Urbanismo e Construção, que também faz parte do grupo de técnicos superiores que acompanha a montagem do pavilhão, afirmou que o lema do Fórum - "Futuro Urbano" - é muito sugestivo e que a reunião permite a troca de experiências entre os participantes.

"Vamos partilhar com os outros técnicos muito do que se relaciona com projectos de requalificação", disse e acrescentou: "Angola vai apresentar em Nápoles os projectos de requalificação do Cazenga e do Sambizanga, bem como das infra-estruturas integradas".

O programa de infra-estruturas está a ser implementado nas províncias de Benguela, Kwanza-Sul, Cabinda, Malange, Zaire (Mbanza Congo, Soyo e Nzeto) e foram já concluídos os estudos referentes às províncias do Bengo (Caxito), Namibe, Huíla e Huambo.

Presenças

Mas de sete mil pessoas confirmaram presença no VI Fórum Urbano Mundial, garantiu à imprensa angolana o director comercial encarregado da montagem dos pavilhões. "Estamos a trabalhar com afinco para o êxito desta edição do Fórum. Há já a confirmação de 170 países e dispomos de 30 salas que vão acolher eventos oficiais e actividades paralelas. Além do Fórum, estão programadas iniciativas com a participação jovens de todo o

mundo e de membros de muitas Organizações Não-Governamentais", referiu Carlo Cigliano. Ana Moreno, coordenadora do VI Fórum Urbano Mundial, salientou o facto da ONU.

6.3 Lunda-Norte. Localidade de Sacassange com mais casas

Jornal de Angola

03 de Setembro de 2012

A localidade de Sacassange, a cerca de 15 quilómetros da cidade do Luena, tem mais uma escola primária e 40 casas evolutivas construídas no quadro do Programa Municipal Integrado de Combate à Pobreza, além de um mercado. A escola, inaugurada pela vice-governadora para os assuntos políticos e sociais, tem quatro salas para 590 alunos em dois turnos. Adriana Cacuassa, que inaugurou, na mesma localidade, um mercado para 48 vendedores e entregou simbolicamente as chaves de uma das casas em construção a uma portadora de deficiência física, recordou que o Governo Provincial continua atento às preocupações sociais da população e vai construir mais infra-estruturas.

A escola, referiu, vai contribuir para melhorar o processo de ensino e aprendizagem e proporcionar melhores condições alunos e professores. O soba Augusto José pediu a instalação de um posto médico para se evitar que se tenha de sair da localidade para receber assistência médica.

6.4 Um todo poderoso senhor MPLA

A Capital

04 De Setembro de 2012

Ao acompanharem a divulgação dos resultados provisórios das eleições gerais realizadas em Angola na passada sexta-feira, 31 de Agosto, os militantes do MPLA confrontam-se com boas e más notícias. Por esta altura, nas hostes dos camaradas há, certamente, múltiplos motivos para se festejar. Afinal, a contagem provisória atribuiu um número de votos correspondente a 72,85 por cento, ao cair da tarde de Domingo, 02 de Setembro. Até à altura em que se fechava a presente edição deste semanário, em que já se tinha escrutinado mais de 85 por cento dos votos, tudo apontava que a vitória do MPLA, partido no poder em Angola desde 1975, nas terceiras eleições multipartidárias realizadas no país seria tão estrondosa como tal percentagem sugeriu. Mais importante que o estrondo é, sim, o resultado prático do que ele traz consigo. Os 72,85 por cento de votos conquistados pelos camaradas implicam uma maioria

qualificada. Isto é, no parlamento angolano, com um total de 220 vagas, o MPLA conseguiu eleger, até ao fecho desta edição, 178 deputados. Portanto, trata-se de uma maioria superior a dois terços, significando que este partido poderá aprovar várias iniciativas legislativas mesmo perante votos contra da oposição. Não se trata, propriamente, de uma grande novidade. Nas eleições de há quatro anos, portanto, nas legislativas de 2008, o MPLA conseguiu 81,73 por cento dos votos, valendo-lhe 191 deputados no parlamento, naquilo que se constituiu, tal como agora, numa maioria com esta maioria que o MPLA conseguiu, ao longo da legislatura passada, reformular o quadro legislativo angolano, incluindo a aprovação, em 2010, da Constituição da República de Angola. Na prática, o resultado destas eleições implicam que pouco, ou mesmo quase nada, vai mudar no cenário político, embora os resultados provisórios, contabilizados pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE), contenham elementos susceptíveis de sugerir o contrário. O número de votos e, por conseguinte, de deputados alcançados pelo MPLA para a próxima legislatura é relativamente inferior ao da passada. Contra os anteriores 81,64 por cento, os camaradas contabilizam, agora, 72,85 por cento, correspondendo a menos 13 deputados que os 191 eleitos por este partido em 2008. No próximo parlamento, portanto, a voz mais alta a ser ouvida continuará a ser a dos camaradas, que reúnem ao redor de si, proporcionalmente, a mesma força legislativa. Mas para um partido da dimensão do MPLA a perda de 13 lugares no Parlamento pode não constituir um sinal vermelho mas está, certamente, bem próximo do laranja. Foi uma interrupção à tendência crescente do número de votos que vem conquistando nos três

pleitos eleitorais que Angola já realizou. Em 1992, ano em que se realizaram as primeiras eleições legislativas, os camaradas e conquistaram 53,74 por cento de votos, equivalendo a 129 assentos no Parlamento. Nas eleições de 2008, porém, os camaradas superaram de longe este número. Conseguiram mais 61 lugares, Isto é, fruto de uma vitória de 81,64 por cento elegeram 191 deputados, agora reduzidos, nas eleições de 2012, para 178 como consequência da acumulação de 72,85 por cento dos votos. Esta pequena má notícia para os camaradas do MPLA constituiu, no fundo, uma substancial boa notícia para os maninhos da UNITA. A turma do Galo Negro logrou, desta vez, recuperar da tendência decrescente que vinha registando desde as eleições de 1992. Neste ano, até ao fecho da presente edição deste semanário, a contagem de votos atribuiu 18,22 por cento à UNITA. Em termos práticos, isso equivale a 32 deputados, mais 16 deputados que os

dezasseis que, na legislatura passada, representavam o parlamento.

6.5 Especialistas reunidos em Nápoles. Construção de novas centralidades destacada no Fórum Urbano Mundial

Jornal de Angola
04 de Setembro de 2012

O ministro das Obras Públicas e Habitação de Moçambique, Cadmiel Muthemba, escreveu ontem no livro de honra do pavilhão de Angola que "com muito gosto visitei este local que mostra o esforço dos angolanos com vista a criar condições dignas nas cidades do futuro. Isto orgulha todos africanos engajados na luta pelo bem-estar dos nossos povos". Cadmiel Muthemba, que visitou durante 20 minutos o pavilhão de Angola, onde recebeu do engenheiro José Silva e do arquitecto António Gameiro explicações detalhadas sobre a construção das novas centralidades, das casas sociais e das infra-estruturas, disse aos jornalistas que tudo quanto o Executivo angolano fez durante os dez anos de paz é fruto de uma boa planificação em termos de construção urbanística e é um caminho que se deve seguir. "Moçambique, por razões de calendário, não pode participar nesse importante evento mundial, mas estou aqui para partilhar a experiência com os nossos irmãos e a exposição de Angola é um exemplo a seguir", disse.

Outro ministro que também ontem visitou o pavilhão de Angola foi o do Uganda, Doudi Migereko, que afirmou que "as transformações que estão a acontecer em Angola, a nível do urbanismo e da habitação, merecem aplausos de todos os africanos". O VI Fórum Urbano Mundial e o Congresso Mundial das Cidades foi aberto ontem, sob o lema "Futuro Urbano", no salão da Mostra Doltemare, localizado no centro urbano de Nápoles, Itália. Todas as cinco intervenções, que marcaram a cerimónia de abertura, incidiram nos aspectos das cidades com populações jovens, a necessidade da extensão das cidades e elaboração de normas para a construção das cidades.

6.6 Sector imobiliário regista crescimento

Jornal de Economia & Finanças
04 de Setembro de 2012

Apesar de ter conhecido várias limitações resultantes da crise económica e financeira que assola as principais economias mundiais, o sector imobiliário do país continua a dar sinais claros de crescimento. Segundo o bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola, António Carneiro, estão a surgir cada vez mais edificações variadas no mercado nacional. "Notámos que existem cada vez mais edificações nos mais variados segmentos, nomeadamente na habitação, serviços e edifícios combinados", destacou. O especialista considerou que alguns projectos privados sofreram desaceleração nos investimentos. Para se ultrapassar rapidamente este problema, o também docente universitário defende que os empresários adotem e apostem nas parcerias público-privadas. "As parcerias público-privadas estão a contribuir para que as empresas possam usufruir também do trabalho de infra-estruturas integradas, que estão a ser feitas na maior parte das cidades e que são uma peça importante neste segmento", disse. Sobre a participação dos arquitectos angolanos nos diversos projectos nacionais, o bastonário defende ser necessário que exista uma orientação e planificação na requalificação e renovação dos edifícios e bairros das várias províncias, obedecendo sempre às especificidades de cada localidade do país. "É preciso que nos orientemos sobre como os projectos devem ser feitos, porque, em matéria de reordenamento do território, urbanismo e arquitectura, a responsabilidade é daqueles que estão ligados a estas matérias", afirmou.

Estabilidade nos preços instado a pronunciar-se acerca dos preços que são praticados no mercado nacional, António Gameiro destacou que existe alguma oferta que começa a ser passível de ser suportada. "Actualmente, com um acordo entre instituições bancárias e as pessoas que tenham uma certa possibilidade de usufruírem do Fundo do Fomento Habitacional, sentimos que existem possibilidades de encontrar-se uma certa estabilidade no mercado. Com estes instrumentos associados à oferta, já é visível a redução dos preços das casas", sublinhou.

Regulação do sector

Com a entrada em vigor da lei que regula o sector imobiliário do país, o mercado terá regras para poder desenvolver o seu negócio de forma sólida. Ainda assim, o arquitecto entende que o fundamental a'

nível do sector imobiliário prende-se com o financiamento que suporta os projectos. Na sua visão, terá que existir da parte dos utentes a segurança necessária no sentido de eles também poderem investir neste sector. "Estas duas componentes terão que estar muito ligadas para se poder dar passos ainda mais consolidados", argumentou.

Renda resolúvel

Para o professor universitário, a renda resolúvel é um grande ganho para o mercado nacional, uma vez que constitui elemento facilitador do acesso à habitação. "Com a renda resolúvel, vai-se poder adquirir a casa por um período longo e, também com a possibilidade de o valor a ser depositado mensal ou bimensal e trimestralmente em função do contrato que for estabelecido, facilitar ainda mais esta modalidade. Acredito que este instrumento vai facilitar o acesso à habitação", afirmou.

Programa habitacional Quanto ao Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH), o consultor do ministro do Urbanismo e Construção considerou que está a ser levado a cabo de forma normal, apesar de ter atravessado momentos difíceis, numa altura em que muitas intenções não foram realizadas, com particular realce para os projectos ligados aos sectores privados e as cooperativas. "No que representa a responsabilidade do Estado, o processo está a caminhar bem. Acredito que até 2014 estaremos bem próximos do projectado", anunciou. O docente universitário informou que o projecto de construção das 10 centralidades no país, com o concurso do sector privado, está também num processo adiantado. Neste particular, António Gamieiro salientou a participação do sector empresarial privado, que joga um papel decisivo no apoio infra-estrutural. "As novas centralidades que estão a ser planificadas serão desenvolvidas em função da disponibilidade que os parceiros do Estado tiverem no sentido de poderem trabalhar em conjunto, sobretudo ao apoio infra-estrutural, que é importante", avançou.

Matéria-prima

Os materiais de construção também jogam um papel importante na efectivação de forma exitosa dos projectos habitacionais. O mercado tem ainda muitas limitações, disse, depois de ter sublinhado que a aprovação pelo Executivo angolano do Decreto de isenção dos impostos de importação de um conjunto de materiais de construção veio facilitar a aquisição destes produtos. "Esta isenção abrange apenas os materiais de construção destinados ao programa habitacional, medida que está a facilitar muito a aquisição e também a realização das habitações, com relação ao tempo útil, porque são matérias que não

dependem da produção local e têm esta componente da isenção fiscal e aduaneira", pontualizou.

6.7 Surgimento de novas habitações sociais vai contribuir para equilibrar os preços

Jornal de Economia & Finanças

04 de Setembro de 201

o sector' imobiliário continua a crescer, apesar de alguma retracção em alguns projectos privados em construção em Luanda, o maior mercado deste segmento económico no país. Embora existam outros pólos, numa escala dificilmente comparável, como a do Lobito, Benguela, Soyo, Cabinda e Namibe, especialistas consideram que a concorrência está a agitar o mercado, tendo em conta a implantação de habitações sociais. Muitos estão cada vez mais expectantes de que, num futuro breve, os preços das casas venham a registar baixas significativas, nos projectos habitacionais.

As facilidades para a compra das casas vão passar pela entrada em funcionamento do Fundo de Fomento Habitacional, o primeiro programa de crédito para a compra de habitação em Angola.

Garantias financeiras

O fundo vai assegurar até 80 por cento do valor do imóvel, exercendo o papel de intermediação dos interesses em presença. O Executivo está a preparar para breve o arranque do referido programa, que facilitará os interessados na compra de residências. Este programa funciona com base num protocolo de garantia financeira no qual intervêm nove bancos comerciais que operam no país, nomeadamente o Banco de Poupança e Crédito (BPC), Angolano de Investimentos (BAI), Internacional de Crédito (BIC), de Fomento Angola (BFA), de Negócios Internacional (BNI), de Comércio e Indústria (BCI), Privado Atlântico (BPA), Sol e Keve. Independentemente da intenção do Executivo, os especialistas consideram fundamental que se lancem também os fundos de Investimento Imobiliário destinados à habitação e infra-estrutura. Os referidos fundos constituem "uma ferramenta incontornável no esforço de reconstrução de Angola". O componente de financiamento mobiliário, em forma de condomínio fechado com quotas não resgatáveis, vai, certamente, juntar-se a outros instrumentos de financiamento à habitação que se pretende lançar no país, tais como os certificados de recebíveis imobiliários, as letras de crédito imobiliário, os títulos lastreados em hipoteca e outros fundos de investimento em direitos creditícios no segmento

imobiliário, todos em fase de preparação. Os fundos de investimento imobiliário são uma realidade nova em Angola, decorrente da aprovação da Lei 12/05 de 23 de Setembro, Lei dos Valores Mobiliários.

Tendências

Segundo estudos da empresa Abacus Savills, regista-se grande mudança no mercado imobiliário angolano - incluindo promotores, banca, consultores e todos os seus restantes agentes. O mercado deixou de ser na sua maioria de clientes nacionais, passando para os clientes empresariais internacionais, preferindo estes o arrendamento à compra. Com esta mudança, começam a surgir os investidores imobiliários que adquirem os activos arrendados, sendo estes principalmente privados, começando contudo agora a surgirem os investidores institucionais angolanos, acreditando que em dois a três anos, com uma adequada Lei do Arrendamento, agilizando a questão dos licenciamentos-propriedade horizontal, resolvendo a questão da inscrição dos imóveis nas Finanças, do registo das propriedades nas Conservatórias, com a estabilização do mercado e do nível de risco do país, poderão vir a entrar investidores internacionais. No que se refere ao mercado de arrendamento residencial, Luanda caracteriza-se, actualmente, por uma clara falta de oferta de espaços adequados. Ainda com forte actividade, existe o mercado de "guest houses" que permite juntar os colaboradores num mesmo espaço, normalmente com todos os serviços incluídos. Prevê-se que este ano seja de arranque efectivo do investimento imobiliário institucional, com a entrada das sociedades gestoras até agora em constituição.

6.8 Mercado determina os valores dos imóveis

Jornal de Economia & Finanças
04 de Setembro de 2012

JORNAL DE ECONOMIA & FINANÇAS - Que avaliação faz sobre o sector imobiliário numa altura em que se caminha para a estabilização dos preços na compra e aluguer de imóveis?

CLEBER CORRÊA (CC) - O sector imobiliário, no quesito "promoção imobiliária", está quase parado, devido aos altos custos do empréstimo habitacional, que rondam os 19 por cento de juros ao ano. Somente vemos pagar empréstimos os funcionários de empresas que possuem protocolos com os bancos e por isso o juro é bonificado. Assim, o custo do empréstimo fica mais em conta para o comprador. Na área de promoção imobiliária, o pouco que vemos são empreendimentos financiados pelos bancos

(poucos) ou promotoras que são ligadas aos bancos e por isso possuem financiamentos mais favoráveis, já que tudo está dentro do mesmo grupo. Enquanto vemos essas empresas ligadas aos bancos crescerem, vemos, também, na mão inversa, os promotores imobiliários privados diminuir ou acabarem com as suas operações, pois a condição é desigual.

JE - O que tem a dizer sobre as reclamações que geralmente os clientes colocam sobre as condições que as imobiliárias oferecem aos clientes no que se refere à qualidade das casas e aos preços? -CC - Respondendo com relação aos preços, quem manda no preço dos imóveis é o mercado. Se o mercado paga mais (grande procura), o imóvel fica mais caro, se paga menos (baixa procura) o preço baixa. Sobre a qualidade das casas, o código civil prevê a garantia e dá protecção ao consumidor. Além disto, temos o Inadec, que tem sido muito rigoroso e atento ao mercado e as más empresas. Mas o melhor mesmo é haver muita concorrência e assim a qualidade sobe.

JE - Uma das preocupações tem a ver com o facto de não existir uma bonificação para se ter acesso aos projectos habitacionais. Que medidas devem ser tomadas para facilitar o acesso às casas? CC - Esse é um dos pontos cruciais. Veja: o dinheiro só produz riqueza e desenvolve quando circula. Se o tomador do crédito não consegue acesso ao dinheiro num banco, porque os juros estão muito altos, ele não compra a casa, o promotor não constrói e a economia não cresce, pois a construção civil movimentará vários sectores, quando aquecida. Se o Estado "investir" (é mesmo esse o termo) nessa bonificação, ou seja, contribuir com os seus recursos, para tornar o custo do dinheiro mais barato, receberá tudo isso de volta em forma de: - IRT - Imposto de Rendimento do Trabalho; - INSS - Previdência Social; - Imposto Industrial; - IPU - Imposto devido anualmente pelos imóveis prontos; - Baixa do custo dos imóveis, com o incremento da construção, tornando a operação em Angola mais barata às empresas, pois o custo de alojamento é repassado ao produto final; - E o mais importante: o crescimento da economia angolana, que alavancará a indústria nacional, fomentará a mão-de-obra também nacional e dará um sentimento de cidadania a milhares de pessoas.

JE - Quais são os principais constrangimentos que o sector imobiliário enfrenta? CC - Falta de planos directores, trazendo imensa segurança ao investidor, que acaba por não saber o que pode ser construído em "determinada zona. Assim, fica à espera de um estudo de plano de massas que pode demorar meses. Isso inibe muito os investimentos, deixando de produzir postos de trabalho; - Terrenos vedados em todas as cidades, que são disponibilizados para venda

a preços altíssimos, tornando assim mais caro o produto final (casa). Muitas vezes esses terrenos nem foram adquiridos ao Estado e ocorre apenas o trespasse. Em outras, foram adquiridos a valores baixíssimos e colocados à venda seis a 20 vezes mais;

- Celeridade na aprovação de projectos e licenças que, devido à quantidade de projectos, chega a demorar de 6 a 12 meses. Projectos de interesse público, acima de um determinado número de unidades, deveriam ter um prazo máximo de tempo para aprovação, pois contribuem na diminuição do desemprego;
- A burocracia para a regularização dos empreendimentos é muito grande, como exemplo, a aprovação da construção de um edifício e a preparação da documentação até ao momento em que seja possível hipotecar a unidade a ser vendida, pode demorar de 18 a 30 meses. Se esse tempo fosse diminuído, mais rapidamente apareceria dinheiro na construção civil, fruto de financiamentos imobiliários e assim a geração de mais empregos e crescimento económico.
- Por fim, uma lei de arrendamento que permita uma livre negociação entre senhorio e inquilino, lei essa com poucas cláusulas, simples e prática, para haver interesse das pessoas em comprar ou construir, para arrendar:

JE- Que opinião tem sobre os projectos de construção de casas empreendidos pelo Executivo angolano? CC - É uma atitude corajosa e única. Projecta a imagem de Angola no cenário internacional. Aliado a isso, penso que o Executivo angolano poderia ouvir mais as entidades de classes, como a Apima, a Associação dos Construtores, ONG e de mais entidades. Para isso, um novo grande fórum do imobiliário, convocado pelo Executivo, seria oportuno. Além disso, câmaras deveriam ser criadas em várias províncias, para, em reuniões mensais, se trocarem impressões, produzirem-se recomendações e, a partir daí, serem tomadas atitudes. Hoje em dia, existe uma distância muito grande entre quem executa e quem lida com os clientes. JE _ . Que comentário tem em relação à solução de renda resolúvel encontrada para se ter acesso às casas da Cidade do Kilamba? CC - É importante que se diga que a renda resolúvel geralmente é aplicada em imóveis de baixa renda, que não é o caso das casas da Cidade do Kilamba. Uma das saídas seriam as casas serem arrendadas com opção de compra, pelo inquilino. Quando os juros baixarem, muito mais pessoas poderão comprá-las e aí sim vendê-las, pois se existe lá dinheiro do Estado; esse poderá ser revertido a outras obras estatais.

JE - Como avalia o apoio bancário aos diversos projectos habitacionais? CC - Os bancos ficam muito limitados a duas situações:

1 - O custo que precisam de praticar nos empréstimos, que, claro, precisam de ser alguns pontos acima da inflação e essa ainda é alto; 2 - Às garantias, que ainda são poucas. Com a aprovação da Lei de Alienação Fiduciária e uma maior agilização na regularização dos imóveis, com certeza, essa operação será mais atractiva aos bancos.

JE - Além dos apoios existentes, que tipo de soluções o Executivo devia dar à classe empresarial para se atingir as metas? CC - Enquanto os promotores imobiliários não forem vistos como parceiros fundamentais para o crescimento do país como um todo, o mercado imobiliário não caminhará a passos largos e assim a economia também não. Entre as medidas de ajuda aos promotores imobiliários podemos citar:

1 - Divulgação das faixas salariais e quantidade de trabalhadores por faixa: isso permitiria que o promotor imobiliário preparasse produtos à medida da capacidade financeira do seu público-alvo;

2 - Divulgação mensal dos metros quadrados aprovados em cada cidade e as suas tipologias: isso permitiria aos promotores ter uma ideia da pretensão construtiva daquela cidade e não haver vários produtos de uma mesma tipologia e falta de outros. Esses números demonstram também a expectativa de crescimento da economia; A divulgação também dos metros quadrados emitidos em certificados de habitabilidade, juntamente com divulgação do item anterior, ajudaria o poder público a montar as suas políticas de fornecimento de infra-estrutura e serviços para cada região;

3- Políticas de fornecimento à construção com juros bonificação, pelo menos até que os índices de inflação baixem. Não podemos esquecer que a construção de casas gera tantas outras receitas ao estado que pode funcionar como forma de compensação da bonificação, mas que, fundamentalmente, melhora a economia, pois dinamiza a construção Civil. Caso não se facultem juros bonificados ao promotor, que pelo menos haja ao comprador;

4 - Preparação com a maior brevidade dos planos directores das cidades, pois o promotor hoje em dia tem muita insegurança na compra de um terreno; por não saber o que pode lá ser construído. Com isso, o processo seria mais claro e os investimentos no sector aumentariam substancialmente, devido à transparência do processo;

5 - Prazos céleres para projectos de interesse do colectivo: loteamentos, projectos com fracções acima de um número pré-determinado;

6 - Incentivo fiscal aos promotores de imóveis para a venda através de renda resolúvel ou incentivo ao arrendamento;

7 - Criação ou eleição de um banco estatal, que tivesse como primeiro compromisso financiamento habitacional.

JE - A isenção dos impostos nos materiais importados está a surtir os efeitos desejados? CC - Claro que é uma grande ajuda, mas precisa de haver crédito acessível. Assim, a construção civil cresce e produziremos os materiais aqui em Angola, tornando mais baixo o custo da casa pronta.

JE - A atracção de muitos investidores estrangeiros no sector já é uma realidade? CC - Poderia ser infinitas vezes maior, se houvesse mais transparência (planos directores), menos burocracia e um compromisso maior de ajuda ao promotor privado.

J E - Como subsistem as mediadoras com a queda dos imóveis? CC - É importante que se diga que quanto menor for o preço do imóvel, mais negócios se fazem, portanto a baixa é positiva.

JE - Estudos revelam que o mercado está a ressentir com a oferta de muitas casas? CC - O mercado de arrendamento está muito aquecido, o que é preciso agora é haver crédito barato e agilização do processo de regularização dos documentos, para que se volte a vender imóveis como antes.

6.9 Projecto habitacional abandonado no Zango depois de inaugurado pelo PR

Semanário Continente
07 de Setembro de 2012

No quadro do programa de casas evolutivas, inaugurado pelo Presidente da República de Angola, Eng. José Eduardo dos Santos, em Dezembro de 2010, mais de 300 casas da mesma tipologia, construídas pela empresa NOVA ANGOSPENCERSA, no Zango III e destinadas a habitantes que vivem em tendas, não foram entregues, por falta de pagamento pelo Governo Provincial de Luanda (GPL)

O projecto de grande impacto social, foi orientado superiormente pelo Chefe de Estado, tendo inclusive exarado um despacho favorável a empresa NOVA ANGOSPENCERSA, em data de 26 de Novembro de 2010, remetido oportunamente ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Carlos Feijó, sem que até ao

momento, o referido despacho, tivesse sido dado qualquer tratamento, num autêntico descrédito, parecendo que os despachos do PR, sejam a lápis e que no dia seguinte são pura e simplesmente apagados com uma borracha, deixando de ter qualquer valor.

O projecto das 600 casas no Zango III, para albergar as pessoas que vivem em tendas, e que teria hoje um grande impacto social para a campanha eleitoral do MPLA, foi inscrito, aprovado e publicado no Jornal de Angola, na sua edição de 26 de Abril de 2012, nas páginas 9, 10, 11 e 12, fazendo cadernos com as páginas 37, 38, 39 e 40, tendo sido consolidado no resumo da actividade do Executivo, referente ao U e IV Trimestres de 2011.

O inimaginável aconteceu: Após várias demarches, e já no auge da campanha eleitoral, uma recomendação dos Serviços de Apoio do PR, foi remetido ao GPL para que efectuasse o pagamento à empresa, em concordância com a certificação e instrução do Tribunal de Contas. Uma vez mais, o GPL fechou-se em "copas" sem ter dado qualquer importância as recomendações recebidas, resultando daí a não ocupação das casas, até ao presente momento, com todos os riscos associados, que vão desde a vandalização e possível ocupação das mesmas.

Recorda-se que a ANGOSPENCERSA, investiu no seu projecto industrial situado nas mabubas, um valor aproximado de 50 milhões de dólares americanos, dando emprego há mais de 250 trabalhadores. Os seus mentores, militantes do partido MPLA, propulsores dos Comités de Especialidade, receiam que por esse andar, o seu nobre projecto, que se enquadra no apelo ao empreendedorismo fortemente defendido pelo Chefe do Executivo, poderá sucumbir prematuramente.

A fonte interroga-se o porque dessa postura ambígua e tratamento desigual do GPL, numa altura em que, a habitação social se mostra tão necessária para o melhoramento da vida das populações carenciadas. Em jeito de desabafo, a fonte ligada a empresa, questionou-se ainda, sobre: as quantas andam as menções sobre o apoio ao empresariado nacional.

Por dentro

A NOVA ANGOSPENCERSA é um projecto ousado, de angolanos corajosos apostados na produção local de materiais de construção, e imbuídos de sentimento patriótico. Ergueram na Camama duas Mabubas e o Karson Pólo Industrial, um investimento avaliado em mais de 45 milhões de dólares, compreendendo nesta primeira fase três unidades fabris com produção em séries industriais de casa em M2 ou Emmedue,

chapas caneladas, chapas sanduíches, eumeeiras e metalo-mecânica. Esta empresa concebe e executa projectos habitacionais de diversos padrões, com realce preferencial de casas de média e baixa renda, com vista a atender a elevada demanda do segmento com uma renda modesta, principalmente a juventude.

A utilização média da sua capacidade instalada pode proporcionar mais de 30 mil empregos directos, contribuindo assim no combate ao ainda elevado índice de desemprego e a melhoria da qualidade de vida das populações. A prova disso é que, esta empresa projectou e construiu as primeiras casa evolutiva em Angola, tendo sido inaugurada pelo PR no dia 10 de Dezembro de 2010, por sinal no 54º aniversário do MPLA, no Zango III, município de Viana. Mercê da avaliação positiva do Presidente Eduardo dos Santos, a NOVA ANGOSPENCER mereceu a confiança do então governador de Luanda, José Maria dos Santos, que, interpretando a aprovação tecnológica feita pelo PR, rubricou com aquela empresa, em Junho de 2011, um contrato para a construção de 600 casas evolutivas no Zango III, uma empreitada executada pela empresa, de acordo com o plano e cronograma superiormente aprovado e certificado o Governo Provincial de Luanda não eficiários expostos ao relento, apesar pelo Tribunal de Contas, em permitiu a execução completa da em de o Executivo ter considerado o promentação oportunamente remetida preitada, como ainda desrespeitou as jecto das 600 casas evolutivas, como ao actual governador de Luanda. Recomendações das diversas institu- prioridade, conforme se pode constam. Por incrível que pareça, enquanto ições superiores, com destaque para tar no Balanço do II e IV Trimestre na maioria dos casos, os empreiteiro Tribunal de Contas. Mais, caricato, de 2011, feito em Abril de 2012.

O certo mesmo é que o empreiteiro NOVA ANGOSPENCER ao ter mostrado o seu total empenho patriótico, recorrendo inclusive a empréstimos bancários e não só, para que as 600 casas evolutivas ficassem concluídas até ao dia 31 de Julho passado, à luz do cronograma aprovado, encontra-se agora em situação de total embaraço e desespero por não poder honrar os compromissos financeiros assumidos com a banca comercial, fornecedores e trabalhadores, cerca de 260, entre nacionais e estrangeiros, devido ao facto de incompreensivelmente o GPL ter-se furtado única e simplesmente a respeitar as suas obrigações contratuais. Perante este cenário, há quem se interrogue: como podem, desta forma, as empresas angolanas sobreviver e crescerem, como advoga o programa eleitoral do MPLA? "Não existe nisso uma

gritante incongruência entre o discurso político e a acção prática dos órgãos do Executivo?"

Vistas bem as coisas, o caso da NOVA ANGOSPENCER é paradigmático, pois, são situações useiras e recorrentes que se assistem todos os dias, como que ser empresário honesto fosse crime em Angola. Trata-se, porém, de um comportamento que deve ser estripado e invertido imediatamente, à luz da nova realidade assente nos resultados eleitorais obtidos, sobretudo em Luanda, que recomendam fria e ponderada reflexão inclusiva. A verdade é que este estado de coisas desanimam, não só quem de boa fé se oferece a contribuir para a mitigação do sofrimento das populações, como também desencoraja todos os que almejam ser empresários, até mesmo no quadro do nobre programa de empreendedorismo, vulgo Bué e outros.

6.10 Panguila ainda com três famílias em cada casa

Jornal O País

07 de Setembro de 2012

Realojados em Dezembro de 2010, no chamado sector 10, do Panguila, os ex-moradores do extinto bairro Favela, que se localizava no prolongamento da nova marginal, próximo do Mausoléu, em Luanda, esperavam rumar para o Zango IV depois de 15 dias da sua chegada àquela área, actualmente entregue à jurisdição da província do Bengo, mas, até à data desta reportagem, três famílias se encontravam a partilhar uma residência. A situação está a deixar os residentes bastante aborrecidos, ao ponto de acusarem a equipa de realojamento de os ter enganado. "Se a promessa que nos fizemos foi de 15 dias e nós já estamos a viver assim há quase dois anos, é porque venderam as casas que estavam destinadas para o povo da Favela", acusou o morador, que se identificou com o nome de Paixão.

Paixão justificou a sua acusação explicando que, na semana do realojamento provisório no Panguila, integrantes da coordenação mostraram a si e a alguns vizinhos um sector de casas amarelas no Zango IV, tendo-o indigitado como o seu destino definitivo. "Quando voltamos a visitar as mesmas residências, depois de algum tempo, já as encontramos ocupadas", acrescentou, classificando a situação por que agora passam como irreparável se depender dos mesmos homens que os fizeram chegar ao Panguila.

Várias tentativas de acertos com a comissão de moradores foram feitas pelos seus agregados, segundo estes, no sentido de se cobrar responsabilidade aos órgãos de direito. "Até ao

momento nada se diz, senão nos mandarem aguardar até que o próprio governo decida fazer algo a nosso favor", revelou o entrevistado, pondo em causa a falta de autoridade da comissão local.

Quanto ao verdadeiro quadro de convivência de três famílias numa só casa, Paixão disse que não tem palavras para descrever as cenas diárias que testemunha, mas chamou a atenção dos governantes e da sociedade civil para os constantes atropelos do direito à privacidade e do atentado ao pudor inevitáveis debaixo de um tecto, que o próprio já considera como arena. Segundo apurou o PAÍS, as residências em causa dispõem de três quartos, com menos de quatro metros quadrados, uma sala, cozinha e casa de banho. Cada quarto é ocupado por uma família, sendo que outros compartimentos são partilhados.

Por causa desta condição, muitos moradores procuraram negociar com seus parceiros, para puderem trocar as suas posições com alguns familiares, de modo a reduzir os riscos de violação de direitos.

"Aqui, foi necessário pedir aos vizinhos para trocaram seus lugares com alguém da nossa família ou com amigos muito próximos", explicou Paixão, alegando que ele, sua mãe e o irmão mais novo tiveram a sorte de calhar na mesma casa mas, mesmo assim, o terceiro ocupante é um vizinho fora da sua convivência.

Cozinha ao ar livre

Josefina Panzo de 60 anos de idade é mãe do jovem Paixão. Agastada com o facto de ter de esperar, sempre que tiver necessidade de confeccionar os alimentos para si, seus filhos e netos, a idosa decidiu arrumar uma cozinha a seu jeito, na entrada de casa. "Quando você quer cozinhar uma coisa, a cozinha está ocupada e tem de esperar, é por isso que eu preparo a comida aí", disse, apontando, com o dedo em riste para a disposição de três pedras, no chão, que criam um espaço entre si, onde a velha, muitas vezes ajudada por seus netos, deposita carvão ou lenha para o êxito na culinária. Aliás, a reportagem deste jornal chegou ao local ao princípio da tarde de terça-feira, 4, justamente no momento em que Filomena Panzo se apressava a dispersar e apagar as últimas brasas de um conjunto que garantira a feitura do almoço do dia.

No referido espaço, eram ainda visíveis panelas, pratos e copos, para além de bacias, baldes, e bidões de água, bem como restos de madeira, supostamente usados para reforçar o fogo. A ousadia da criação de um espaço independente para o sustento da família

nem sempre proporciona à anciã urna tranquilidade, durante as suas actividades. "Há dias em que os meninos que jogam atiram a bola para aqui e deixam cair as minhas panelas, " queixou-se, não deixando de referir a quantidade de poeira que este tipo de brincadeira suscita.

O PAÍS sobe de Josefina Panzo que a opção de cozinhar a lenha ou a carvão não deriva do facto de não possuírem um fogão a gás, mas devido as condições da sua cozinha aberta que não permite o funcionamento pleno desse meio. Essas e outras situações por que tem passado a velha Fina Panzo, como é carinhosamente tratada por familiares, amigos e vizinhos, têm-na deixado com vontade de voltar para a província do Kwanza Norte, sua terra natal, urna posição a que sempre se opõem os seus filhos, preferindo acalentá-la com profecias de tempos melhores.

Paixão e Pensamento não deixaram de fazer igual, ao ouvirem a mãe citar as suas origens. Ambos explicaram que a grande razão que deixa a velha intrigada é o facto de estarem a partilhar a casa com um solteiro. "Como ele vive sozinho, é normal que, às vezes, se sintam livres em suas expressões e apresentação", referiu, sublinhando que tal postura costuma a influenciar sua mãe a tomar posições muito questionadoras, principalmente no que à moral e ética diz respeito.

Perigos

Começam com crianças à solta Quem parece ter ganhado muito com a imposição da convivência de três famílias numa residência é a classe infantil, se atendermos ao grau de inocência característico desta faixa etária. Os petizes alegaram terem ganho muitos amigos e com isso asseguraram também estarem garantidas as brincadeiras. "Brincamos muito, porque agora temos muitos amigos dentro de casa" , atiraram, inocentes.

Na altura em que decorria a reportagem de O PAÍS, descontraídas, as crianças corriam de um lado para outro, muitas vezes, violando os espaços do interior das casas. Este à vontade das crianças preocupa os encarregados de educação, como é o caso de Cadete que, para além dos seus quatro filhos, tem de controlar outros seis dos vizinhos. "É uma responsabilidade muito grande estar a controlar as minhas e as crianças dos vizinhos, porque ao mínimo descuido delas pode originar -se um grande incidente.

Mamute Kangakola, que seguia atentamente a conversa, interrompeu para anunciar que o quarto de um vizinho tinha incendiado na madrugada que

antecedeu o momento da nossa reportagem. De acordo com Kangakola, as pessoas da área aperceberam-se do fogo por volta das quatro horas da manhã. "Ouvimos os gritos de socorro da vizinha cuja porta do quarto se localiza ao lado do que estava a pegar fogo e fomos lá, tentámos arrombar a porta e deu certo", contou, tendo revelado que o dono do quarto se encontrava a fazer turno, por ser segurança de uma empresa. Felizmente o incêndio não causou danos humanos, tendo apenas danificado completamente um colchão, que se encontrava no chão, roupas e cortinas, para além de ter atingido toda a parede do quarto, ao ponto de se encontrar totalmente escura.

Os incêndios não constituem o único perigo da área, pois o exagerado número de pessoas por cada casa do Panguila tem levado ao desrespeito e à violação da moral, bem como facilitado os pequenos incidentes por parte das crianças que, às vezes, chegam a beber detergente ou combustível, soube O PAÍS dos próprios moradores.

Como outros moradores, Mamute Kangakola reconhece que foram atirados para um destino que não lhes pertence, mas, garante que não está disposto a abandonar o local, sem ser encaminhado para outro condigno. "Nós estamos aqui à espera de uma resolução, também ninguém vai sair daqui para ir à rua", desabafou, anunciando que muitos dos impostores que alegam serem aquelas as suas casas aparecem ao local com documentos falsos. À semelhança de Paixão, mamute Kangakola diz ter integrado o grupo de voluntários que foi pedido para se deslocar para o Zango IV, a fim de ver as casas amarelas que estavam a ser concluídas para os albergar.

Só que, ao contrário do vizinho, esteve ao lado do então responsável máximo da coordenação de realojamento de Luanda, que lhes garantiu tais residências. "O Bento Soito estava pessoalmente comigo, no Zango IV, mostrou-nos umas casas, dizendo que eram para nós", tendo informado que, segundo aquele dirigente, só não receberam as residências na hora, porque ainda se encontravam em obra.

O ex-governador da Favela falou ainda de uma hipótese apresentada por Bento Soito, segundo a qual os beneficiários podiam até entrar, desde que se comprometessem para os acabamentos' uma notícia que agradou aos favelistas. Para apurar o facto, O PAÍS enviou esforços para contactar o dirigente, mas, até ao fecho desta edição, não foi bem-sucedido.

Oportunismo

Supostos proprietários aparecem Quando a equipa de reportagem deste semanário abordou Fernando, o referido vizinho, para prestar declaração sobre o assunto, ele encontrava-se a fazer algumas rectificações na residência, para criar uma barreira que pudesse separar a cozinha e o seu quarto do resto da casa, obtendo, assim, independência da família Panzo. Na verdade, esta é uma medida tomada por quase todos os inquilinos das casas cujo quarto fica próximo da cozinha, tendo uma porta de saída para o lado contrário da entrada principal.

A alternativa acabou por reforçar a ideia de troca já referenciada, ou seja, o esforço de se reagregarem em, pelo menos, duas famílias de laços sanguíneos, facilitando ao terceiro ocupante ter a sua porta de acesso. Em relação à convivência forçada, referiu que não lhes foi dada outra hipótese melhor do que viver ao relento, por isso têm de suportar tudo. "Entretanto é preciso repetir que estamos a suportar por não termos mais onde ir", assegurou Fernando para mostrar que não se trata de conformismo.

Pedreiro de profissão, Fernando, lembrou que quando chegaram ao Panguila os responsáveis do realojamento tinham prometido dar-lhes outro destino antes de 10 dias. Não tendo acontecido depois de 20 meses, o receio do morador reside no facto de ele e os seus vizinhos não possuírem titularidade das casas, uma situação que os coloca em desvantagem face a supostos proprietários das residências do Sector 10 do Panguila, que já começaram a visitar os actuais ocupantes.

"As pessoas que já encontrámos neste bairro sempre nos disseram que essas casas já têm donos e só agora é que estamos a receber visitas de indivíduos com documentos que lhes confirmam a titularidade", declarou preocupado. Mas, desabafou com ar de alívio, também aparecem, na área, duas ou mais pessoas a reclamar a propriedade da mesma habitação e todos eles munidos de escritura. "As pessoa encontradas no bairro sempre nos disseram que as casas já têm donos.

Fernando solicita às autoridades competentes para pensarem e executarem um plano imediato que facilite a divisão das famílias, porque, para si, esse tipo de convivência é difícil e impossível.

6.11 A largada urbanística de Luanda

Semanário Angolense
08 de Setembro de 2012

Já correram, pelos anos 90, acaloradas discussões em torno do urbanismo. Naquela altura, a realidade militar do país traiu-nos e pelo nível de destruição das infra-estruturas e edificações diversas, ficamo-nos pelos debates acerca das futuras acções na reconstrução, por via da «construção». Intensa e multiplicada, a reposição ou recuperação dos objectos atingidos era a prioridade. O «urbanismo», enquanto ciência da construção e preservação das cidades, foi relegado a um plano inferior. Eu defendia, nas minhas conversas entre amigos, que antes mesmo da construção, devíamos abordar o tema do urbanismo e dar-lhe o lugar que merece na dinâmica da reconstrução nacional, tal como a formação do professor esta primeiro que a escola, o projecto primeiro que as paredes, ou o orçamento primeiro que a despesa.

Só agora a mais recente remodelação orgânica ministerial reconheceu a primazia do «urbanismo» sobre a «construção», por via da criação do MINUC - Ministério do Urbanismo e Construção, no lugar do MINOPU - Ministério das Obras Públicas e Urbanismo. Finalmente, pode declarar-se atendida a preocupação. Como é agradável ver o urbanismo na linha da frente, sobretudo quando as cidades estão por fazer!

A reabilitação da Baía de Luanda, que acaba a sua primeira fase, rubrica um brilhante despacho político sobre o tema, podendo concluir-se que é preferível atender primeiro a vida humana, com as suas exigências de ar puro; o conforto ambiental; o paisagismo e a beleza natural, ao lado da verdura das plantas e das árvores; o saneamento e a protecção ecológica; o descanso e a convivência social comunitária. As imensas obras para o acomodamento de viaturas com tapetes asfálticos ou betão armado, subtraindo ao espaço humanizante terrenos preciosos e bem localizados pertencentes ao homem; a usurpação ilegal de espaços para a construção irregular dentro dos perímetros destinados aos ditames do urbanismo; a violação do princípio da auto sustentabilidade, da ecologia ou do crescimento demográfico urbano salutar, tudo isso, pela negativa, lesa um direito fundamental, que é o direito a vida com saúde.

Acaso o «urbanismo» deve sucumbir diante da «construção», apenas porque obra feita é sinal de riqueza material? E a nossa riqueza humana? E os nossos «candengues» que querem crescer entre as flores e o ar fresco? E os jovens que apreciam o

oceano e a praia, os que buscam uma juventude sadia, os que se querem livrar da ociosidade e até da lumpenagem?

Acaso não é para o homem que se devem construir as cidades? Essa verdade do urbanismo como primeira parceira do homem, é a que vale defender contra quem julga que a gestão dos espaços urbanos passa pela aniquilação das boas práticas de convívio social colectivamente servido. Os que pugnam, em nome do alegado modernismo, pela priorização e cedência irracional dos espaços para «viaturização» da cidade com os seus milhares de veículos, ou para a betonagem de lugares estratégicos naturalmente cobijados pelo homem para melhorar a qualidade da sua vida desconhecem o valor do urbanismo.

É por esta razão que considero que a recuperação da Baía de Luanda, não deve ser entendida apenas como um sinal de reconhecimento da necessidade do estancamento da sua degradação. Esta recuperação deve marcar a largada para uma nova era da história da cidade de Luanda, que deverá vincar a nossa determinação em devolver ao homem o seu inalienável direito de reconstruir a harmonia entre si e a natureza. A sós ou em colectivo, para que este se desenvolva de forma sã e feliz.

A aposta nas acções de urbanismo não são de agora, claro está. Contudo - e só agora começamos efectivamente a perceber - é ao Estado que incumbe a tarefa mais nobre da questão, que é de investir no urbanismo e na urbanização, já que só assim será possível transformarmos a terra e os espaços em potencialidades naturais ao serviço do homem.

Mesmo que o modelo adoptado para a recuperação da Baía de Luanda tenha sido a que foi, em parceria com instituições particulares, fica-nos mais clarificado o papel que o Estado tem na modelagem, na formatação ou na intervenção directa como primeiro interessado na realização de acções para o urbanismo, ora assegurando deste modo que os espaços geográficos que conformam as nossas belas cidades sejam colocados ao serviço dos seus habitantes e visitantes, ora impedindo a sua degradação ou má utilização, tal como foi feito à nossa apreciável Baía. Isso está agora ao nosso alcance.

No caso concreto da cidade de Luanda, temos presente uma costa marítima impecavelmente posicionada no mapa de África, de per si uma verdadeira riqueza turística por explorar. Ao aguardarmos pela sua segunda fase das obras de recuperação e requalificação, devemos esperar com ela o surgimento de outras boas novas no interior da cidade, lá onde os bairros minguem cada vez mais em espaços destinados às pessoas. Urbanizar é também

em si, a gestão das pessoas e das suas necessidades de conforto urbano e da constante melhoria da sua qualidade de vida.

Urbanismo é olhar para o desenvolvimento humano e a correcta distribuição e utilização dos espaços, para que as pessoas possam viver, crescer saudáveis, sem constrangimentos nem conflitos com os mais elementares princípios deste mesmo urbanismo: respeitar os espaços destinados à habitação, ao comércio, à indústria, à circulação rodoviária, aos serviços, aos equipamentos desportivos, saúde, educação e de lazer. Urbanismo é pensar na expansão da actividade produtiva, colocando no papel a melhor distribuição das fábricas levando-as para longe das portas das habitações.

É olhar para o recreio e preservação dos monumentos e edifícios históricos; é respeitar os costumes dos povos e modernizar sem excessos, nem extravagâncias arquitectónicas que arruinam a paisagem e a natureza; é olhar para o modo de fazer chegar ao trabalho mais cedo e mais confortado o cidadão. É olhar para a necessidade da criação de espaços verdes, distribuindo correctamente as áreas disponíveis entre todos, gerando harmonia e bem-estar. Urbanismo é, pois, pensar como agora, atribuindo à pessoa humana primazia total. E para isso, precisamos sim de dar uma verdadeira largada.

6.12 Casas no Namibe. Construção a bom ritmo

Jornal de Angola
08 de Setembro de 2012

O vice-governador do Namibe para a Área Técnica e Infra-estruturas, António Correia, manifestou satisfação pelo andamento das obras de construção de 200 fogos habitacionais nos municípios do Camucuio e Bibala, constantes do Programa Nacional de Habitação.

António Correia deslocou-se quinta-feira às duas localidades para constatar o grau de execução das empreitadas. O governante verificou que no Camucuio as obras estão relativamente atrasadas, em termos de estruturação e construção de casas. Na Bibala, segundo o governante, o cenário é diferente, já que as casas estão a ser erguidas com um avanço significativo.

O vice-governador ordenou também o cancelamento de algumas subempreitadas por constatar que algumas empresas não oferecem obras com a qualidade que se pretende. António Correia realçou que, à semelhança da Bibala, o grau de execução é

também satisfatório nos municípios do Tômbwa e Virei, por onde tem estado a passar, para fazer acompanhamento dos trabalhos. O governante mostrou-se confiante de que os prazos contratuais são respeitados, apesar de alguns contratemplos iniciais. "Os empreiteiros estão dentro dos prazos, mas é preciso acelerar um pouco mais, para que, no tempo determinado, as casas estejam prontas", referiu.

Cláudio Vítor, proprietário da empresa Organizações Viera, subcontratada para uma das empreitadas, disse que, apesar do ligeiro atraso, acredita que tudo vai correr bem e promete cumprir as orientações do governante.

O empreiteiro apontou o transporte do material de construção a partir do Lubango ou do Namibe, sobretudo na época chuvosa, como a principal dificuldade.

6.13 Construtora chinesa edifica 100 mil casas

Novo Jornal
14 de Setembro de 2012

Angola vai contar com mais de 100 mil novas casas em dez províncias, cuja construção estará a cargo do grupo empresarial chinês CITIC, anunciou nesta quarta-feira, 19, em Luanda o presidente do conselho de administração (PCA) da companhia.

O PCA Chang Zhenrning chefou uma delegação integrada por dez empresários, que realizou uma visita de trabalho de dois dias a Angola. Segundo Chang Zhenrning, a primeira fase do projecto habitacional prevê a construção de cerca de 50 mil casas, estando já em curso a sua edificação em algumas províncias, enquanto para as restantes está a ser feita ainda a projecção e consolidação de financiamentos.

Entre as províncias beneficiárias contam-se Cabinda, Zaire (Soyo e Mbanza Congo), Benguela, Namibe, Huila (Lubango), Luanda (Zango e Belas), Kuando Kubango, Lundas Norte e Sul e outras ainda por definir. O grupo anunciou igualmente a sua participação no sector da agricultura, em projectos nas províncias do Uíge e Malange, com a criação de centros de estudo e de investigação agrícola, bem como na formação de quadros.

Em Malange, encontra-se já construído um centro de investigação científica agrária e acessórios para a agricultura, para a examinação de sementes, que está a ser gerido por técnicos chineses. De acordo com

Chang Zhenining, para os próximos dias está prevista a deslocação de 28 técnicos angolanos à China, por um período de dois anos para formação superior nessa área, com vista a assegurarem o funcionamento do centro.

Durante a sua estada em Angola, a delegação chinesa manteve encontros com os ministros de Estado para a Cooperação Económica, Manuel Vicente, da Agricultura e Pescas, Pedro Canga, e com a direcção da Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL). O grupo CITIC é composto por mais de 60 empresas dos ramos das finanças, agricultura, imobiliário, telecomunicações e indústria, entre outros.

6.14 Programa de urbanização de Luanda apresentado em Fórum Urbano Mundial

O Independente

15 de Setembro de 2012

Os programas de requalificação do município do Cazenga e do distrito do Sam-bizanga, em Luanda, estiveram à mostra, até esta semana, no sexto Fórum Urbano Mundial "Congresso Mundial das Cidades", que decorreu de 1 a 12 de Setembro na cidade de Nápoles (Itália).

O director nacional de infraestruturas do Ministério do Urbanismo e Construção, José Silva, integrante da comissão técnica para a criação de condições materiais para a representação de Angola ao certame, disse ao Semanário *O Independente* que foram expostos igualmente as realizações dos programas das novas centralidades e das infraestruturas integradas do país.

O programa de requalificação das referidas localidades tem como objectivo identificar espaços livres para construção de infraestruturas habitacionais e sociais, onde serão realojados parte

dos moradores dos primeiros bairros a serem evacuados para edificação de outros novos já urbanizados.

José Silva disse que a partir deste certame pode-se medir o potencial que Angola possui no ramo habitacional, sendo ele também uma oportunidade para troca de experiência entre os demais países que se fizerem presentes na sexta edição do evento.

Deu a conhecer que o programa de infraestruturas integradas do Executivo está a reformar

várias localidades como as províncias de Benguela, Kwanza Sul, Zaire, Cabinda e Malanje.

Segundo afirmou, o projecto é abrangente e deve seguir também as províncias do Huambo, Huíla, Namibe, e do Bié, cuja implementação dos trabalhos está previsto para o próximo ano.

Por sua vez, o director Nacional do Intercâmbio do Ministério do Urbanismo e Construção, Adérito Mohamed, disse que os programas em curso do Executivo sobre o Urbanismo e Habitação e o de infraestruturas integradas, constituem uma referência ao nível das Nações Unidas.

De acordo com Adérito Mohamed, Angola é um exemplo a nível das Nações Unidas, quanto a questão da habitação, desenvolvimento urbano, ordenamento do território e crescimento das cidades.

Segundo disse, o que se tem estado a fazer no país, do ponto de vista do crescimento das cidades e da implementação do programa Nacional do Urbanismo e Habitação, vai de encontro com aquilo que são os desafios do crescimento mundial no que toca a urbanização.

Para o responsável, os referidos programas vão continuar, com realce para o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação que vai em até 2014.

"Há um programa de habitação do Executivo que consiste em construir 200 fogos habitacionais em cada um dos municípios do país", lembrou.

Fórum Urbano Mundial é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), coordenada pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN Habitat), esta edição teve como tema "Futuro Urbano".

6.15 Estrangeiros elogiam concretização angolana

Jornal de Angola

18 de Setembro de 2012

O ministro da Habitação de Cabo Verde, Antero Veiga, o director das Nações Unidas Habitat, Joan Cios, o presidente da Câmara de Nápoles, Luigi de Magis, e a coordenadora do VI Fórum Urbano Mundial, que decorreu entre 3 e 6 de Setembro no salão Mostra D'oltremare de Nápoles, Ana Moreno, estiveram várias vezes no pavilhão de Angola e foram unânimes em dizer que, "a nível de urbanismo e habitação, com dez anos de paz, Angola fez muito e deve partilhar a sua experiência".

Depois de visitar durante alguns minutos os pavilhões de Marrocos e da Alemanha, a jovem Jeiza Tavares, da Direcção-Geral de Ordenamento do Território de Cabo Verde, entrou no de Angola. Calma e pacientemente, viu todas as fotografias que estavam estampadas no interior e exterior do pavilhão, e assistiu, sem pressas, às imagens de um vídeo através do qual Angola mostrou a construção das centralidades e casas sociais, em todo o país. No final, Jeiza Tavares escreveu: "Força Angola! Que seja o motor de um novo desenvolvimento no mundo e em África."

Um dos responsáveis da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde, também elogiou o que está a ser construído em termos de habitação, no país. "A identidade de um povo faz-se pela sua cultura: Força Angola!" escreveu ele. Além de brasileiros, São-tomenses, moçambicanos ou guineenses, cidadãos de outras nacionalidades fora da CPLP, como chineses, russos, franceses, japoneses, também ficaram "impressionados" com o que viram em fotos e vídeos sobre a habitação em Angola e escreveram no placard destinado para o efeito a sua admiração. Além disso, muitos pediram mais dados sobre o país.

As visitas constantes ao pavilhão de Angola de pessoas das mais variadas nacionalidades, levou a organização a apresentar, a cada quatro minutos, vídeos em várias línguas, com destaque para o português, russo, chinês, inglês e francês. Além das imagens em vídeo, os técnicos do Ministério do Urbanismo e Construção, que estiveram presentes no evento, não se cansavam de explicar, demoradamente, como, quando e onde foram e estão a ser construídas as novas centralidades e as casas sociais.

Partilha de experiências

Guilhermina Vumi, a responsável pela delegação multi-sectorial angolana no evento, que teve como lema "Futuro Urbano", disse emocionada ao Jornal de Angola que os elogios feitos pelos dirigentes de alguns países africanos, e outros, são um reconhecimento a todo o nível. "A nossa participação teve êxito porque viemos prevenidos. Desdobrámos e conseguimos participar em vários painéis, nos quais partilhámos a nossa experiência com técnicos de outros países", referiu Guilhermina Vumi.

Temas como "As melhores metodologias e critérios do processo de planeamento e gestão urbanística", "O impacto e as políticas do desenvolvimento urbano, os instrumentos de cálculo, planeamento e projectos", "Segurança e certeza jurídica para o desenvolvimento urbano sustentável", "Como construir habitações ecologicamente sustentáveis com

a utilização da alta tecnologia em termos de designer", contaram com a participação dos técnicos angolanos. Além disso, a delegação manteve, em paralelo, uma reunião com os membros da SADC presentes no evento, durante a qual ficou marcado um novo encontro para Janeiro do próximo ano, na Zâmbia, para serem debatidas questões sobre urbanismo e habitação.

"Também fomos convidados para participar num encontro, ainda este mês, na capital do Chade, Djamena. Isto porque os responsáveis do Urbanismo e Habitação desse país, que nos visitaram e com os quais partilhámos experiências, ficaram admirados com o que fizemos e recuperámos, em termos de infra-estruturas, em tão pouco tempo. Ou seja, em dez anos de paz efectiva", explicou Guilhermina Vumi.

Visivelmente satisfeita, sublinhou o facto de as imagens apresentadas por Angola sobre a nossa realidade terem sido referenciadas várias vezes na sessão de encerramento do Fórum. "É um reconhecimento que todos os angolanos têm de ter em consideração, porque dos 152 países presentes, Angola foi o que mais passou em imagens de vídeo, porque há no país uma política, no que diz respeito à habitação, bem traçada para a juventude", garantiu Guilhermina Vumi.

Centro de conhecimento

Para os técnicos do Ministério do Urbanismo e Construção, "o Fórum foi um centro de conhecimento onde se conseguiu ir buscar muitas ferramentas para as nossas actividades, principalmente no que diz respeito a infra-estruturas integradas". O arquitecto António Gameiro referiu, em Nápoles, que com a requalificação da zona metropolitana de Luanda, alguns municípios que antes pertenciam à província do Bengo fazem agora parte de Luanda, como é o caso de Catete e Quissama. Na zona da Baixa, prosseguiu o arquitecto, existem serviços e equipamentos, e 70 por cento da população luandense reside actualmente no Cazenga, Cacuaco e Viana. A União Africana de Arquitectos e a UN Habitat rubricaram um acordo no qual ficou estabelecido que a organização africana é que deve expor os seus problemas de habitação nesta organização. O salão Mostra D'oltremare encontra-se localizado na região Fuorigrota, a oeste do centro urbano de Nápoles, e tem sete mil metros quadrados. Começou a ser construído em 1937 e ficou concluído três anos depois. Actualmente, como disse o director de negócios, Carlo Cigliano, alberga feiras, concertos e outras actividades comerciais. Nesta edição do Fórum Urbano, Angola ocupou uma área de 100 metros quadrados, divididos em quatro espaços. O

VII Fórum Urbano Mundial realiza-se em 2014, em Medellín, na Colômbia.

6.16 Grupo chinês assegura participação na construção de novas centralidades

Jornal de Angola
20 de Setembro de 2012

O empenho do Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, na promoção e criação de projectos habitacionais para melhorar a qualidade de vida dos angolanos foi reconhecido ontem, em Luanda, pelo presidente do conselho de administração do grupo empresarial chinês CITIC, Chang Zhenming. Depois de participar na cerimónia de conclusão das obras da primeira fase da urbanização do Kilamba, o empresário chinês valorizou o envolvimento do Presidente da República no projecto que deu oportunidade aos angolanos de terem a sua própria casa, assim como o número de empregos criados com a execução do projecto e aqueles que vão surgir posteriormente.

Segundo o presidente do conselho de administração do CITIC, esta acção do Executivo angolano e do seu líder deve ser valorizada e considerada, visto que Angola está em paz há apenas dez anos. Chang Zhenming fez ainda questão de realçar que na urbanização do Kilamba, recentemente construída na zona sul da província de Luanda, estão à disposição perto de 20 mil apartamentos, alguns dos quais já habitados.

O empresário chinês chefiou uma delegação integrada por dez pessoas, que mantiveram encontros com o ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Vicente, o ministro da Agricultura e Pescas, Afonso Pedro Canga e a direcção da Sociedade Nacional de Combustíveis (Sonangol), com os quais abordou aspectos ligados ao reforço da cooperação bilateral. Antes de deixar Luanda, Chang Zhenming anunciou a construção de cerca de 100 mil novas casas em dez províncias do país já seleccionadas.

Na primeira fase está prevista a construção de 49 mil casas, cujas obras estão já em curso. Para a região Norte foram seleccionadas as cidades de Cabinda, Soyo e Mbanza Congo e no Centro e Sul as cidades de Benguela, Namibe, Lubango e Menongue. O projecto abrange ainda Luanda e as duas Lundas.

6.17 Banco Nacional lança mecanismo a garantir crédito

Jornal de Angola
20 de Setembro de 2012

O governador do Banco Nacional de Angola anunciou ontem a criação de um sistema nacional de garantias de crédito, que visa proteger e incentivar as instituições financeiras envolvidas na concessão de crédito ao empresariado nacional. José Massano informou que já foi constituída a sociedade de capital de risco. "O programa do governo trás um conjunto de incentivos que vão proteger as instituições financeiras, mitigando parte dos riscos que o nosso sistema ainda enfrenta na concessão de créditos, sobretudo para os empreendedores que a iniciam a vida económica", disse José Lima Massano à Radiodifusão Nacional de Angola (RNA). A sociedade de capital de risco é um programa monitorizado pelo Ministério da Economia, com o propósito de apoiar iniciativas empresariais.

6.18 Novas casas em perspectiva

Jornal A Capital
22 de Setembro de 2012

Embora não tenha sido exaustivamente publicitado, o programa do Governo parece continuar a dar prioridade à questão habitacional. Notícias veiculadas esta semana dão conta que Angola vai contar com mais de 100 mil novas casas em dez províncias, cuja construção estará a cargo do grupo empresarial chinês cmc.

Isso mesmo foi anunciado pelo presidente do conselho de administração da companhia, citado pelo jornal português Público. Chang Zhenming chefiou uma delegação integrada por dez empresários, que terminou uma visita de trabalho de dois dias a Angola.

Segundo Chang Zhenming, a primeira fase do projecto habitacional prevê a construção de cerca de 50 mil casas, estando já em curso a sua edificação em algumas províncias, enquanto para as restantes está a ser feita ainda a projecção e consolidação de financiamentos.

Entre as províncias beneficiárias contam-se Cabinda, Zaire (Soyo e Mbanza Congo), Benguela, Namibe, Huíla (Lubango), Luanda (Zango e Belas), Kuando Kubango, Lundas Norte e Sul e outras ainda por definir.

O grupo anunciou igualmente a sua participação no sector da agricultura, em projectos nas províncias do

Uíge e Malange, com a criação de centros de estudo e de investigação agrícola, bem como na formação de quadros.

Em Malange, encontra-se já construído um centro de investigação científica agrária e acessórios para a agricultura, para a examinação de sementes, que está a ser gerido por técnicos chineses.

6.19 Nova cidade da Caála recebe primeiras casas

Jornal de Angola
23 de Setembro de 2012

A nova cidade do município da Caála, que está a ser erguida desde o ano passado, começa a ser habitada em 2013, altura em que ficam concluídas as duas mil residências previstas na primeira fase do projecto. O responsável pelo departamento comercial e de marketing da empreiteira, Bernardo Florindo, disse ontem que as duas mil casas estão em fase conclusiva de execução.

Até ao momento, mil pessoas já manifestaram interesse em morar na nova centralidade, localizada a 12 quilómetros da Caála. Bernardo Florindo informou ainda que decorrem trabalhos de criação de redes de esgotos, arruamentos, sistemas de fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de água, asfaltagem das ruas e criação de parques de estacionamento.

As residências, com edifícios de quatro andares estão a ser construídas com betão celular autoclavado, material moderno usado em países da Europa.

Nova tecnologia

A referida tecnologia, segundo Bernardo Florindo, "é mais económica que as convencionais, mais confortável, rápida, com menos desperdício de matérias-primas e com fácil adaptação ambiental!". O responsável explicou que o betão celular autoclavado apresenta características semelhantes à madeira, com isolamento térmico, estrutura sólida e sem desvantagem de combustibilidade, ou de apodrecimento com o tempo.

As residências, todas T3 (três quartos), ocupam uma superfície de cem metros quadrados. Os moradores da nova centralidade da Caála vão ter todas as condições necessárias de acomodação, incluindo escolas, hospitais, mercados, espaços verdes e zonas de recreio e desporto.

O projecto é gradativo e vai prosseguir de acordo com as necessidades dos futuros habitantes da nova

centralidade. O Executivo desenvolve um programa nacional de construção de habitações sociais, coordenado pelo Ministério do Urbanismo e Construção. O Executivo desenvolve ainda um programa de construção de 200 habitações sociais em todos os municípios. O programa habitacional do Executivo construiu uma centralidade em Luanda e está a construir outras no Dundo (Lunda-Norte), Cabinda, Lubango (Huíla), em parceria com a República Popular da China.

6.20 Município mineiro da Jamba ganha centralidade

Jornal de Economia e Finanças
25 de Setembro de 2012

O município da Jamba, província da Huíla, vai contar brevemente com uma centralidade, que será erguida numa área total de 330 hectares. Actualmente, decorrem trabalhos de loteamento no bairro Lucunga B, onde poderão ser construídas as primeiras infra-estruturas. Segundo revelou o administrador local, Miguel Kassela, nos 330 hectares vai nascer a nova cidade da Jamba e do lado oposto está-se a lotear 80 hectares para construção de 200 casas.

"Neste momento e com alguns espaços já existentes, estamos a lotear uma área com mais de cinquenta hectares no bairro Santa Teresinha, onde serão erguidas 200 casas sociais", ressaltou o administrador. A responsável salientou que a administração da Jamba tem capacidade para dar um lote de 1.000 metros quadrados a todos os cidadãos que queiram construir na Jamba, estando já disponíveis 1.400 lotes para este fim.

Crescimento urbanístico

O município da Jamba dispõe de seis reservas fundiárias para garantir o desenvolvimento urbanístico da cidade, entre elas, uma destinada aos mineiros a Norte da cidade com mais de três mil hectares. O administrador municipal da Jamba mostrou-se optimista com o crescimento urbanístico da cidade mineira nos próximos cinco anos, tendo em conta os investimentos em curso no sector de exploração de ferro e ouro. "Com o arranque deste projecto, temos a presença de muita gente formada, com um modo de vida diferente, dentre eles alguns expatriados, muitos homens de negócios interessados em fixar-se aqui, a cidade a crescer do ponto de vista urbanístico e com equipamentos de qualidade, penso que dentro de cinco anos teremos uma Jamba a despertar interesse a muita gente para vir aqui viver", ressaltou o administrador. Por outro lado, o responsável esclareceu que estas reservas estão

situadas nos bairros Lucunga A e B, Cacola, Gangula e Camunde.

Potencialidades

Mineiro por excelência, dadas as suas extensas reservas em ferro, cobalto e ouro, o município da Jamba situa-se a Leste da província da Huíla e tem uma população estimada em 150 mil habitantes, que se dedica principalmente à pesca e ao cultivo de cereais como milho, massambala e massango.

Projectos

Ainda naquele município está a ser reabilitado o aeródromo local, que vai permitir a operação segura de aeronaves ligeiras. As obras incidem em 1.600 metros dos 3.000 metros da pista do aeródromo da sede municipal, placa e hangar, assim como na via de seis quilómetros aeroporto/cidade. As obras foram feitas pela empresa Angola Exploration Mining Resources (AhMR) que detém os direitos de exploração das minas de Kassinga, que colocou, numa primeira fase, uma pequena camada betuminosa. O administrador municipal da Jamba afirmou que estão também em curso obras no aeródromo de Tchamutete, comuna mineira que dista 105 quilómetros da sede municipal. O aeroporto municipal da Jamba tem uma frequência regular de voos ligeiros diários, na sua maioria ligados à empresa mineira AEMR e também a Administração do Estado.

6.21 Chineses constroem casas

Jornal Nova Gazeta
27 de Setembro de 2012

O grupo empresarial chinês, CITIC, vai construir mais de 100 mil casas em 10 das 18 províncias, anunciou, a semana passada, o presidente do grupo, Chang Zhenming, no final de uma visita de dois dias a Angola.

A empresa garante que cerca de 49 mil residências já estão a ser construídas, enquanto as restantes estão ainda na fase de preparação, tanto dos projectos, como de angariação de financiamento. As províncias abrangidas são as de Cabinda, Zaire, Benguela, Namibe, Huíla, Luanda, Kwando-Kubango e Lundas, Norte e Sul.

Chang Zhenming revelou também que o grupo está a apoiar o desenvolvimento da agricultura no Uíge e Malanje com a criação de centros de estudo e de investigação agrária. O grupo CITIC, constituído por mais de 60 empresas de vários ramos, actua em

diversos sectores, entre os quais finanças, agricultura, imobiliário, telecomunicações e indústria (fabrico de máquinas e equipamentos).

6.22 Vencer a vida com pequena comunidade

O país
28 de Setembro de 2012

Que existem muitos jovens a sair de municípios longínquos, principalmente das províncias do centro e sul de Angola para Luanda, a fim de fazerem trabalhos modestos, é do conhecimento de muitos, mas o que pouca gente sabe é que alguns desses grupos começam por constituir uma comunidade habitacional, em jeito de embaixada.

É o caso de mais de cinquenta jovens provenientes do município de Caconda, província da Huíla, que estão agrupados no bairro Futungo, município de Belas, onde habitam em casebres de chapas, obedecendo a normas, segundo eles, aprovadas por unanimidade.

Ser originário da mesma localidade para não complicar os fatores de convivência, como a língua, o hábitos e costumes, estar disposto a ocupar-se no transporte de água para as residências de pessoas que solicitam os seus préstimos e não levar mulheres para o seio da pequena comunidade, já apelidada de 'Parada do sofrimento', constam da lista de um regulamento revelado a O PAÍs por Joaquim Tomás de 22 anos de idade, um dos membros mais antigos desse circuito.

"Uma pessoa habituada a fazer confusão, lutar com os outros e preguiçosa, aqui não fica", acrescentou Joaquim, sublinhando que, quando se deparam com este fenómeno, o coletivo reúne-se com objetivo de ditar uma contribuição financeira, de modo a mandarem de volta para Caconda o indivíduo confucionista.

Nesses casos, o infrator não viaja sozinho, é acompanhado por outro integrante do grupo, teoricamente mais forte do que ele, a fim de evitar qualquer intenção de fuga ou desvio de percurso por parte do transgressor.

Ao chegarem à terra de origem, os seus familiares são cuidadosamente informados sobre a conduta do indivíduo e a consequente sanção disciplinar, soube este jornal do seu interlocutor, que assegurou o facto de a represália não ser apenas aplicável aos mais novos da comunidade.

"Mesmo se isso acontecer comigo, terei castigo igual", observou, minimizando que, durante sete anos

nessa convivência fraterna, só registaram um caso do género, que teve a ver com um conterrâneo cujo comportamento já 'apontava para tais tendências.

Joaquim Tomás saiu da Huila em 2004, a convite de uns amigos de infância, que já detinham alguma experiência no que a trabalhos voluntários, em Luanda, diz respeito.

Só que o grupo inicial aproveitava a oportunidade dos passeios familiares temporários para fazer dinheiro a troca de certas prestações.

"Foi com esses amigos que depois decidimos alugar uma casota neste bairro e aí começámos a nossa vida, até alguém nos falar de uma senhora que procurava voluntários para guardarem a sua casa", contou, admitindo que não perderam tempo, tendo decidido imediatamente a contactar a dona Ana, por intermédio do emissário.

Quando chegaram ao local, havia apenas uma casa de um quarto e sala, construída de blocos, onde se alojavam três pessoas, mas, à medida que os seus compatriotas iam chegando, a residência tornava-se apertada, razão pela qual tiveram a necessidade de conversar novamente com a proprietária para lhes arrendar um espaço adjacente, na ordem de cerca de 10 metros quadrados, onde os jovens começaram a erguer habitações de chapas de Zinco, vulgarmente conhecido como bate-chapa. As suas construções alternativas não ultrapassam os dois metros de altura.

Esta condição obriga os mais altos da turma a terem de baixar-se sempre que precisarem de entrar ou sair das referidas cubatas.

Inicialmente, os trabalhadores cobriam o arrendamento com apenas mil Kwanzas, mas, hoje, o coletivo está submetido a gastar mensalmente mais de 30 mil, para garantir a continuidade na Parada do sofrimento'.

Atualmente, a comunidade conta com mais de 30 casebres, de acordo com Joaquim Tomás, que não aconselha nenhum dos integrantes a dar um número taxativo, uma vez que as cabanas são aumentadas em função das necessidades.

"Já chegámos a ser 60 pessoas, mas hoje rondamos entre os 30 e 43, devido ao regresso de muitos à zona de origem", explicou.

Fortes razões

Quanto aos motivos que obrigaram ele e os seus companheiros a deixarem as origens, Joaquim Tomás, também conhecido por Saúde, citou a preocupação

de ajudar os pais e os irmãos mais novos, bem como a procura de melhores condições de vida.

"ó já não tivemos tempo de estudar, por causa da guerra, então saímos da terra, viemos aqui em Luanda para carregar água, ganhar algum dinheiro para dar aos pais e aos irmãos e endireitar a nossa vida".

Com a vida de carregador, o entrevistado disse já ter conseguido comprar dois terrenos, sendo um onde construiu a sua casa e outro destinado à produção agrícola.

Quem não andou a dormir no capítulo do investimento na sua terra de origem é Gabriel, que põe de lado a possibilidade de um dia viver em Luanda, como o fazem outros huilanos por si conhecidos.

"Aqui está bom, eu já consegui uma motorizada e muitas coisas que ainda não vou dizer, mas vai chegar um tempo que vou e já não volto, porque tenho de continuar a vida lá", declarou o jovem de 19 anos de idade, que está a quatro anos no local.

Curiosamente, no meio de mais de 30 pessoas, ninguém pensa em residir definitivamente na capital, mesmo que lhes apareça um emprego melhor.

"Por isso, cada um de nós tem o seu tempo de férias para ir ver a família e aplicar o seu dinheiro numa coisa rentável", disse, referindo-se a um investimento sustentável, capaz de cobrir algumas necessidades, durante a sua prolongada ausência. Às vezes, a maior parte dos elementos do grupo prefere sair na ocasião do Natal, porém, persiste o compromisso coletivo de não se deixar a 'Parada do sofrimento sem ninguém'.

Uma das coisas que motivou Gabriel a ficar no meio dos conterrâneos e predispor-se ao género do trabalho adotado pelo coletivo foi o espírito de solidariedade reinante.

"A pessoa aqui nunca se sente sozinha, qualquer problema, os outros já estão sempre prontos a ajudar" disse Gabriel, confessando que este pormenor lhe imputa o dever moral de retribuir aos colegas com a mesma medida.

Quanto às regras de casa, Gaby considera-as justas e facilitadoras, porque de outro jeito, poucos conseguiriam apoiar os seus familiares.

"Assim está bom, porque se você liga muito as mulheres aqui, elas vão te chular mais o pouco dinheiro que ganhou e a pessoa vai à falência",

exemplificou, puxando o pormenor que constitui, ao mesmo tempo, um desafio e uma tentação diária para o grupo.

A assegurar este preceito, na comunidade, encontra-se Manuel Caháli de 30 anos de idade que é um dos quatro esposados da classe. "Sempre lhes dou conselho para não arranjam mulheres assim à toa, porque senão vão gastar tudo", aclarou' dizendo que se vale dos seus dez anos de vivência marital.

O mais velho do grupo assegurasse da condição de bagageiro que ele e seus rapazes assumem, para justificar a nula frequência de mulheres na Parada do sofrimento. Questionado sobre se a mulher e os filhos não se importam com a sua demorada ausência, o pai de quatro filhos, assumiu a responsabilidade neste aspeto mas atirou dizendo que "ela sabe que nós somos pobres e precisamos de um trabalho mais lucrativo".

Na condição de casado, a situação de Manuel Caháli é ponderada de quando em quando para visitar a família' sem ter de esperar pelo regresso de muitos, não admirando, portanto que esta reportagem o tenha abordado há apenas três dias do regresso de Caconda, a sétima vez só neste ano.

7. TERRA

7.1 Panguila ainda com três família em cada casa

Jornal O País

07 de Setembro de 2012

Realojados em Dezembro de 2010, no chamado sector 10, do Panguila, os ex-moradores do extinto bairro Favela, que se localizava no prolongamento da nova marginal, próximo do Mausoléu, em Luanda, esperavam rumar para o Zango IV depois de 15 dias da sua chegada àquela área, actualmente entregue à jurisdição da província do Bengo, mas, até à data desta reportagem, três famílias se encontravam a partilhar uma residência. A situação está a deixar os residentes bastante aborrecidos, ao ponto de acusarem a equipa de realojamento de os ter enganado. "Se a promessa que nos fizeram foi de 15 dias e nós já estamos a viver assim há quase dois anos, é porque venderam as casas que estavam destinadas para o povo da Favela", acusou o morador, que se identificou com o nome de Paixão.

Paixão justificou a sua acusação explicando que, na semana do realojamento provisório no Panguila, integrantes da coordenação mostraram a si e a alguns vizinhos um sector de casas amarelas no Zango IV, tendo-o indigitado como o seu destino definitivo. "Quando voltamos a visitar as mesmas residências, depois de algum tempo, já as encontramos ocupadas", acrescentou, classificando a situação por que agora passam como irreparável se depender dos mesmos homens que os fizeram chegar ao Panguila.

Várias tentativas de acertos com a comissão de moradores foram feitas pelos seus agregados, segundo estes, no sentido de se cobrar responsabilidade aos órgãos de direito. "Até ao momento nada se diz, senão nos mandarem aguardar até que o próprio governo decida fazer algo a nosso favor", revelou o entrevistado, pondo em causa a falta de autoridade da comissão local.

Quanto ao verdadeiro quadro de convivência de três famílias numa só casa, Paixão disse que não tem palavras para descrever as cenas diárias que testemunha, mas chamou a atenção dos governantes e da sociedade civil para os constantes atropelos do direito à privacidade e do atentado ao pudor inevitáveis debaixo de um tecto, que o próprio já considera como arena. Segundo apurou o PAÍS, as residências em causa dispõem de três quartos, com menos de quatro metros quadrados, uma sala, cozinha e casa de banho. Cada quarto é ocupado por

urna família, sendo que outros compartimentos são partilhados.

Por causa desta condição, muitos moradores procuraram negociar com seus parceiros, para puderem trocar as suas posições com alguns familiares, de modo a reduzir os riscos de violação de direitos.

"Aqui, foi necessário pedir aos vizinhos para trocarem seus lugares com alguém da nossa família ou com amigos muito próximos", explicou Paixão, alegando que ele, sua mãe e o irmão mais novo tiveram a sorte de calhar na mesma casa mas, mesmo assim, o terceiro ocupante é um vizinho fora da sua convivência.

Cozinha ao ar livre

Josefina Panzo de 60 anos de idade é mãe do jovem Paixão. Agastada com o facto de ter de esperar, sempre que tiver necessidade de confeccionar os alimentos para si, seus filhos e netos, a idosa decidiu arrumar urna cozinha a seu jeito, na entrada de casa. "Quando você quer cozinhar uma coisa, a cozinha está ocupada e tem de esperar, é por isso que eu preparo a comida aí", disse, apontando, com o dedo em riste para a disposição de três pedras, no chão, que criam um espaço entre si, onde a velha, muitas vezes ajudada por seus netos, deposita carvão ou lenha para o êxito na culinária. Aliás, a reportagem deste jornal chegou ao local ao princípio da tarde de terça-feira, 4, justamente no momento em que Filomena Panzo se apressava a dispersar e apagar as últimas brasas de um conjunto que garantira a feitura do almoço do dia.

No referido espaço, eram ainda visíveis panelas, pratos e copos, para além de bacias, baldes, e bidões de água, bem como restos de madeira, supostamente usados para reforçar o fogo. A ousadia da criação de um espaço independente para o sustento da família nem sempre proporciona à anciã urna tranquilidade, durante as suas actividades. "Há dias em que os meninos que jogam atiram a bola para aqui e deixam cair as minhas panelas, " queixou-se, não deixando de referir a quantidade de poeira que este tipo de brincadeira suscita.

O PAÍS sobe de Josefina Panzo que a opção de cozinhar a lenha ou a carvão não deriva do facto de não possuírem um fogão a gás, mas devido as condições da sua cozinha aberta que não permite o funcionamento pleno desse meio. Essas e outras situações por que tem passado a velha Fina Panzo, como é carinhosamente tratada por familiares, amigos e vizinhos, têm-na deixado com vontade de voltar para a província do Kwanza Norte, sua terra

natal, urna posição a que sempre se opõem os seus filhos, preferindo acalentá-la com profecias de tempos melhores.

Paixão e Pensamento não deixaram de fazer igual, ao ouvirem a mãe citar as suas origens. Ambos explicaram que a grande razão que deixa a velha intrigada é o facto de estarem a compartilhar a casa com um solteiro. "Como ele vive sozinho, é normal que, às vezes, se sinta livre em suas expressões e apresentação", referiu, sublinhando que tal postura costuma a influenciar sua mãe a tomar posições muito questionadoras, principalmente no que à moral e ética diz respeito.

Perigos

Começam com crianças à solta Quem parece ter ganhado muito com a imposição da convivência de três famílias numa residência é a classe infantil, se atendermos ao grau de inocência característico desta faixa etária. Os petizes alegaram terem ganho muitos amigos e com isso asseguraram também estarem garantidas as brincadeiras. "Brincamos muito, porque agora temos muitos amigos dentro de casa" , atiraram, inocentes.

Na altura em que decorria a reportagem de O PAÍS, descontraídas, as crianças corriam de um lado para outro, muitas vezes, violando os espaços do interior das casas. Este à vontade das crianças preocupa os encarregados de educação, como é o caso de Cadete que, para além dos seus quatro filhos, tem de controlar outros seis dos vizinhos. "É uma responsabilidade muito grande estar a controlar as minhas e as crianças dos vizinhos, porque ao mínimo descuido delas pode originar -se um grande incidente.

Mamute Kangakola, que seguia atentamente a conversa, interrompeu para anunciar que o quarto de um vizinho tinha incendiado na madrugada que antecedeu o momento da nossa reportagem. De acordo com Kangakola, as pessoas da área aperceberam-se do fogo por volta das quatro horas da manhã. "Ouvimos os gritos de socorro da vizinha cuja porta do quarto se localiza ao lado do que estava a pegar fogo e fomos lá, tentámos arrombar a porta e deu certo", contou, tendo revelado que o dono do quarto se encontrava a fazer turno, por ser segurança de uma empresa. Felizmente o incêndio não causou danos humanos, tendo apenas danificado completamente um colchão, que se encontrava no chão, roupas e cortinas, para além de ter atingido toda a parede do quarto, ao ponto de se encontrar totalmente escura.

Os incêndios não constituem o único perigo da área, pois o exagerado número de pessoas por cada casa do Panguila tem levado ao desrespeito e à violação da moral, bem como facilitado os pequenos incidentes por parte das crianças que, às vezes, chegam a beber detergente ou combustível, soube O PAÍS dos próprios moradores. Como outros moradores, Mamute Kangakola reconhece que foram atirados para um destino que não lhes pertence, mas, garante que não está disposto a abandonar o local, sem ser encaminhado para outro condigno. "Nós estamos aqui à espera de urna resolução, também ninguém vai sair daqui para ir à rua" , desabafou, anunciando que muitos dos impostores que alegam serem aquelas as suas casas aparecem ao local com documentos falsos. À semelhança de Paixão, mamute Kangakola diz ter integrado o grupo de voluntários que foi pedido para se deslocar para o Zango IV, a fim de ver as casas amarelas que estavam a ser concluídas para os albergar.

Só que, ao contrário do vizinho, esteve ao lado do então responsável máximo da coordenação de realojamento de Luanda, que lhes garantiu tais residências. "O Bento Soito estava pessoalmente comigo, no Zango IV, mostrou-nos umas casas, dizendo que eram para nós" , tendo informado que, segundo aquele dirigente, só não receberam as residências na hora, porque ainda se encontravam em obra.

O ex-governador da Favela falou ainda de urna hipótese apresentada por Bento Soito, segundo a qual os beneficiários podiam até entrar, desde que se comprometessem para os acabamentos' uma notícia que agradou aos favelistas. Para apurar o facto, O PAÍS enviou esforços para contactar o dirigente, mas, até ao fecho desta edição, não foi bem-sucedido.

Oportunismo

Supostos proprietários aparecem Quando a equipa de reportagem deste semanário abordou Fernando, o referido vizinho, para prestar declaração sobre o assunto, ele encontrava-se a fazer algumas rectificações na residência, para criar uma barreira que pudesse separar a cozinha e o seu quarto do resto da casa, obtendo, assim, independência da família Panzo. Na verdade, esta é uma medida tomada por quase todos os inquilinos das casas cujo quarto fica próximo da cozinha, tendo uma porta de saída para o lado contrário da entrada principal.

A alternativa acabou por reforçar a ideia de troca já referenciada, ou seja, o esforço de se reagregarem em, pelo menos, duas famílias de laços sanguíneos, facilitando ao terceiro ocupante ter a sua porta de acesso. Em relação à convivência forçada, referiu que

não lhes foi dada outra hipótese melhor do que viver ao relento, por isso têm de suportar tudo. "Entretanto é preciso repetir que estamos a suportar por não termos mais onde ir", assegurou Fernando para mostrar que não se trata de conformismo.

Pedreiro de profissão, Fernando, lembrou que quando chegaram ao Panguila os responsáveis do realojamento tinham prometido dar-lhes outro destino antes de 10 dias. Não tendo acontecido depois de 20 meses, o receio do morador reside no facto de ele e os seus vizinhos não possuírem titularidade das casas, uma situação que os coloca em desvantagem face a supostos proprietários das residências do Sector 10 do Panguila, que já começaram a visitar os actuais ocupantes.

"As pessoas que já encontrámos neste bairro sempre nos disseram que essas casas já têm donos e só agora é que estamos a receber visitas de indivíduos com documentos que lhes confirmam a titularidade", declarou preocupado. Mas, desabafou com ar de alívio, também aparecem, na área, duas ou mais pessoas a reclamar a propriedade da mesma habitação e todos eles munidos de escritura. "As pessoa encontradas no bairro sempre nos disseram que as casas já têm donos.

Fernando solicita às autoridades competentes para pensarem e executarem um plano imediato que facilite a divisão das famílias, porque, para si, esse tipo de convivência é difícil e impossível.

7.2 Forasteiros assaltam terras de Icolo e Bengo

Semanário Angolense

08 de Setembro de 2012

Nos últimos anos, o município de Icolo e Bengo tem sido atracção de muita gente, vulgo garimpeiros de terras, que se fazem passar por, tanto funcionários da Administração Municipal, como agentes da Divisão local da Polícia Nacional, segundo apurou o *Semanário Angolense* de camponeses e outros populares.

Com a nova divisão política e administrativa de Luanda, o município de Icolo e Bengo passou a pertencer à capital do país, sendo considerado um dos seus barómetros comerciais, em função do surgimento, na localidade, de várias unidades fabris. Com a aceleração da Zona Económica Especial Luanda/Bengo, informaram os camponeses, o município de Icolo e Bengo tem sido palco de invasão «irracional» de terras, por parte de

garimpeiros, que se aproveitam da ingenuidade de vários homens do campo.

Para os agricultores das povoações de Botomona e Mazozo, da comuna de Kassoneka ao município de Icolo e Bengo, os supostos elementos afectos à Administração Municipal dizem que agem a mando das autoridades locais, induzindo os nativos a abandonarem as lavras para que, posteriormente, eles as possam ocupar ilegalmente.

Com a criação de um dos pólos industriais localizados na zona de Bom Jesus, o Icolo-Bengo passou a ganhar interesse por parte da classe empresarial angolana em investir na zona, daí a presença de indivíduos desconhecidos, que chegam a ameaçar os anciãos possuidores das lavras para que estes abandonem as terras e a seguir as vendam a homens de negócios.

Camponeses clamam por ajuda

Descrevem que o conflito de terras entre camponeses e garimpeiros naquelas paragens de Luanda, não só envolve supostos fiscais da administração, como cidadãos idos da cidade de Luanda, que se apoderam dos espaços agrícolas. «Nós somos camponeses organizados em cooperativa e necessitamos bastante da ajuda da administração local e do governo da província, para aumentarmos a produção e contribuirmos no combate à pobreza, mas indivíduos, encapuçados, aparecem aqui a atormentarem-nos», lamentaram.

Revelaram que tais invasores usam todos os meios possíveis para forçarem os camponeses abandonarem as suas terras, resistindo uns, mas fugindo, outros, de medo.

7.3 Kwanza-sul falta de cadastramento alimenta conflito de terras

Novo Jornal

14 de Setembro de 2012

A problemática na aquisição de terras para fins diversos tem sido motivo de grandes conflitos que, por vezes, desembocam no derrame de sangue. Por estas paragens, vários cidadãos já perderam a vida por reclamar este ou aquele espaço de terra que, alegadamente, pertencera aos seus antepassados. É tema corrente o braço de ferro existente entre o governo, que se diz proprietário das terras, sobrepondo a palavra Estado no cerne da questão, e populares que discordam da ideia, mantendo o slogan, segundo o qual "a terra é do povo". A

inquietação popular, que faz não arredar pé do chão que reclama, tem por finalidade contrapor os intentos do governo que, sob a capa do Estado angolano, está a permitir que governantes, valendo-se' dos cargos que ocupam, se apoderem de grandes espaços de terra que, posteriormente, põem à venda a estrangeiros, ao invés do seu aproveitamento racional, contrariando desta feita a própria Lei da Terra.

Dá que os serviços do instituto Geofísico e Cadastral do Kwanza-Sul venham a registar, nos últimos dias, um grande afluxo de requerentes para a obtenção de espaços para construção ou para o exercício da actividade agropecuária. Para o efeito, o chefe dos respectivos serviços mostra-se bastante preocupado uma vez que a procura tem-se afigurado maior do que a oferta. Alberto Boaventura diz mesmo que esta não tem sido tarefa fácil uma vez que, desde 1975, não se faz cadastramento de terras em todo o país. "É tanto pedido que não é possível atendermos todos de uma só vez e somos poucos para uma província, como a do Kwanza-Sul", explicou.

Aquele responsável não estranha as reclamações. Pelo contrário, considera-as normais, tendo em conta que nesta tarefa todos são pioneiros, já que desde a independência que não se faz um cadastro no país. "Nós estamos ainda a ensaiar os serviços e não é possível atendermos todo o mundo de uma só vez, conforme a pretensão dos requerentes", evidencia. Instado a pronunciar-se sobre aquilo que constitui maior obstáculo ao bom andamento dos trabalhos, Alberto Boaventura destacou a falta de meios de transporte e meios técnicos ou materiais, bem como os recursos humanos como o problema do momento. "Com certeza umas das maiores dificuldades com que nos debatemos são os meios de transporte. A instituição neste capítulo não está bem servida.

Nós temos uma província extensa e praticamente a actividade principal é a agricultura e não conseguimos cobrir uma província como a nossa com dois meios de transporte", justifica. Segundo aquele responsável, os serviços possuem apenas três viaturas para o campo e já têm uma avariada. "Três viaturas para um universo de doze municípios não é coisa fácil". O Instituto, segundo o seu responsável, é uma casa que começou a funcionar com as novas atribuições em 2008 e que tudo tem feito para evitar situações, que passam pela atribuição anárquica de espaços. Agora o desafio passa pela aquisição de material e outros bens essenciais para o cabal cumprimento das orientações superiormente emanadas. Os trabalhos têm-se circunscrito apenas à demarcação provisória e definitiva das parcelas de terreno solicitadas, tanto para fins agrícolas como para fins de construção. "Temos estado a fazer o possível, estamos a trabalhar

no sentido de organizar o cadastro urbano, já que temos ligeiramente adiantado o ordenamento do cadastro rural". A fuga ao fisco foi uma das preocupações manifestadas por Alberto Boaventura que destacou, como importante, a divulgação da Lei da Terra. "Sim, sim, sim. Esta é a principal tarefa.

A ideia principal da criação da Lei de Terra é mesmo para criar este controlo da fuga ao, fisco pelos utentes de parcelas de terra, isto quer dizer que a nossa tarefa é trabalhar no sentido de fazer com que os cidadãos que obtenham terras cumpram com as suas obrigações", justificou. É de lembrar que os serviços de Geofísica e Cadastral do Kwanza-Sul apenas funcionam na capital da província, o Sumbe, 10 anos depois da paz efectiva em Angola.

7.4 Moradores da Camuxiba preocupados com a destruição de casas

O País

14 de Setembro de 2012

Jacinto Neto, responsável da coordenação do Sector N, no bairro da Camuxiba, distrito da Samba, município de Luanda manifestou, Terça-feira; 11, a O PAÍS a sua preocupação em relação às constantes destruições de casas provocadas pelas águas do mar, tendo pedido aos seus superiores hierárquicos para resolverem o problema das vítimas. "Nós já fizemos cartas, já fizemos tudo no trato com a administração da Samba, por isso queremos que nos arranjem um sítio seguro para podermos ficar", disse o coordenador, recordando que já houve até um alistamento do seu pessoal para um suposto desalojamento e respectivo realojamento.

Para fundamentar as suas alegações no que toca à intenção de retirada da população em risco no referido sector por parte de alguém de direito, Jacinto Neto repassou o processo de negociação que houve entre o pessoal da área que coordena e a equipa de Pedro Françony, na altura, administrador municipal samba. "Há três anos, o administrador Françony veio aqui com seus homens para se fazer a lista das pessoas, chamou - me a fim de acompanhar os trabalhos, mas o cadastro até hoje não teve nenhum efeito positivo", reclamou, revelando que o envolvimento na empreitada o deixou bastante comprometido com os seus vizinhos, que desconfiam de si, ao ponto de, às vezes, o atacarem com palavras ofensivas.

O responsável do sector N, que até já foi agredido por causa daquela situação, só não é alvo de outras consequências porque ainda vive na zona ameaçada

da Camuxiba, onde arrendou uma casa para a sua família, pois, de acordo com o próprio, a sua habitação também foi engolida pelas águas em 2008. Vale lembrar que foi em 2005 que as primeiras famílias viram as suas residências destruídas, devido às calemas e o conseqüente avanço das águas do mar. Muitas delas tiveram de abandonar o bairro, rumando para outras localidades da província de Luanda, enquanto outras se viram forçadas a socorrer-se dos favores dos vizinhos, que se prontificaram em arrendar-lhes alguns compartimentos de suas propriedades a um preço que as próprias vítimas do mar consideraram como muito familiar.

Quando Jacinto Neto, seus colaboradores e vizinhos se aperceberam de que Pedro Françony tinha sido destituído do cargo de administrador municipal da Samba recorreram ao seu sucessor para se certificarem se a situação lhe fora passada. "Tivemos reunidos com ele só uma vez, colocámos a questão mas o novo administrador nos disse que não sabia exactamente qual seria o momento em que se havia de determinar a solução de demolir as casas próximas do mar e levar seus moradores para áreas habitacionais com mais segurança".

Embora o contacto com o sucessor de Pedro Françony tivesse reanimado as esperanças dos moradores da zona costeira da Camuxiba, Jacinto Neto deixou claro que, até à data desta reportagem, não tinha havido mais qualquer contacto entre a coordenação e os dirigentes da Samba. Por causa disso e valendo-se de alguma ousadia certos moradores dirigiram-se recentemente ao Governo da Província de Luanda (GPL), mas a coragem não deu nenhum rumo diferente à situação. Jacinto Neto informou a este semanário que todas as semanas se perde uma parede na Camuxiba, tendo salientado que, nas últimas duas, mais três famílias tiveram de abandonar o bairro. "Entretanto foram as calemas do princípio de 2012 que diminuíram consideravelmente os inquilinos do Sector N", recordou.

"Desde 2005, o mar já desalojou mais 100 famílias", disse, em jeito de estimativa.

Expectantes longe do bairro

Enquanto se espera por um pronunciamento da administração do distrito da Samba ou mesmo do GPL que venha garantir alguma solução a favor das vítimas directas e indirectas, como classifica o coordenador Jacinto, uma nova página se abre nos registos das competências que lhe foram atribuídas.

"Eu conheço todos os moradores, porque estou aqui há mais de 20 anos, mas, à medida que eles vão sendo forçados a sair do bairro, alguns contactos começam

a ficar difíceis, ora porque mudam de telefones, ora porque não me actualizam sobre as suas novas moradias", adiantou, receando que a qualquer momento lhe solicitem a lista de todos seus agregados e se veja a braços para os avisar e localizar.

Depois de ter feito referência a um senão que pode vir a dificultar o seu trabalho, o responsável puxou da sua agenda e começou a pontualizar a equipa desta reportagem sobre os contactos no activo. Foi em função disso que este jornal conseguiu localizar Cipriano Manuel, vulgo Manilson, nas imediações do circuito de MotoCross Jorge Varela, na Vila do Gamek, município de Belas. De acordo com o ex-morador da Camuxiba, que agora vive no bairro Talatona, não é fácil recordar o dia em que as águas do mar avançaram para a sua casa até à sua destruição total. "Eu vivia à beira-mar, numa tarde em que o mar parecia muito calmo, começou de repente a fazer fortes ondas que começaram a bater em nossas casas, o que nos obrigou a tirar imediatamente as nossas coisas e colocá-las nos quintais dos vizinhos", avançou Manuel Cipriano, que marcou o ano 2005 como o da desgraça da sua família.

Segundo contou, só no referido ano, as calemas destruíram casas por três vezes, obrigando a saída do mesmo número de grupos de famílias. O entrevistado integrou a segunda vaga de vítimas. Apesar de morar há sete anos no Talatona, sob regime de arrendamento, Manuel Cipriano disse ainda não estar acostumado com o novo tipo de vida pois tem de dividir o seu salário para muitos fins, com particular prioridade para a poupança destinada ao pagamento do arrendamento' cujo contrato renova de seis em seis anos. Manilson lembrou que na Camuxiba possuía duas casas, ambas com dois quartos, uma sala, cozinha e quarto de banho, para além de um quintal comum.

Como uma das casas estava arrendada, no dia da retirada teve de devolver o dinheiro de quatro meses aos inquilinos, uma vez que só tinham vivido aí dois meses. "Não me exigiram nada, mas eu mesmo me senti na obrigação moral de fazer isto porque pensei que eles, mais do que eu, precisavam de um dinheiro para recomeçar a vida noutra sítio", afirmou pensativo. Longe da Camuxiba, Manuel Cipriano espera que o Governo resolva a sua situação e a de outros vizinhos que perderam as suas casas. Mas apela também a que, caso se retome o projecto das promessas, este tenha mesmo a condução do coordenador Jacinto eto, alegando que se uma outra pessoa que não os conhece pegar no processo poderá deixá-los de parte. "Ele tem paciência de ligar para nós, nos dar esperança e perguntar até por aqueles que desapareceram do seu controlo", acrescentou

para justificar o grau de confiança que depositam no número um do Sector da Camuxiba.

Vítima duas vezes

Ivone Manuela de 35 anos de idade perdeu a primeira casa em 2005 mas não saiu do bairro porque tinha ainda o recurso à segunda, que ficava mais afastada do mar. Para sua infelicidade, dois anos mais tarde, as calemas voltaram a embater fortemente contra um espaço do bairro, onde, por sinal, se encontrava a sua habitação, que não resistiu às investidas do fenómeno natural. "Esta me doeu mais, porque nós já estávamos a recuperar o moral", desabafou, tendo revelado que o seu nome e de outros vizinhos foram colocados numa lista, pelo que tinham a obrigação de ir contactando sempre a administração no sentido de saberem sobre o seu destino. Ivone conta que o administrador lhes dava sempre alguma esperança, alegando que os documentos estavam aí a ser analisados, até que um dia, ela e outros vizinhos, tiveram de esperar pelo dirigente das oito até às 19 horas.

"Nesse dia, ele nos pediu para não frequentarmos mais a administração' porque o problema estava a ser resolvido", declarou, adiantando que desde aquela data nunca mais houve nenhum sinal de avanço do processo. Actualmente, Ivone Manuela vive com seus seis filhos, o esposo e sua mãe numa casa arrendada, pagando uma prestação 900 dólares americanos por cada seis meses, um valor que a priva de atender a outras preocupações da vida. Por isso reitera o apelo à administração para darem casas ou terrenos conforme lhes haviam prometido.

"Se isso não acontecer, poderei perder as forças pela terceira vez, porque a casa que arrendei está agora próximo do mar e, às vezes, temos tido a visita da água salgada", ironizou, tendo apontado com o dedo em riste para as marcas da água nas paredes do quintal.

Jovens clamam por socorro

António Manuel, de 20 anos de idade, não consegue perceber porque é que a situação se arrasta aos olhos dos homens da administração. "Já vivemos nisso há mais de seis anos e difícil é entender como é que eles deixam isso acontecer sem fazer nada", reclamou, dizendo que no Sector não tem nenhuma família descansada, pois a qualquer momento as águas do mar podem invadir as residências. O jovem espera que o Governo evacue todo o pessoal que viveu e vive na zona de perigo iminente para uma zona mais segura. Devido à insegurança evidente que se regista no local, António Manuel diz que muitas são as vezes em que, ao regressar da escola ou de outras

actividades, não tem certeza se vai encontrar a sua casa de pé. O receio aumenta durante a noite e a madrugada. Por sua vez, Isaiás explicou que não precisam haver calemas na área para se registar quedas de habitações, porquanto as residências que agora estão mais próximas da praia vão cedendo paulatinamente aos embates ligeiros da água.

"No final do mês passado já partiu um quarto da minha casa e tivemos que procurar lixo de todo tipo para fazer uma barreira" esclareceu, afirmando que as sucatas de ferro estão a ajudar muito. Aliás, importa referir que todas as casas que se encontram agora à vista do mar foram acrescidas de amontoados de um conjunto de ferro velho, pedra, betão armado e madeira para impedir o avanço das águas. Isaiás disse que Março e Abril, mais os meses que marcam o final de cada ano, constituem o período fértil em Calemas, daí que clame por alguma intervenção por parte do Governo a fim de se verem livres, de uma vez por todas, da invasão marinha.

Quem também não anda satisfeito com o quadro que se vive no bairro é João Filipe Quintino, cuja mãe se tem disponibilizado para acompanhar a negociação que visa ajudar os moradores da Camuxiba. Quintino contou que é durante a calada da noite que se ouve o barulho das grandes ondas, ao mesmo tempo que se sente o seu impacto. Segundo ele, a tarefa que cabe à administração não é difícil: é só cadastrar a população e levá-la ao Zango, onde alega existirem casas para todos.

7.5 Acesa luta por uma porção de terra

A Capital

15 de Setembro de 2012

A zona do Dande, a norte de Luanda, é o actual lugar escolhido por pessoas de quase todos os extractos sociais, para ocupar terrenos. Um deles é o jovem Jacinto da Costa, 28 anos. Interpelado no local pela nossa reportagem, na zona do Muzondo, disse ter conseguido uma parcela de terreno por intermédio de um amigo.

"Fui convidado pelo meu amigo que havia ocupado uma parcela de 100 metros quadrados. Neste momento ele está a reparti-lo por talhões de 20 por 20 metros", esclareceu, acrescentando que não paguei nada ao amigo, contudo outras pessoas estão a vender parte dos espaços que tinham ocupado, ao preço de 20 mil kwanzas.

Mbinga Isabel é outra senhora que não mede esforços para se apossar de um terreno naquela área.

Ela frequenta o sítio há sensivelmente dois meses e é aos sábados que mais vai desde que adquiriu um espaço no porto seco.

"Hoje, quarta-feira, vim cá apenas deixar alguns valores aos senhores que estão a limpar o terreno. Aos sábados, aqui fica muito cheio de gente",

alvitrou Isabel que, após ter perdido uma parcela no Belo Monte, algures no município de Cacucaco, zona da pedreira, teme perder mais esta parcela.

"Actualmente, o Belo Monte é um bairro com grandes construções. Já estão a colocar postos de transformação de electricidade (PTs), chafarizes e um gigantesco mercado a céu aberto está a ser criado. Em 2006, fomos os primeiros a ocupar terrenos naquelas paragens, só que devido aos constantes apelos da Administração, alegando ser reserva do Estado, preferimos deixar", deplorou.

Encontramos no local o sargento António Domingos. Explicou que o perímetro que vai desde o desvio da Barra do Dande até à costa, pertence aos militares. Mas, ante a ocupação desenfreada de terrenos pelos populares, estes viram-se ria obrigação de elaborar um abaixo assinado, incluindo todas as unidades militares do Bengo, endereçado ao Governo provincial.

"Felizmente, depois de intensas negociações nos foi cedido este lado. O outro, é para os antigos combatentes e, mais além, continuará a ser reserva do Estado", apontou.

Campos da Silva é outro militar que encontramos a orientar a limpeza da sua parcela. Segundo ele os responsáveis pela divisão dos terrenos marcam presença todos os sábados, e que, os utentes devem dar um valor monetário na ordem dos seis mil kwanzas, destinados ao pagamento das máquinas que operam no loteamento e definição de ruas.

"Aqui teremos um modelo de casa, cuja referência é a do coronel Silas. Estamos a reservar algumas parcelas para quadras desportivas, escolas, creches, hospitais, postos policiais e outros serviços sociais", informou. De recordar que de 2009 à 2010 altura da paralisação das inscrições para obtenção de terrenos, só a Administração de Viana registou cerca de 23 mil 623 processos, dos quais, mil 542 se apresentaram incompletos, sendo que apenas 22.081 estão conformes. Para além da documentação fez-se ainda uma contribuição monetária de mil e 300kwanzas.

7.6 Segundo a administração, são reservados do estado

A Capital

15 de setembro de 2012

O administrador municipal do Dande, Mateus Diogo, alertou, no entanto, os munícipes, pessoas singulares e colectivas a se absterem da ocupação ilegal de terrenos considerados reserva do Estado.

O responsável disse, mesmo, que homens e máquinas que se dedicam a esta prática podem vir a ser presos e apreendidos nos próximos dias.

Mateus Diogo que falou em exclusivo ao A Capital, ao telefone a respeito das ocupações de terrenos nas reservas fundiárias do Musseque Kicoca e Capari, acrescentou que a primeira reserva fundiária destinada à construção de residências, ocupa uma extensão de dois mil 127 hectares, enquanto a segunda, localizada junto ao Porto Seco, mede três mil 215 hectares.

Disse ser plano do Governo implementar nestas reservas projectos de construção dirigida, de infra-estruturas económicas e sociais necessárias para o desenvolvimento harmonioso das comunidades.

Mateus Diogo descartou a hipótese de ter cedido máquinas e funcionários da Administração para efectuarem arruamentos.

"Administração do Dande não cedeu nenhum espaço à população.

O Governo tem planos de loteamento na zona em causa, para a construção dirigida", reiterou para depois asseverar que a Administração do Dande tomará medidas necessárias para desencorajar a ocupação ilegal de terrenos nestas zonas. "Já reunimos com algumas pessoas nos locais

de ocupação e apelamos no sentido de se absterem desta prática, devendo, desde já, retirarem-se das áreas ocupadas de forma desordenada", acentuou.

Com nova divisão político-administrativa, o município do Dande passa a ter, o complexo residencial do Panguila, o mercado do Sarico, Musseque Capari, Ludi-1 e Ludi-2 e ainda a zona agro-pecuária do Muzondo.

7.7 Voltar à terra

O país

28 de Setembro de 2012

Quando vê os camponeses desenvolverem as suas actividades nas lavras localizadas a menos de cem metros

da sua moradia, Armindo Caiumba lembra os tempos em que tinha de ir com os pais ajudá-los no cultivo, ao

mesmo tempo que aprendia aquilo que muitos povos de Angola consideravam como o trunfo da sobrevivência.

"Há dias que me dá vontade de ir cultivar com eles", confessou, admitindo que, se fosse convidado por um só dia, trocaria o carregamento de água pelo cultivo, mesmo sabendo, de antemão, que esta aventura não lhe renderia nenhum tostão.

Segundo Caiumba, em sua terra, a agricultura, a criação de gado e a caça são as actividades em que crianças e adolescentes são iniciados, de forma a terem uma maturidade de gestão de vida. Ele veio parar no Futungo por intermédio de seu irmão mais velho, que antes de si integrou a Parada do sofrimento.

"No princípio, os outros me emprestaram um carro-de-mão para trabalhar durante um mês", relatou Caiumba, alegando ter sido este o mesmo prazo para angariar dinheiro até conseguir o seu meio de transporte simples.

Habitado à rotina que o obriga de Segunda a Sexta-feira a despertar antes das cinco horas, Caiumba já se sente bastante capacitado para ajudar os outros jovens de Caconda a integrar-se na mesma vida.

À semelhança dos seus colegas, Armindo Caiumba já conseguiu construir a sua casa e comprar uma motorizada, para além de estar a fornecer uma ajuda indispensável aos seus encarregados e os três irmãos mais novos.

7.8 Condenados ocupantes ilegais de terrenos no Cacuo

Jornal de Angola

15 de Agosto de 2012

O Tribunal Municipal do Cacuo condenou a três meses de prisão, com pena suspensa, 117 pessoas por ocupação ilegal de terrenos em reservas fundiárias do Estado naquela área de Luanda.

Os réus, que ergueram casas de chapas à entrada da nova centralidade do Cacuo, ainda em construção, foram também condenados, cada um, ao pagamento de uma multa de 48 mil kwanzas.

A nova cidade do Cacuo, que começou a ser construída, em quatro fases em 2008, está localizada no Musseque Sequele, a cerca de dez quilómetros da via expresso.

Além dos fogos habitacionais, AFP a nova centralidade vai ter, entre outros equipamentos, de zonas de serviços, comércio, restauração, instalações sociais e de turismo, indústrias, armazéns e infra-estruturas rodoviárias.

O projecto, orçado em 855 milhões de dólares, destina-se a 60 mil famílias.

O porta-voz do comando provincial de Luanda da Polícia Nacional, inspector Nestor Goubel, disse, à Rádio Luanda que "os infratores foram detidos durante uma operação" realizada no fim-de-semana.

7.9 Demolição imediata

O País

17 de Agosto de 2012

Por sua vez, José Floriano Capamba, «Catuca», um dos netos do soba Daniel Francisco, disse ter notado que os homens da administração estavam com muita pressa em demolir as casas, de tal modo que apressaram também o pessoal a desarrumar os seus haveres.

"Eles chegaram, partiram todas as casas daquele lado e disseram que já havia casas no Zango v, para onde vão 'todos do Museu", declarou Catuca, que contabilizou uma equipa administrativa composta por oito elementos, incluindo o maquinista.

Segundo Catuca, que ainda não foi ver o novo habitat do avô por questões de trabalho, a sua situação ficará um pouco complicada, pois, a viver no Zango, não conseguirá chegar cedo ao local de trabalho.

"por isso optei falar com o meu chefe para ficar em casa dele, para não perder o emprego", desafogou.

Crianças ficam para estudar

Se José Capanda teve tempo para escolher ficar com o patrão o mesmo não se pode dizer das crianças da família do soba, que se verão obrigadas a voltar para o Museu da Escravatura ou para bairros da cercania, tão logo recomecem as aulas. "Não temos escolha, os nossos filhos terão de viver próximo das suas escolas, para não perderem o ano lectivo", disse um dos

encarregados, alegando que os responsáveis do desalojamento nunca ligam a esses pormenores da educação dos pequenos.

Os pais dos petizes preferirão arrendar uma residência nos bairros mais próximos, nomeadamente, o da Bela -Vista, do Matadouro, floresta e Quilómetro 30, uma vez que as crianças estudam na escola primária do Ramiro.

7.10 Desconhecidos causam pânico no condomínio Sólida

O País

10 de Agosto de 2012

Cinco indivíduos não identificados, supostamente pertencentes à Administração do Município de Belas" são acusados de ter invadido seis residências no condomínio Sólida, próximo ao projecto Bem Morar, nas imediações da via expressa Cacucacua-Viana-Cabolombo Benfica.

As 19 horas do dia 25 de Julho os homens chegaram ao complexo, dirigiram-se à casa da moradora Júlia Santiago e solicitaram os documentos do imóvel que ela ocupa actualmente, Diziam que pretendiam saber se ela era realmente a proprietária da referida residência, Funcionários da Administração Municipal do Belas, que não quiseram ser identificados, explicaram a O PAÍS que receberam informações de que algumas casas estavam a ser ocupadas ilegalmente pela população.

"Eu disse, senhor, trabalho deste género faz-se no período da manhã e não de noite. Questionei como ficaria a mobília e o material de construção que se encontra no interior das casas", contou Júlia Santiago.

Segundo ela, um dos homens disse-lhe que alguns morros que delimitam o projecto Sólida devem ser derrubados porque a sua existência não se coaduna com a estrutura do projecto inicial.

O mesmo indivíduo disse-lhe para não se assustar com a presença de um segurança que ainda se encontra no local, porque está aí para proteger a população. Depois disso, o suposto funcionário da Administração do Belas retirou-se prometendo regressar no dia seguinte.

Na Quinta-feira, os indivíduos regressaram às 9 horas, revistaram durante duas horas as seis casas que tinham deixado abertas na noite anterior e retiraram - se.

Quando menos a população esperava, eles reapareceram às 13 horas com um contingente

superior ao anterior. Nesta altura, os indivíduos faziam -se acompanhar de uma senhora que os queixosos supunham ser a administradora municipal do Belas.

A desconfiança fez com que Júlia Santiago a questionasse, mas ela retirou-se do local. De acordo com a moradora., o funcionário da Administração Municipal do Belas, identificado como Agostinho, informou aos moradores do condomínio que os homens que apareceram à noite são perigosos e que não se identificam por qualquer coisa.

Foram ainda apontados como indivíduos ao serviço da administradora municipal e que os seus serviços são feitos apenas no período nocturno. Já terão feito trabalhos semelhantes no bairro da Sapú "São indivíduos que trabalham para a administradora e os seus serviços são feitos apenas de noite e que o mesmo acto já foi feito no bairro da Sapu, fazem, desfazem e não prestam serviços a ninguém" contou a nossa interlocutora.

Santiago disse ainda que o vizinho Agostinho Neto os orientou no sentido de que quem quiser defender a sua residência deve "dirigir-se à administração" .

"Estes homens abrem as portas e deixam assim. O que é que eles pretendem?", questionou a senhora.

Mariano Santana, outro morador, também viu a sua residência invadida pelos supostos funcionários da administração. O portão principal foi arrombado, apesar de a casa encontrar-se em reparação.

O jovem pensa que a estadia dos homens no condomínio é motivo de insegurança, porque eles não se identificam. Dizem apenas que são do município do Belas e foram orientados a tirar o pessoal do condomínio.

No dia 27 de Julho, Sexta-feira, os moradores dirigiram-se ao posto policial da Fubu para apresentarem uma queixa sobre o sucedido. Mas foram orientados a procurar a Administração Municipal do Belas, onde foram informados que a direcção não enviou nenhuma circular nem tinha conhecimento de qualquer ordem para a execução do acto.

A administração municipal justificou ainda que se assim acontecesse teriam sido funcionários devidamente uniformizados transportados pelos seus meios.

Por seu lado, Indira Felipe, que também vive numa residência no referido condomínio para melhor controlar a propriedade que tem no local, viu a sua casa invadida e os materiais de construção roubados.

"Roubaram-me o teto falso e outros materiais, como cimento cola, cimento normal e caixas de mosaico. Quem vai devolver", perguntou Indira Felipe.

Segundo a jovem, os invasores disseram que os moradores eram camponeses e que não mereciam viver no local. Ela defende que o suposto trabalho da Administração do Belas deveria ser feito no período diurno para melhor compreensão da população.

Quando se dirigiram ao local segundo uma das moradoras, os homens levaram consigo catanas, picaretas, martelo e Pá para arrombar as portas.

A moradora garante que todas as casas estão documentadas: " Por amor de Deus não queremos confusão aqui. Quando a senhora administradora tiver que fazer estes trabalhos que comunique com antecedência, no período apropriado e bem identificados.

Alarme

Tido anteriormente como um bairro calmo e confortável, o medo começa a apossar-se dos moradores. Há um tempo que a segurança no condomínio tornou -se melindrosa, de acordo com Cristina Santiago.

Em Outubro de 2011 dois indivíduos terão sido mortos nos arredores.

Uma menina que em vida chamou-se Gabi foi levada a uma obra nas proximidades, onde foi violada e posteriormente morta.

Os moradores acreditam que o elevado índice de criminalidade se deve à ausência de energia eléctrica e um posto da Polícia Nacional. Já deram a conhecer a situação ao dono do condomínio e que estão a ser estudadas soluções.

Invasores não se identificam

Os homens apontados como sendo os invasores do condomínio Sólida foram encontrados na Administração Municipal do Belas, mas não aceitaram prestar qualquer informação e muito menos identificarem-se. Disseram que não eram as pessoas indicadas para tal. Um dos supostos invasores disse aos moradores que não tinha havido nenhuma acção ilegal e que a identidade deles era um problema da administração municipal e do Governo da Província de Luanda. E que 'os senhores', no caso os moradores, não deveriam contrariar "o que se está a viver neste momento na Administração e no Governo Provincial de Luanda".

A administração exige que os moradores apresentem os seus documentos para se conferir a legalidade ou não das residências que ocupam.

"Da mesma forma que vocês se queixaram à Polícia, acusando-nos de ser bandidos, a Administração do Belas recebeu a informação de que as casas estão a ser ocupadas ilegalmente e constatou -se uma ilegalidade das residências que não estavam atribuídas. E mandou estes homens", defende-se um dos funcionários da administração.

O condomínio em causa foi construído pela empresa J.J Sólida para albergar os moradores provenientes do Morro dos Veados.

7.11 Populares cobram promessas

A Capital

11 de Agosto de 2012

Queremos as nossas casas, como nos prometeram", disse António Caputo que lembrou que já passam três anos e cerca de oito meses, desde a altura em que notaram a presença de homens e máquinas dispostos a colocar as paredes de suas casas abaixo. Passados estes anos, disse, aguardam ansiosos pelos tectos, conforme a promessa do Executivo.

O tempo passa e a esperança, segundo nos contou, morreu tão logo. O que restou é o desejo de verem transformados em realidade as promessas, segundo as quais teriam as suas casas antes de Agosto, noutras palavras até às eleições. Mas como ainda não sentiram nenhum movimento das autoridades, "decidimos prestar atenção a outras promessas".

Esta reacção foi manifestada ao secretário provincial da Coligação Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), Luís Ferreira, quando no dia 04 de Agosto, ele e os representantes municipais de Luanda, participaram de um encontro de confraternização com os moradores das tendas no Zango.

O acto serviu, igualmente, para Luís Ferreira e a sua comitiva distribuírem os folhetos que contêm o programa estruturante do seu Governo que suscitou curiosidade à António Caputo. Este cidadão disse esperar que caso vença ou consiga alguns assentos parlamentares, a CASA-CE trabalhe para promover emprego para a juventude e não só, já que, como ele, muitos jovens estão desempregados. "Perdi emprego aquando da retirada da Ilha de Luanda", contou, apontando como motivo a distância, com a sua chegada ao Zango, que o separa do local de trabalho. "Às vezes faltávamos ao serviço e os patrões não quiseram entender as nossas justificações", disse.

Por sua vez, Luís Ferreira, garantiu que o voto depositado na sua formação política será decisivo para inverter o actual quadro. Marcados mais alguns passos, os militantes da "CASA" deparam-se com um grupo de jovens que apreciavam atentos todo o movimento, enquanto estes distribuía os materiais de campanha entre folhetos, camisolas e chapéus, num acto realizado sob lema "casa sim, chapa não". De imediato, acataram a palavra de ordem e passaram a fazer parte da campanha, como se o fizessem já, desde antes.

Como cumprir as promessas

"Primeiro me dá a casa, depois voto em ti", foi desta maneira que um jovem apenas identificado por Cristóvão contrapôs a acção dos militantes da Coligação Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral CASA-CE. Ele disse que sem uma garantia, mais do que diziam os papeis, não está disposto a mudar a sua ideologia política. A posição do jovem é elucidativa do quanto o país se torna lindo nessa fase da campanha: só boas promessas. "Prefiro continuar a apoiar alguém que, mesmo com mentiras, sabemos como cobrar as dívidas", salientou.

Mas o que os militantes da "CASA" trataram de esclarecer é que, para a concretização de qualquer promessa expressa no programa de governação, "a formação política tem de vencer as eleições, ou, ao menos, ter deputados no Parlamento".

De contrário, não teriam como implementar os princípios estruturantes estampados no programa.

"VOU votar no meu pai"

Enquanto passava a caravana da Coligação Ampla de Salvação de Angola Coligação Eleitoral, rumo ao Zango, alguns moradores da vila de Viana, onde está sedeadada a direcção municipal da CASA-CE, foram manifestando apreço por aquilo que a Coligação promete fazer, caso, vença as eleições.

Mas, do outro lado, onde se encontravam militantes, simpatizantes do partido no poder, estes questionavam a "CASA" sobre o que já tinha feito por eles, se já lhes tinha dado dinheiro. Mas a caravana agiu em surdina.

Ao lado estava uma senhora visivelmente enfurecida, cuja reacção ecoou nos ouvidos de todos que apreciavam a passagem dos partidários da coligação liderada por Abel Chivukuvuku. "Vou votar no meu pai", disse.

A questão que se coloca é se os eleitores sabem que algumas formações, a exemplo da CASA-CE, emanaram de simbioses de outros partidos e coli-

gações que, com a chancela do Tribunal Constitucional, se habilitaram a concorrer às eleições gerais, e que, nesta condição, não têm capacidade financeira para implementarem os seus programas.

"Quero ser delegado de mesa"

Foi desta forma que Paulo Reis começou por expressar o seu interesse na Coligação Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral. Disse que já se informou e vai poder, então, prestar a sua homenagem à formação política de Abel Chivukuvuku, tendo aproveitado a ocasião para anunciar que "toda a família Reis tornou-se militante da "CASA", disse.

"Eles é que trouxeram"

No entanto, o MPLA também esteve no Zango com os seus brindes eleitorais, tendo criado um ambiente de certa forma estranho entre moradores, mas suportável. Uma placa em que estavam cravados dizeres segundo os quais "O zango está com o nº 2", levou Paulo Reis, militante assumido da CASA-CE, por sinal morador do zango, a declinar a responsabilidade dos referidos dizeres aos jovens que portavam a placa. "Eles é que a trouxeram; não foram os moradores a produzi-la", disse numa tentativa de retirar a aceitação que o MPLA tem naquela zona residencial.

7.12 Polícia desalojada por falta de pagamento

Novo jornal

17 de Agosto de 2012

A 29ª Esquadra da 5ª divisão da Polícia Nacional do Kilamba Kiaxi, situada na rua Miguel Ângelo Lupi, no bairro Neves Bendinha, foi desalojada em Janeiro último pelo facto de não pagar a renda do imóvel há mais de um ano. O expediente passou a ser tratado na rua, à vista de todos, embora o porta-voz da polícia garanta que a esquadra está a funcionar na Unidade Operativa de Luanda.

De acordo com um familiar do proprietário do imóvel onde estava instalada a 29ª esquadra, a polícia do Kilamba Kiaxi estava naquele espaço em regime de arrendamento, desde 2006, pagando uma renda mensal de 2.000 USD, valor que deixou de ser pago há um ano. "O dono teve de rescindir o contrato com a polícia porque os mesmos não pagavam, o que é muito triste", frisou, acrescentando que o comportamento da Polícia Nacional não foi correcto.

De acordo com a mesma fonte, que solicitou o anonimato, o local onde funcionou a esquadra de

polícia será, nos próximos dias, ocupado, por um minimercado para a venda de produtos diversos.

O Novo Jornal apurou que o expediente administrativo é o tratado na rua e, às vezes, os despachos são feitos na rua onde vive o comandante da divisão do Kilamba Kiaxi, Ambrósio Diniz.

Uma moradora da zona, Matilde Peliganga, é de opinião que a polícia deveria colocar uma esquadra móvel no largo da Cimex para atenuar os assaltos que ocorrem diariamente no local. "A nossa polícia é uma vergonha, só estão preocupados em pedir dinheiro aos taxistas. Fazer giro, que é bom, nada. Sinceramente, não sei qual é o trabalho que a comandante de Luanda está a fazer", notou.

A fonte disse ainda que no momento que o país atravessa não é bom as pessoas irem votar com insegurança que se sente em Luanda. "O crime em Luanda está em alta e todo o mundo sabe disso. Não podemos tapar o sol com a peneira, aumentaram os roubos, as violações, os assaltos aos bancos e os assassinatos e a polícia não consegue descobrir quem são esses marginais que estão a tirar o sossego às pessoas", evidenciou, acrescentando que o que é mais triste é o papel que o ministro do Interior, Sebastião Martins, faz. "Todo o mundo sabe que aqueles jovens que apresentam nas operações é só para mostrar. É tudo uma mentira. Todos sabem que prendem e no dia seguinte são soltos, outros ainda são retirados da cadeia. Ele faz isso só para mostrar às pessoas que está a trabalhar", frisou.

O Novo Jornal entrou em contacto com o porta-voz interino da Polícia de Luanda, inspector chefe Nestor Goubel, que afirmou que a mesma esquadra está a funcionar na Unidade Operativa de Luanda, escusando-se a entrar em pormenores sobre os motivos que estiveram na base da saída da polícia das antigas instalações.

7.13 Governo dividiu terrenos para construção dirigida

Jornal de Angola
18 de Agosto de 2012

O Governo Provincial de Malange procedeu ontem à entrega de 408 lotes de terreno, no âmbito da segunda fase do projecto de autoconstrução dirigida, na zona de expansão do bairro da Catepa.

O programa visa estimular a construção de casas por parte de cidadãos com baixo rendimento. A primeira fase aconteceu em 2010, com a entrega de 446 lotes de terreno.

O projecto, que está a ser desenvolvido numa superfície total de 877 hectares, contempla áreas sociais, comerciais e de serviços públicos.

O governador Boaventura Cardoso pediu aos beneficiários do projecto para construírem as suas casas dentro dos trâmites e prazos estabelecidos pela Administração Municipal e com uma estrutura arquitectónica adequada, pois a zona é um novo espaço de referência da cidade, onde vão ser erguidas as futuras instalações da Universidade Privada de Malange (UPRIMA). A administradora municipal, Rosa Lourenço, referiu que cada lote corresponde a 300 mil metros quadrados, um projecto que vai abranger todos os sectores da sociedade malangina.

Sobre as dificuldades encontradas pelos municípios relativamente à legalização dos terrenos, na zona da Cangambo, adiantou que foi cancelada, em Janeiro, a emissão dos títulos de terras e licenças de construção, devido aos trabalhos organizativos da área de registo da administração.

Rosa Lourenço solicitou aos beneficiários da primeira fase do projecto que, até ao momento, não começaram com obras, para o fazerem brevemente e darem o seu contributo para o desenvolvimento da cidade. Além disso, pediu a colaboração de todos os beneficiários do projecto com a administração, com vista à concessão dos direitos de superfície.

7.14 Terras aráveis são entregues a agricultores

Jornal de Angola
21 de Agosto de 2012

O presidente da Federação de Cooperativas Agropecuárias de Benguela, Manuel António Monteiro, eleito sábado, apontou a revitalização dos solos da região do Dombe Grande como uma das linhas de força do seu mandato de dois anos.

António Monteiro disse que as terras aráveis da região do Dombe Grande, ainda pertencentes ao Ministério da Indústria, são transferidas para os agricultores da região para que possam ter a sua parcela de terra e revitalizar a agricultura e a pecuária, uma vez que já não são úteis à produção de canedaçúcar.

O líder associativo sublinhou que durante o seu mandato vai trabalhar para a adopção de medidas que vão resultar no aproveitamento do rio Cubal em função do desassoreamento do rio Cavaco. O que se pretende, acrescentou, é a produção agrícola em todo o perímetro agrário, que tem uma extensão de 150

quilómetros, que vai desde o município de Caimbambo até Benguela.

O vice-governador provincial para a Esfera Económica e Produtiva, Agostinho Felizardo, su-

geriu à direcção eleita a visitar a Argentina, para trocar experiências e parcerias com empresários locais, em função dos acordos que Angola tem com aquele país no domínio da agricultura.

A província de Benguela é uma região com tradição agrícola desde o período anterior à independência

7.15 Panguila em crise

Agora

25 de Agosto de 2012

Muitas famílias realojadas, e que viviam em zonas de risco, enfrentam inúmeras carências naquela povoação do Dande.

Na sua maioria viviam nas barracas da Praia do Bispo. Clamam por viverem em precárias condições.

Manuel Alexandre, coordenador do bairro Tecto Vermelho, sector nove, disse ao AGORA que foram realojadas, em Novembro de 2010, 814 famílias que estão a passar por várias privações.

Desde 2010, já morreram 82 pessoas das quais, 27 homens, igual número de mulheres e 28 crianças. As mortes preocupam a população. Maria António (M.A.) indicou que vive com três famílias num espaço apertado onde partilham a mesma sala e casa de banho.

Por falta constante de água, a higiene é questionável. Um bidon de 20 litros custa entre 50 a 100 kz e "nem sempre temos esse dinheiro". Com isso, não se espera uma boa higiene.

"Na Praia do Bispo não sofríamos tanto. Por causa do mar, tínhamos sempre peixe com fartura às mesas. Desde que nos transferiram estamos a passar mal. Para os filhos comerem somos obrigados a percorrer longa distância até ao Sarico ajudar os pescadores a puxar as redes e recolher peixe cabuinha", conta a M.A.

A energia eléctrica também é um outro problema. "Dormimos invariavelmente às escuras", lamentou.

Os moradores agastados, acusam o coordenador do bairro de desleixo e este, por sua vez, aponta as setas a Bento Soito até então responsável pela comissão de transferência da população para o Panguila.

Soito terá dito que as soluções já não dependem de si mas, do governo provincial.

O administrador do Dande conhece as dificuldades existentes. Mateus Diogo garantiu que tudo fará para minimizar os problemas, pressionando o Ministério do Urbanismo e Construção e não só .

7.16 Município e administração disputam terreno

O País

24 de Agosto de 2012

Morador do sector 05, rua da Fiaco, frente ao largo S. Pedro, Domingos Pedro jura a pés juntos que o terreno em causa, com uma extensão de 90 metros de comprimento e sessenta metros de largura, é sua propriedade, desde o ano 1980.

Segundo conta, foi com o suporte de uma petição que endereçou ao então comissário municipal do Cazenga, Francisco Bernardo João, para fins de legalização, cujo deferimento lhe deu a autorização para erguer no local um empreendimento.

Só que, como ele mesmo conta, com passar do tempo, valendo-se da boa localização do espaço, propiciando óptimas condições para desenvolver negócios, visto encontrar-se, mesmo, à beira da estrada principal da Fiaco, o suposto proprietário decidiu erguer nele três estabelecimentos comerciais, que alega estarem devidamente documentados, para venda de diversos produtos.

Convencido de que era dono, autorizou alguns municípios a criarem barracas no largo que está em frente ao estabelecimento dele. Ali, os convidados vendem comida e bebidas. Ao longo dos mais de 30 anos a residir e cuidar da superfície, Pedro confessa, nunca uma outra pessoa ou instituição reivindicou a titularidade do terreno.

Entretanto, para sua surpresa, em 2010, o administrador comunal do Tala Hady, Simão Ferreira Neto, enviou ao sítio em causa, uma equipa de fiscais ter com ele. Os agentes da fiscalização levavam, então, a missão de certificar se o suposto proprietário possuía, mesmo, todos os documentos que comprovassem que o terreno era sua pertença, de facto.

Os documentos foram apresentados e da sua análise, adiantou o nosso interlocutor, resultou a reprovação pelos fiscais do croquis de localização, tendo-lhe sido formulado o convite para se apresentar à Administração comunal e lá obter um novo

mapeamento e actualização da documentação, junto de um técnico da instituição.

Mas como nem água vinha nem água ia, mesmo depois de cumprir com os trâmites exigidos na repartição de Fiscalização da Administração comunal em relação ao referido croquis, no mesmo ano, voltou a remeter a documentação em sua posse à Administração municipal do Cazenga, buscando a legalização do espaço. Contudo, sem sucesso.

O dia da ocupação

Foi na manhã de sexta-feira, 27 de Julho de 2012, que Domingos Pedro, surpreendentemente, é informado pelos seus inquilinos, no caso, as senhoras que comercializavam alimentação no largo de frente a um dos seus estabelecimentos que um grupo de jovens entre angolanos e asiáticos, tinha estado na área a tirar medidas ao terreno à frente do estabelecimento comercial.

Quando se retiraram, disseram aos presentes, sem, no entanto abordarem Pedro, que regressariam no período da tarde para descarregar material para obras naquele perímetro.

Domingos Pedro entra em pânico com tal informação, sobretudo, porque não havia recebido nenhum aviso prévio ou notificação por parte das autoridades.

Também não lhe foi comunicada a existência de planos sobre a edificação de qualquer obra naquela parcela. Em defesa daquilo que há anos considerou seu, Domingos Pedro decidiu vedar o espaço com ferros, e, na retranca, aguardar pelas tais pessoas que prometeram voltar no período da tarde descarregar o material.

Não aparecendo ninguém, e procurasse mais informação devia deslocar-se à Administração municipal do Cazenga.

Assim fez. Acompanhado de seus dois filhos, foram recebidos pelo chefe de repartição de Ordenamento do Território - Urbano e Ambiente, José de Oliveira dos Santos Bastos, que os informou que o documento remetido, anteriormente pelo queixoso, para a solicitação de legalização de uma parcela de terreno, estava suspenso devido a um plano de requalificação da zona, e o documento que justificava tal intervenção da Administração, já estava feito há bastante tempo.

José Bastos teve o cuidado de mostrar aos reclamantes os documentos em referência, tendo estes comprovado que iam assinados pelo administrador municipal do Cazenga, Victor Nataniel

de O.G. Narciso, só que, alegam ter notado uma irregularidade. Está datado de 16 de Janeiro de 2011, por sinal um domingo dia que, na óptica de Domingos Pedro, não se exaram despachos.

Documento exarado no domingo?

Domingos Pedro só não chora, mas se pudesse, talvez o fizesse. O que o magoa é o facto de estar há mais de 30 anos "cuidando desta parcela".

"Como é possível a Administração apoderar-se do terreno sem ter em conta quem dela cuidou?", interroga-se, visivelmente revoltado, ao notar que tratou todos os documentos, para legalizar o espaço, e entregou-os a Administração.

"Fiquei à espera este tempo todo, desde 2010. Agora a resposta é um documento assinado pelo Administrador num domingo. A Função Pública não funciona aos domingos!", avaliou Domingos Pedro, considerando que se trata de um jogo visando venderem o terreno do qual reivindica titularidade.

"Isto é malabarismo dos administradores comunais e municipal", acusou, acrescentando que, ainda por cima, a obra em causa está mesmo a frente da loja dele, obstruindo a entrada.

Administrador não sabe de nada

E para tirar tudo a limpo, deslocamo-nos à Administração municipal do Cazenga onde, seu titular, Tany Narciso, alegou desconhecer o caso, até, porque, nunca viu o senhor Domingos Pedro, Entretanto, reconhece ter ouvido apenas calúnias proferidas pelo mesmo cidadão, contra a sua pessoa, feitas através da Rádio Despertar e da Rádio Mais.

"Disse que o administrador vendeu terreno a um general. O que é pura mentira", defendeu-se o governante, observando que o município em questão, nunca pediu audiência ao administrador.

Contudo não deixou de explicar que a Administração municipal do Cazenga não está a dar direito de superfície a nenhum município por causa da requalificação que está ser feita ao município.

"Aquele terreno está localizado num espaço baldio, por isso, é pertença do Estado. Até o município Domingos Pedro provar o contrário", desafiou, para depois notar que o terreno em causa, está situado numa zona onde vão passar as redes técnicas.

De acordo com o administrador, tendo em conta que naquela zona existe uma praça, e por via disso, as pessoas 'que nela comercializar e que para lá se deslocam, defecam no chão.

"O munícipe devia estar contente. Ele tem um terreno grande na rua das condutas, aquele sim, sei que é pertença deste munícipe", asseverou Tany Narciso, informando que a estrutura do balneário em construção terá chuveiros, sanitas para homens e mulheres, luz eléctrica e água canalizada.

7.17 Desconhecido vendem terrenos na Barra do Dande

O Continente

31 de Agosto de 2012

Indivíduos desconhecidos estão a ocupar e vender parcelas de terrenos na localidade do Musseque Capari II município da Barra do Dande, província do Bengo. Os preços variam dos 19.000 a 60.000 kwanzas.

A situação tem vindo a ganhar corpo nos últimos tempos. Os infractores garantem aos compradores, que os espaços foram cedidos pela administração municipal da Barra do Dande. O que está a levar um número considerável de pessoas interessadas em adquirir uma parcela de terreno naquela zona, uma vez que o valor ofertado é bastante módico.

Sábado, é um dia em os mesmos se fazem presentes no local, para negociarem com os clientes. Assim sendo, pessoas que residem em Luanda e não só, acorrem para aquele local nesse dia, com a perspectiva de conseguir um espaço.

Ana Cristina que mora nas imediações da refinaria de Luanda, bairro da Petrangol, é uma das pessoas que conseguiu uma parcela de terreno na localidade de Musseque Capari II, por intermédio desses mesmos indivíduos. Pagou 20 mil kwanzas, mas não lhe foi dada qualquer documento que comprove a legalidade da transacção do referido espaço. A interlocutora diz que o registo de compra dos terrenos está a ser feito numa das escolas, próximo do antigo controlo da Barra do Dande. "Depois disto, passei um requerimento que levei na sede municipal da administração do Dande, em Caxito. Neste momento estou à espera pela saída do documento de cedência de posse", contou a cidadã. Quem procedeu da mesma forma é Domingos Pedro, também residente em Luanda, no bairro Uíge:

"Ouvi dizer que estavam a ocupar terrenos, vim até aqui e falei com alguém que me vendeu uma parcela por 19.000 kwanzas", disse.

Já Helena Mulongo teve pouca sorte, após ter obtido uma parcela, foi ocupada por outras pessoas dias depois. "Isto está mal, as pessoas não

querem saber dos outros. Cada um só pensa em si", lamentou furiosa. Para evitar cenas do género, muitos depois de ocupados os terrenos, vedam com paus e ferros. Outros, constroem casas de chapa e colocam nele alguém que tome conta do espaço, enquanto alguns já construíram residências de carácter definitivo.

Não foi possível ouvir o administrador municipal, Mateus Domingos Diogo, porque o mesmo se encontrava ausente na ocasião. Mas um comunicado desta instituição, na qual este jornal teve acesso, refere que já tomou conhecimento da existência de indivíduos que estão a ocupar e vender terrenos na localidade de Musseque Capari II.

O anúncio chama a esses elementos de "oportunistas", alertando aos cidadãos a não comprarem nem ocuparem terreno naquele local, com sede em Caxito. "Pelo que não responsabilizará daqueles que teimam em adquirir terrenos no local em referência".

Este jornal apurou ainda que a administração tem cedido terrenos naquela zona aos populares, desde que siga os parâmetros legais, mas este processo se encontra suspenso desde o passado mês de Junho. No entanto, no princípio deste ano, foram desalojadas na mesma localidade mais de cem famílias, em virtude de terem construído casas ilegalmente em reservados do Estado.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Namibe. Fornecimento de novas capacitações é prioridade.

Jornal de Angola
08 de Setembro de 2012

O sector das Águas na província do Namibe está a trabalhar no reforço de todas as captações para tornar mais eficiente o abastecimento às populações. Uma situação que tende a complicar-se conforme aumenta o crescimento das localidades. O abastecimento de água na província é estável, sobretudo na época do Cacimbo, em que as pessoas fazem menos consumo, tornando a distribuição eficaz. Mas quando chega a estação das chuvas e o calor aperta, o sistema tende a falhar, devido às suas próprias limitações e alcance.

O município do Namibe é aquele que mais água bruta produz, com as captações do Benfica, Boavista, Cussi e Aida, perfazendo uma produção de mais de 17 mil metros cúbicos. O director provincial das Águas, Arlindo Tavares, confessa que a produção não ultrapassa as necessidades de água da população. As dificuldades aumentaram com o crescimento vertiginoso dos bairros 5 de Abril e do Valódia, e ainda com o surgimento das novas centralidades: do Aeroporto à Praia Amélia surgiram um total de quatro mil novas habitações.

Este contexto acarretou uma gestão da água deficiente. Há falta de reservatórios e há uma necessidade óbvia de expandir o sistema de abastecimento. As redes provisórias já não satisfazem as necessidades dos cerca de nove mil utilizadores com ligações domiciliárias regularizadas. "Essas redes precisam de ser redimensionadas. Nos anos anteriores, o número de canalizações domiciliares rondava os três mil. Hoje o crescimento triplicou", explica Arlindo Tavares.

Perante este cenário, toma-se óbvia a necessidade de encontrar um órgão público que zele pela manutenção e melhor assistência técnica dos sistemas, porque a direcção provincial, garante, não tem quadros suficientes nem capazes, para suprir condignamente as deficiências registadas em todos os sistemas. Além disso, depara-se com a falta de meios logísticos, de protecção e outro equipamento de apoio técnico. O abastecimento de água ao bairro 5 de Abril, periferia da cidade do Namibe, continua a tirar o sono aos responsáveis do sector. Arlindo Tavares lembra que, depois das cheias de 200 I, foi cedido nos bairros Nação Praia e Tchindukutu um espaço para a construção de novas habitações, para

acolher a população que perdeu as suas residências. Estas pessoas, explica, eram abastecidas com dez metros cúbicos (correspondentes a dez mililitros de água por hora). Mas, com o passar dos anos, o bairro 5 de Abril foi crescendo e as solicitações também aumentaram.

O maior aglomerado populacional da província do Namibe precisa de ser reforçado com uma captação, a par do bairro Valódia, também em franco crescimento, onde há a necessidade de se redimensionar todos os equipamentos. "Não é com pequenos fontanários que vamos resolver o problema", reconhece.

O sistema Cussi, que foi concebido para abastecer o bairro Forte Santa Rita e construído com uma capacidade que lhe permitia trabalhar satisfatoriamente até dez anos, passou a ser a alternativa. Porém, explica Arlindo Tavares, esta situação reduziu a disponibilidade de captação do Cussi, embora haja a promessa de se construir uma captação independente ou ampliar aquele sistema.

"No 5 de Abril não conseguimos, com 150 metros cúbicos, que é a produção total da água bruta na captação do Cussi, abastecer a vasta população, que é quatro vezes mais do que todo centro urbano", reconhece. A cidade tem cinco reservatórios que totalizam uma capacidade de armazenamento de quatro mil metros cúbicos, insuficientes devido às perdas de água nas redes adutoras e nos tanques de abastecimento, por rupturas nas condutas.

Cobertura

Na sede da vila piscatória do Tômbwa está em curso um projecto de reabilitação que tem por objectivo o reforço da captação. A rede de distribuição abrange cerca de 80 por cento da localidade, graças ao reforço da captação do Curoca. A conclusão do projecto vai proporcionar melhor abastecimento à população, garante Arlindo Tavares.

No município do Virei está em execução a ampliação da rede para as novas centralidades e melhoria das ligações domiciliárias, além da construção de uma jusante para um tanque de abastecimento na sede da comuna. Com estes trabalhos, o abastecimento de água às populações também poder vir a melhorar.

No município da Bibala foi recentemente construído um tanque de 150 metros cúbicos. Com o aproveitamento das águas superficiais, vai haver melhorias no abastecimento à sede municipal. Quanto a Camucuio, Arlindo Tavares diz haver no município várias adversidades resultantes da escassez de águas subterrâneas.

O director das Águas lembra que este é um problema que normalmente se verifica na zona norte da província, que apresenta uma produção muito baixa, variando entre os 100 e 200 metros cúbicos por hora. Mas com o surgimento do programa "Água para Todos", acrescenta, foi criado um estudo para contornar a situação.

No município do Camuio, tal como na sede comunal do Xingo, o foram construído si temas com tanque de abastecimento, adutora, captação, rede domiciliar e alguns fontanários. Além disso, existe uma captação subterrânea com aproveitamento de águas superficiais, adutora e tanque de abastecimento e com ligações domiciliare.

No Xingo, como em todas as sedes comunais onde houve intervenções, foram sempre tidas em conta as instituições públicas, como os postos médicos, hospitais, residências dos quadros e escolas. A preocupação agora é manter esses sistemas funcionais e propor a reserva de materiais sobresselentes para que o sistema continue duradouro. "Foi ainda reabilitado o sistema do Caraculo, no município da Bibala, onde se construiu uma nova captação, adutora e foi expandida a rede com ligações domiciliare e pontos de água. Ficou igualmente concluído o sistema de abastecimento nas Mangueiras, no Munhino e na área de Assunção, além de outras obras no Luso 10 1. São sistemas e pontos de água nas pequenas localidades a que a população acorre para consumo doméstico, rega e dar de beber ao gado", explica.

Especulação

O director provincial das Águas está preocupado com a venda ambulante de água a preços muito especulativos, no bairro 5 de Abril. Segundo diz, os candongueiros, na ânsia do lucro fácil, aproveitam-se da situação para vender o líquido à população a um preço que não está ao alcance de todos os moradores do bairro.

"Um balde de 20 litros 'custa 50 kwanzas. Isso também preocupa o sector", lamenta, referindo que a única solução é construir captações com adutoras, tanques e restituir as tubagens. "Assim, vamos combater a venda de água nos bairros 5 de Abril e 4 de Março. Neste último, já foram mobilizados os meios para a construção de uma captação", garante. No bairro da Juventude, o sistema de abastecimento funciona e a venda ilegal de água ficou ultra-passada. Agora o que se pretende é combater a abertura de furos ou ligações clandestinas.

Necessidades

O sector depara-se com a inexistência de meios de transportes, equipamentos técnicos, lubrificantes, acessórios e quadros qualificados. A falta de uma unidade pública de atendimento não permite uma manutenção técnica em todos os sistemas. A direcção das Águas na província tem 76 trabalhadores, entre operários qualificados (os poucos existentes são de 2a classe mas habilitados pela prática e experiência durante muitos anos), técnicos de nível médio e superiores e administrativos.

8.2 Municípios com as vias reabilitadas

Jornal de Angola

03 de Setembro de 2012

As ruas de Luanda e dos seus municípios estão com um rosto novo, depois de terem beneficiado de obras de reabilitação, no âmbito da campanha da reconstrução do país. Além da renovação da rede viária, foram abertas novas vias que facilitam a mobilidade da população luandense. O operador de máquinas Domingos Gregório disse que o trabalho está a correr como planeado. Ele está integrado numa brigada que rasga uma nova via que vai da fábrica Vidrul até à Via Expressa, em Viana: "começamos por colocar as tubagens para a canalização de água, rede de esgotos, pusemos os cabos eléctricos e agora estamos a terraplenar a via. As condições de trabalho são boas, somos maioritariamente jovens e pertencemos ao município do Cacucaco".

Da estrada de Viana até ao super-mercado Alimenta Angola, o cenário é idêntico. A obra está em fase de acabamento das faixas de retorno, lancis e passeios: "temos recebido o apoio da polícia e da população que colabora connosco por perceber que o trabalho a ser feito é para o seu bem, os nossos trabalhadores são jovens de todos os municípios", disse o encarregado de obra, António Cardoso.

Bairro Nelito Soares

No bairro Nelito Soares as obras estão no fim. Onde antes não existia rede de esgotos, água canalizada, luz eléctrica e ruas asfaltadas agora é tudo diferente. Apenas falta terminar a colocação de sinalização nas vias. Cecília Catombessa disse à equipa de reportagem do Jornal de Angola que está "muito feliz" com as obras e não poupou agradecimentos pelos trabalhos feitos no seu bairro: "vivo neste bairro há mais de 50 anos, foi a guerra que me trouxe para aqui e hoje agradeço muito por ter água, energia eléctrica ruas asfaltadas porque antes quando chovia

não conseguia levar os miúdos à escola nem vender meu carvão".

A via que liga a Avenida Hojy ya Henda ao centro profissional junto ao mercado do Asa Branca está a ser dotada de saneamento básico, rede de escoamento das águas pluviais e a pavimentação. A empreiteira está a actuar em colaboração com a EPAL, a empresa pública de tratamento e abastecimento de água em Luanda, que está a fazer o acompanhamento da instalação da tubagem. O encarregado da empreitada, Armando Monteiro, disse que é um trabalho em equipa "e estamos satisfeitos por fazer parte deste momento único que o país vive".

Escola Marista

As obras decorrem em todos os municípios da capital. Uma brigada está a alargar a via do Instituto Marista até à Escola Portuguesa. O trabalho da empreiteira não pára por aí. no Bairro Mártires de Kifangondo as obras estão prontas, falta agora dar os últimos retoques para que a circulação de pessoas e bens seja feita sem dificuldades. O Bairro Mártires de Kifangondo é uma zona forte de comércio da capital luandense. A Rua 18 está a beneficiar de acabamentos nos passeios e lancis. O técnico Carlos Alberto disse que o trabalho é rápido e em poucos dias as ruas vão estar iluminadas. O encarregado dos trabalhos, Dárcio Carvalho, disse que a população já tem água potável, energia eléctrica e as vias totalmente recuperadas: "foi feita a rede de esgotos, tubagem, rede eléctrica, valas de drenagem para que dure mais tempo e a população se sinta satisfeita".

A Rua 20 do Bairro Mártires de Kifangondo já foi aberta e agora falta colocar a sinalização para que o trânsito seja feito de forma segura. Uma moradora do bairro do Mártires, Silvina Pascoal, disse que o trabalho foi feito, mas só alguns moradores beneficiam de energia e água. Dárcio de Carvalho confirma que alguns locais vão ficar inacabados porque o contrato feito com o Governo Provincial "vai até aos passeios mais nada". O largo do antigo mercado do Cassenda e as ruas adjacentes estão todas asfaltadas. A outra parte do bairro necessita de obras urgentes. A moradora do Cassenda, Catila Segunda, disse que "vivo neste bairro desde que nasci e foi sempre assim. Esta via devia ser reabilitada porque dá acesso rápido à rua principal e quando o trânsito fica congestionado acode os táxis e as viaturas privadas". A reabilitação da Ilha do Cabo está em marcha, desde a recuperação de passeios, novas rotundas, tapete de asfalto e lancis nos passeios.

8.3 Moradores do bairro da Baquita clamam por água e luz

Angolense

07 de Setembro de 2012

Segundo os moradores o nome do bairro surge em função da primeira e única escola católica existente no bairro com o mesmo nome, escola da baquita, daí a designação do nome bairro da baquita. O bairro da baquita está coberto de casas definitivas, grande parte dos moradores desse bairro são de origem Bacongo, e dedicam-se ao comércio, principalmente de produtos alimentares, como macaiabo com ginguba ou chiquanga. Existe no bairro muitas tendas para trançar o cabelos das senhoras, Barbearias para cortes de cabelos masculinos e a venda ambulante de produtos diversos. Segundo os moradores, não é hábito dos bacongos esperar o fim do mês para receber um salário, a maioria prefere dedicar-se ao comércio. O bairro Baquita está sem água e energia eléctrica desde a sua fundação porque dizem os moradores que estão esquecidos pelos governantes.

Maria da Conceição de 70 anos de idade, moradora do bairro desde a sua fundação, vendedora lamentou a falta de energia. "Estamos sem luz desde a fundação do bairro nunca teve luz os posteletes de luzes são de enfeites, não existe canalização bebemos água dos tanques, há mais de 20 anos estamos mal, pelo menos que resolvem o problema da luz", pediu. Segundo Maria da Conceição, os meliantes tomaram conta do bairro por falta de luz eléctrica, as dezoito horas, todos têm de estar dentro de casa por falta de luz. "Os meliantes levantam as chapas das nossas casas, entram e tiram o que querem, não podemos reclamar e por causa disso tem havido muitas mortes no bairro", contou, tendo acrescentado em seguida que os geradores têm causado muitos prejuízos, devidos os gastos com o combustível. Marcela Domingos moradora do bairro lamenta a falta de luz eléctrica no bairro dizendo mesmo ter todos os seus electrodomésticos estragados, por falta de energia eléctrica desde a fundação do bairro tem de gastar todos os dias mil kwanza na compra de combustível para o seu gerador que nem sempre tem o dinheiro em sua posse.

"Estou cansada de viver neste bairro nunca tivemos energia eléctrica, os electrodomésticos estão todos estragados, tenho de ir todos os dias ao mercado fazer compras do jantar, não bebemos água fresca, não usamos roupa engomada, gastamos muito dinheiro no mercado porque todos os dias temos que fazer compras nas pracinhas do bairro onde vendem os frescos mal conservado", frisou. Todavia Marcela Domingos explicou que a luz eléctrica é bastante

importante porque evita os roubos, e facilita também os estudantes que estudam no período nocturno. Mais adiante encontramos dona Madalena José, moradoras do bairro que tem facilitando a população vendendo água no seu tanque adiantou, que precisamos de água canalizada no bairro, fontanários, não temos tubos de canalização de água, passamos mal as cisternas de água os preços são bastantes alterados. "Precisamos de água nunca tivemos água um recipiente com água de vinte litro custa cinquenta kwanzas, os clientes reclamam muitos quando vem comprar água dizendo que está muito caro".

Entretanto, muitas vezes a águas que compramos nas cisternas de água não tem qualidade provocam doenças diarreicas aos nossos filhos, doenças na pele. Quem também mostrou o seu descontentamento foi Ângela Nzambi, afirmou que passamos mal antes das eleições as cisternas de água estava bastante caro chegamos a comprar o bidon de água a cem kwanzas. "Na semana das eleições compramos o bidon de água a cem kwanzas não havia água nos tanque as senhoras que nos revendem a água tinham os tanques todos vazios dizendo que as cisternas' estava muito caro o governo deve velar por está situação estamos a sofrer muito" Entretanto, no bairro da baquita não existem arvores porque quase todas as arvores secaram por falta de água as plantas uma ou outra casa se encontram plantas nos vasos devido a escassez de água que o bairro enfrentam, dificilmente vê o chão do bairro da baquita molhado porque as águas sujas quase que não se deitam é reaproveitada para outras coisas como: lavar o chão, a casa de banho.

As esquadras móveis estão distantes do bairro, a única esquadra existente está localizado no Calemba 11. No bairro da baquita existem poucas escolas estatal, o bairro está cobertos de muitos colégio que até mesmo já se tornou negócio para muitos populares que ali residem porque muitos alugam as suas casas para fazerem colégio, que está a ser urna prática rentável para muitos cidadão daquele bairro. Os jovens que terminam o ensino de base para ingressarem no ensino médio tem de percorrer várias distâncias porque no bairro não tem nenhum instituto médio. Para darem continuidade aos seus estudos muitos deles se deslocam para a vila de Viana ou os institutos existentes no Projecto nova vida.

A falta de hospital também tem sido um calcanhar de Aquiles para aqueles moradores muitas vezes quando os seus familiares estão doentes tem que se deslocar para o hospital geral de Luanda, Josina Manchei, existem mas postos médicos para os primeiros socorros, muitas vezes os doentes acabam por morrer por falta de um hospital próximo. As parturientes muitas vezes são as mas prejudicas chegam a dar luz

ao longo da via, devido as distancias em que muitas unidades hospitalares se encontram. No bairro baquita também não existem contentores de lixo os moradores tem de percorrer várias distâncias para fazer o depósito de lixo. No bairro da baquita não existe divertimentos muitos dos jovens que lá residem tem o seu passa tempo na venda de cartão de recarga, cabrite, na de moeda do dólar para o kwanza, cerveja não existe divertimentos para os jovens não há discotecas nem campos desportivos para os jovens se divertirem. Muitos tem optado dando sentada nos quintas aos fins-de-semana, daí é que existem também muita delinquência por falta de espaço de lazer no bairro.

8.4 Rio Cambongue é um atentado à saúde pública

Novo Jornal

14 de Setembro de 2012

ARLETE JOSÉ, de 30 anos, mora nas margens do rio N'gunza ou simplesmente Cambongue, que "rasga" o centro da cidade do Sumbe. Todas as manhãs, ela toma banho ali. A água do rio, na opinião de alguns moradores, é um veículo de doenças, porque muitas vezes está contaminada pelos esgotos da cidade, que são lançados directamente ao rio, sem antes passarem por um tratamento adequado. Na semana passada, Arlete internou a filha de três anos no hospital provincial do Kwanza Sul. "O médico disse que a criança tem muitas bactérias que causaram a inflamação do intestino e que trouxeram consequências, como diarreia e vômitos. Quer as autoridades da cidade, como as sanitárias, não cessam de aconselhar a população para ter cuidado com a água do rio, mas a maior parte dos alertas caem em saco roto.

"A população é teimosa", diz um enfermeiro, salientando que nos hospitais locais há muito? caso de alergias e diarreias provocadas pela água do rio, que não está em boas condições. É normal ver as crianças tomar banho neste rio contaminado. Os moradores relataram que, além de tomarem banho, há casos de prostituição no local devido ao factos de os adolescentes tomarem banho nus. "Lixo e água contaminada são focos de doenças a céu aberto. Esse é o quadro de desrespeito à vida dos moradores à beira do rio. Cambonque", queixa-se António Mateus.

Para este morador, o contacto iminente com a água contaminada coloca em risco a saúde dos moradores da localidade e, principalmente, dos menores, que são os que têm menos resistências. "É um atentado à saúde pública que se constata diariamente contra as

crianças, mulheres e adultos de um modo geral no bairro", disse. "Os rios são fonte de vida. Desde a Antiguidade, as suas águas são essenciais para que as pessoas possam viver, bebendo e banhando-se", esclareceu o ancião Amadeu Paulo, justificando o comportamento da população. "A poluição da água deve-se à introdução de materiais químicos, físicos e biológicos que estraga a qualidade da água e que afecta-o organismo dos seres vivos", acrescentou o agente de Saúde pública Damásio Paulo.

Segundo uma fonte da administração municipal, esforços estão em curso para melhorar o sistema de abastecimento e distribuição de água potável aos habitantes da cidade. O abastecimento não satisfaz ainda as necessidades das populações existentes nas zonas da cidade onde não há água. O sistema de captação, tratamento e abastecimento de água para os municípios do Sumbe começa a melhorar a vida da população, mas ainda não chega a todos.

O Novo Jornal soube que o Executivo do Kwanza Sul assinou um protocolo com a sucursal angolana da empresa técnica especial de exploração, para a reabilitação da primeira fase do sistema de captação, tratamento e abastecimento de água potável da cidade do Sumbe, orçado em dois milhões de dólares norte-americanos.

O acordo prevê o fornecimento dos equipamentos e a recuperação das infra-estruturas, elevando, deste modo, os níveis de produção e abastecimento de água de 50 para 100 metros cúbicos por hora. Já na comuna de Kicombo, município do Sumbe, a situação é diferente. Doze mil habitantes da comuna do Kicombo, no município do Sumbe, beneficiam da distribuição de água potável, no âmbito do projecto «Água para todos», em execução pelo governo angolano em todo o território nacional.

O sistema de captação e tratamento de água, com uma capacidade de 80 mil litros, fornece "o precioso líquido" de forma ininterrupta, através de seis fontanários. As obras do referido sistema, realizadas durante seis meses, estiveram a cargo da empresa Kapilongo, possuindo igualmente uma lavandaria comunitária e um gerador de 47 KVAS que alimenta a referida infra-estrutura.

8.5 Epal

Semanário Angolense
15 Setembro de 2012

O autor destas linhas não via água nas torneiras na sua casa há mais de vinte anos. De tal modo que até já se tinha esquecido que existe uma empresa pública em Luanda com a obrigação de lhe

fornecer o «precioso líquido» por via de um sistema de distribuição normal. Para cobrir as suas necessidades, gastava em média dois mil kwanzas por dia, sendo que a água lhe chegava à casa por esta malta roboteira, normalmente imigrada de Benguela, que faz da coisa um bom negócio para a sua sobrevivência.

Nesta quinta-feira, depois de terminado o processo de implantação das tubagens, contadores e assim, pôde finalmente assistir à chegada da água canalizada à casa. Que coisa...

8.6 A Era do pré-pagamento da electricidade

A Capital

16 de Setembro 2012

Nos bairros Mártires de Kifangondo e Rangel, por exemplo, os moradores já contam com este novo sistema de abastecimento de energia eléctrica. A grande novidade é que está-se a aplicar o método pré-pago, e, de acordo com os executores do mesmo, visa diminuir as perdas, elevar os níveis de fiscalização e, conseqüentemente, a modernização do sistema velho.

A direcção da empresa fornecedora de energia eléctrica disse ser do seu interesse que este projecto corra da melhor forma possível e que se estenda a toda a dimensão do território nacional.

Os moradores dos dois bairros acima referidos, visitados pela nossa reportagem, mostraram-se satisfeitos com o projecto, já que, no entender deles, o mesmo vem, não só pôr fim às

irregularidades que se vinham registando no próprio fornecimento de electricidade, bem como, aliviar os elevados custos da própria energia.

8.7 Venda de lixo é negócio muito rentável

Jornal de Angola

16 de Setembro de 2012

A secção de recepção de resíduos sólidos é reservada ao registo dos vendedores e à facturação. Aqui, os vendedores apresentam-se com o recebido da quantidade dos sacos comercializados e é-lhes passada a factura, para depois receberem o dinheiro correspondente no BPC. O lixo é um negócio lucrativo e positivo para o meio ambiente se for correctamente tratado. Dina Bernardo, moradora no município do Cazenga, considera a venda de lixo rentável e afirma que encontrou nesta

actividade a melhor forma de conseguir dinheiro para sustentar os filhos. "Com o dinheiro que arrecado na comercialização do lixo, consigo comprar comida, material escolar e outros bens para casa", explica, ao mesmo tempo que esclarece ter iniciado esta actividade no segundo dia do início do projecto.

Segundo ela, a grande vantagem do "Luanda Limpa" é o pagamento ser efectuado na dependência do BPC, o que permite às pessoas poderem fazer poupança.

Lutemuca da Costa, outra comerciante de resíduos sólidos, referiu que a decisão do Governo Provincial em comprar o lixo à população vai ajudar muitas pessoas a libertarem-se da pobreza que aflige muitas famílias e a ter uma cidade cada vez mais limpa. "Sinto-me orgulhosa daquilo que faço", frisou.

O lixo que vende resulta da produção diária da sua residência e na recolha que faz durante o dia. "O pouco que consigo amealhar ajuda a minimizar algumas carências existentes

em casa", referiu. Cecília Dornigos está no posto do Kalawenda a vender lixo. Humildemente, disse ao Jornal de Angola que, "para conseguir um pouco mais de dinheiro, tenho de recolher quantidade para vender. O preço estipulado na compra é muito baixo para o esforço feito e isso tem criado alguma desmotivação por parte dos vendedores", adiantou.

Dinheiro no banco

Depositar dinheiro na agência bancária é uma forma comum de investimento, mas serve como suporte para a realização de sonhos pessoais e para casos de emergência. Cecília Domingos garante que tem mantido os valores de venda do lixo no banco. "Lá fica mais seguro e só levanto quando necessito. É uma poupança que faço", referiu.

Para Gertrudes Tomás, este tipo de negócio, que é menosprezado por muitos, é rentável e está a ajudar muita gente. "Com paciência, a vender o lixo a cem kwanzas, em cinco dias consigo 500. Paramirnjá é muito", reconheceu, acrescentando que antigamente o lixo não tinha valor e que esta medida foi bem tomada".

Proibição às crianças

As pessoas menores de 18 anos estão proibidas de vender lixo em qualquer posto de transferência de resíduos sólidos espalhados na cidade de Luanda. Gertrudes Domingos regozija-se com esta medida tomada pelo Governo de Luanda, por considerar que assim as crianças não abandonam os estudos para venderem lixo. "Muitas crianças estão

viciadas em arranjar dinheiro. Com esta oportunidade, muitas delas podiam fugir da escola para procurar lixo para vender, por isso a proibição foi bem tomada", considerou.

Adesão

O gestor do ponto de transferência do lixo de Kalawenda, no município do Cazenga, Agostinho Kiosa, garante que a adesão é grande, embora no início as pessoas estivessem cépticos.

Este posto recebe diariamente mais de 500 sacos de lixo. Os preços são uniformizados, uma vez que os resíduos sólidos não são pesados. Agostinho Kiosa confirmou ao Jornal de Angola que por cada saco de 50 ou 100 litros é paga a quantia de cem kwanzas.

Os pontos de transferência comparam todo o tipo de lixo doméstico. Não são aceites pedras, areia, cimento, entulho, carcaças, sucatas, electrodomésticos, líquidos, lixo hospitalar, pilhas, baterias, óleos, materiais em decomposição e tudo o que seja perigoso para a saúde. O lixo deve ser entregue em sacos apropriados de 50 e 100 litros.

Transporte dos resíduos

A distância e a falta de meios para transporte do lixo têm sido o grande calcanhar de Aquiles. Agostinho Kiosa explicou que é obrigação dos vendedores levarem-no até ao ponto de transferência e depois receberem as suas gratificações.

"Em princípio, o projecto foi concebido para encorajar as pessoas a não guardar o lixo em casa", disse o gestor do posto de transferência de Kalawenda, acrescentando que "os cidadãos que vivem distantes do ponto de transferência e que não têm a possibilidade de transportar o lixo, têm os camiões, que recolhem e depositam no aterro sanitário dos Mulenvos. Todo o lixo que é transportado pelos nossos meios, de casa dos cidadãos até ao aterro, não é comercializado", referiu.

O projecto é de âmbito provincial e pode expandir-se a outras províncias. Em Luanda, estão em funcionamento três pontos de transferência: o de Kalawenda, no Cazenga, Embondeiro Rasta, no Kilamba Kixi, e Zango, em Viana.

Agostinho Kiosa adiantou que está para breve a inauguração de DOM mais cinco pontos no Cazenga e um no Tunga Ngó, município do Rangel, "para dar maior abrangência à venda dos resíduos sólidos por parte dos munícipes", referiu. "O meu apelo vai no sentido de os munícipes do Cazenga não

guardarem o lixo em casa levando-o ao posto para a sua comercialização", salientou. Aos que vivem longe sugere que optem por aluguer motorizadas de três rodas, "Kupapata". "Colaborem para melhor manter Luanda limpa", concluiu Agostinho Kiosa.

Em breve, vai dar-se início ao processo de reciclagem do lixo para a sua valorização.

8.8 Agora já se vende lixo

Jornal A Capital

22 de Setembro de 2012

Bom, antes o barulho ficava entre as autoridades, pela ELISAL, e suas operadoras de recolha de resíduos. Só que Luanda continuou suja. Eis, então que, o Governo da Província trouxe outra opção. O projecto Luanda Limpa que consiste em os munícipes venderem o lixo que produzem às autoridades.

Quando em Julho do ano em curso o governador da província de Luanda, Bento Francisco Sebastião Bento, anunciou a intenção de compra de lixo pelas autoridades aos munícipes, pensava-se que se tratava de mais um projecto meramente anunciado.

Facto é que criou pernas e começou a andar, tendo o cadastramento do pessoal interessado a participar no negócio, arrancado em Agosto passado, com a inauguração do Ponto de Transferência situado no bairro Kalawenda, rua Rei Pelé, município do Cazenga.

Ainda que tímida nos primeiros momentos, a adesão não tardou. Muita gente foi experimentar. Tanto é que, em conformidade com o responsável do Ponto de Transferência do Kalawenda, Agostinho Kiosa, este posto recebe por dia 500 sacos de lixo.

Um dos cidadãos aderentes é Domingos Manuel António, 39 anos, morador. Disse que aderiu ao projecto porque se trata de um projecto que, em seu entender, vem diminuir a distância que se percorria antes para despejar o lixo.

Quem também gostou do "Luanda Limpa" é Denilson Cordeiro Bento, 19 anos, também morador do mesmo bairro. Para ele, o projecto representa uma mais-valia para os munícipes, visto que, anteriormente, a zona não dispunha de contentores para a deposição de resíduos sólidos.

"Vai facilitar muito a vida no bairro", reconheceu o munícipe, acrescentando que com este Projecto, acredita-se que haverá facilidades.

Aderente, igualmente, ao negócio é Félix Eduardo, 42 anos, cujo desejo é que se abram mais pontos de transferência no município. Referiu que o que ganhar na comercialização de detritos, conseguirá suprir algumas das suas necessidades.

Por seu turno, o mais velho Miranda José, 70 anos, acha que o lixo vai diminuir significativamente na cidade capital. "Eu gostei. O projecto está bom, por acaso. O lixo acabar, não sei, mas, vai diminuir muito", admitiu. O plano, que se enquadra no projecto "Luanda Limpa", visa incentivar os munícipes a recolherem voluntariamente o lixo que produzem nas comunidades, mantendo-as limpas, arrumadas e organizadas, criando uma maior consciência de quanto ao saneamento do meio.

O A capital visitou o Ponto de Transferência do Kalawenda, onde apurou que o "Luanda Limpa" está aberto a todos os cidadãos de maior idade, restringido, portanto, apenas a participação de menores de 18 anos na actividade. Para habilitar-se ao negócio, os cidadãos interessados deverão apresentar duas fotocópias do bilhete de identidade (BI), e o número da respectiva conta bancária.

Não se sabe porque é que o dinheiro da compra do lixo tenha que ser obrigatoriamente depositado numa conta, também, obrigatoriamente aberta. E nisso que, de acordo com fonte ligada ao projecto, contactada no local pela nossa reportagem, caso o cidadão não possua o número de conta bancária, pode abri-la localmente, isto é, no Ponto de Transferência. Quanto aos critérios, foi-nos dado a saber, ainda, que os cidadãos que aderem ao projecto, depois da inscrição, são munidos com sacos vazios com capacidade para 50 ou 100 quilogramas, que, depois de cheios, são transportados para o Ponto de Transferência, onde o cidadão procederá à venda do lixo.

Medidos os sacos, o cidadão é pago ao valor monetário correspondente à quantidade de inerte trazida. A regra é que esse dinheiro seja transferido, de seguida, para a conta bancária do beneficiário. O responsável do Ponto de Transferência de Kalawenda, Agostinho Kiosa, disse à nossa reportagem que os munícipes estão a aderir ao projecto de forma satisfatória, tendo-os alertado a fazerem o depósito dos resíduos no período que vai desde as 07h00 da manhã às 18h00. Disse também que o lixo num saco de 50 quilos custa 50 kwanzas, enquanto no de 100 quilos custa 100 kwanzas.

Apelou aos munícipes à colaboração total, porque o envolvimento da população vai fazer com que a cidade fique limpa, em particular o Cazenga, bem como aliviar muitas famílias que vão poder amealhar

algum dinheiro, já que, o projecto em causa vem, de certa maneira, ajudar a tirar algumas pessoas do estado de carência financeira em que se encontram. É ponto assente que o "Luanda Limpa" não veio acabar com o lixo como se pensa, aliás, como sustentou o nosso interlocutor, o sucesso do mesmo vai depender da aderência da população e da forma como a mobilização for feita. "As pessoas têm que estar sensibilizadas que não devem conviver com o lixo e ter a consciência limpa que o lixo não deve conviver com a gente", enfatizou. Na mesma quinta-feira 23 de Agosto, foi também inaugurado o Ponto de Transferência do Embondeiro do Rasta, ao Kilamba Kiaxi. Dos Pontos de Transferência o lixo é levado para aterro sanitário. O administrador comunal do Tala Hady, Simão Ferreira, fez saber, por sua vez, que nesta primeira fase, os cidadãos só venderão às autoridades resíduos domésticos. "Só lixo doméstico. Mais tarde, 'estaremos a estudar que outro tipo de lixo poderá ser vendido", esclareceu o administrador. O projecto "Luanda Limpa", entrou oficialmente em funcionamento na quinta-feira, 23, pelas 9h00, tendo o acto inaugural cabido ao governador provincial de Luanda, Bento Francisco Sebastião Bento.

8.9 Alguns bairros de Luanda sem água. População à espera de melhorias na distribuição

Jornal de Angola
23 de Setembro de 2012

Quem mora na Rua do Fundão, perto do mercado dos Congolezes, em Luanda, há muito que deixou de poder fazer a barrela semanal, tomar banho com normalidade, ou simplesmente beber água canalizada. Aqui, o líquido só chega através do abastecimento de camiões cisterna e os moradores interrogam-se até quando vão ter de esperar, para ter uma vida normal como a dos demais luandenses.

Maria Dinis, mais conhecida por Madó, sempre se orgulhou do asseio da sua casa. Agora, vive fechada a sete chaves, desconfortável e entristecida pela sujidade das suas paredes, encardidas e feias. Uma contingência da água que deixou de correr há já muito tempo nas torneiras da sua casa. "Tenho de comprar água às cisternas duas vezes por semana. Não conseguimos erguer um tanque por causa das águas salobras", lamenta.

O morador Jovino Baptista adianta ao Jornal de Angola que o problema teve início quando começaram as obras de asfaltagem de alguns troços das ruas do bairro. "Começaram a asfaltar as ruas e danificaram um tubo. Aí começou a faltar água. Diziam na Administração que era um dos tubos e que

iam resolver. A verdade é que até hoje, nem água vem, nem água vai", refere o morador.

Erica Pinto vive na C 11 de Cima, também na Rua do Fundão, desde 1999. Sem rodeios, afirma que a interrupção do abastecimento de água perdura. "Aqui o problema é grave. Estou a pensar em vender a minha casa, pois não aguento mais isto. A situação é muito complicada", referiu.

Comerciantes prejudicados

Os comerciantes também se sentem prejudicados. Proprietárias de salões de beleza desmarcam atendimentos, algumas estações de serviço improvisadas fecham as portas e donos de restaurantes prevêm problemas. A cabeleireira Rose Silva conta que teve de desmarcar clientes que pretendiam tratamento do cabelo com químicos. Sem rodeios, adianta que deixou mesmo de receber marcações. "Aos que ligavam para marcar, explicava o que se passa. Deixei de fazer bons serviços. Com pouca água não se pode tratar com químico um cabelo. Se a água acabar a meio do tratamento surgem problemas. Estou a perder dinheiro, infelizmente, mas paciência."

Aqui e ali, esta situação é uma realidade na capital, nalguns casos arrastando-se há mais de um ano. Enquanto não é resolvida, muitos luandenses estão condenados a pagar o valor especulativo que lhes é pedido pelos vendedores de água. Comércio de água

Moradores na Avenida 21 de Janeiro, no Rocha Pinto e Morro Bento, no município da Samba, são alguns dos descontentes, por se sentirem excluídos do fornecimento de água. Em contrapartida, quem vive na rua Costa do Sol, no bairro Sagrada Esperança, da Samba, não tem razões de queixa. E o caso de uma das moradoras que aproveitando-se da sua situação privilegiada não hesita em vender a água que lhe corre nas torneiras a quem dela necessita. Durante escassos minutos, o Jornal de Angola assistiu a mais de 20 pessoas que ali entraram com esse objectivo.

Quem também ganha com a situação são os rapazes que acarretam água para várias residências. João Bernardo é um deles. Tem 22 anos e veio de Benguela. "Faço este trabalho na época de férias. Sempre que venho a Luanda, fico aqui no Rocha, onde as donas de casa me contratam para acarretar água", explicou.

A empreitada começa às 6h00 e vai até às 17h00. O bidão de 20 litros custa dez kwanzas e diariamente faz oito viagens. "Não há makas, revendo cada bidão a 50 kwanzas. Por dia consigo fazer mais de dois mil

kwanzas. E quando há falta de água em toda a cidade, subimos o preço do bidão para 100 kwanzas", referiu.

Os proprietários de cisternas também vendem água. Estes actuam logo às 6h00 e vão até às 17h00, com os compradores a fazerem filas para encher os baldes. As mulheres, como constatámos, são as que mais acarretam água.

O ponto da situação

A água não chega e as pessoas reclamam. A EPAL garante que os problemas estão nas estações de Kifangondo e Quicuxi, que são muito velhas. O Executivo já deu luz verde para a sua modernização, garante o presidente do Conselho de Administração da Empresa Provincial de Água de Luanda. Lionídio Ceita reconhece que toda a zona urbana devia ter água a correr na torneira. "Há 20 anos, os funcionários da EPAL direccionavam a rede para áreas da sua conveniência e agora temos problemas sérios. As zonas onde não sabemos onde se encontram os órgãos de manobra são a do Maculusso e da Rua Lenine, zonas que têm grandes dificuldades de abastecimento de água. Mas temos feito pesquisas no sentido de deslindarmos o problema."

Melhoria no abastecimento

A EPAL tem vários projectos destinados a melhorar o abastecimento de água em Luanda. Leonídio Ceita refere que um dos maiores é "O Plano de Estabilização da Água na cidade de Luanda", com capacidade para fornecer cerca de 550 mil metros cúbicos de por dia. "Temos produzido cerca de 300 e há possibilidade de produzirmos o volume total. Vamos levar avante esse projecto", assegura o PCA da Empresa Distribuidora de Água (EPAL)

8.10 Zona de Viana reabilita a rede de drenagem

Jornal de Angola
25 de Setembro de 2012

A reabilitação dos 14 quilómetros da rede de drenagem do município de Viana, em curso desde Junho deste ano, está na fase de aplicação de novas sarjetas e manilhas de fibrocimento. O chefe da secção de Conservação de Infra-estruturas Urbanas da localidade, Alívio Panzo, disse à Angop que, até agora, já foram contempladas as ruas 11 de Novembro, HojiYa Henda, Regedoria, Cometa e Norberto de Castro/Via Expressa.

Esta renovação enquadra-se numa medida que inclui a colocação de novas condutas de água e de energia eléctrica, lancis, passeios, tapete asfáltico e iluminação

pública. As obras estão a ser executadas por três empresas locais, em colaboração com a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) e a Empresa Distribuidora de Electricidade de Luanda (EDEL).

À semelhança de outras localidades da província de Luanda, Viana enfrenta dificuldades, principalmente no período das chuvas, por ineficiência de escoamento das águas pluviais, situação que leva à degradação das ruas. "Apesar de haver alguns constrangimentos, os trabalhos decorrem a bom ritmo", declarou Alívio Panzo, que diz estar convencido de que, até Dezembro, a circulação rodoviária no interior do município vai ser feita com mais segurança a responsável pediu calma à população, uma vez que as obras em curso vão proporcionar, depois de concluídas, comodidade de circulação automóvel e de peões.

8.11 Habitantes do município de Lucapa começaram a consumir água potável

Jornal de Angola
26 de Setembro de 2012

As populações do município do Lucapa, província da Lunda-Norte, vão passar a consumir água potável, com o surgimento de uma captação moderna de tratamento, distribuição e abastecimento. O projecto surge na sequência do acto de consignação assinado recentemente no Dundo, entre o Governo Provincial e a empresa Sinomach, para a construção de infra-estruturas diversas de impacto social, no âmbito da Linha de Crédito da China destinada para Angola.

O director provincial da Energia e Água, André Camilo, disse no sábado, durante a cerimónia de assinatura de acordo com o vice-presidente da empresa Sinomach, Huang Fuwei, que a taxa de cobertura de abastecimento aos habitantes da sede municipal do Lucapa é ainda insuficiente. As obras de construção do novo sistema vão ter início nos próximos meses, para resolver os problemas de abastecimento de água potável às populações do Lucapa, bem como melhorar a qualidade de vida das pessoas e acelerar o desenvolvimento da região.

André Camilo admitiu ser ainda preciso muito trabalho para que o sector possa oferecer um serviço de qualidade à população e contribuir para o desenvolvimento social e económico do município, além da redução dos elevados índices de doenças provocadas pelo consumo de água retirada dos rios.

Com vista a reforçar os níveis de abastecimento, disse, a captação vai ser ampliada, passando de uma

capacidade de 300 para 10 mil metros cúbicos de água por hora, servindo uma população estimada em 85 mil habitantes. Devido ao elevado estado de degradação, salientou o responsável, as acções prioritárias passam pela reabilitação profunda da central de captação, com a construção de uma nova rede de distribuição, ligações domiciliárias dentro da cidade e a colocação de novos chafarizes nas zonas periféricas.

Reabilitação da via

O director revelou que consta ainda do programa de intervenção, a reabilitação da via que liga a cidade do Lucaça ao centro de captação de água e acções de formação para os quadros locais que vão assegurar o funcionamento dos equipamentos do empreendimento. A obra vai ter a duração de um ano, tal como é intenção da direcção provincial de Energia e Água.

André Camilo garantiu ainda que, até o final do ano, todas as sedes municipais vão beneficiar de sistemas modernos de tratamento, distribuição e abastecimento de água potável.

8.12 Serviços básicos. Mais água potável em comunas do Chinguar

Jornal de Angola

27 de Setembro de 2012

Mais de 80 mil habitantes das comunas de Cutato e Cangote, no município do Chinguar, já consomem água potável, desde sexta-feira, assegurou o secretário provincial da Cruz Vermelha de Angola (CVA). Ângelo Sassongo referiu que projecto, que arrancou em 2011, teve o financiamento da Oxfam e da Comunidade Europeia, num orçamento de 56,52 milhões de kwanzas, o que permitiu a instalação de 36 pontos de água nas referidas localidades.

O secretário provincial da Cruz Vermelha de Angola acrescentou que, actualmente, decorre o processo de formalização de palestras de sensibilização nas comunidades, em que se apela à população para ajudar na manutenção dos referidos pontos de água. As parceiras levadas a cabo pela CVA são desenvolvidas ainda noutras áreas, com destaque para a desminagem. Na região, refira-se, estão em cursos várias acções de impacto social, que visam melhorar o nível de vida da população e a imagem do município.

8.13 Comuna de Camantambo com mais água e luz

Jornal de Angola

28 de Setembro de 2012

A população da sede comunal e Camantambo, município da Damba, província do Uíge, está melhor servida com a Instalação de um sistema de distribuição de água potável. O empreendimento, inaugurado pelo governador Paulo Pombolo, conta igualmente com um tanque com capacidade para 50 mil litros cúbicos, duas lavandarias e cinco chafarizes.

No quadro da melhoria dos serviços e das condições de vida das populações locais, o governador procedeu também a inauguração de um sistema de iluminação pública, que funciona através de painéis solares, e das novas instalações para o funcionamento da administração comunal de Camantambo. O edifício, apetrechado com mobiliário e equipamentos informáticos, possui uma sala de recepção, secretaria-geral, gabinetes de trabalho, sala de reunião, balneários e outros compartimentos.

O administrador comunal, Sacala Lunguani, lembrou que anteriormente os trabalhadores da administração funcionavam numa residência sem as mínimas condições de acomodação, mas as novas instalações devolveram a dignidade aos trabalhadores, além de contribuírem para um melhor funcionamento da instituição.

O novo edifício vai, de igual modo, contribuir para a permanência dos funcionários no local de trabalho, aumentar a produtividade e realizar uma prestação de serviços com zelo e dedicação, referiu. O governador provincial do Uíge pediu aos habitantes para cuidarem bem do património posto à disposição. "O Governo Provincial está apostado no aumento de novas infra-estruturas sanitárias, escolares, económicas e produtivas, mas, para tal, necessitamos da colaboração de todos, sobretudo na conservação daquilo que o Governo já ergueu, facilitando a execução de novas acções", sublinhou.

João Soares, habitante da localidade, disse que a instalação da rede de iluminação pública nas diversas ruas da comuna vai permitir que a população circule à noite sem grandes receios, mas acrescentou ser também necessário instalar um grupo gerador, para permitir que sejam feitas ligações domiciliárias.

"Antes, na comuna de Camantambo e na aldeia de Cabembo não havia água canalizada e mais de 500 habitantes dependiam do consumo da água não tratada, mas agora, a nossa vida ficou mais facilitada,

porque já temos água a jorrar nas torneiras, próximo das nossas residências", disse a jovem Jorgina Simão.

Por outro lado, pelo menos 11 associações de camponeses e duas cooperativas agrícolas de Camantambo receberam tractores com alfaías, catanas, enxadas, limas, machados, sementes e outros inputs agrícolas, para o aumento da produção alimentar na região.

Paulo Pombolo, que distribuiu os meios aos agricultores, fez também a entrega de bens diversos, como chapas de zinco, cobertores, peças de pano, roupa usada e material desportivo. De igual modo, foram entregues utensílios de cozinha, óleo alimentar, massa, sacos de arroz, fuba de milho, sabão, cadeiras de rodas e muletas canadianas às famílias vulneráveis.

Os chefes de secções e repartições comunais dos diversos sectores de Camantambo receberam motorizadas, enquanto as autoridades tradicionais tiveram direito a bicicletas, rádio gravadores, televisores, geradores de energia eléctrica, frigoríficos e outros bens.

Lumengo Teresa, deficiente física, recebeu uma cadeira de rodas e disse que o donativo encurtou bastante a distância de cerca de cinco quilómetros que percorria, diariamente, do seu local de residência até à escola onde frequenta a 6ª classe. "Estou muito contente com esta oferta. Ter uma cadeira de rodas era um sonho quase impossível, mas hoje o Governo mostrou que vale sempre a pena sonhar", disse.

A comuna de Camantambo localiza-se a cerca de 40 quilómetros a Nordeste do município da Damba. É composta por quatro regedorias, 26 aldeias, 86 autoridades tradicionais e possui uma população estimada em 5.503 habitantes. Na região estão em curso diversas acções de impacto social.

8.14 Luanda as escuras e sem água

Semanário Continente

28 de Setembro de 2012

O Défice no abastecimento da água potável acentuou nas últimas semanas com alguns dos moradores que beneficiam da tímida distribuição, a enfrentar as mesmas dificuldades daquela maioria que desconhece o que é receber o líquido precioso nas respectivas torneiras. Nesta ordem de ideia aumentou o número de pessoas a depender da venda ambulante do produto para transtorno dos que já estavam acostumados ou acostumar-se com a distribuição normal. "Estamos acerca de duas semanas a comprar (água) nos carros", reclamou Joana Domingos moradora do bairro São Paulo, acrescentando que

"seja qual for a razão, a EP AL deveria prevenir os consumidores". De resto, a lamentação por falta de prevenção da falta de água caracteriza os argumentos de grande parte dos munícipes das zonas que beneficiam do abastecimento da água.

O referido défice deve-se a uma avaria técnica na subestação de tratamento do kikuxe que tem estado a provocar restrições no abastecimento do líquido precioso aos luandenses, segundo o porta-voz da empresa responsável pela distribuição do líquido preciso na capital do País, EPAL, Domingos Paciência. "Estão na base destas restrições uma avaria técnica num dos compressores de ar de lavagem de filtro na subestação de tratamento de Luanda Sudeste na região do Kikuxe em Viana e por isso tivemos que reduzir o abastecimento nas zonas que dependem desta subestação que são as zonas da Ingombota, Maianga, Cazenga e Sambizanga", explicou. Trata-se de uma situação que, segundo o funcionário, deverá perdurar mais alguns dias. Enquanto isso, os munícipes pagam cerca de 50 Kwanzas por 20 litros.

Na ocasião, domingos Paciência apelou ao cidadão, sobretudo moradores das zonas que estão a beneficiar de novas redes de distribuição no sentido de não deixarem-se enganados e pagar mais do que o devido. Para beneficiar da nova canalizar, por exemplo, a empresa está a comprar 15 mil Kwanzas. O apelo estende-se no sentido de desencorajar ligações clandestinas.

Luz em igual circunstância

No entanto, não só da falta de água estão a viver os luandenses. Também falta energia e a falta de água é apontada como a principal razão para tal situação. Segundo recentes explicações do director-geral do gabinete de aproveitamento do Médio Kwanza, Eurico Ferreira a restrição resulta da baixa do nível de água, na albufeira de Capanda, provocada pela escassez de chuva e consequente redução na produção de energia.

O director-geral do gabinete de aproveitamento do Médio Kwanza, Eurico Ferreira disse que a restrição é resultado da baixa do nível de água, na albufeira de Capanda, provocada pela escassez de chuva e consequente redução na produção de energia. Como resultado do défice da chuva, os níveis de produção de energia podem reduzir até 80 megawatts dos 520 que corresponde a real capacidade de Capanda.

"Actualmente devido o nível da água no reservatório, a capacidade de produção do Capanda ficou reduzido", explicou, estimando que a situação poderá arrastar-se até ao próximo mês de Novembro. Desta feita, os munícipes vão dependendo dos geradores e

velas com todos os riscos possíveis onde se destacam os incêndios e, sequencialmente casos de queimaduras.

As promessas de melhoria

Perante tal realidade, resta esperar pelo cumprimento do programa que o MPLA levou à para o quinquénio 2012. Segundo o mesmo, no que diz respeito a energia até 2014 estará a operar no País uma capacidade de geração de 1.500 MW, enquanto até 2016 esta capacidade passa para 5000MW. O MPLA compromete-se ainda a estabelecer sistemas públicos de abastecimento em até 82 sedes municipais e 271 comunais (existem 166 municipais e 531 comunais) até 2014. No que diz respeito a água potável, a promessa passa por assegurar níveis de cobertura de até 100% nas zonas urbanas (60% até ao final do ano) e 80% nas zonas rurais. Assim sendo, mais uma vez, resta aos populares esperar.

8.15 Nova estação de captação no Lobito

Jornal de Angola
28 de Setembro de 2012

A estação elevatória, inaugurada no Lobito, pode produzir 500 metros cúbicos por hora, afirmou o coordenador da comissão provincial de gestão da Empresa de Águas e Saneamento. Com a entrada em funcionamento da estação, disse, cerca de meio milhão de habitantes da zona alta da cidade passou a ter mais água potável.

Jaime Alberto anunciou que as atenções do sector das Águas continuam centradas nas reformas estruturais e tecnológicas e na formação contínua dos quadros.

O sector, referiu Jaime Alberto, continua a investir no esforço colectivo para produzir rendimento e melhorar a qualidade de vida dos consumidores. O coordenador da comissão provincial disse que a facturação ainda não é desejável e satisfatória por continuar a haver quem não pague a água que consome. Para haver mais e melhores investimentos, disse, é preciso que as pessoas paguem a água.

Produção sobre

A terceira fase do projecto "Águas de Benguela" decorre normalmente, o que levou o Governo Provincial a apostar nos municípios do interior. O projecto, de iniciativa presidencial, recordou, prevê a instalação de 50 sistemas de captação, tratamento e distribuição de água em 25 comunas, 23 povoações e em duas sedes municipais. O projecto "Água para

Todos", que serve cerca de 400 mil habitantes da província, criou 195 postos de trabalho directos.

Reservatório do Luongo

A terceira fase do programa, que aumenta a capacidade de produção, vai permitir fornecer 1,5 mil metros cúbicos por segundo aos quatro municípios do litoral. As outras fases do projecto são o aumento da capacidade de reserva de água tratada em mais de cinco mil metros cúbicos e a construção de um reservatório no Luongo e o respectivo sistema de bombagem.

Esta etapa do programa compreende também a instalação de cerca de 54 mil metros de condutas de redes de distribuição e mais de mil ligações domiciliárias. A percentagem dos consumidores de água potável na província é de 75 por cento, mas deve subir para 85 por cento ainda este ano, disse Jaime Alberto.

8.16 ENE afirma que contadores pré-pagos vão ser obrigatórios

Novo Jornal
28 de Setembro de 2012

O director provincial de Malanje da Empresa Nacional de Electricidade (ENE), Manuel Bernardo, anunciou a instalação de contadores pré-pagos, ainda este ano, e esclareceu que a instalação de sistemas será obrigatória algo que é contestado por alguns juristas.

"O cliente tem que ter necessariamente esse aparelho para adquirir a energia que pretende", garantiu recentemente aquele responsável. Manuel Bernardo aproveitou para explicar que a capacidade do transformador (20MVA), que fornece energia eléctrica de Capanda à cidade de Malanje, não vai afectar os consumidores no período de restrições anunciado recentemente.

Em relação ao sistema pré-pago, Manuel Bernardo clarificou que os utilizadores vão poder consumir o produto com base nas suas disponibilidades financeiras. Os valores partem dos 500 kwanzas (149 KW/hora) até à quantia necessária para pôr a funcionar os aparelhos que tiver em casa. "O consumidor só vai consumir a energia real", justificou.

"Um cliente que tenha um número elevado de electrodomésticos vai ter de comprar maior quantidade de energia em relação a quem não tem muita necessidade", acrescentou o director provincial da Empresa Nacional de Electricidade. A ENE em

Malanje está a facturar o consumo do produto por estimativa e muitos clientes pagam mais do que a energia que utilizam.

O responsável confirmou haver alguns consumidores que também não pagam, mas na periferia, graças à pressão coerciva, com cortes no fornecimento, os clientes acabam por ir pagando. Facto que será ultrapassado com a introdução do novo contador. Os bairros do Ritondo, a norte da cidade de Malanje, e da Catepa contam, desde a semana passada, com mais um posto de transformação (PT) de energia eléctrica, de forma a melhorar o fornecimento.

Os "gatos" constituem outro problema para a ENE. "Se ele puxou a energia a 100 metros não tem hipótese, ali vai haver um filamento, é isto que nós queremos cortar. Mas, como não fizemos as campanhas à noite, naturalmente, não conseguimos dar conta desta redução", clarificou.

Em carteira estão os projectos para electrificação de outras sedes municipais "com o aumento da potência de Capanda, que será efectivado em meados do próximo ano", garantiu o director da Empresa Nacional de Electricidade, Manuel Bernardo.

Novas subestações serão instaladas em Cacusó, Cangandala, Caculama, enquanto o fornecimento de energia eléctrica ao município de Calandula, 85 quilómetros a norte daquela província, poderá ocorrer ainda em 2012. A barragem de Capanda fornece apenas energia eléctrica aos municípios de Malanje e de Cacusó. A insuficiência de viaturas e retroescavadoras constituem, entre outras, as dificuldades que afectam a Empresa Nacional de Electricidade (ENE) na região.

8.17 Bairro Deolinda Rodrigues (Cacuaco). Moradores em pânico

Semanário Factual

De 29 de Setembro à 06 de Outubro de 2012

De acordo com moradores, o bairro tem registado assaltos à mão armada durante as noites e às madrugadas, por indivíduos desconhecidos, que levam consigo motorizadas, botijas de gás butano, fogão, dinheiro dos moradores e, em alguns casos, acabam por estuprar as vítimas. Os meliantes, em número de cinco jovens, assaltam, com frequência, as residências, com armas de fogo, a partir das 1 hora da madrugada, e têm por destino a estrada que liga o município de Cacuaco ao de Viana, uma vez ser a alternativa viável para se escaparem da Polícia que se encontra na Vila ou na Vidrul.

No princípio deste mês, Setembro, seis residências foram assaltadas por indivíduos desconhecidos, duas no período da tarde e as restantes de madrugada, tendo os delinquentes levado consigo bens avaliados em cerca de 90 mil Kwanzas e a violar uma cidadã de 36 anos de idade. O bairro Deolinda Rodrigues, constituído socialmente por cidadãos necessitados, a viverem em casas de chapas de zinco, apresenta-se vulnerável, pela falta de ronda policial que restituísse a tranquilidade aos demais moradores sequiosos da intervenção da Polícia

Bairro sem água

O Factual constatou, igualmente, que o bairro carece de água potável e de energia eléctrica, razões que crescem a insegurança dos moradores, uma vez serem consumidores de água dos camiões-cisternas. Francelina Gomes, de 40 anos, afirmou comprar um recipiente de água de 25 litros a 40 Kwanzas, e, quando os camionistas não entram no bairro, os moradores são sacrificados a percorrer por três quilómetros a pé até à via expressa que liga o município de Viana, a fim de interpelar um camionista que os possa vender o precioso líquido.

De acordo com a coordenação do bairro Deolinda Rodrigues, que existe há dois anos, a falta de um policiamento, de água e de energia eléctrica é a causa da insegurança dos moradores. A coordenação solicita à Administração Municipal de Cacuaco um reconhecimento jurídico e, conseqüentemente, um posto policial, para acabar com as façanhas dos meliantes.

8.18 Principais ruas de Viana em reabilitação

Jornal de Angola

30 de Setembro de 2012

A sede do município de Viana, província de Luanda, está a ser alvo, desde Julho, de obras de requalificação, que incidem no sistema de drenagem, no tapete asfáltico e na iluminação pública. Adriano da Silva, o responsável pelas obras no município de Viana a nível do Ministério do Urbanismo e Construção, disse ao Jornal de Angola que as obras, orçadas em cerca de 1,8 mil milhões de kwanzas, vão abranger quatro troços do município de Viana. Trata-se das ruas 11 de Novembro, com quatro quilómetros, da Regedoria, com 3.800 metros, e da Hojy Ya Renda, com cerca de 1.800 metros. Está ainda a beneficiar do projecto a Rua da Cometa, com 3.500 metros, totalizando mais de 13 quilómetros de rua dentro da área consolidada de Viana.

Adriano da Silva, que é inspetor-geral do Ministério do Urbanismo e Construção, afirmou que o Executivo gizou um programa que prevê a construção, reabilitação e manutenção das vias terciárias do município de Viana. A empreitada consiste na colocação de um sistema de drenagem, tanto pluvial como residual. Ao falar da situação de cada rua, frisou que a 11 de Novembro é reabilitada porque o tapete asfáltico se tem degradado com o decorrer do tempo, por falta de manutenção.

A Rua da Cometa não foi intervencionada antes, daí a sua inclusão no processo. Em seu entender, esta rua tem grande importância do ponto de vista económico e social, porque interliga a Estrada Nacional de Catete e a estrada do Camama. Na antiga Hojy Ya Renda, há resquícios de uma intervenção feita na era colonial, trabalho que se resumiu aos lancis. A rua nunca teve sistema de drenagem nem asfalto. "Vamos reabilitar esta via, criando um sistema de drenagem pluvial e residual, além de iluminação pública e duetos para o sistema de comunicação", assegurou o alto funcionário do Ministério do Urbanismo.

As empresas que executam as obras passaram por um concurso público, que resultou na eleição das melhores propostas, tanto em termos de qualidade, como de tempo de execução e orçamento. Adriano da Silva sublinhou que, para cada empresa executora, existe uma empresa fiscalizadora, para que as empreitadas sejam melhor executadas. A via da Regedoria apresenta mais de 75 por cento de execução, algo que satisfaz o inspetor-geral, para quem a obra apresenta a qualidade desejada.

Qualidade das obras

A este nível, acrescentou que a população pode estar descansada e assegurou que, até ao próximo ano, as vias principais de Viana vão estar todas asfaltadas. Como novidade, revelou que o Ministério do Urbanismo e Construção vai, a seu tempo, indicar determinadas empresas que vão encarregar-se da manutenção periódica das vias, ao contrário do que tem acontecido até aqui, em que as reabilitações eram feitas sem que houvesse manutenções, o que levava à deterioração das infra-estruturas. "Agora, primamos por um programa de manutenção com vista à durabilidade das obras", assegurou Adriano da Silva.

Olávio Pinzo, chefe da secção de Conservação das Infra-estruturas Urbanas do município de Viana, revelou que muitas das redes técnicas do município e de outros pontos de Luanda não estão devidamente cartografadas. De acordo com o técnico Olávio Pinzo, por inexistência de cartografia destas redes técnicas, sempre que há escavações nas vias são

danificadas tubagens de água e cabos eléctricos. O munícipe Carlos Almeida reconheceu ao Jornal de Angola a evolução das obras que, em sua opinião, vão facilitar o trânsito rodoviário e de peões. Alberto Manuel, outro residente de Viana, diz-se contente pelo facto das ruas estarem a ser alargadas e pela construção de espaços de lazer, como a Feira e jardins.

Dados históricos

Situado a cerca de 20 quilómetros da cidade de Luanda, o município de Viana tem 1.344 quilómetros quadrados e cerca de 68 mil habitantes. É limitado a Norte pelo município do Cacuaco, a Este pelo de Icolo e Bengo, a Sul pelo município da Quissama e a Oeste pelo Oceano Atlântico e pelos municípios da Samba, Kilamba Kiaxi e do distrito urbano do Rangel. O município de Viana foi fundado em 13 de Dezembro de 1963 e é constituído pelas comunas de Viana, Calumbo e Barra do Kwanza.

Devido à sua proximidade com a cidade de Luanda, o município de Viana tem verificado, nos últimos anos, um crescimento muito acentuado da sua população residente e das indústrias instaladas na Zona Económica Especial. A posição geográfica do município de Viana está a fazer com que se torne uma autêntica e possante Zona Industrial.

Várias indústrias de todo o tipo já têm no município de Viana as suas instalações fabris em funcionamento e muitos outros preparam-se para lhes seguir o exemplo.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Violência contra a criança. Notificados casos no Huambo

Jornal de Angola
07 de Setembro de 2012

O Instituto Nacional da Criança (INAC) na província do Huambo registou, desde Janeiro, meia centena de casos de violência contra crianças, revelou à imprensa a directora daquela instituição. Júlia Catinda referiu que quatro dos casos, pela sua gravidade, foram encaminhados para o Ministério Público. Fuga à paternidade, violência sexual, raptos, agressões físicas, abandono do lar e negligência, afirmou, figuram entre os actos de violência mais frequentes.

A directora provincial do Instituto Nacional da Criança disse que o diálogo e a responsabilidade são as únicas formas de resolver os problemas familiares e de contribuir para o bem-estar das crianças.

9.2 Assaltantes de bancos e viaturas caem nas garras da polícia

O Independente
15 de Setembro de 2012

A Direção Nacional de Investigação Criminal (DNIC) desmantelou nos últimos dias mais de dez grupos de marginais

considerados altamente perigosos que se dedicavam à criminalidade violenta, mormente roubos de valores a bancos comerciais, viaturas e assaltos em residências.

Os supostos marginais foram apresentados na quinta-feira passada, 13, em Luanda, à imprensa, nas instalações da DNIC com os referidos meios apreendidos (viaturas, motos e armas) que utilizavam na prática dos roubos aos cidadãos.

O chefe de departamento de crimes contra a propriedade da DNIC, superintendente-chefe Valdemar Enriques, fez saber que sobre tais marginais registou-se a autoria confessa de mais de 30 assaltos à mão armada a cidadãos nacionais e estrangeiros, após ao levantamento de valores monetários nas agências bancárias.

Segundo a fonte policial, alguns destes cidadãos foram atingidos mortalmente e outros mutilados por ação de disparo de armas de fogo.

Nas suas acções criminosas, notou, os marginais normalmente se apresentavam munidos de armas de fogo e apoiados de viaturas e motos, cujos meios também foram apreendidos pela instituição castrense.

O chefe de departamento de crimes contra a propriedade da DNIC adiantou que nesta altura decorrem diligências que visam apreender mais armas, dinheiro roubado e bens adquiridos com os mesmos valores.

O grupo de marginais, composto por Miguel Júnior "Lito", Claudio Pedro "Kilamú" e Valceleu António da Conceição "Leo", é acusados de prática de assaltos à mão armada em residências e casas comerciais, concretamente no município de Viana, bairro Zango III.

Também são acusados de terem alvejado a tiro um agente regulador de trânsito no bairro Morro Bento. Ao grupo foi-lhes apreendida uma arma de fogo do tipo AKM.

A corporação deteve ainda um outro grupo de delinquentes composto por João Panzo, Oranel Alexandre e Adão Antunes.

Sobre o primeiro pesa acusação de roubos de viaturas, e aos dois últimos actuavam como receptores de viaturas tidas como roubadas na cidade de Luanda e que foram vendidas na província da Huíla. A corporação recuperou do grupo três viaturas e uma pistola.

Já Ricardo João "ManPó" e Eduardo Capemba "Bobó" pertencem ao quarto grupo de marginais, acusados de assaltos à mão armada em residências e a transeuntes na via pública no município de Cacuaco, preferencialmente nos bairros Boa Esperança e Kikolo.

Um outro grupo é composto por Francisco Júlio e Djeskem António. O primeiro, na condição de motorista do banco Totta e Açores, duplicava as chaves das viaturas e no momento oportuno e a seu mando, as viaturas visadas eram furtadas no lugar de estacionamento para depois serem vendidas.

A corporação recuperou duas dessas viaturas.

Por outro lado, Raúl Alfredo na companhia de outros cidadãos ainda por deter, são acusados da prática de roubos de viaturas na cidade de Luanda,

preferencialmente do tipo ligeiros na maior parte ao serviço de táxis.

Na posse das viaturas, segundo a fonte policial, os meliantes procediam a alteração das suas características e vendendo as preferencialmente nas províncias do litoral. Após intervenção policial foram recuperadas 15 viaturas.

A corporação apresentou igualmente um cidadão identificado por Helder Lopes "Cláudio", detido em flagrante delito quando em companhia de um companheiro em fuga, elemento que detinha a pistola, roubavam uma carteira de uma cidadã.

9.3 Polícia nacional esclarece 16 crimes em Luanda

Jornal Global

19 de Setembro de 2012

O Comando de Luanda da Polícia Nacional esclareceu 16 crimes, dos 20 registados, em alguns municípios da província, nas últimas 24 horas, permitindo a detenção de 12 supostos criminosos, soube de fonte policial. Segundo a oficial em serviço no departamento de comunicação e imagem do comando provincial, subchefe Brígida da Cruz, dos crimes esclarecidos destacam um homicídio voluntário, três violações, posse ilegal de arma de fogo, disparas anárquicos e ofensas corporais, com os supostos autores detidos. As forças policiais registaram ainda roubos de artigos diversos, valores monetários e uma tentativa de violação sexual na Ingombota, Samba, Sambizanga, Cacuaco, Viana, Cazenga e Maianga. Das chamadas recebidas através do terminal 113, 98 mereceram a intervenção das forças policiais.

9.4 Violência doméstica analisada em Viana

Jornal de Angola

23 de Setembro de 2012

Um Fórum da Sociedade Civil, que decorreu na quinta-feira no município de Viana, traçou estratégias destinadas a minimizar os problemas relacionados com a violência doméstica e maus-tratos infantis.

A reunião foi realizada com o objectivo de reforçar o papel da responsabilidade social e empenho dos munícipes nas acções e programas de desenvolvimento local. A margem do evento, o director executivo da ONG Cuidados da Infância, Arnaldo Camolocongue, disse que a actividade serviu para analisar, com maior profundidade, os problemas que afectam o município, principalmente nas famílias.

Em relação aos maus-tratos contra a criança, o responsável sublinhou que as ONG, em colaboração com as instituições do Estado, têm estado a tratar de assuntos relacionados com o abuso sexual de menores e violência doméstica, porque muitas famílias estão a queixar-se dessas situações.

Arnaldo Camolocongue disse que a lei contra a violência doméstica deve continuar a ser divulgada para que se ponha em prática o que o documento estabelece. "É necessário substituir a força física pelo diálogo nas famílias, para impedir que tragédias aconteçam", sublinhou, defendendo a importância de se reforçar o diálogo familiar e de se realizarem encontros regulares entre as instituições públicas, religiosas e da sociedade civil para discutir sobre o assunto.

9.5 Director do Instituto Superior de Ciências Policiais defende intercâmbio

Jornal Angolense

26 de Setembro de 2012

Sebastião Mendes "Limão", discursava, recentemente no encerramento do I Conselho Científico - Académico do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais. O instituto superior "General Osvaldo de Jesus Serra Van-Dúnem" foi criado através do Decreto Presidencial nº009/12 de 20 de Janeiro, enquanto estabelecimento de ensino superior politécnico, público e policial integrado no sistema de formação, ensino e preparação das forças e serviços da Polícia Nacional.

O I Conselho Científico-Académico teve como objectivo balancear as actividades desenvolvidas ao longo do 1º semestre e promover a discussão técnica e científico-académico de matérias vitais a sua orgânica e ao seu funcionamento, tendo em vista a perspectivação de acções inovadoras para atender a uma gestão de qualidade para os tempos que se seguem e, conseqüentemente, contribuir para a contínua modernização e desenvolvimento da Polícia Nacional.

Durante a sua alocução, aquele oficial superior da Polícia, disse que nos dias que correm, o mundo transforma-se a uma velocidade nunca vista na história dá humanidade, onde as sociedades são desafiadas a se adaptarem a novas realidades. Com efeito, Alberto Sebastião Mendes, defendeu a evolução do sistema de ensino e do papel das instituições de ensino superior, pois que o exercício de gestão nos moldes tradicionais não se compadece com a actual realidade social, onde as universidades

são chamadas a desempenhar o seu verdadeiro papel, o de garantir a construção de conhecimentos, apoiando-se nos princípios da pesquisa e da investigação, fomentando, assim, as práticas e técnicas que permitem um ensino de qualidade.

Com a realização deste 1º Conselho, referiu, o referido instituto está bem servido para protagonizar uma selecção criteriosa dos concorrentes a admissão como cadetes e docentes. "Temos a certeza que esta identidade é possível, desde que tenhamos um ambiente de respeito aos pressupostos democráticos exigidos pelas instituições de ensino, assentes na participação, pluralidade, transparência e autonomia, na construção de ideias, bem como nos aspectos de gestão institucional", apontou. Isso significa, fazendo fê naquele responsável, formar oficiais de Polícia dotados de competências técnicas e de gestão com projecção de comando, direcção e chefia de pequenas e grandes unidades, conferindo-lhes certificação de autoridade de polícia e consciencializa-los quanto à correcta actuação dentro dos parâmetros jurídico-policiais.

Durante três dias, o evento abordou nove sessões de trabalho, onde foram sujeitos a discussão 16 documentos, dos quais 14 mereceram a aprovação do Conselho, onde se destacam o regulamento do Conselho Científico, o do Conselho Académico, o plano de desenvolvimento institucional entre outros. Entre vários assuntos, o Conselho deliberou a criação de um sistema de recuperação e formação para os docentes, por via da atribuição de bolsas de estudos 'ao nível de mestrados e doutoramentos, como premissa para a construção do corpo docente efectivo, promover a qualidade de ensino, mediante harmonização dos conhecimentos teóricos à práticas policiais, a implementação de iniciativas conducentes à publicação de obras e artigos científicos e outros.

9.6 Buscas contra marginais continuam a ser a prioridade da polícia.

Semanário Continente
28 de Setembro de 2012

As buscas dos malfeitores contaram com a cobertura integral dos órgãos de comunicação social públicos e privados, no sentido de conduzir a informação para aqueles que ainda insistem na prática marginal, para que deixam, antes que não sejam surpreendidos pela polícia.

"Nós temos um slogan que diz: se os delinquentes madrugam a polícia não dorme", disse a porta-voz da corporação, Engrácia da Costa. Durante a operação

foi detida Ana Pedro; supostamente acusada de ser culpada pela morte da sua vizinha. Segundo apuramos, a inculpada terá tido uma briga com a falecida, por um cliente da defunta, que consumia cerveja na sua barraca, ter urinado na parede do quintal da casa de Ana Pedro.

Inconformada com a atitude do homem, Ana veio para rua partindo para a discussão com a filha da malograda, tendo acabado em pancadaria. "Eu não lhe bati, nem ela tocou na minha cara, apenas nos puxamos os postigos nas nossas cabeças", contou, acrescentando que depois de tudo, cada uma foi para a sua casa e inesperadamente por volta das 23 horas, foi surpreendida pela polícia dando conta da morte da vizinha. Ana Pedro ainda contou que durante a vivência, nunca viu a falecida zangada com ela. "Se a filha dela não tivesse faltado ao respeito tudo isto não teria acontecido", lamentou. Enquanto está detida, os seus familiares e amigos se encarregam das despesas do óbito.

Ana sente-se desiludida com o facto pois, para ela, constitui um pesadelo ser envolvida na morte de um ser humano. Outra senhora que foi detida pela polícia é Ana Ricardo, de 33 anos de idade. Segundo a corporação, a mesma jogou óleo quente da frigideira nos membros inferiores do filho de 13 anos.

"O meu filho é marginal, os vizinhos falam mal de mim devido o mau comportamento dele", disse, tendo evocado de seguida, o espírito de arrependimento por tudo quanto fez e prometeu nunca mais agir de maneira igual. Este jornal apurou ainda junto da corporação, que as referidas buscas vão continuar durante um período indeterminado. Outra situação que está a ser motivo de conversas a nível daquela comunidade prende-se com o caso de violação sexual, de uma menor de 13 anos, ocorrida no bairro da Calemba II, protagonizado por um suposto cunhado da menina.

De acordo com o tio da vítima, o cunhado ngombiri quando chegou do serviço convidou a menina para uma companhia na paragem, com o fim de trazer para casa algumas despesas alimentares. Na paragem, o violador subiu no táxi e de seguida pediu a menina que subisse também. Sem perceber quais as intenções do cunhado, assim fez e a levou até a casa de um amigo que vive na zona da Sapú, onde durante a noite toda fez da pequena sua esposa.

A corporação durante a "Operação Serena", levada a cabo nas zonas da Caop, Mamã Gorda, Caprédió, Papá Simão, Saia Malandra, Kalucango, Boa-fé e nos Quilómetros 9 e 14, apreendeu vários grupos de marginais e materiais bélicos usados pelos mesmos nas suas acções. No final da operação, o segundo

comandante da Polícia Nacional em Viana, superintendente Félix Neto, fez um resumo da actividade, tendo alertado que a polícia vai continuar a reduzir a criminalidade violenta, sobretudo os crimes praticados com o recurso a armas de fogo, com realce para os roubos protagonizados nas cantinas e via pública.

Aquele oficial esclareceu que das micro-operações realizadas pela Polícia saldaram-se na detenção de 42 marginais, 10 PDs para o controlo dos mesmos, 6 detidos em flagrante, por posse de arma de fogo. Ainda de acordo com o superintendente Félix Neto, também foi detido um cidadão por falsificação de documentos de uma residência, procedido com a venda de uma casa pelo mesmo na localidade do Zango.

Na senda de apresentação de dados, a Polícia destacou cinco crimes de homicídios voluntários, tendo um destes, sido protagonizado por um irmão, devido ao desentendimento entre ambos. Foram apreendidas ainda cinco armas de fogo dos quais três AKM e seus respectivos carregadores, duas pistolas, duas botijas de gás butano, 1 gerador eléctrico, 1,5 gramas de estupefaciente, 5 motorizadas, 1 alicate de corte, duas catanas e 27 viaturas, por diversas infracções do Código de Estrada, das quais 4 sem documentos. A operação contou com a participação especial do 2o Comandante Geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida

9.7 Buscas e capturas resultaram em mais de quarenta detenções

Jornal Angolense

28 de Setembro de 2012

O dia 24 de Setembro serviu para os efectivos da polícia da Unidade Anti-Crime entrar em acção, desta feita, no município de Viana, onde homens e meios estavam de prontidão para mais uma missão de busca e captura de marginais.

O ponto de "origem" foi a Divisão de Viana e de seguida partiu-se para o ponto de "ordem", na 45a esquadra do bairro Kapalanga. O trabalho começou a uma da manhã e a ronda teve partida nos bairros Caops A, B e C e, posteriormente, no bairro da Boa Fé, ainda na zona da Caop B junto do colégio Madre Luíza encontramos um jovem deitado ao chão, paramos para saber o que se passava. O jovem identificou-se como Carlinhos e disse ter perdido o caminho para casa, porque tinha consumido bastante álcool.

Minutos depois, a Porta-voz do Comando Provincial de Luanda, Engrácia Costa, procedeu a uma ligação para que viesse uma viatura da patrulha para o levar a uma esquadra mais próxima até que recuperasse e no dia seguinte voltasse à casa. Depois de uma hora de ronda, voltamos para a Divisão de Polícia, isso as duas horas, em seguida começaram as buscas e capturas em residências. Caop B foi a ponta de partida, a polícia foi a busca de um jovem que se dedicava ao roubo de motorizadas naquele bairro.

Conhecido como jovem "Que brilha", logo que a polícia entrou no seu quarto, o mesmo pôs-se em fuga. Numa tentativa de detê-lo, os agentes da polícia fizeram um disparo, mas sem sucesso.

Ainda no mesmo bairro, um outro jovem que fazia igualmente o mesmo tipo de acção, João Francisco, de 20 anos, mas que já tinha sido preso mais de três vezes por roubo, segundo uma das irmãs presentes no local, o jovem Laton, já conhecido pela polícia foi quem conduziu os agentes até outros amigos que se dedicavam a mesma prática.

Na hora de escapar a polícia tudo serve. Escondeu-se dentro de uma arca.

Uma cidadã de aproximadamente 40 anos e que vendia liamba foi apanhada em flagrante delito dentro de sua casa na presença de seis crianças. No momento em que a polícia chegou em sua residência houve uma demora para abrir à porta - tempo suficiente para que o seu segundo filho se escondesse dentro de uma arca, tendo ficado quase cinco minutos dentro dela, mas não aguentou o frio e rendeu-se, acabando por se entregar a polícia.

A mãe justificou a prática do negócio pelo facto de já ter tentado, sem êxitos, fazer outros negócios e como precisa sustentar os filhos dedicou-se a venda de liamba.

Um caso que chamou muito a nossa atenção foi o facto da dona de casa, de 38 anos, que teve uma briga com uma vizinha no bairro da Comarca, no Domingo 'último, ter resultado na morte da vizinha, que se dedicava a comercialização de bebidas alcoólicas enfrente a sua casa.

"Tive uma briga com a minha vizinha porque os seus clientes urinavam na parede da minha casa e já lhe chamava atenção, mas ela não ouvia, entrei em confusão com a filha mais velha e mãe entrou na briga, porque ouviu quando ela faltou-me com respeito, então pensei que ela vinha para repreender a filha, mas não.

Foi contra mim e começamos a brigar, isso por volta das dezanove horas", contou, tendo acrescentado que

a briga que começou com os clientes teve um desfecho trágico. "O que mais me aborreceu foi a hora em que a polícia chegou em minha casa por volta das 23 horas e 15 minutos do mesmo dia a dizer que matei a minha vizinha, se nós tínhamos lutado por volta das dezanove. Como assim, eu a matei?" ...Questionou-se.

Outro assunto que também mereceu atenção especial foi o caso de um menino de 13 anos que a sua mãe, o queimou os membros superiores e as costas por ter roubado as chinelas Havaianas de suas vizinhas para poder calçar e também de um telemóvel de um vizinho.

Ouvimos o pequeno Cláudio que disse que nunca ter tido chinela Havaiana e, por isso, roubou as da vizinha. O rapaz disse, por outro lado, estar arrependido e que já não cometeria o mesmo crime. "Quando for grande, serei um agente da Polícia Nacional, por isso vou estudar para ajudar no desenvolvimento do país", prometeu.

O caso da menor de 13 anos que tinha sido violada pelo seu cunhado, quando este a acompanhava a uma paragem de táxi depois de sair de sua casa Domingo último, em direcção à casa do tio em que vivia na zona do bairro do Calemba 11, ficou esclarecido.

Segundo o tio que se fazia acompanhar da vítima e participar o ocorrido a polícia, disse que a sua sobrinha já se encontra fora de casa há mais de dois dias. O responsável pediu que se fizesse justiça e que casos como aqueles não possam voltar a acontecer na sociedade angolana, porque às crianças crescem com traumas e muitas vezes são insultadas por outras, o que pode resultar num comportamento diferente de outras crianças.

O relógio marcava 8 horas e 13 minutos, do dia 25 do corrente mês, quando chegávamos o relógio marcava 8 horas e 13 minutos, do dia 25 do corrente mês, quando chegávamos na Caop-C, propriamente na rua da Cana onde duas cantinas tinham sido assaltadas segunda-feira às dezanove, horas antes do começo da missão de buscas e capturas de supostos marginais.

Os moradores alegaram ter grandes dificuldades de circulação na zona por falta de energia eléctrica e que os assaltos são feitos a mão armada. O segundo comandante da Divisão de Viana, Félix Neto, o balanço final do número de detidos ronda em 42 detenções, 27 viaturas, 5 armas de fogo, duas armas brancas, duas botijas de gás butano, 5 motorizadas, um Alicante de corte e 1,5 gramas de estupefaciente. As zonas com maiores incidências de crime naquele município foram: Kapalanga, KM-9 e 12, as áreas dos Mulenvos, e também referiu que têm recebido muitos

casos de invasão de terrenos na área do Bita-tanque e do Kikuxi. Félix Neto apelou a população para que se junte à polícia e façam chegar os casos a corporação. "A operação teve uma nota positiva.

O nosso grande objectivo foi retirar as armas de fogo dos elementos que fazem uso ilegal dela e que criam um embaraço ao trabalho da polícia. Vamos continuar a trabalhar para reduzir a criminalidade violenta, sobretudo, os crimes praticados com o recurso de armas de fogo, como os roubos qualificados nas cantinas e na via pública, os homicídios voluntários e sem esquecer os valores monetários e as violações sexuais", disse.

As buscas e capturas foram feitas nas zonas da: Mama Gorda, Caprédió, Papa Simão, Saia Malandra, Cassandra, Boa-fé, Calucango e também aos Km-9 e 14 respectivamente. A falta de iluminação nas ruas e o difícil acesso às ruelas dificultou o trabalho dos agentes e expôs-nos ao perigo.

9.8 Notícia trouxe estabilidade

Semanário Continente

28 de Setembro de 2012

O Comandante da II^a Divisão do Sambizanga, Francisco Notícia Baptista continua a somar pontos desde que ascendeu ao referido cargo, no mês de Agosto de 2011. Segundo os munícipes, desde a ascensão da notícia a primeira cadeira do Comando da Polícia do Sambizanga, a zona ficou "mais" calma e também cessou a onda de assassinato de jovens tidos como marginais, pois, de acordo vários juristas, o lugar dos delinquentes são as celas das Comarcas e nunca os cemitérios.

Se bem que algumas vezes alegam a delinquência no Sambizanga ter diminuído devido a transferência do antigo mercado do Roque Santeiro ao Panguila, mas a iniciativa do "Comandante notícia" em volte meia sensibilizar os munícipes a cultivar o hábito de denúncia a todos actos que parecem pôr em perigo a segurança municipal, tem sortido efeitos relevantes.

Para Frederico Nganga Kapasse, o distrito do Sambizanga tomou-se numa zona estável aonde "as bodas e Revs organizadas pelos jovens já não regista os números assustadores de violação, assaltos e assassinatos como anteriormente porque há sempre agentes da Polícia nalgumas esquinas, devido a proliferação de Esquadras móveis no local"; contou Frederico Nganga.

Refira-se também que o referido distrito possui nas suas paragens de táxis, vários jovens com rostos assustadores devido as cicatrizes resultantes de

ferimentos de faca ou caco de garrafa na face na sequência de inúmeras brigas.

Segundo o F8 apurou, muitos destes jovens têm um lar familiar, mas alguns pernoitam nas ruas dos arredores e, de acordo os munícipes, estes jovens é que mais assustam a população que a noite desce dos táxis a caminho de casa, no fim de mais um dia laboral o "Mas a situação agora está melhorada porque ao anoitecer parece que a Polícia os recolhe e os solta ao amanhecer", afirmou Moraes Pedro dos Santos, morador da zona.

Ao sairmos do bairro Dimuca e ao 12 de Julho aonde a viatura do F8 estava estacionada, os munícipes "adultos" e alguns jovens foram unânimes alegando que o Comandante Notícia "trouxe" estabilidade ao referido distrito, mas alguns outros jovens interpelados pela nossa reportagem só diziam "hum...aquele cota...".

9.9 Agentes da DPIC desmantelam gangs em Viana

Novo Jornal

28 de Setembro de 2012

O comando provincial de Luanda abriu as portas aos jornalistas durante uma mega-operação, realizada esta semana, no município de Viana, que resultou na detenção de mais de 37 elementos envolvidos em diversos crimes, entre os quais se encontram três mulheres. A operação «Viana Serena» começou por volta das 22h00 e, a partir das 00h15, foi acompanhada pelo Novo Jornal. Na esquadra do Kapalanga, localizada no município de Viana, aguardava a intendente Engrácia Costa, do Gabinete de Comunicação e Imagem do Comando Provincial de Luanda, com mais quatro jornalistas de outros órgãos, que também acompanharam a ronda: na rua, que começou exactamente às 17h e que abrangeu mais de 10 bairros: Caope A, B e C, Boa-Fé, Saia Malandra, Kilómetro 9 e 14, e Mama Gorda. Durante este percurso pelos bairros, a equipa de reportagem não registou nenhum incidente.

Apenas encontrou um jovem, que se identificou por Carlos, que dormia na rua completamente embriagado. Quase todos os bairros estavam às escuras. A falta de energia eléctrica tem, segundo alguns agentes, dificultado o trabalho da polícia e facilitado a acção dos delinquentes. Voltamos à esquadra por volta das 3h00 da manhã para aguardar o momento mais esperado da mega-operação, a hora de se realizarem as buscas e a captura de elementos suspeitos de integrarem grupos de criminosos.

Os jornalistas tentaram aproveitar aquele compasso de espera para descansar. Em vão. Alguns dos detidos que se encontravam dentro das celas começaram a fazer confusão. Os jornalistas desceram para verificar o que é que se passava. Um dos agentes dirigiu-se à porta da cela e um dos detidos informou que alguns dos presos queriam bater-lhe por causa de uma lata de leite que lhe foi oferecido por um agente, momentos antes de ter entrado na cela. Para restabelecer a ordem e a tranquilidade, o polícia ordenou que o detido entregasse a lata .

Depois daquele pequeno incidente, os jornalistas voltaram a dormir. Quando soaram as 4h55, ouviram-se vozes a pedir às pessoas para acordarem. Estava na hora de partir para a outra fase da operação. A mais aguardada. .

"Não andamos apenas por andar"

Logo à porta da esquadra, deparámo-nos com três jovens, com menos de 20 anos. Perguntei a um agente quem eram aqueles rapazes e o que faziam ali àquela hora. Respondeu que eram eles que iriam mostrar a casa dos outros integrantes do grupo. "Os três não são do mesmo grupo. Quando se vão realizar buscas, a polícia detém sempre um dos integrantes e estes é que mostram a casa onde os outros elementos do grupo vivem.

Não andamos, apenas por andar. Há casos também em que os próprios investigadores conhecem a residência dos criminosos", acrescentou o agente. Saímos da esquadra às 5h00 dirigimo-nos ao bairro Caope B para efectuar as buscas e as capturas. Quatro viaturas transportavam o efectivo da Polícia Nacional e uma transportava os jornalistas. O bairro da Caope B estava às escuras. Os condutores tinham que ligar as luzes máximas para poderem circular em segurança. Naquela zona, foram detidos vários jovens suspeitos de serem marginais. Logo que chegámos ao local, dois homens da investigação criminal subiram para o tecto de uma casa sem coletes anti-bala, pondo em risco a própria vida no caso de os suspeitos estarem armados, enquanto outros dois polícias batiam à porta a pedir que abrissem. "É a polícia, abre a porta. É a polícia, abre a porta", insistiam os agentes. Veio à porta uma jovem amarrada apenas com uma toalha de banho. Foi-lhe perguntando onde estava o marido, respondeu que "não estava em casa" e que "não sabia onde ele estava".

Indiferentes às informações prestadas, os investigadores entraram no quarto e encontraram o jovem, líder de um dos grupos que tem tirado o sono aos munícipes de Viana. O detido, que se identificou apenas por «Brilha», foi mostrar a casa de um outro integrante do grupo, mas o jovem, assim que ouviu

barulho, meteu-se em fuga. No momento em que fugia foi feito um disparo para o dissuadir, mas a iniciativa foi gorada. O alegado criminoso acabou por conseguir escapar.

Em casa do foragido foram encontradas as suas seis irmãs. Segundo elas, o irmão chama-se João Francisco, mas é mais conhecido por «Irmão David», tem 20 anos e já foi preso três vezes, por roubo e assassinato. No quarto do jovem foi encontrada uma motorizada que, segundo a polícia, é roubada.

"Não sei porque a polícia o solta"

Já na Caope A, foi detido Joaquim, António, de 24 anos. No quarto do jovem apenas foi encontrado um colchão e um lençol. O local cheirava muito a liamba, denotando o uso corrente daquela droga no aposento. Segundo o pai do suspeito, Joaquim começou a roubar aos 10 anos e não mais se emendou. "Eu já não sei mais o que fazer com este meu filho. Desde muito cedo começou a roubar, já foi preso várias vezes, não sei porque é que a polícia o solta sempre. Eu peço à polícia que não o solte mais. Ele só me traz problemas, estou mesmo cansado. Neste momento, sofro de problemas de tensão arterial por causa dele", lamentou o homem, que aparenta ter à volta de 60 anos. No mesmo bairro foi encontrado outro jovem, também integrante de um grupo e que foi identificado apenas por «Xavít».

Logo à entrada do quintal, encontrámos a mãe do suspeito, que dormia no quarto de fora. A polícia disse à mulher para pedir ao filho que abrisse a porta. Ela assim fez, mas o descendente não obedeceu. No quintal, os investigadores mexiam em tudo, porque tinham informação que era ali que se fazia a comercialização de liamba. Após alguns minutos de espera o jovem acabou por abrir a porta.

Já dentro do interior da residência apenas encontrámos crianças que dormiam e uma jovem com um bebé no colo. Questionada sobre o paradeiro do marido, respondeu que não vivia com marido. "Sou mãe solteira, não tenho marido". Mas quando a equipa se preparava para sair da cal. vimos a porta da arca a abrir, o seu interior saiu um jovem de calções a transpirar abundantemente. Na residência de «Xavít» foi encontrado um saco que continha liamba.

De acordo com o jovem, a droga não era dele, mas sim da sua mãe. O Novo Jornal questionou a mãe de «Xavít» e a mulher, de 46 anos, confessou que a mercadoria era dela e que já comercializa liamba há 13 anos. "Foi com este negócio que consegui construir a minha casa e crio os meus filhos. Sou mãe e pai dos meus filhos", dizia a mulher nervosa.

CANSADA DE VER O FILHO ROUBAR

Foi também detida Ana Ricardo, de 33 anos, acusada de ter queimado o filho, de 13 anos. A mulher confessou o crime, dizendo que o filho estava a roubar muito e que estava, cansada da sua vida de delinquência. Ana Ricardo disse estar arrependida. "Não foi minha intenção queimar o meu filho. Não sei onde é que estava com a cabeça. Todos os dias recebo reclamações dos vizinhos de que ele e os amigos roubaram. Já perdi o respeito dos vizinhos, já falei várias vezes com ele, mas não me escuta. Desta vez, perdi mesmo a cabeça. Mas estou muito arrependida".

A mulher, que está separada do marido há oito anos, disse que é a mãe e pai dos cinco filhos. "Crio todos eles com muitas dificuldades. Se não vender água fresca não come, falo sempre com ele porque é o mais velho, mas cada vez que falo parece que só piora. Já foi detido várias vezes pela polícia, mas por ser menor é sempre solto".

Também foi detida Ana Alexandre, de 38 anos, acusada de ter assassinado a sua vizinha, identificado apenas por Inês. A mulher disse não saber como a vizinha morreu, sacudindo qualquer responsabilidade na morte "Não sei como ela morreu, porque assim que acabámos de lutar ela ainda me disse que as coisas não ficariam assim. Fiquei surpresa quando a polícia apareceu em minha casa a dizer que eu matei a vizinha Inês não acreditei porque ela ainda falou comigo. Quando lutámos apenas lhe puxei o cabelo", insistiu.

Durante a operação foram detidos 37 supostos marginais, dos quais são mulheres, e foram apreendidas 27 viaturas, 20 por falta de licença e quatro por falta de documentos, e cinco armas de fogo.

9.10 Vencer a vida com pequena comunidade

O país

28 de Setembro de 2012

Que existem muitos jovens a sair de municípios longínquos, principalmente das províncias do centro e sul de Angola para Luanda, a fim de fazerem trabalhos modestos, é do conhecimento de muitos, mas o que pouca gente sabe é que alguns desses grupos começam por constituir uma comunidade habitacional, em jeito de embaixada.

É o caso de mais de cinquenta jovens provenientes do município de Caconda, província da Huila, que estão agrupados no bairro Futungo, município de

Belas, onde habitam em casebres de chapas, obedecendo a normas, segundo eles, aprovadas por unanimidade.

Ser originário da mesma localidade para não complicar os fatores de convivência, como a língua, o hábitos e costumes, estar disposto a ocupar-se no transporte de água para as residências de pessoas que solicitam os seus préstimos e não levar mulheres para o seio da pequena comunidade, já apelidada de 'Parada do sofrimento', constam da lista de um regulamento revelado a O PAÍs por Joaquim Tomás de 22 anos de idade, um dos membros mais antigos desse circuito.

"Uma pessoa habituada a fazer confusão, lutar com os outros e preguiçosa, aqui não fica", acrescentou Joaquim, sublinhando que, quando se deparam com este fenómeno, o coletivo reúne-se com objetivo de ditar uma contribuição financeira, de modo a mandarem de volta para Caconda o individuo confucionista.

Nesses casos, o infrator não viaja sozinho, é acompanhado por outro integrante do grupo, teoricamente mais forte do que ele, a fim de evitar qualquer intenção de fuga ou desvio de percurso por parte do transgressor.

Ao chegarem à terra de origem, os seus familiares são cuidadosamente informados sobre a conduta do indivíduo e a consequente sanção disciplinar,

soube este jornal do seu interlocutor, que assegurou o facto de a represália não ser apenas aplicável aos mais novos da comunidade.

"Mesmo se isso acontecer comigo, terei castigo igual", observou, minimizando que, durante sete anos nessa convivência fraterna, só registaram um caso do género, que teve a ver com um conterrâneo cujo comportamento já 'apontava para tais tendências.

Joaquim Tomás saiu da Huila em 2004, a convite de uns amigos de infância, que já detinham alguma experiência no que a trabalhos voluntários, em Luanda, diz respeito.

Só que o grupo inicial aproveitava a oportunidade dos passeios familiares temporários para fazer dinheiro a troca de certas prestações.

"Foi com esses amigos que depois decidimos alugar uma casota neste bairro e aí começámos a nossa vida, até alguém nos falar de uma senhora que procurava voluntários para guardarem a sua casa", contou, admitindo que não perderam tempo, tendo decidido imediatamente a contactar a dona Ana, por intermédio do emissário.

Quando chegaram ao local, havia apenas uma casa de um quarto e sala, construída de blocos, onde se alojavam três pessoas, mas, à medida que os seus compatriotas iam chegando, a residência tornava-se apertada, razão pela qual tiveram a necessidade de conversar novamente com a proprietária para lhes arrendar um espaço adjacente, na ordem de cerca de 10 metros quadrados, onde os jovens começaram a erguer habitações de chapas de Zinco, vulgarmente conhecido como bate-chapa. As suas construções alternativas não ultrapassam os dois metros de altura.

Esta condição obriga os mais altos da turma a terem de baixar-se sempre que precisarem de entrar ou sair das referidas cubatas.

Inicialmente, os trabalhadores cobriam o arrendamento com apenas mil Kwanzas, mas, hoje, o coletivo está submetido a gastar mensalmente mais de 30 mil, para garantir a continuidade na Parada do sofrimento'.

Atualmente, a comunidade conta com mais de 30 casebres, de acordo com Joaquim Tomás, que não aconselha nenhum dos integrantes a dar um número taxativo, uma vez que as cabanas são aumentadas em função das necessidades.

"Já chegámos a ser 60 pessoas, mas hoje rondamos entre os 30 e 43, devido ao regresso de muitos à zona de origem", explicou.

Fortes razões

Quanto aos motivos que obrigaram ele e os seus companheiros a deixarem

as origens, Joaquim Tomás, também conhecido por Saúde, citou a preocupação de ajudar os pais e os irmãos mais novos, bem como a procura de melhores condições de vida.

"ó já não tivemos tempo de estudar, por causa da guerra, então saímos da terra, viemos aqui em Luanda para carregar água, ganhar algum dinheiro'

para dar aos pai e aos irmãos e endireitar a nossa vida".

Com a vida de carregador, o entrevistado disse já ter conseguido comprar dois terrenos, sendo um onde construiu a sua casa e outro destinado a produção agrícola. Quem não andou a dormir no capítulo do investimento na sua terra de origem é Gabriel, que põe de lado a possibilidade de um dia viver em Luanda, como o fazem outros huilanos por si conhecidos.

"Aqui está bom, eu já consegui uma motorizada e muitas coisas que ainda não vou dizer, mas vai chegar um tempo que vou e já não volto, porque tenho de continuar a vida lá", declarou o jovem de 19 anos de idade, que está a quatro anos no local.

Curiosamente, no meio de mais de 30 pessoas, ninguém pensa em residir definitivamente na capital, mesmo que lhes apareça um emprego melhor.

"Por isso, cada um de nós tem o seu tempo de férias para ir ver a família e aplicar o seu dinheiro numa coisa rentável", disse, referindo-se a um investimento sustentável, capaz de cobrir algumas necessidades, durante a sua prolongada ausência. Às vezes, a maior parte dos elementos do grupo prefere sair na ocasião do Natal, porém, persiste o compromisso coletivo de não se deixar a 'Para- da do sofrimento sem ninguém'.

Uma das coisas que motivou Gabriel a ficar no meio dos conterrâneos e predispor-se ao género do trabalho adotado pelo coletivo foi o espírito de solidariedade reinante.

"A pessoa aqui nunca se sente sozinha, qualquer problema, os outros já estão sempre prontos a ajudar" disse Gabriel, confessando que este pormenor lhe imputa o dever moral de retribuir aos colegas com a mesma medida.

Quanto às regras de casa, Gaby considera-as justas e facilitadoras, porque de outro jeito, poucos conseguiriam apoiar os seus familiares.

"Assim está bom, porque se você liga muito as mulheres aqui, elas vão- te chular mais o pouco dinheiro que ganhou e a pessoa vai à falência", exemplificou, puxando o pormenor que constitui, ao mesmo tempo, um desafio e uma tentação diária para o grupo.

A assegurar este preceito, na comunidade, encontra-se Manuel Caháli de 30 anos de idade que é um dos quatro esposados da classe. "Sempre lhes dou conselho para não arranjam mulheres assim à toa, porque senão vão gastar tudo", aclarou' dizendo que se vale dos seus dez anos de vivência marital.

O mais velho do grupo assegurasse da condição de bagageiro que ele e seus rapazes assumem, para justificar a nula frequência de mulheres na Parada do sofrimento. Questionado sobre se a mulher e os filhos não se importam com a sua demorada ausência, o pai de quatro filhos, assumiu a responsabilidade neste aspeto mas atirou dizendo que "ela sabe que nós somos pobres e precisamos de um trabalho mais lucrativo".

Na condição de casado, a situação de Manuel Caháli é ponderada de quando em quando para visitar a família' sem ter de esperar pelo regresso de muitos, não admirando, portanto que esta reportagem o tenha abordado há apenas três dias do regresso de Caconda, a sétima vez só neste ano.

9.11 Bairro Deolinda Rodrigues (Cacuaco). Moradores em pânico

Semanário Factual

*De 29 de Setembro à 06 de Outubro de
2012*

De acordo com moradores, o bairro tem registado assaltos à mão armada durante as noites e às madrugadas, por indivíduos desconhecidos, que levam consigo motorizadas, botijas de gás butano, fogão, dinheiro dos moradores e, em alguns casos, acabam por estuprar as vítimas. Os meliantes, em número de cinco jovens, assaltam, com frequência, as residências, com armas de fogo, a partir das 1 hora da madrugada, e têm por destino a estrada que liga o município de Cacuaco ao de Viana, uma vez ser a alternativa viável para se escaparem da Polícia que se encontra na Vila ou na Vidrul.

No princípio deste mês, Setembro, seis residências foram assaltadas por indivíduos desconhecidos, duas no período da tarde e as restantes de madrugada, tendo os delinquentes levado consigo bens avaliados em cerca de 90 mil Kwanzas e a violar uma cidadã de 36 anos de idade. O bairro Deolinda Rodrigues, constituído socialmente por cidadãos necessitados, a viverem em casas de chapas de zinco, apresenta-se vulnerável, pela falta de ronda policial que restituísse a tranquilidade aos demais moradores sequiosos da intervenção da Polícia.

Bairro sem água

O Factual constatou, igualmente, que o bairro carece de água potável e de energia eléctrica, razões que crescem a insegurança dos moradores, uma vez serem consumidores de água dos camiões-cisternas. Francelina Gomes, de 40 anos, afirmou comprar um recipiente de água de 25 litros a 40 Kwanzas, e, quando os camionistas não entram no bairro, os moradores são sacrificados a percorrer por três quilómetros a pé até à via expressa que liga o município de Viana, a fim de interpelar um camionista que os possa vender o precioso líquido.

De acordo com a coordenação do bairro Deolinda Rodrigues, que existe há dois anos, a falta de um policiamento, de água e de energia eléctrica é a causa da insegurança dos moradores. A coordenação solicita à Administração Municipal de Cacuaco um reconhecimento jurídico e, conseqüentemente, um posto policial, para acabar com as façanhas dos meliantes.

10. AMBIENTE

10.1 Doenças infecto-contagiosas preocupam cidadãos

Semanário Factual

De 08 a 15 de Setembro de 2012

A inquietação aumenta devido às crianças, pois estas são muito frágeis às doenças infecto-contagiosas, porque o sistema de autodefesa do corpo, também chamado de sistema imunológico, ainda não está totalmente desenvolvido. Por isso, é muito importante estar preparado contra essas doenças, antes que elas apareçam. Existe, igualmente, a necessidade de as autoridades sanitárias a nível da província de Luanda darem a conhecer à população quais as doenças propensas no período chuvoso, bem como os métodos necessários para a sua prevenção, no sentido de se evitar o surgimento de uma epidemia geral pelo contacto com a água suja da chuva, que carrega uma série de bactérias e de vírus.

A questão do saneamento básico tem sido um dos factores que muito impulsionam o surgimento de doenças infecto-contagiosas. Nalguns pontos de Luanda, as consequências da chuva são visíveis, sobretudo nos municípios de Cacucaco e do Cazenga, bem como no distrito do Sambizanga e do Rangel, onde vias rodoviárias se encontram ainda com problemas, o que favorece o surgimento de charcos. Ana Cláudia, moradora do município do Cazenga, falou ao factual que, "no interior de alguns bairros, o cenário é muito desagradável. Mesmo ainda no período seco, já era possível notar a existência de charcos, mas esperamos que, com o novo programa de reabilitação e manutenção das vias de Luanda, a situação melhore".

A fonte falou, igualmente, que a grande preocupação de muitos municípios reside nas consequências que o período chuvoso poderá trazer a muitas famílias, sobretudo no que toca a problemas de saúde, pois nem sempre as instituições hospitalares existentes têm capacidade para suprir as necessidades. Lamas das enchentes e água contaminada são as fontes de doenças. Entre várias doenças propensas ao período chuvoso, destaca-se a Leptospirose, causada por uma bactéria encontrada na urina do rato e que pode entrar pela pele humana. Se a pessoa tiver contacto com a água ou a lama das enchentes, é necessário ficar atento a sintomas como febre, diarreias, dores musculares, náuseas e dores de cabeça.

A infecção torna-se grave quando atinge os rins, o fígado e o baço, podendo ser fatal nalguns casos.

Prevenção: evitar ter contacto com água e lama contaminada e nunca consumir água ou alimentos que tiveram contacto com a enchente. Medidas de combate aos ratos e prevenção contra as inundações também são eficazes. A Hepatites A e E ou infecção hepática é causada pelo vírus da hepatite e tem como meio de transmissão a água e os alimentos contaminados ou de uma pessoa para outra. Os sintomas são vários como: febres, pele e olhos amarelados, náusea e vômitos, mal-estar, dores abdominais, falta de apetite, urina escura e fezes esbranquiçadas. Quanto à prevenção, tudo recai sobre o saneamento básico adequado, no tratamento da água para consumo humano e ingestão somente de alimentos bem lavados ou cozidos. Por outro lado, está a cólera, uma doença que se destaca no período chuvoso e que tem originado vítimas mortais em Luanda. Esta doença é causada pela bactéria *Vibrio cholerae*. A sua transmissão é através da utilização de água e alimentos contaminados. A bactéria *Vibrio cholerae* liberta uma toxina que causa intensa diarreia e, conseqüentemente, a desidratação da pessoa que pode até levar à morte, caso não seja tratada atempadamente.

10.2 Falta de chuvas no Sumbe provoca uma 11 catástrofe"

Jornal de Angola

13 de Setembro de 2012

A diminuição do caudal do rio Cambongo, por força da falta de chuvas, é a principal causa da redução dos níveis de abastecimento de água às populações e irrigação nas fazendas da cintura verde do Surnbe, disse ontem o governador provincial do Kwanza Sul, Serafim Maria do Prado. Em declarações à imprensa, no final de uma visita de algumas horas à Fazenda Mundo Verde e à Barragem da Sassa, situadas ao longo do rio Cambongo, Serafim do Prado referiu que a situação é muito crítica face ao baixo caudal do rio. "Estamos em presença de uma catástrofe ecológica, caso não haja chuva neste período, o que vai prejudicar o abastecimento de água às populações e a rega das culturas agrícolas", explicou o governador. Serafim do Prado referiu que o governo da província do Kwanza-Sul vai trabalhar com as estruturas centrais do Ministério da Energia e Águas no sentido de se encontrar uma solução. Segundo o governador, a primeira medida para se estancar a crise de água é a construção de comportas para a reserva no período nocturno e abrir durante o período da manhã. Quanto ao estudo que está a ser feito para a montagem de uma subestação de tratamento de água no rio Keve, adiantou que os trabalhos prosseguem, visto que o rio possui um

maior caudal e é capaz de abastecer a cidade do Sumbe e as áreas dos arredores. O governador Serafim Maria do Prado apelou à calma, pois o Executivo trabalha no sentido de resolver essa situação que tem prejudicado a população e os agricultores da região.

10.3 Kwanza-Sul. Falta de chuvas condiciona mecanização agrícola"

Novo Jornal

14 de Setembro de 2012

EM QUASE toda a extensão do país a estiagem é notória e a província do Kwanza-Sul não foge à regra, com consequências que são evidentes. Além da falta de alimentos, nota-se a gritante falta de água, factor grave tendo em conta a especificidade destas duas componentes. Quem está também a sentir os efeitos negativos da falta de chuva na região é a direcção da empresa de mecanização agrícola local que, por este facto, vê os cofres da empresa a esvaziarem. O responsável máximo da Mekanagro no Kwanza-Sul disse que a empresa está instalada em função dos contratos elaborados para se cumprirem as necessidades do campo numa parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agrário, onde o desbravamento de terras para a agricultura é a tónica principal.

Nelson Nogueira, que não precisou, os valores que a sua empresa tem arrecadado com a actividade de mecanização, sustentou lacónico que a empresa enfrenta dificuldades mil, que vão desde a falta de dinheiro, à logística, meios técnicos e recursos humanos. "Nós, quando nos preparamos para uma determinada campanha agrícola, sobretudo na mecanização de terras, temos um mês para criar condições e para o seu arranque. Naturalmente, a estiagem é uma situação natural e é imprevisível o arranque das nossas actividades", notou.

Nelson Nogueira falou também do factor humano nos seus variados aspectos, situação que tem contribuído vezes sem conta para alguns insucessos da empresa em termos de arrecadação de receitas. "Em relação aos recursos humanos temos um quadro de pessoal, não dos melhores porque nós temos necessidades de mais técnicos na nossa área. A nossa empresa está a reestruturar-se a nível da contabilidade e creio que, com esta força que o presidente do conselho de administração tem vindo a dinamizar, daqui a tempos próximos a Mekanagro terá uma linha correcta com relação a este aspecto".

A Mekanagro, segundo Nogueira, não depende do Orçamento Geral do Estado. Ela tem como objectivo fundamental e como objecto social a prestação de serviços na preparação de terras nas condições hidráulicas e terraplanagem, construções rurais e outros de carácter agro-pecuário. A empresa tem como parceiro directo o Instituto de Desenvolvimento Agrário que, através dos programas de preparação de terras ou de desenvolvimento rural, fundamentalmente para as campanhas agrícolas, estabelece contratos que são assumidos pela direcção geral da empresa ou pelo próprio IDA. Esses contratos são elaborados a nível central e são depois distribuídos por províncias para a sua execução. Preocupado com a estiagem que se assiste um pouco por toda a província, Nelson Nogueira disse que por esta altura os serviços da Mekanagro não são prioridade para as populações, estando a empresa a prestar alguns serviços do Estado para poder sobreviver.

10.4 Exploração desregrada põe meio ambiente em risco

Jornal de Angola

15 de Setembro de 2012

"Daqui depende o meu sustento e O da minha família". A afirmação pertence a Fátima Luís, que há três anos e meio se dedica à venda de inertes no mercado da Alegria, município de Belas, próximo da rotunda da Fubu. Sentada numa cadeira de plástico branco e cercada por amontoados de burgau, areia e pedras, a chegada de um cliente representa para ela motivo de satisfação e a concretização de um negócio. De forma geral, faz parte da rotina dos vendedores raramente passam um dia sem "facturar", muito por culpa da procura. Ao longo do mercado da Alegria, é quase impossível circular e ignorar as quantidades de burgau, pedras e areia que são comercializadas, João Tavares, que também vende no mercado, privilegia a venda de areia que normalmente recebe de um familiar que trabalha com um camião. Apesar de manifestar alguma incerteza, deixa escapar que o município

da Quissama e a área do Panguila constituem locais de exploração do produto que vende e admite que por vezes ela é feita de forma ilegal. Por essa razão, nem sempre as coisas correm na perfeição

devido à fiscalização.

O ambientalista e membro da direcção da Juventude Ecológica de Angola (JEA), José Silva, considera que esta prática, que se verifica em zonas propícias à exploração de inertes e nos mercados, acaba por ser

um recurso de sobrevivência para muita gente. Por essa razão, adverte que não se pode olhar para este aspecto apenas de forma repressiva.

"É necessário que possamos analisar o ponto de vista social dessas famílias, para evitarmos, de uma maneira geral, a exploração de inertes em cursos de rios instáveis que podem mesmo causar a destruição das várias estruturas físicas", explicou. A semelhança do mercado da Alegria, em vários outros mercados,

sobretudo nos municípios de Viana e Cacucó, também é possível encontrar pessoas que se dedicam à venda a retalho e ainda outras que fazem-no em camiões e carrinhas.

É o caso de Vasco Cassule, que há mais de sete anos ganha a vida com a venda de inertes. Encontrámo-lo encostado à carrinha que lhe dá suporte ao negócio e debaixo de um sol abrasador.

Pacientemente, esperava por clientes num espaço a reclamar higiene, mas preenchido com cadeiras de plástico e uma roulotte.

Vasco Cassule, que manifestou pouco à-vontade para falar, revelou a existência de algumas áreas exploradas, sobretudo no município da Quissama, que foram transformadas em autênticas "zonas de guerra" e onde não se têm em conta os danos desta actividade para o meio ambiente.

"São enormes as crateras que são deixadas e os terrenos ficaram altamente acidentados um pouco por todo o lado onde foram retirados inertes", adiantou.

O ambientalista Romeu Kupessala defende que as empresas envolvidas nesta área devem alargar a sua acção, tendo em vista a redução dos efeitos negativos para o meio ambiente e população. Neste contexto, as instituições que exploram inertes devem efectuar estudos de impacto ambiental para alcançarem um processo de extracção sustentável.

Preservação do ambiente

"É necessário que as empresas de exploração de inertes sejam ecologicamente credíveis e disciplinadas com o meio ambiente e a saúde pública", alerta.

Além de considerar urgente a criação de um plano que ajude a reduzir o impacto ambiental decorrente do trabalho realizado na terra,

Romeu Kupessala referiu que é pertinente partir para a abordagem de políticas de preservação do ambiente e da biodiversidade, para reduzir

as consequências das mudanças climáticas e preservar o bem-estar das populações.

"Deste modo, estaremos a realizar trabalhos e a desenvolver o país de forma sustentável, com respeito pelas leis do Estado e as políticas públicas sobre a preservação do ambiente", salientou.

Romeu Kupessala acrescentou que a exploração de inertes de forma legal contribui para o processo de reconstrução e crescimento económico do país.

Controlo reforçado

De acordo com as medidas previstas pelas autoridades administrativas de Luanda, em breve a situação actual pode mudar de rumo, com o redobrar do controlo e da regularização da exploração de inertes, sobretudo no município da Quissama, onde o negócio é mais visível.

Localizado a cerca de 150 quilómetros a Nordeste de Luanda, a Quissama, que foi recentemente integrada na província de Luanda no âmbito da nova divisão política administrativa, possui perto de 14 mil quilómetros quadrados.

A administradora municipal admite que por ser muito extenso e pouco habitado, há muitas pessoas que se aproveitam da situação para explorar ilicitamente os inertes e ocuparem grandes parcelas de terra de forma ilegal.

Ana Maria da Silva salienta que, numa primeira fase, vai ser intensificada a fiscalização e realizadas campanhas de sensibilização

junto da população. A indicação sobre como deve ser feita a exploração dos inertes em áreas autorizadas pelas autoridades locais consta das medidas.

Educação e sensibilização

Mesmo sem condições para fazer um acompanhamento directo, nos últimos tempos, José Silva mostra-se preocupado com a exploração legal ou ilegal dos inertes e a falta de estudos contribui para isso. A título de exemplo, recorda a situação

degradante da zona das Palmeirinhas, que obrigou ao termo da exploração naquela área, devido ao registo de uma saturação na actividade.

A fim de evitar a erosão, defende incremento de medidas eficazes para controlar e regular a exploração de pedra, burgau e de areia, e salienta que uma das armas utilizadas pela JEA para conter este mal tem sido a sensibilização e esclarecimento sobre as

consequências que podem advir para o meio ambiente.

"A massificação de campanhas de sensibilização e a intensificação das fiscalizações para a é fundamental", sugere.

O ambientalista afirma que a exploração desregrada de inertes constitui uma prática muito perigosa, que pode pôr em risco a vida humana. A propósito, deu a conhecer que um dos impactos negativos causado por esta prática tem a ver com os deslizamentos de terras e desmoronamentos das margens dos rios.

"O nosso trabalho é mais em termos de educação ambiental e de alerta às autoridades, a fim de evitar a erosão e, conseqüentemente, a perda de qualidade de vida das populações locais", assegurou.

José Silva pediu às empresas de exploração de inertes e à população para analisarem antes de praticarem a exploração de inertes e encontrarem formas de não agredir o meio ambiente.

10.5 Minea

Agora

15 de Setembro de 2012

Que a energia eléctrica é um problema crónico em Luanda, já ninguém tem dúvidas desta realidade. Aliás, o normal passou a ser a falta deste bem público nas casas e nas ruas com todos os riscos que isso representa para os automobilistas e peões. Comentários a esse respeito não param nas 'bualas', ou mesmo na urbe, onde sobretudo as donas de casa são obrigadas a fazer exercícios e contas para comprar apenas o necessário, tratando-se de frescos. É que num ambiente destes em que a energia é fomecida de forma intermitente, ninguém ousa adquirir peixe em quantidade para guardar na arca ou no refrigerador. E como se não bastasse, o Ministério da Energia e Águas vem agora à baila dizer que as restrições serão agravadas na maior urbe do país, devido à queda abrupta do nível de água do rio Kwanza e conseqüentemente à redução da produção de energia. E como as fontes alternativas não darão para abastecer toda a gente, fica-se com a ideia de que no consulado da ministra Emanuela Lopes as coisas estavam melhor.

10.6 Seca reduz produção de capanda

Agora

15 de Setembro de 2012

De acordo com dados disponíveis, o director geral do Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (Gamek) terá realizado uma conferência de imprensa onde todas as culpas das frequentes interrupções do fornecimento de energia foram tidas como tendo na base o baixo caudal do rio Kwanza.

Eurico Ferreira informou que os técnicos da Barragem de Capanda estão a gerir a água acumulada na albufeira há cerca de dois anos, aquando das últimas chuvas.

"Estamos em presença do segundo ano seco, razão pela qual o nível da água da barragem é baixo e está a condicionar o normal funcionamento dos grupos geradores", explicou.

Apenas três dos quatro grupos geradores estão em funcionamento e a produzir 80 megawatts (MW) cada, muito abaixo das suas reais capacidades, que se situam nos 520 MW.

O responsável fez saber também que a retirada de serviço de uma das máquinas com a necessidade de ser submetida a uma revisão geral tem carácter obrigatório, e é feita quando o equipamento atinge 30 mil horas em funcionamento, visando garantir uma maior durabilidade.

Entretanto advinha-se ainda um período mais crítico do funcionamento da Barragem de Capanda, já que funciona desde 9 de Setembro com apenas dois grupos geradores, produzindo um total de 160 MW.

"No final do mês de Setembro, com a água existente em Capanda, só haverá capacidade de produzir energia eléctrica a partir de um dos quatro grupos geradores num período aproximado de um mês e meio" sublinhou.

10.7 Kwanza Sul. Prenúncio de chuva divide camponeses e moradores do Sumbe

Novo Jornal

14 de Setembro de 2012

Clima representa um alívio para o agricultor Daniel Pedro, que teve perdas consideráveis na produção agrícola, durante a estiagem que assolou alguns municípios da província do Kwanza Sul, desde o ano passado e que se mantém até hoje. "A chuva pingou no início deste mês, há possibilidade de voltar a

chover nos próximos dias. Pelas perspectivas, temos um período chuvoso melhor distribuído este ano", diz satisfeito o camponês do município do Kassongue.

Os moradores das zonas rurais do Kwanza Sul torcem para que chova ainda mais, pelo menos, o céu está a dar bons sinais. Este é o desejo de quem vive do campo. "Ouvimos dizer, através dos serviços meteorológicos, que a província do Kwanza Sul está entre as áreas do país onde vai chover muito este ano", orgulha-se Daniel Pedro.

A ausência de chuvas durante o ano passado provocou problemas na produção de alimentos nos municípios do Porto Amboim, Kassongue e Sumbe. O milho, feijão, batata-doce, tabaco, cana e manga são os produtos mais produzidos naquela localidade e geralmente em grandes quantidades. Desde o ano passado até à presente data, esses produtos estão em falta devido à ausência de chuva, facto que deixou as populações sem solução e, conseqüentemente, o gado tomou-se nómada, foi procurar pastos em zonas longínquas.

"Em alguns municípios (dos acima referidos) já gotejou e isso deixa claro que este ano teremos muita chuva e muita comida", destaca o camponês Januário António. com um misto de alegria e expectativa. Alegria que contrasta com a tristeza de João Paulo, que mora nas prateleiras (montanhas ou melhor zonas acidentadas) nos arredores da cidade do Sumbe e que, há três anos, viu a sua casa desabar.

"As fortes chuvas que se abatem sobre a cidade do Sumbe, onde o sistema de drenagem é deficiente, preocupa-nos", justifica o munícipe. O seu vizinho Adão Monteiro está tranquilo, visto que tem informação da existência de um plano director de desenvolvimento municipal, que identifica áreas de risco e estabelece regras de assentamento da população no caso de enchentes.

"Estão a ser reabilitadas as valas de drenagem da cidade do Sumbe, para se evitarem enchentes durante o período de chuvas", informa Adão Monteiro. No tempo chuvoso é uma dor de cabeça viver na cidade do Sumbe, que sempre teve problemas de saneamento básico.

"Este ano, Deus está connosco reconhece um professor primário, fazendo referência às obras de intervenção levadas a cabo na cidade do Sumbe, nos últimos tempos. A fragilidade dos solos nesta urbe, quando chove, têm provocado muitos estragos entre os habitantes. Segundo apurou o Novo Jornal na província do Kwanza Sul, em 2008, foi aprovado um projecto para a requalificação da cidade do Sumbe,

avaliado em mais de 100 milhões de dólares, cujas obras estiveram a cargo da Odebrecht.

Desafogar a cidade

A actual cidade do Sumbe não tem capacidade para suportar muita gente. Muita população, depois do fim da guerra não voltou à sua terra natal, alegando falta de condições. Samuel Quixito, desempregado, comprou um espaço numa região montanhosa do bairro Chingo e, quando chove, é sempre evacuado pelos serviços de Protecção Civil. "Já não tenho a farm1ia no meu município da Cela. Vivo aqui fazendo biscates", explica Quixito, de 49 anos.

Como Quixito, há milhares de angolanos a viverem em péssimas condições nas montanhas da cidade do Sumbe. Na tentativa de inverter o fluxo de pessoas que afogam a cidade, está em curso a construção dos primeiros 600 fogos habitacionais, na reserva fundiária dos ex-Carvalhos.

A construção da nova centralidade, segundo as autoridades locais, vai descongestionar a cidade do Sumbe e vai permitir que em alguns casos os cidadãos sejam transferidos para os ex-Carvalhos, local onde podem viver com dignidade. O denominado "projecto horizonte", a cargo da empresa Kora, com a execução da MCA, está gizado para duas fases que vão culminar com a construção de dois mil fogos habitacionais numa área de 150 hectares.

As obras das residências iniciam-se em Junho e vão absorver 500 operários. Enquanto isso, os jovens beneficiários das 68 residências construídas no Kwanza Sul. No âmbito do «Angola Jovem», começam, na cidade do Sumbe, a ocupar as casas, no quadro do cumprimento do programa do governo provincial de fomento habitacional. As casas do bairro social da juventude são mais um projecto do Governo, que pretende continuar a construir habitações até 2017 para permitir que mais jovens possam ter acesso a residência própria.

10.8 Rio Cambongue é um atentado à saúde pública

Novo Jornal

14 de Setembro de 2012

ARLETE JOSÉ, de 30 anos, mora nas margens do rio N'gunza ou simplesmente Cambongue, que "rasga" o centro da cidade do Sumbe. Todas as manhãs, ela toma banho ali. A água do rio, na opinião de alguns moradores, é um veículo de doenças, porque muitas vezes está contaminada pelos esgotos

da cidade, que são lançados directamente ao rio, sem antes passarem por um tratamento adequado. Na semana passada, Arlete internou a filha de três anos no hospital provincial do Kwanza Sul. "O médico disse que a criança tem muitas bactérias que causaram a inflamação do intestino e que trouxeram consequências, como diarreia e vómitos. Quer as autoridades da cidade, como as sanitárias, não cessam de aconselhar a população para ter cuidado com a água do rio, mas a maior parte dos alertas caem em saco roto.

"A população é teimosa", diz um enfermeiro, salientando que nos hospitais locais há muito caso de alergias e diarreias provocadas pela água do rio, que não está em boas condições. É normal ver as crianças tomar banho neste rio contaminado. Os moradores relataram que, além de tomarem banho, há casos de prostituição no local devido ao facto de os adolescentes tomarem banho nus. "Lixo e água contaminada são focos de doenças a céu aberto. Esse é o quadro de desrespeito à vida dos moradores à beira do rio. Cambonque", queixa-se António Mateus.

Para este morador, o contacto iminente com a água contaminada coloca em risco a saúde dos moradores da localidade e, principalmente, dos menores, que são os que têm menos resistências. "É um atentado à saúde pública que se constata diariamente contra as crianças, mulheres e adultos de um modo geral no bairro", disse. "Os rios são fonte de vida. Desde a Antiguidade, as suas águas são essenciais para que as pessoas possam viver, bebendo e banhando-se", esclareceu o ancião Amadeu Paulo, justificando o comportamento da população. "A poluição da água deve-se à introdução de materiais químicos, físicos e biológicos que estraga a qualidade da água e que afecta-o organismo dos seres vivos", acrescentou o agente de Saúde pública Damásio Paulo.

Segundo uma fonte da administração municipal, esforços estão em curso para melhorar o sistema de abastecimento e distribuição de água potável aos habitantes da cidade. O abastecimento não satisfaz ainda as necessidades das populações existentes nas zonas da cidade onde não há água. O sistema de captação, tratamento e abastecimento de água para os municípios do Sumbe começa a melhorar a vida da população, mas ainda não chega a todos.

O Novo Jornal soube que o Executivo do Kwanza Sul assinou um protocolo com a sucursal angolana da empresa técnica especial de exploração, para a reabilitação da primeira fase do sistema de captação, tratamento e abastecimento de água potável da cidade do Sumbe, orçado em dois milhões de dólares norte-americanos.

O acordo prevê o fornecimento dos equipamentos e a recuperação das infra-estruturas, elevando, deste modo, os níveis de produção e abastecimento de água de 50 para 100 metros cúbicos por hora. Já na comuna de Kicombo, município do Sumbe, a situação é diferente. Doze mil habitantes da comuna do Kicombo, no município do Sumbe, beneficiam da distribuição de água potável, no âmbito do projecto «Água para todos», em execução pelo governo angolano em todo o território nacional.

O sistema de captação e tratamento de água, com uma capacidade de 80 mil litros, fornece "o precioso líquido" de forma ininterrupta, através de seis fontanários. As obras do referido sistema, realizadas durante seis meses, estiveram a cargo da empresa Kapilongo, possuindo igualmente uma lavandaria comunitária e um gerador de 47 KVAS que alimenta a referida infra-estrutura.

10.9 "Se o sector florestal for bem explorado o país ganha milhões de dólares por ano". Engenheiro Mateus André fala da importância do projecto para Angola

Jornal de Angola

17 de Setembro de 2012

Mais de 500 anos depois de os portugueses aqui terem chegado, Angola vai ter, pela primeira vez, um inventário florestal nacional, trabalho que está a ser feito desde 2008. À cabeça do inventário está um Comité Nacional de Supervisão, coordenado pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF). O trabalho fica concluído em 2014 e dispõe de um orçamento superior a cem milhões de Kwanzas, 70 por cento dos quais financiados pelo Executivo e o restante pela FAO - a Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. O Jornal de Angola entrevistou o coordenador do projecto, o engenheiro florestal Mateus André, que nos falou da importância do inventário para o país.

Jornal de Angola (JA) - Por que razão Angola está a fazer um Inventário Florestal Nacional?

Mateus André (MA) - Angola nunca realizou um inventário florestal com cobertura nacional. Mesmo no tempo colonial, esse trabalho nunca foi feito, nem existem relatos sobre a realização de inventários de exploração pelos operadores ou madeireiros que, anualmente, exercem as suas actividades nas florestas.

JA - O que foi feito, então, desde que arrancou o projecto?

MA - Foram feitos simples levantamentos na década de 1980 e que abrangeram alguns ecossistemas e determinadas espécies susceptíveis de exploração, principalmente no maciço florestal do Maiombe, na província de Cabinda. Resultado: há uma visão incompleta e, por vezes, distorcida da verdadeira condição de desenvolvimento daquela floresta.

JA - Qual é a principal vantagem do Inventário Florestal?

MA - Um Inventário Florestal Nacional é um instrumento que nos permite saber o potencial dos recursos florestais do país: a flora e a fauna, a sua localização e o potencial florestal. O inventário em curso enquadra-se nas grandes linhas directivas do Executivo e tem como objectivo providenciar ao sector florestal informações quantitativas equalitativas sobre os recursos florestais.

JA- Que passos subsequentes vão ser desenvolvidos após a conclusão do inventário?

MA - Com a conclusão do inventário, o país vai ter os dados necessários para a monitorização e preservação das florestas e a elaboração de políticas que respondam às necessidades nacionais e internacionais, relativas às alterações climáticas e ao mercado de carbono. Estima-se que o sector florestal, caso seja bem explorado anualmente, possa arrecadar mais de 15 mil milhões de kwanzas para o Estado. Este inventário vai possibilitar a gestão sustentável destes recursos para que contribuam também para a balança económica do país.

JA- Uma vez que o país nunca realizou este trabalho, qual é a origem das informações sobre a fauna e a flora?

MA - A questão que coloca é pertinente. Geralmente, nas ciências florestais, trabalhamos com estimativas. Mas o ideal era os agentes florestais irem às florestas medir todas as árvores que o país possui, o que é impossível. Não tendo sido realizado um inventário florestal, existem outras metodologias que nos permitem saber ou conhecer o potencial dos recursos florestais. Actualmente, o país possui 53 milhões de hectares de floresta. Este dado é calculado com base na metodologia de estimativa que é feita através de estudos de análise de imagens por satélite. Também existe outra metodologia de aproximação através dos ecossistemas próximos de países vizinhos, um exercício que tem sido feito, procurando aproximar os nossos valores das estimativas de outros países vizinhos.

JA- Quando é que arrancou o projecto? JA - Quais são as instituições que estão a participar?

MA - Em termos organizativos, temos um Comité Nacional de Supervisão, que é integrado por vários ministérios. A coordenação é do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, através do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF). Integram ainda os Ministérios do Ambiente, das Finanças, da Administração do Território, Interior e Urbanismo, além da FAO, a agência especializada das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e institutos públicos. A pretensão, para os próximos tempos, é integrar o Ministério da Defesa. Também queremos que as universidades participem nas reuniões de supervisão que têm sido realizadas.

10.10 Chuvas e construção

Jornal de Angola

19 de Setembro de 2012

o país vive, há dois anos consecutivos, falta de chuvas. Trata-se de um fenómeno natural contra o qual pouco ou nada podemos fazer. Mas podemos, isso sim, reflectir sobre a incidência dos danos causados aos seres humanos e materiais em consequência das construções em zonas de risco. É bom que essas reflexões ocorram precisamente em períodos como este, em que a ausência de chuvas permite avaliar melhor as suas consequências. Enquanto não chove, é bom que as populações ponderem sobre quais os melhores locais para erguerem as suas residências.

Não se trata de um período em que, como consequência das pressões que a fase de chuvas acarreta, são levadas a construir em zonas de risco. Esta é também uma melhor fase para todas as instituições públicas e privadas promoverem mais campanhas de sensibilização junto das populações.

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) em todo o país é um facto, com realce para a permanente advertência às famílias no sentido de avaliarem correctamente os locais onde podem construir as suas casas. Os períodos de chuvas por que o país passou, pelo menos até 2011, lesaram milhares de famílias. Escusado será dizer que grande parte dessas perdas seria evitada se as populações acatassem devidamente as instruções e advertências sobre a ocupação dos solos para a construção de casas. E não faltam exemplos sobre a dimensão destrutiva das chuvas dos anos anteriores, facto que, por si só, devia levar os

cidadãos a reflectir na hora de escolher o lugar para edificar moradias.

Em Março de 2011 as chuvas destruíram mais de 700 casas, provocaram a morte de cinco pessoas, além da destruição de dez infra-estruturas religiosas, 21 unidades escolares e seis pontes. Foram ainda danificados mais de 56 hectares de campos agrícolas. Se quantificarmos as perdas materiais em valores monetários, veremos que se trata de milhões de kwanzas que, em condições normais, podiam servir para resolver outros problemas. Mas é possível combater a resistência e o incumprimento por parte das populações quando se trata de directrizes vindas de entidades competentes, como por exemplo o SNPCB. É preciso resistir à tentação de construir onde bem entendermos e, não raras vezes, com o pleno conhecimento dos riscos que a zona apresenta. Nesta fase em que, por razões naturais, não chove em quantidade e frequência iguais aos anos anteriores, podemos dizer que estamos bem. Acreditamos que as campanhas de sensibilização junto das populações e a tomada de consciência sobre o impacto que as perdas em vidas humanas e em bens materiais sucedem decorrentes das chuvas estão a funcionar.

Está na hora de todos os cidadãos assumirem a necessidade de uma melhor gestão dos solos e terrenos nas comunidades em que estão inseridas as populações. É necessário trabalhar com as comunidades não só para se inteirarem das suas dificuldades, mas igualmente para reorientá-las no momento do uso dos solos e terrenos para os mais variados fins. É evidente que essas acções que fazemos sobre os solos quando acompanhadas pela ameaça das chuvas produzem um impacto sobre o meio em que nos inserimos.

Procurar manter o equilíbrio no uso racional dos solos e terrenos, ante o impacto que as chuvas tendem a produzir, é vital para a manutenção e preservação da vida e bens das populações. A sustentabilidade dos solos e terrenos deve manter-se como condição sine qua non no momento de se decidir sobre uma determinada actividade que incida directamente sobre o ambiente. Devemos todos reflectir sobre as actividades humanas no solo, sobretudo quando acrescido da ameaça de fenómenos naturais sobre os quais não temos controlo.

É preciso insistir na mensagem baseada no facto de que a construção de residências em zonas de riscos, como ao longo das linhas de drenagem de água e ravinas, representam uma ameaça para a vida e bens da população.

As populações entendem melhor do que há algum tempo os esforços que o Executivo faz na melhoria das condições de vida. Essa melhoria passa por políticas habitacionais, de ordenamento urbanístico e de gestão das reservas fundiárias, para que o aproveitamento dos solos e terrenos não fique refém dos efeitos provocados por fenómenos naturais como as chuvas.

Obedecer ao que as autoridades determinam como regras para a construção de abrigos e uso dos solos não constitui um favor, mas um passo relevante na direcção da preservação das vidas e bens materiais das populações. Uma maior intervenção das entidades que administram o ordenamento do território, com o contributo dos órgãos que zelam pela segurança pública, pode impedir a construção em zonas de risco. Tal como noutras esferas da vida, na construção também é necessário que sejam observadas boas práticas.

10.11 Terceira reserva florestal de Angola. Zaire detém uma riqueza inexplorada

Jornal de Angola
19 de Setembro de 2012

A província do Zaire detém a terceira maior reserva florestal do país, depois de Cabinda e Uíge. A exploração está a ser feita de forma artesanal por algumas pessoas que transformam os recursos em carvão. O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Zaire, Gabriel Dingana, disse ao *Jornal de Angola* que "existem vários tipos de árvores na província". Entre elas, destacou a tambala, mamoreira, tala branca, tala chifuta, tacula, menga menga, sapeli, muati, pau-ferro e pau-preto, localizadas nos municípios do Tomboco, Cuimba, Nóqui e Nzeto.

Na província existem apenas duas empresas estrangeiras que, desde 2011, exercem a actividade de exploração de madeira na reserva florestal denominada Finda Mibaso, no município do Tomboco. "A maior parte das florestas existentes na província é virgem", sublinhou, Gabriel Dingana. Entre as árvores existentes para a produção de madeira, o pau-preto é caracterizado como sendo "endémico", por apenas existir no Zaire. Neste momento, está proibido o seu abate indiscriminado, de modo a garantir a sua preservação.

O *Jornal de Angola* constatou o estado de conservação da Finda Mibaso durante uma visita guiada por Jeremias António, do IDF. Localizada a 185 quilómetros da cidade de Mbanza Congo, capital

da província, a floresta possui potencial em termos de árvores frondosas para a transformação de madeira de qualidade. Uma empresa de direito angolano, denominada Zebra, instalou um estaleiro na floresta para a exploração de madeira em parceria com um consórcio chinês. O técnico do IDF explicou que, neste momento, a exploração de madeira naquela floresta pela referida empresa está suspensa, por terem sido já concluídos os mil metros cúbicos de toros solicitados. Gabriel Dingana lamentou a fraca actividade madeireira na região, mas disse ter a esperança de que a conclusão das obras de asfaltagem da estrada nacional 110, que liga a província à capital do país, atraia empresários vocacionados para o ramo madeireiro. "Existe uma serração no município do Tomboco, mas está inoperante. O proprietário está a fazer todos os possíveis para que ela volte a funcionar em breve", referiu.

Efectivo reduzido

Engenheiro florestal, Gabriel Dingana, que dirige o IDF no Zaire desde 1997, frisou que a instituição, enquanto garante da sustentabilidade da flora e da fauna na região, está neste momento incapaz de fiscalizar as diversas actividades que ocorrem na reserva florestal da província. Os motivos prendem-se com o facto de apenas dispor de dez agentes de fiscalização, três dos quais prestes a entrar na reforma, distribuídos pelos principais pontos de entrada e saída de produtos florestais, como a aldeia do Loge Grande, no município do Nzeto, o posto de travessia fluvial do Quimbumba, no Soyo, e o posto fronteiriço do Luvo, em Mbanza Congo. "Estava previsto o enquadramento de 60 agentes fiscais no sector. A ideia era empregar ex-combatentes da região, após a sua desmobilização, programa que pode ser efectivado a qualquer momento", adiantou. Mas as dificuldades não se cingem apenas aos recursos humanos. Os meios de transporte para permitir as deslocações de um lado para o outro dos fiscais que trabalham na defesa dos recursos florestais da região também ficam aquém das necessidades.

O Instituto arrecadou no ano passado receitas avaliadas em mais de 704 mil kwanzas, incluindo multas aplicadas aos exploradores ilegais de madeira para fabrico de carvão e aos caçadores furtivos. "A caça furtiva é uma prática ancestral nesta província, sobretudo nos municípios do Tomboco e Soyo, mais propriamente na comuna do Quelo. Quando um cidadão abate dois ou três veados, consideramos caça de subsistência, mas quando abate dez pacaças, estamos perante uma caça furtiva, prevista e punível por Lei", sublinhou o engenheiro florestal, Gabriel Dingana.

10.12 Menongue. Chuva torrencial deixa rastros de destruição

Jornal de Angola

26 de Setembro de 2012

Chuvas torrenciais, acompanhadas de granizo e ventos, provocaram, na tarde de segunda-feira, em Menongue, província do Kuando-Kubango, a morte de um rapaz de 17 anos e ferimentos a uma criança de cinco anos, na sequência de uma descarga eléctrica ocorrida na moradia em que viviam, localizada no Bairro Benfica. As chuvas duraram mais de três horas e causaram, também, o desabamento por completo do tecto do edifício onde funcionam as direcções provinciais do Comércio, Hotelaria e Turismo, do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor

(INADEC) e da Geologia e Minas. Uma viatura que se encontrava estacionada defronte ao imóvel também ficou destruída, à semelhança do que aconteceu com o tecto da escola do segundo ciclo do ensino secundário 22 de Novembro, o que obrigou à interrupção das aulas, devido ao pânico de alunos e professores.

As direcções provinciais dos ministérios do Comércio, Hotelaria e Turismo e da Geologia e Minas, e do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) paralisaram as suas actividades devido ao facto de, no interior do edifício, ter havido infiltração de água das chuvas. O governo local já contratou uma empresa de construção civil chinesa para a reabilitação da cobertura do imóvel. Em declarações ao "Jornal de Angola", o porta-voz do comando provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, Adilson Fernando, garantiu que a sua instituição está preparada com homens e meios para dar resposta a qualquer situação de sinistralidade na região.

Adilson Fernando pediu à população para não construir em locais de risco, porque podem pôr em perigo a sua vida e a dos seus familiares, já que os dados do INAMET, para este ano, no Kuando-Kubango, prevêem muita chuva torrencial.

10.13 Muita chuva nos próximos meses

Semanário Continente

28 de Setembro de 2012

Apesar de normais, choverá muito em quase todas as regiões do País. Um cenário pouco abonatório para Luanda em virtude do estado lastimável em que fica perante as chuvas. Depois de recentemente estimar que Luanda receberia chuvas apenas no próximo mês

de Novembro, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMED voltou a abordar as precipitações no País. Tal aconteceu no passado dia 18 e, segundo os dados avançados, esperam-se chuvas com tendência acima da média nos últimos três meses do ano em curso e os três primeiros de 2013.

O mestre Nfinda Pedro, especialista (INAMED explicou que o INAMET chegou a tais conclusões depois de um estudo efectuado com base nas normas e orientações da Organização Mundial de Meteorologia (OMM). O território nacional, explicou, foi subdividido em três regiões homogéneas, nomeadamente a 1, 2 e 3.

Integram a primeira as províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Sul, Benguela, Huíla, Namibe e Cunene e nesta a média de precipitação acumulada, estimada será de 300 milímetros por metro quadrado, o que representa a queda de um litro de água numa superfície de um metro quadrado de Outubro a Dezembro de 2012. A zona 2 corresponde as províncias de Cabinda, Zaire, Uíge, Malanje, Kwanza Norte, Huambo, Bié e a parte Este do Kuando Kubango. A média de precipitação, nesta, será de 400 milímetros por metro quadrado, que representa a queda de um litro de água numa superfície de um metro quadrado no mesmo período.

A última região, integrada por Lunda Sul, Lunda Norte, Moxico e parte Leste do Kuando Kubango, onde a média de precipitação será de 500 milímetros por metro quadrado, o que representa a queda de um litro de água numa superfície de um metro quadrado. Nos últimos três meses do ano, nas três zonas registar-se-á chuvas normais com tendendo, no entanto, estar acima da média. No que diz respeito ao primeiro trimestre de 2013, o instituto estima a referida situação. Para a zona 1 uma média acumulada de precipitação de 200 milímetros por metro quadrado, igual a queda de um litro de água numa superfície de um metro quadrado, enquanto para a zona 2 perspectiva uma média acumulada de 450 milímetros por metro quadrado.

Já a região três, de Janeiro a Março de 2013, a média acumulada de precipitação e de 500 milímetros por metro quadrado, o que representa a queda de um litro de água numa superfície de um metro quadrado, com ocorrência também de chuva normal com tendência para acima do normal.

O estudo previsional, elaborado na base de dados de 15 estações meteorológicas controladas pelo INAMET, informações de satélite de outras estações ligadas ao sector da agricultura, indica que as três regiões poderão ser caracterizadas de períodos seco,

normal ou chuvoso, podendo ocorrer também seca, cheias ou estiagem.

A previsão climática sazonal consiste em prever a média dos parâmetros meteorológicos (precipitação ou temperatura) para os próximos meses na escala de cada zona, sendo probabilística e não determinística, em termos dos dados disponibilizados.

O estudo indica ainda que o último trimestre de 2012 será mais chuvoso que o normal em todas as regiões do País, com precipitações na ordem dos 70 a 80 por cento. A referida previsão preocupa os luandenses devido a sensibilidade da capital do País perante a mais insignificante chuva. Sentimento contrário norteará, decerto, as províncias agrícolas.

10.14 Chahungo tem viveiro de plantas

Jornal de Angola

28 de Setembro de 2012

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) criou um viveiro com mais de 70 mil plantas em Chahungo, arredores do aeroporto de Saurimo, para combater a desflorestação, desertificação, ravinas e a acção dos ventos.

A plantação de fruteiras, eucaliptos e acácias consta da estratégia de combate aos fenómenos acima referidos e revestir as zonas urbanas, vítimas da desflorestação.

Afonso Maquecha, do IDF, garantiu que esta acção visa preparar as condições para repor e a criar novos polígonos florestais a nível da capital da Lunda-Sul e nas zonas do interior.

Estes polígonos vão controlar o impacto dos ventos, a progressão de ravinas e diminuir os níveis de poluição, disse o responsável, que apontou a existência de limitações de mão-de-obra, por parte da instituição, para agilizar o trabalho.

O responsável do IDF elogiou a participação de jovens afectos a distintas associações filantrópicas em várias campanhas de plantação de árvores, que o sector tem promovido, sobretudo na época chuvosa.

